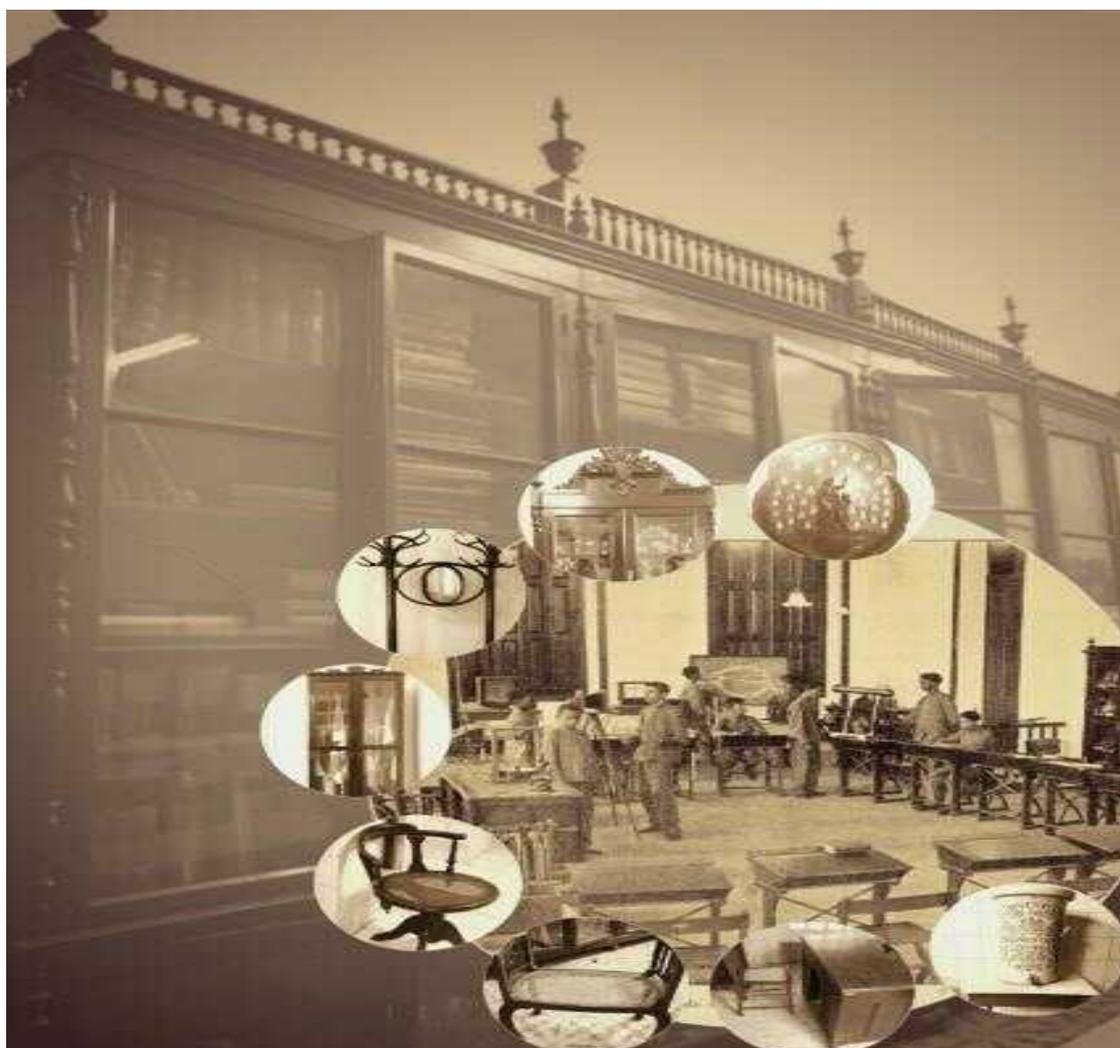




UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: EDUCAÇÃO, CULTURA E SOCIEDADE

MARLUCY DO SOCORRO ARAGÃO DE SOUSA

**O MOBILIÁRIO ESCOLAR NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO PARÁ NA  
PRIMEIRA REPÚBLICA: ENTRE AS “VITRINES DO PROGRESSO” E O  
“ESTADO DE RUÍNAS”.**



Belém- PA

2019

MARLUCY DO SOCORRO ARAGÃO DE SOUSA

**O MOBILIÁRIO ESCOLAR NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO PARÁ NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ENTRE AS “VITRINES DO PROGRESSO” E O “ESTADO DE RUÍNAS”.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, do Instituto de Ciências da Educação, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Sociedade, para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. César Augusto Castro.

Belém- PA

2019

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

Sousa, Marlucy do Socorro Aragão de

O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira República: : entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”. / Marlucy do Socorro Aragão de Sousa. — 2019.  
256 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. César Augusto Castro

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará,  
Belém, 2019.

1. Cultura Material Escolar. 2. Mobiliário Escolar .3.  
Instrução Pública Primária. 4. Pará. I. Título.

CDD 370.98115

---

MARLUCY DO SOCORRO ARAGÃO DE SOUSA

**O MOBILIÁRIO ESCOLAR NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO PARÁ NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ENTRE AS “VITRINES DO PROGRESSO” E O “ESTADO DE RUÍNAS”.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Pesquisa Educação, Cultura e sociedade, sob orientação do Prof<sup>o</sup> Dr. César Augusto Castro.

Aprovada em: 12/04/2019

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. César Augusto Castro- UFPA (Orientador)

---

Profa. Dra. Sônia Maria da Silva Araújo – UFPA (Avaliador interno)

---

Prof. Dr. Damião Bezerra Oliveira – UFPA (Avaliador interno)

---

Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino França – UEPA (Avaliador externo)

---

Profa. Dra. Wiara Rosa Rios Alcântara– UNIFESP (Avaliador externo)

---

Prof. Dr. Samuel Luis Velazquez Castellanos – UFPA (Suplente de avaliador interno)

---

Profa. Dra. Vera Lúcia Gaspar da Silva – UDESC (Suplente de avaliador externo)

Belém- PA

2019

*Para meus pais Raimundo de Sousa Neto (in memoriam) e Noêmia Aragão (in memoriam), que em vida ensinaram-me a compreender que a educação se constrói na luta pela dignidade. Eu continuo lutando para construir a minha história na educação!*

## AGRADECIMENTOS

*Agradeço a Deus a minha existência e por me permitir trilhar este caminho.*

*Este trabalho não teria se realizado sem a fundamental participação de algumas pessoas, às quais dirijo meus sinceros agradecimentos:*

*A minha linda família, incentivadora e orgulhosa desta conquista.*

*Ao Professor e orientador César Augusto Castro, profissional excepcional. Agradeço a atenção e a amizade durante os nossos encontros e reencontros, eles foram fundamentais para o amadurecimento do processo de elaboração deste trabalho. Gratidão sempre!*

*A Professora Laura Maria Araújo Alves agradeço o carinho, a amizade, o companheirismo e o incentivo nos momentos de produção. Sua simplicidade, alegria e humildade foram fundamentais nos momentos de dúvidas e angústia. Muito obrigada!*

*Aos Professores Samuel Vellasquez, Laura Alves, Maria do P. Socorro França, Vera Gaspar agradeço a gentileza de terem aceitado o convite para participar da banca de avaliação desta pesquisa e ajudaram na melhoria desta tese desde a qualificação.*

*A Professora Wiara Rosa Rios Alcântara, da Universidade Federal de São Paulo, agradeço a disponibilidade, carinho e valiosas contribuições na leitura de meu texto. Um grande referencial de pesquisa sobre o objeto de estudo desta tese. Minha Gratidão!*

*A Coordenação do PPGED/ UFPA, pelas orientações e encaminhamentos necessários para que este caminho fosse trilhado com responsabilidade e produtividade.*

*Aos professores e coordenadores da linha Educação, Cultura e Sociedade, dirijo meus agradecimentos pelos valiosos diálogos e troca de conhecimentos ao longo das disciplinas, eventos e demais momentos de produção científica. Agradeço a amizade e a alegria em poder construir caminhos de pesquisas.*

*Aos funcionários da secretaria do PPGED, sempre dispostos a ajudar nas orientações acadêmicas.*

*Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Pará, pela eficiência e cordialidade no atendimento.*

*Aos meus irmãos Elma, Edvaldo, Ednaldo e Marcio, agradeço a cumplicidade, o apoio nos momentos de dor e alegrias vividas ao longo deste período.*

*A minha querida sobrinha Larissa Sousa, pelo apoio e colaboração com as imagens do texto.*

*A minha prima Aline Limeira, profissional Desing Gráfico, pelas contribuições no tratamento das imagens.*

*Agradeço aos colegas de turma, Rogério Maciel, Vitor Nery, Daniel Leão, Eliane Sabino, Damiana Gutierrez e Cilene Valente. Vocês são importantes!*

*Aos colegas Welington Pinheiro, Cibele Braga, Benedito Costa, Simei Santos e os demais que participaram dos diálogos neste percurso do doutorado.*

*Aos colegas das demais linhas de pesquisa com os quais tive a oportunidade de dialogar e compartilhar meus conhecimentos.*

*Meu agradecimento especial, à paciência e a amizade de minhas amigas “Pavulagens” Socorro Lima, Jacqueline Guimarães, Dorilene Melo, Damasia Nascimento, Sheila Alves e Adriane Lima. O ombro amigo, as palavras de incentivo e as parcerias nos eventos me impulsionaram a ousar novas pesquisas e a trilhar novos rumos.*

*Aos colegas do Grupo de Pesquisa NEDHEL, pelas oportunidades de diálogo e aprendizagem.*

*Meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por financiar esta pesquisa.*

*Embora o passado não mude, a história precisa ser reescrita a cada geração, para que o passado continue a ser inteligível para um presente modificado.*

*(BURKE, 2006, p. 241)*

# **O MOBILIÁRIO ESCOLAR NA INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA DO PARÁ NA PRIMEIRA REPÚBLICA: ENTRE AS “VITRINES DO PROGRESSO” E O “ESTADO DE RUÍNAS”.<sup>1</sup>**

## **RESUMO**

O projeto de emancipação educacional republicano, impulsionou a necessidade de embelezar e equipar as instituições de ensino com os mais modernos e inovadores objetos de ensino, pois o estado do Pará apresentava um momento que faz uma dialética da modernidade com a política e economia, perpassando pelos projetos de educação materializados pelo triunfo modernista, simbolizados pela chamada Belle Époque. O presente estudo, teve como foco investigativo a materialidade da instrução primária no Pará entre 1889 e 1930, mais especificamente o mobiliário escolar. Objetivou-se compreender as práticas culturais e as representações constituídas no processo de circulação e aquisição do mobiliário escolar na escola primária do Pará e suas influências nos dispositivos legais. Mais especificamente, identificar o desenho material da escola concebido para organização do cotidiano da instrução primária no Pará; verificar a proveniência e aquisição do mobiliário escolar; destacar o processo de fabricação e comercialização da mobília para a Instrução primária paraense. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada a partir do levantamento de fontes no Arquivo Público do Estado do Pará, Biblioteca Pública Arthur Viana. Utilizou-se como fontes: Mensagens e Relatórios dos governos, Ofícios, Álbuns de governos, Decretos e Regulamentos e Catálogos das Exposições Universais, entre outras fontes que apresentam vestígios da mobília escolar e como foram inseridos no cotidiano escolar. Do ponto de vista teórico metodológico, este estudo fundamenta-se nas análises da História cultural e da Cultura Material Escolar, utilizadas aqui para compreensão da história na instrução primária paraense e dos indícios encontrados na materialidade, assim como entendimentos dos discursos e das práticas culturais no interior da escola. Tal procedimento mostrou que, embora o Estado tentasse satisfazer os anseios da política modernizante, regulamentando o uso de materiais escolares adequados para o ensino primário, exigindo e ordenando de professores e diretores das escolas, o cumprimento das leis que regiam o ensino público primário no estado, as condições materiais de espaço e objetos não satisfaziam as necessidades para o funcionamento das casas de ensino. Como resultado, constatou-se que os enunciados discursivos dos documentos analisados apontaram que algumas instituições foram equipadas com o que havia de mais moderno para dar visibilidade ao Estado como a “vitrine do progresso”. Em contraponto a este cenário de visual elegante, os relatos de diretores e professores das casas/escolas e grupos escolares do interior, denunciam o “estado de ruínas” das mobílias e demais objetos. O descontentamento dos sujeitos, via relatórios da instrução pública, jornais de grande circulação e documentos oficiais, denunciava a falta de atendimento às solicitações de materiais ou até mesmo o reparo de objetos, mais especificamente da mobília escolar, para que o funcionamento das instituições pudesse atender as exigências previstas nos dispositivos legais. Espera-se com este estudo, contribuir para dar visibilidade à cultura material escolar, sobretudo o mobiliário escolar presente na História da Educação no Pará, possibilitando, a um só tempo, avançar nas teorizações sobre a temática, bem como realizar uma releitura dos documentos que tratam da instrução primária no Pará.

Palavras-chave: Cultura Material Escolar. Mobiliário Escolar. Instrução Pública Primária. Pará.

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES)- Código de Financiamento 001.

## ABSTRACT

The Republican educational emancipation project has awakened the need to embellish and equip educational institutions with the most modern and innovative teaching objects, since the state of Pará presented a moment that makes a dialectic of modernity with politics and economy, passing through the education projects materialized by the modernist triumph, symbolized by the so-called Belle Époque. The present study had as an investigative focus the materiality of primary education in Pará between 1889 and 1930, more specifically school furniture. The objective was to understand the cultural practices and representations constituted in the process of circulation and acquisition of school furniture in the primary school of Pará and its influences on legal devices. More specifically, to identify the material design of the school designed to organize the daily routine of primary education in Pará; verify the provenance and acquisition of school furniture; highlight the process of manufacturing and marketing of furniture for the Paraense primary education. Methodologically, the research was carried out from the survey of sources in the Public Archive of the State of Pará, Arthur Viana Public Library. The sources used were: Messages and Reports from governments, Crafts, Government albums, Decrees and Regulations and Catalogs of Universal Exhibitions, among other sources that present traces of school furniture and how they were inserted in school everyday. From a theoretical and methodological point of view, this study is based on the analysis of cultural history and Material School Culture, used here to understand the history of primary education in Paraense and the evidence found in materiality, as well as understandings of discourses and cultural practices in the inside the school. This procedure showed that, although the State tried to meet the expectations of modernizing policy by regulating the use of appropriate school materials for primary education, requiring and ordering from teachers and school principals, compliance with the laws governing primary public education in the state, the material conditions of space and objects did not satisfy the needs for the functioning of the teaching houses. As a result, it was found that the discursive statements of the analyzed documents pointed out that some institutions were equipped with the most modern to give visibility to the State as the "window of progress". In contrast to this elegant visual scenario, the reports of directors and teachers of the houses / schools and school groups in the interior denounced the "ruined state" of furniture and other objects. The discontent of the subjects, through reports of public instruction, newspapers of great circulation and official documents, denounced the lack of attendance to the requests of materials or even the repair of objects, more specifically of the school furniture, so that the functioning of the institutions could attend requirements laid down in legal provisions. It is hoped that this study will contribute to give visibility to the school material culture, especially the school furniture present in the History of Education in Pará, making it possible, at the same time, to advance in theories about the theme, as well as to re-read the documents that primary education in Pará.

Keywords: School Material Culture. School furniture. Primary Public Instruction. Pará.

## RESUMEN

El proyecto de emancipación educativa republicana, impulsado la necesidad de embellecer y equipar las instituciones de enseñanza con los más modernos e innovadores objetos de enseñanza, pues el estado de Pará presentaba un momento que hace una dialéctica de la modernidad con la política y la economía, proyectos de educación materializados por el triunfo modernista, simbolizados por la llamada Belle Époque. El presente estudio, tuvo como foco investigativo la materialidad de la instrucción primaria en el Pará entre 1889 y 1930, más específicamente el mobiliario escolar. Se objetivó comprender las prácticas culturales y las representaciones constituidas en el proceso de circulación y adquisición del mobiliario escolar en la escuela primaria de Pará y sus influencias en los dispositivos legales. Más específicamente, identificar el diseño material de la escuela concebido para organizar el cotidiano de la instrucción primaria en Pará; verificar la procedencia y adquisición del mobiliario escolar; destacar el proceso de fabricación y comercialización de los muebles para la Instrucción primaria paraense. Metodológicamente, la investigación fue realizada a partir del levantamiento de fuentes en el Archivo Público del Estado de Pará, Biblioteca Pública Arthur Viana. Se utilizó como fuentes: Mensajes e Informes de los gobiernos, Oficios, Álbumes de gobiernos, Decretos y Reglamentos y Catálogos de las Exposiciones Universales, entre otras fuentes que presentan vestigios de los muebles escolares y como fueron insertados en el cotidiano escolar. Desde el punto de vista teórico metodológico, este estudio se fundamenta en los análisis de la Historia cultural y de la Cultura Material Escolar, utilizadas aquí para la comprensión de la historia en la instrucción primaria paraense y de los indicios encontrados en la materialidad, así como los entendimientos de los discursos y de las prácticas culturales interior de la escuela. Tal procedimiento mostró que, aunque el Estado intentaba satisfacer los anhelos de la política modernizadora, regulando el uso de materiales escolares adecuados para la enseñanza primaria, exigiendo y ordenando de profesores y directores de las escuelas, el cumplimiento de las leyes que regían la enseñanza pública primaria en el estado, las condiciones materiales de espacio y objetos no satisfacían las necesidades para el funcionamiento de las casas de enseñanza. Como resultado, se constató que los enunciados discursivos de los documentos analizados apuntaron que algunas instituciones fueron equipadas con lo que había de más moderno para dar visibilidad al Estado como la "vitrina del progreso". En contraposición a este escenario de visual elegante, los relatos de directores y profesores de las casas / escuelas y grupos escolares del interior, denunciaban el "estado de ruinas" de los muebles y demás objetos. El descontento de los sujetos, a través de informes de la instrucción pública, periódicos de gran circulación y documentos oficiales, denunciaba la falta de atención a las solicitudes de materiales o incluso la reparación de objetos, más específicamente de los muebles escolares, para que el funcionamiento de las instituciones pudiera atender los requisitos previstos en los dispositivos legales. Se espera con este estudio, contribuir a dar visibilidad a la cultura material escolar, sobre todo el mobiliario escolar presente en la Historia de la Educación en Pará, posibilitando, a la vez, avanzar en las teorizaciones sobre la temática, así como realizar una relectura de los documentos que se trata de la instrucción primaria en Pará.

Palabras clave: Cultura Material Escolar. Mobiliario Escolar. Instrucción Pública Primaria. Pará.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Fontes documentais da pesquisa	46
Figura 2	Fachada do Grupo escolar José Veríssimo	71
Figura 3	Planta do edifício do grupo escolar José Veríssimo	72
Figura 4	Fachada do 5º Grupo Escolar da capital	73
Figura 5	Fachada do 6º Grupo Escolar da capital	74
Figura 6	Fachada do 7º Grupo Escolar	75
Figura 7	Fachada do Grupo Escolar de Abaeté	75
Figura 8	Fachada do Grupo Escolar de Igarapé-açu	76
Figura 9	Fachada do Grupo Escolar de Santa Isabel	76
Figura 10	Fachada do Grupo Escolar de Cameté	77
Figura 11	Fachada do Grupo Escolar de Baião	77
Figura 12	Fachada do prédio do Instituto Lauro Sodré	78
Figura 13	Fachada do Instituto Gentil Bittencourt	80
Figura 14	Sala iluminada pelo lado esquerdo	84
Figura 15	Uma aula no Instituto Gentil Bittencourt	91
Figura 16	Exposição Internacional de Turim em 1911	111
Figura 17	Comissão do Estado na Exposição Nacional em 1908	115
Figura 18	Medidas de bancos-mesas escolas francesas	119
Figura 19	Medidas de carteiras norte-americanas	119
Figura 20	Capas de catálogos de mobiliário escolar Livraria Ch. Delagrave	122
Figura 21	Catálogo de mobiliário escolar Delagrave (1935)	122
Figura 22	Capa do catálogo norte-americano (1889-1895)	123
Figura 23	Modelo de mobília das escolas de Paris	124
Figura 24	Carteira modelo norte-americano de Boston	125
Figura 25	Modelo de mobiliário das escolas primárias francesas (banco-mesa para 2 lugares)	129
Figura 26	Sala de aula da escola primária elementar do Instituto do Prata- seção feminina	129
Figura 27	Sala de aula da escola elementar do Instituto do Prata- seção masculina	133
Figura 28	Sala de aula primária- Instituto Orfanológico	133

Figura 29	Modelo de carteira individual norte-americano Boston	135
Figura 30	Carteiras com pés de ferro. Sala de aula do Instituto Lauro Sodré	136
Figura 31	Sala de aula complementar do Instituto Lauro Sodré	137
Figura 32	Modelo de cadeiras e poltronas para professores e administração escolar	138
Figura 33	Modelo de mesas/escrivainhas para professores e administração escolar	140
Figura 34	Modelos de quadro- negros	142
Figura 35	Modelo de mobiliário francês para dormitório escolar	143
Figura 36	Dormitórios dos Institutos Gentil Bittencourt, Orfanológico e Lauro Sodré	143
Figura 37	Modelo de mobiliário escolar para refeitórios	145
Figura 38	Modelo de lavatórios dos Institutos Orfanológico e Gentil Bittencourt	146
Figura 39	Inclinação adequada de carteiras	158
Figura 40	Casa francesa Hachette & C <sup>a</sup> , Paris	165
Figura 41	Casa francesa Charles Delagrave, Paris	166
Figura 42	Sindicato de Móvela e Materiais Escolares	167
Figura 43	Fachada das oficinas do Instituto Lauro Sodré	172
Figura 44	Planta das oficinas do Instituto Lauro Sodré	172
Figura 45	Oficina de Marcenaria do Lauro Sodré	173
Figura 46	Fachada da casa Salvador Mesquita & Cia	181

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- Dispositivos legais do ensino e os objetos necessários à instrução primária paraense (1890 – 1929)-----	63
QUADRO 2- Grupos Escolares do Pará de 1899 a 1907-----	77
QUADRO 3- Atendimento à instrução primária no estado do Pará em 1907 -----	79
QUADRO 4- Pedidos de materiais feito pelos professores para as escolas primárias-----	91
QUADRO 5- Encomendas de Material feita ao exterior- 1911 -----	143
QUADRO 6- Materiais fornecidos da Europa em 1903 -----	146
QUADRO 7- Mobiliário produzido pelo Instituto Lauro Sodré 1903 -----	168
QUADRO 8- Mobiliário produzido pelo Instituto Lauro Sodré em 1904 -----	169
QUADRO 9- Demonstrativo dos moveis e utensílios manufacturados no instituto Lauro Sodré, por conta do estado (1901- 1907)-----	170

## SUMÁRIO

<b>SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.1- <i>Motivação, questões investigativas e objetivos da pesquisa</i> .....	18
1.2- <i>Mobiliário Escolar: estado da arte</i> .....	24
<b>SEÇÃO 2: A TRILHA DA PESQUISA: O PERCURSO TEÓRICO- METODOLÓGICO</b> .....	34
2.1 – <i>Cultura Material Escolar e Pesquisa documental</i> .....	34
2.2 – <i>Descrição das fontes</i> .....	41
2.3 - <i>Procedimento analítico das representações</i> .....	47
<b>SEÇÃO. 3- A MATERIALIDADE E OS DISPOSITIVOS LEGAIS NO PARÁ REPUBLICANO</b> .....	51
3.1- <i>O cenário político educacional do Pará e a formação social na primeira república</i> .....	52
3.2 – <i>As propostas de educação no Pará e a legislação do Ensino Primário republicano</i> .....	57
3.3 - <i>Palacetes de Ensino: o modelo da materialidade diferenciada na Instrução Primária.</i> .....	68
3.4 – <i>As políticas higienistas no Pará e as preocupações com a materialidade escolar</i> .....	83
3.5 – <i>A organização da escola primária: espaço e tempos escolares</i> .....	90
<b>SEÇÃO 4. AS EXPOSIÇÕES E OS MODELOS DIFUSORES NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PARAENSE</b> .....	104
4.1- <i>A Cultura do espetáculo</i> .....	105
4.2- <i>O Pará nas Exposições</i> .....	109
4.2.1- <i>O Pará nas Exposições Universais</i> .....	110
4.2.2- <i>O Pará e a Exposição Nacional</i> .....	113
4.3 – <i>Objetos em vitrine por meio dos catálogos: uma circulação de saberes</i> .....	116
4.3.1- <i>Modelos de mobiliário francês e norte-americano que circularam na instrução primária do Pará.</i> .....	120
4.3.2 – <i>Carteiras/ bancos-mesas para a alunos</i> .....	123
4.3.3- <i>Mesa para professores e administração escolar</i> .....	139
4.3.4 – <i>Quadro negro</i> .....	141
4.3.5 – <i>Mobiliário para dormitórios, refeitórios e lavatórios</i> .....	142
<b>SEÇÃO 5. A PROVENIÊNCIA DO MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA PRIMÁRIA DO PARÁ: O PROCESSO DE AQUISIÇÃO</b> .....	148
5.1 – <i>As empresas estrangeiras: a aquisição via mercado externo</i> .....	148
5.1.1- <i>Casas estrangeiras fornecedoras ao Pará</i> .....	164
5.2 – <i>A fabricação do mobiliário e a movimentação do mercado interno</i> .....	168
5.2.1- <i>O Instituto Lauro Sodré e a produção de mobília escolar: em cena a oficina de marcenaria.</i> .....	170

5.2.2 - <i>A expansão do mercado local: oficinas parceiras do estado.</i> .....	180
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	183
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	189
APÊNDICES .....	200
ANEXOS.....	222

## SEÇÃO 1: INTRODUÇÃO

### A ESCOLA DA MESTRA SILVINA

*Minha escola primária...  
Escola antiga de antiga mestra.  
Repartida em dois períodos  
para a mesma meninada,  
das 8 às 11, da 1 às 4.  
Nem recreio, nem exames.  
Nem notas, nem férias.  
Sem cânticos, sem merenda...  
Digo mal - sempre havia  
distribuídos  
alguns bolos de palmatória...  
(...)*

*A gente chegava “- Bença, Mestra.”  
Sentava em bancos compridos,  
escorridos, sem encosto.  
Lia alto lições de rotina:  
o velho abecedário,  
lição salteada.  
Aprendia a soletrar.  
(...)*

*Não se usava quadro-negro.  
As contas se faziam  
em pequenas lousas  
individuais.  
Não havia chamada  
e sim o ritual  
de entradas, compassadas.  
“- Bença, Mestra...”  
Banco dos meninos.  
Banco das meninas.  
Tudo muito sério.  
Não se brincava.  
Muito respeito.  
Leitura alta.  
Soletrava-se.  
Cobria-se o debuxo.  
Dava-se a lição.  
(...)*

*Num prego de forja, saliente na parede,  
estirava-se a palmatória.  
Porta de dentro abrindo  
numa alcova escura.  
Um velhíssimo armário.  
Canastras tacheadas.  
Um pote d'água.  
Um prato de ferro.  
Uma velha caneca, coletiva,  
enferrujada.*

*Minha escola da Mestra Silvina...  
Velhos colegas daquele tempo.  
Quantos de vocês respondem  
esta chamada de saudades  
e se lembram da velha escola?*

(...)

*E a Mestra?...*

*Está no Céu.*

*Tem nas mãos um grande livro de ouro  
e ensina a soletrar  
aos anjos.*

**(CORA CORALINA)**

**Poema dos Becos de Goiás e Estórias Mais, 1965.**

Para as reflexões iniciais sobre o mobiliário escolar da Instrução Primária no Pará, objeto desta tese, recorreu-se às memórias compartilhadas no poema “*A Escola da mestra Silvina*” de Cora Coralina, que embora seja uma narrativa literária, retrata a escola e seu cotidiano que fez parte da história da escola no Brasil. Evidencia lembranças na escola primária e elementos da cultura material como: banco sem encosto; palmatórias; cartilhas; quadro negro; lousa individual; banca para menino; banca para menina; armários; pote de água, prato de ferro; caneca de ferro. O poema descreve ainda, a organização do tempo, a mobília, objetos e rituais que caracterizam a materialidade do mundo escolar. As situações descritas, remetem a uma cultura presa à prática do cotidiano que ali fora estabelecido, onde as influências pedagógicas e as relações de poder podem ser percebidas e foram assumidas pelos sujeitos que faziam parte do interior da sala de aula experienciado por Cora Coralina.

As estrofes que compõem o poema, retratam a escola do final do século XIX como espaço de circulação de cultura e de relações que se constroem nos interstícios. A escola apresentada na narrativa poética, aponta para a necessidade de estudos acerca do interior da escola, isto é, dos sujeitos e objetos que estão inter-relacionados aos processos de formação, assim como as ações que se estabelecem entre ambos na vida escolar. Como assinalou Certeau (1994) a invenção do cotidiano é uma ação determinada pela cultura, que por sua vez gera uma cultura específica.<sup>2</sup>

Como esclarece Vidal (2006), cumpre compreender o funcionamento interno da escola, a operacionalização das práticas escolares, no intercâmbio com a sociedade, assim como na relação com as dinâmicas culturais e políticas da sociedade brasileira, envolve considerar as

---

<sup>2</sup> Ver: CERTEAU, Michel De. **A invenção do cotidiano**, Petrópolis, Vozes, 1994.

maneiras como os sujeitos colocaram em funcionamento os dispositivos da escola e da cultura e criaram modos de ver o mundo, de conhecer a realidade e vivenciá-la.<sup>3</sup>

Coloca-se em evidência o interior da escola, sobretudo a sala de aula, os estudos que se dedicam a investigar a materialidade desses espaços, na perspectiva de compreender os objetos como dispositivos na relação estabelecida com as concepções pedagógicas, políticas e econômicas que foram instruindo um determinado grupo, num momento histórico de uma determinada sociedade. O enfoque na materialidade da escola, objetos e artefatos que contribuem para análise e compreensão dos fenômenos educacionais evidenciam a necessidade de pesquisas que tomem como referência a cultura material. O destaque aqui nesta tese para o mobiliário.

O mobiliário constituiu-se como item fundamental para a organização do espaço escolar, destacando-se com artefatos que conduziam a disciplina e o desenvolvimento intelectual dos alunos, além das preocupações com a saúde e higiene do cotidiano das escolas. De acordo com Castro (2013), compreende-se por mobiliário: armários, quadro, bancos, bancas, cadeiras, carteiras, sofá, escrivaninha, estante, estrado, mesa, cabides, chapeleiros, etc. Elementos que podem ser compreendidos como parte da cultura escolar e da circulação de saberes.

### *1.1-Motivação, questões investigativas e objetivos da pesquisa*

Antes de abordar a presença e circulação dos objetos da cultura material, mais especificamente o mobiliário escolar na Instrução Primária do Pará republicano, faz-se necessário situar meu interesse e aproximação com esta temática, que nasce de um conjunto de motivações desencadeadas a partir do meu ingresso em 2012 no Mestrado no Programa de Pós-graduação em Educação-PPGED/UFGA. Inicialmente, cabe destacar minha inserção no Grupo de Pesquisa “José Veríssimo e o Pensamento Educacional Latino-americano”, coordenado pela Profa. Dra. Sônia Maria da Silva Araújo.<sup>4</sup> Esta proposta expressa minha trajetória de pesquisa

---

<sup>3</sup> Ver: VIDAL, Diana Gonçalves. **Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa**. In: EDICIONES UNIVERSIDAD DE SALAMANCA Hist. educ., 25, 2006, pp. 153-171.

<sup>4</sup> O grupo nasce dentro do Grupo de Pesquisa "Constituição do Sujeito, Cultura e Educação" (ECOS), a partir da execução do projeto de pesquisa "Educação e Cultura em José Veríssimo: apontamentos para a compreensão da discriminação e do preconceito étnico no Brasil", financiado pelo Edital Universal 2004/CNPq. Dentre os objetivos dos grupos destacam-se: desenvolver projetos interdisciplinares de pesquisa sobre a obra e a biografia de José Veríssimo; articular, em nível nacional, pesquisadores da vida e obra de José Veríssimo; fazer estudos comparados entre o pensamento de José Veríssimo e o de outros autores brasileiros e latino-americanos; além de abordar temas históricos ligados ao pensamento educacional, especialmente o nacionalismo e o pós-colonialismo.

na elaboração da dissertação do mestrado, na qual apresento o pensamento social de José Veríssimo sobre Raça e Educação, comparado ao pensamento de José Ingenieros, intelectual argentino. Um estudo histórico que auxiliou ao entendimento de conceitos e das dinâmicas presentes neste contexto social.

As leituras de diversas obras de José Veríssimo, para análise da História da Educação no Pará, ainda na época do Mestrado (2012 a 2014), permitiram uma releitura e interesse em pesquisar este objeto de estudo, em contato com o Relatório da Instrução Pública no Estado do Pará (1890), neste relatório Veríssimo apresenta as necessidades e precariedades de materiais e objetos escolares para o funcionamento da Instrução Pública no Pará; e a obra Notícia Geral do Collegio Americano (1884), que discorre sobre a organização do espaço, tempo e disciplinamento no cotidiano desta instituição, nos quais relacionou-se as discussões aos conteúdos de suas obras e suas ideias, à temática da cultura material, assim como surgiu a necessidade de investigar a cultura material escolar no Estado do Pará, em busca destes referenciais e objetos históricos.

Com o ingresso no doutorado em 2015, o projeto inicial estava voltado ao estudo da cultura material nas obras de José Veríssimo, no entanto, com a participação na primeira disciplina eletiva sobre Cultura Material Escolar, no primeiro semestre de 2015, ministrada pelo Prof. Dr. César Castro, orientador desta pesquisa, o interesse pelas novas discussões e apropriações teóricas sobre a temática, instigou-se a redefinir e ampliar a investigação para a Instrução Pública Primária no Pará entre os anos de 1889 a 1930. A partir disso, investigou-se e explorou-se esse princípio fundamental, através do campo da cultura material, o que possibilitou o contato com um vasto referencial bibliográfico vinculado aos estudos da cultura escolar e da história da educação. Entre os autores apresentados destacam-se Dominique Julia, Antônio Viñao Frago, Margarida Filgueira, Augustin Escolano Benito, Marcus Levy Bencosta, Rosa Fátima de Souza, Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes Faria Filho. Vale aqui ressaltar entre estas referências, o professor César Augusto Castro que estuda esta temática e coordena pesquisas nas regiões norte e nordeste sobre a cultura material escolar, vinculadas ao grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos e Documentação em História da Educação e das Práticas Leitoras- NEDHEL”<sup>5</sup> da Universidade Federal do Maranhão.

---

<sup>5</sup> O NEDHEL iniciou suas atividades no ano de 2005 e desenvolve pesquisas no campo da História da Educação no Maranhão contemplando atividades sobre a história do Livro e da leitura, desenvolve projetos de pesquisa integrando os campos das ciências sociais e humanas, notadamente Educação, História e Biblioteconomia. Estudo e análise de documentação em torno de temáticas vinculadas à Cultura Material Escolar.

Além disso, embora seja uma temática que vem ampliando o campo de investigação nas pesquisas em história da educação nas diversas regiões do Brasil, a produção de estudos específicos relacionados à cultura material escolar, ainda são ausentes no cenário acadêmico da história da educação no Pará. Nessa direção, estudar o mobiliário escolar se torna relevante, pois traz contribuições significativas para a compreensão da Escola Pública Primária em finais do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX com o advento da República e as transformações da escola e o novo ideário educacional.

Neste sentido, as discussões em torno da cultura material escolar no Brasil, destacam diversas possibilidades de investigação direcionando o olhar mais específico para a materialidade e suas contribuições para o processo de constituição das práticas e da formação dos sujeitos sociais. Diferentes temáticas que evidenciam a materialidade da escola, fontes e opções teórico-metodológicas, revelam as relações sociais, bem como a importância das práticas cotidianas no interior da escola, que por sua vez, constituem um cenário complexo de apropriação e compreensão da organização dos objetos, artefatos e rituais escolares, seu funcionamento e os vetores desta relação.

Direcionar o estudo tendo como objeto de investigação o mobiliário escolar na Instrução pública primária do Pará, entre os anos de 1889 a 1930, é o que se propõe esta tese. Portanto, faz-se necessário contextualizar o período histórico em que se situa o recorte temporal.

A definição temporal deu-se em função do início da República, Belém do Pará apresentar um momento que faz uma dialética da modernidade com a política e economia, perpassando pelos projetos de educação materializados pelo triunfo modernista, simbolizados pela chamada Belle Époque<sup>6</sup>. A partir de 1889, proclamada a República, em fevereiro do ano seguinte, o governo tratou de reformar a instrução pública no Pará. O movimento em defesa da educação, sustentava as duras críticas ao modelo decadente que regia a instrução pública no estado, mobilizando um grupo de intelectuais pertencentes ao movimento republicano paraense, que defendia reformas imediatas para atender as estratégias políticas e consolidar as ideias republicanas.

Neste cenário de reordenamento das estruturas sociais, concretizou-se a reformulação da Instrução Pública do Pará em 1890. Ao longo desta temporalidade, destaca-se o investimento no ensino primário com várias reformulações nos regulamentos e programas de ensino, dando visibilidade ao sujeitos envolvidos na construção da cultura escolar, entra em cena os inspetores, diretores, professores, bem como a materialidade dos objetos escolares e a

---

<sup>6</sup> Ver: SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912).

implantação de casas apropriadas para o funcionamento da instrução primária do Pará, a criação dos grupos escolares a partir de 1899. De acordo com Feitosa (1987), no período de 1889 a 1912, a escola primária teve a sua primeira fase – de 1890 a 1899 registrou-se uma estatística escolar de 577 escolas - e de 1900 a 1912 uma segunda fase com 36 grupos escolares e 111 escolas isoladas na capital e no interior.

De acordo com Souza (1998), em finais do século XIX e início do século XX, a educação popular se difundia em nível mundial e neste contexto a reestruturação da escola primária passa a ser vista como uma estratégia política para a consolidação do novo regime. A difusão da instrução primária se torna indispensável para fazer o país avançar com o projeto de instauração da república. O amor à pátria, a valorização do sentimento nacional, a disciplina, a moral, o civismo, a postura de respeito às autoridades, hábitos de higiene e civilidade são aspectos exaltados na transmissão dos valores pátrios, baseadas num projeto não apenas de implantação da república, mas com a esperança de regenerar a nação que estava impregnada por um modelo de instrução desgastado e decadente.

A modernização das cidades, as reformas políticas, urbanas, educacionais, foram se instalando na sociedade que almejava os moldes civilizatórios. Junto com a instauração da República no Brasil, a educação se destaca como elemento imprescindível a preparação do indivíduo para as transformações advindas da reorganização sociocultural impulsionada pela instauração do novo regime, e inserção no mundo moderno.

De acordo com Schueler e Rizzini (2015), no Estado do Pará, havia a expectativa de progresso e modernidade com a expansão da economia da região amazônica em razão da extração e exportação da borracha para diferentes países do mundo. A modernidade de um lado, estava simbolizada por um conjunto de artefatos e materiais, bem como o reordenamento urbano com a suntuosidade de edifícios e praças como vitrines da cidade destacando novos ares republicanos. De outro lado, se confrontava com o enfrentamento dos problemas cotidianos das camadas populares que viviam afastadas do centro da cidade, como por exemplo a falta de saneamento, higiene, habitação, doenças e graves problemas sociais, como o analfabetismo que preocupavam as elites locais. Portanto, um dos caminhos que as autoridades políticas acreditavam para livrar a população dessas mazelas foi investir na instrução pública e tirar o povo da ignorância e incivilidade.

Neste sentido, Morais (2015) destaca que, as novas proposições de um modelo educacional republicano foram pensadas, uma educação que negasse a educação aplicada no modelo imperial, pois a nova proposta da pedagogia considerava que a formação de professores, o ensino primário, os métodos de ensino, a instrução popular e educação feminina, deveriam

seguir os preceitos da ciência moderna e da educação adotadas nos países civilizados. O modelo de educação apoiava-se na formação do professor e da criança para progredir e modernizar o Estado, portanto, viu-se a necessidade de reformas na Instrução Pública para atender às novas demandas do sistema político educacional do Pará.

Proclamada a República, um novo regulamento foi então promulgado em 07 de maio de 1890<sup>7</sup> no governo provisório de Justo Chermont, *o Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará*. Este regulamento atende aos anseios e proposições que os republicanos paraenses haviam apresentado nos artigos do jornal *A República*<sup>8</sup>, propondo uma educação que atendesse e se orientasse pelos princípios da moderna pedagogia, com fins de educação moral e civilidade, defendidos pela ciência moderna.

É neste cenário, que José Veríssimo assume o cargo de diretor da Instrução Pública (1890 a 1891) e opera a reforma educacional, em especial do ensino primário, com o objetivo de superar os problemas da instrução apresentados no cotidiano das escolas regidas pelas leis educacionais do antigo regime. Segundo França (2004), José Veríssimo nutria a convicção de que a educação escolarizada poderia contribuir para o melhoramento dos homens e ajudar o país a superar o atraso cultural, sendo estas considerações uma constante em seus escritos literários, procurava demonstrar a importância da educação moral associada à disciplina, tomando como aspectos fundamentais da formação do homem a educação física, a educação moral e os cuidados higiênicos. Adepto desses valores, deixa entrever em várias passagens do seu discurso que pretendia introduzir, um ensino de base científica, e outras formas de aprender e ensinar que tornassem o aprendizado mais atraente e favorecessem a compreensão, ao invés da mera decoração das lições. O ensino deveria partir da experiência, do concreto e do contato direto com os objetos do conhecimento.

Assim, justifica-se o final do recorte temporal desta pesquisa baseado no contexto de mudanças nas configurações do ensino primário do Pará, os dispositivos legais regulamentavam a implementação do método simultâneo, alicerçado pela prática das lições de coisas, que constituiu os programas de ensino primário até o final da primeira República, em 1930. As demandas deste novo método, projetavam a reordenação dos espaços escolares, nova arquitetura, mobiliário escolar e demais objetos para compor o cenário educacional vigente. Após este período, a educação no Pará começa a se alinhar ao movimento da Escola Nova.

---

<sup>7</sup> In: PARÁ. Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará, 1890.

<sup>8</sup> O jornal *A República* circulou entre os anos de 1886 a 1900, cujos leitores eram intelectuais e representantes das elites da economia e da política.

Segundo Vidal (2013) com a aprovação de leis e obrigatoriamente de ensino e a organização das aulas com a implantação do novo método simultâneo, demandou a utilização de objetos para um bom desenvolvimento da aprendizagem. Portanto, a escola começou a se transformar num mercado atraente para a indústria de materiais escolares (mesas, carteiras, quadros, armários, bancas, livros, mapas e outros) e o estado como um forte comprador.

Portanto, tomando como objeto de investigação o mobiliário escolar presente na instrução primária no Pará, levantamos a problemática: Que representações e práticas culturais se constituíram no processo de circulação do mobiliário escolar e suas influências nos dispositivos legais para o desenho material da escola concebida ao ensino primário no Pará?

Para aprofundamento desta problemática, propomos as seguintes questões: 1- Como se constituiu a materialidade da Instrução primária e os dispositivos legais para organização do cotidiano escolar? Que modelos difusores da materialidade circularam no Pará por meio dos catálogos? Como se deu a aquisição e comercialização do mobiliário escolar para a Instrução Pública do Pará?

Feitas todas essas considerações, importa destacar que o objetivo geral deste estudo foi compreender as práticas culturais e as representações constituídas no processo de circulação e aquisição do mobiliário escolar na escola primária do Pará e suas influências nos dispositivos legais. De forma mais específica objetiva-se: 1- identificar o desenho material da escola concebido para organização do cotidiano da instrução primária no Pará; 2- verificar a proveniência e aquisição do mobiliário escolar; 3- destacar o processo de fabricação e comercialização da mobília para a Instrução primária paraense.

Neste estudo o argumento defendido é de que embora o Estado tentasse satisfazer os anseios da política modernizante, regulamentando o uso de materiais escolares adequados para o ensino primário, exigindo e ordenando de professores e diretores das escolas, as condições materiais de espaço e mobiliário não satisfaziam as necessidades para o real funcionamento das casas de ensino. O discurso de modernização e inovação da escola paraense alinhado às propostas propagadas pelo incentivo de um mobiliário, que se adequasse aos preceitos pedagógicos e higiênicos, e criasse nos alunos posturas saudáveis, assim como a uniformização do reordenamento material, não abrangeu, simultaneamente todas as escolas primárias paraense. Os enunciados discursivos dos documentos analisados apontaram que algumas instituições foram equipadas com o que havia de mais moderno para dar visibilidade ao Estado como a “vitrine do progresso”. Em contraponto a este cenário de visual elegante, os relatos de diretores e professores das casas/escolas e grupos escolares do interior, denunciam o “estado de ruínas” das mobílias e demais objetos.

## 1.2- *Mobiliário Escolar: revisão da literatura*

O levantamento de estudos aqui apresentado, possibilitou o mapeamento das produções acadêmicas que abordam a história do mobiliário escolar e da cultura material, para assim compor um perfil dessa temática no Brasil e no Pará. A seleção dos trabalhos ocorreu por amostragem intencional, baseada no critério de visibilidade na área de estudo. Tais critérios subsidiaram a seleção nos bancos de dados da CAPES, que utilizou como busca inicial de seleção as palavras “Mobiliário escolar e cultura material” ou “Mobiliário escolar Primeira Republica” e “Cultura Material Escolar”. Para a palavra-chave *Mobiliário escolar e cultura material*, o site de busca retornou 11.006, um número muito significativo de produções, sendo 7.560 dissertações e 3.446 teses na área de concentração educação, entre os anos de 2013 a 2017. Na palavra-chave *Mobiliário escolar primeira república*, o retorno para as produções foi ainda maior com 12.959 trabalhos, 10.713 dissertações e 2.246 teses, porém observou-se que a maioria dos trabalhos tratava da história de grupos escolares. Quando tentou-se refinar a busca para o assunto *Cultura Material Escolar*, o resultado do quantitativo de produções reduziu para 5.880, sendo 4.077 dissertações e 1.803 teses na área de concentração da educação e em programas de Educação. Para este assunto, as produções destacam em seus títulos a cultura escolar de diferentes instituições nas regiões sul e sudeste do país, além de estudos sobre a história da leitura.

Na tentativa de mapear estudos relacionados à temática desta tese, optou-se por delimitar as pesquisas à Programas de Pós-graduação em Educação, que disponibilizam, via internet, os resumos das pesquisas, além de Periódicos como: Cadernos de História da Educação; Revista Brasileira de História da Educação, entre outros.

Das pesquisas apresentadas a seguir, quando comparadas a este estudo, apresentam diferença metodológica ao utilizarem para análise apenas uma peça do mobiliário escolar<sup>9</sup>, evidenciando aspectos estruturais, econômicos, administrativos e funcionamento das instituições. Dentre os estudos deste levantamento, destacam-se as pesquisas sobre a Educação no Pará, com temáticas que evidenciam a cultura material escolar em suas análises. A presente tese, busca analisar a representatividade das práticas culturais<sup>10</sup> no processo de circulação da

---

<sup>9</sup> Aos estudos que analisam apenas uma peça do mobiliário, trata-se especificamente de: Carteiras escolares e a Lousa.

<sup>10</sup> Conceito sobre práticas culturais aqui anunciado, será discutido nas sessões seguintes nas análises manifestas pelos sujeitos e na materialidade dos objetos em estudo.

materialidade na mobília escolar, a organização do cotidiano da escola primária no Pará e a fabricação/comercialização.

Na busca de trabalhos relacionados à tese que revelam análises sobre o mobiliário escolar, localizou-se a Tese intitulada: *Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações (São Paulo, 1874-1914)*, Wiara Rosa Rios Alcântara (2014), da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Diana Gonçalves Vidal. Em sua tese, Alcântara (2014), destaca o estudo da materialidade da escola, a carteira escolar, evidencia questões econômicas e administrativas relacionadas à estrutura e ao funcionamento das instituições de ensino. Investiga a emergência da escola como mercado consumidor, o Estado como comprador e da indústrias do mobiliário na instrução pública de São Paulo ao final do século XIX. Discute sobre a relação dos preceitos de higiene escolar; a internacionalização de objetos escolares; as exposições universais pedagógicas e as práticas administrativas para o investimento na educação pública atendendo a moderna pedagogia em contexto.

Alcantara (2016)<sup>11</sup>, reflete sobre a transnacionalização de objetos escolares no fim do século XIX, dando especial atenção às carteiras. Nesse período de estruturação da escola moderna, pública e obrigatória em muitos países do Ocidente, observa-se uma circulação internacional de discursos e saberes sobre o corpo infantil, o corpo do cidadão escolarizado, no âmbito da higiene pública e escolar. Ao lado das questões pedagógicas, médicas e higiênicas, a industrialização, as inovações tecnológicas e a globalização propiciam a fabricação e a difusão de um novo objeto que se tornaria cada vez mais imprescindível ao funcionamento das instituições de ensino, a carteira escolar. A partir da análise dos catálogos das indústrias de mobiliário escolar, discorre sobre os modelos de carteira mais hegemônicos, expostos nas exposições universais do século XIX. Destaca as empresas norte-americanas e francesas que disputavam a liderança do mercado de mobiliário escolar, num contexto em que a escola emerge como um importante mercado consumidor.

A Tese da Profa. Dra. Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino França<sup>12</sup> (2004) “*JOSÉ VERÍSSIMO (1857- 1916) E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA REPUBLICANA: Raízes da renovação escolar conservadora*” apresentada à Faculdade de Educação,

---

<sup>11</sup> ALCANTARA, Wiara Rosa Rios. **A transnacionalização de objetos escolares no fim do século XIX**. In: Anais do Museu Paulista, São Paulo, 2016.

<sup>12</sup> Professora Adjunta do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós Graduação da Universidade do Estado do Pará . Integrante do Núcleo de Educação Popular Paulo Freire (NEP) da Universidade do Estado do Pará e Coordenadora do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia (GHEDA).

Universidade de Campinas. Esta autora, pesquisadora da História da Educação no Pará, enfatiza o Movimento de renovação intelectual brasileiro; Veríssimo e Educação brasileira republicana, assim como explora a atuação de Veríssimo na Instrução Pública no Pará (1890-1891). Em destaque neste estudo, o propósito de José Veríssimo de veicular as novas ideias do século se materializou nas reformas pedagógicas implantadas no Colégio Americano (1884-1890), fundado e dirigido por ele na Província do Pará. Esse ideário pode ser visualizado em várias passagens dos escritos que compõem a nova edição da *Notícia Geral Sobre o Colégio Americano*.

França (2004) ao apresentar a Instrução Pública do Pará em seu estudo, faz um destaque específico ao ensino primário, revela as críticas feitas por José Veríssimo que chama a atenção para a carência absoluta tanto de casas apropriadas para o bom funcionamento das escolas quanto de material didático e mobiliário escolar. Diante disso reiterava, mais uma vez, que a criação das escolas primárias não correspondia a um interesse real pela instrução, mas atendia a outros fins que não tinham a mínima relação com ela. Assim, destaca a necessidade dos seguintes materiais: a) Mobília suficiente para atender os alunos que as frequentavam, construída de acordo com os ensinamentos e exigências da higiene escolar, devendo ser adotado pelo menos três tipos de bancos-carteiras para atender as idades dos alunos de 6 a 8, 9 a 11 e 12 a 14 anos; b) Um estrado para a mesa do professor; c) Uma mesa ou carteira e uma cadeira para o professor; d) Um armário envidraçado para guardar os cadernos dos alunos e o material de ensino do professor; e) Um bom quadro negro de madeira; f) Um mapa – mundial; g) Um mapa do Brasil; h) Um mapa do Estado; i) Um globo terrestre; j) Um relógio; k) Um compasso, um esquadro, um transferidor, uma régua métrica para o estudo do desenho e da geometria; l) Uma coleção de medidas do sistema métrico; m) Livros de expedientes. Ao analisar a subseção específica sobre o ensino primário, observa-se que a autora evidencia a importância dos elementos da cultura material, em especial ao mobiliário escolar anunciados por José Veríssimo em seu Relatório da Instrução Pública em 1890.

A pesquisa de Tese de Maricilde Oliveira Coelho<sup>13</sup> (2008), “*A escola Primária no Estado do Pará (1920-1940)*”, Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Nelso Shapochnik, analisa a cultura da escola primária no Brasil, em particular no estado do Pará. Discute as questões, sociais, políticas, culturais e econômicas, especialmente da sociedade paraense. A partir do conceito de Dominique Julia (2001), como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar, a tese analisa as

---

<sup>13</sup>. Doutora em Educação (USP), Pós-doutorado (UFMG). Atuando principalmente nos seguintes temas: História da educação, Cultura Escolar, Método de ensino, História cultural. Docente da Escola de Aplicação da UFPA.

normas e legislações para a educação primária, os saberes gerais e específicos, ministrados aos alunos; a formação do professor primário, agente responsável em utilizar dispositivos pedagógicos para facilitar a aquisição de conhecimentos e habilidades, entre eles os rituais e comemorações cívicas da escola primária. O estudo aborda questões relacionadas à sociedade, cultura e educação; saberes e caminhos da escola primária, com destaque para formação moral, higiênica e social; o espaço do ensino ( escolas, grupos escolares, espaços dos desvalidos); o ofício de ser professor; os rituais, as festas e comemorações da escola primária.

Aspectos que caracterizam a cultura material escolar são apresentados no estudo de Coelho (2008), segundo a autora, na inauguração da Escola Fellipa de Vilhena (1923), a escola era gratuita e funciona no salão de Honra do Gremio literário Português à Rua Manoel Barata / 87- A, no centro de Belém. Em janeiro de 1924, as aulas passaram para outra sala, no próprio prédio. Esta sala foi mobiliada com oito carteiras de freixo, oito bancos, vinte carteiras com respectivos bancos, um estrado de acapu e pau amarelo, dois cabides de madeira, um filtro de barro, uma caneca esmaltada. O presidente do Grêmio entregou a professora os seguintes materiais: Uma cartilha do método João de Deus, trinta e dois murais, um quadro com retrato de João de Deus, três pedras escolares com respectivos cavaletes, quatro régua de madeira, um mapa militar de Portugal e colônias, um mapa da Itália, um mapa da Península Ibérica, um mapa mundi, um mapa de pesos e medidas decimais, além de materias de expedientes administrativos.

Ainda segundo Coelho (2008), o mobiliário da sala de aula da Escola Fellipa Vilhena, refletia a simplicidade das escolas isoladas da capital e revelava hábitos e costumes. A disposição das carteiras individuais da sala de aula correspondem à padronização e individualização do aluno e constituíam um dispositivo ideal para manter o isolamento das conversas, o contato, a brincadeira, a distração e a própria higiene pessoal. Ao longo do trabalho também é observado a relevância das edificações das escolas, sejam elas construídas na capital como no interior do estado, revelando a preocupação com os preceitos higiênicos e os ideias propostos pela moderna pedagogia. Observa-se que a autora se apropria de referências da cultura material escolar para analisar as relações e os processos de constituição das instituições primárias e a organização da cultura escolar.

Outro trabalho relacionado, se apresenta na Tese de Raimunda Dias Duarte<sup>14</sup> (2015) “*A ordem de educar meninos na Amazônia paraense: uma análise discursiva da obra Compendio de Civilidade Cristã, de Dom Macedo Costa (1880-1915)*” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Maria da Silva

---

<sup>14</sup> DOUTORADO EM EDUCAÇÃO pela Universidade Federal do Pará (2015), na linha de Educação, Cultura e Sociedade, com foco em História da Leitura e das Edições Didáticas. Docente da Universidade Federal do Pará.

Araújo Alves. Analisa a obra a partir de duas perspectivas: como objeto físico e como texto. No domínio da investigação que considera o livro escolar de leitura como objeto físico, busca compreender a relação entre autor e editor na produção e edição da obra; situar historicamente a editora no contexto da produção de livros didáticos no Brasil; identificar os indicativos implícitos e/ou explícitos que Dom Macedo Costa inscreve na obra para produzir uma leitura de acordo com a sua intenção e impor um sentido para ela e identificar as ideologias que atravessam os elementos impressos nas formas tipográficas.

De acordo com Duarte (2015), o estudo destaca a história do livro didático no Brasil, fazendo uma contextualização do Império à República; Os discursos do compendio de civilidade cristã como objeto físico, apresenta este elemento importante da cultura material como vetor de relações sociais, morais e de civilidade, um livro escolar voltado para a educação de meninos do ensino primário. Uma análise ideológica que envolve o contexto sócio-histórico e cultural em que a obra está inserida.

Outro estudo relevante e relacionado à temática em questão, apresenta-se na Tese de Wellington da Costa Pinheiro<sup>15</sup> (2017), intitulado “*O Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)*” do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará, orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Laura Maria da Silva Araújo Alves. A pesquisa apresenta em suas análises, os discursos ideológicos que permearam a história do Instituto Orfanológico do Outeiro em relação à assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos. Ao longo do trabalho, abordagens significativas evidenciam a presença de elementos importantes para a cultura material escolar, destacando os espaços do Orfanológico e as instalações para formar meninos, bem como apresenta as práticas educativas e de cuidados na formação de meninos no referido instituto.

Wellington Pinheiro (2017), na organização do espaço do Instituto Orfanológico, apresenta a configuração arquitetônica dos espaços, destacando as características e finalidades de cada um, assim como analisa os aspectos estruturais e higiênicos, dialogando com os preceitos e discursos ideológicos produzidos pelos higienistas no final do século XIX e início do século XX. Diverdas imagens iconográficas revelam a organização dos espaços da sala de aula e do cotidiano da instituição, visibilizando os diferentes objetos e artefatos da cultura material, principalmente o mobiliário que compunha os ambientes ali explorados.

---

<sup>15</sup> DOUTOR EM EDUCAÇÃO pela Universidade Federal do Pará (2017), na linha de Educação, Cultura e Sociedade. Docente da Universidade Federal do Pará/ Instituto de Ciência da Educação- ICED.

A dissertação de Raquel Xavier de Souza Castro (2009), intitulada: *DA CADEIRA ÀS CARTEIRAS ESCOLARES INDIVIDUAIS: Entre mudanças e permanências da escola primária catarinense (1836-1914)* do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Santa Catarina, orientada pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Gaspar da Silva, apresenta a trajetória das carteiras escolares em Santa Catarina no período de 1836-1914. Identifica aspectos que caracterizam este mobiliário no início da organização das escolas primárias no estado. Evidencia os métodos de ensino indicados na legislação catarinense; o disciplinamento e a organização dos corpos sob a influências de médicos, arquitetos, professores e estudiosos. Destaca a criação dos grupos escolares e o avanço no mobiliário escolar, bem como as exposições universais que influenciaram na aquisição de modelos dos Estados Unidos.

Para Raquel Xavier (2009), o estudo sobre a trajetória da carteira escolar apresentada em sua pesquisa, foi possível perceber através dos métodos de disciplinamento e da higienização dos corpos, de modelos de carteiras específicas para os grupos escolares e também de seus usos sociais, as estruturas de comunicação e das relações de autoridade, materialidade e suas especificidades com os espaços criados na sala de aula, além da sua própria história como espaço de transmissão de valores sociais. Segundo esta autora, ao estudar a história das carteiras, constatou-se que elas não estão dispostas ao acaso nas salas de aula, ao contrário, elas ganharam força nesse ambiente com formatos e materiais diversos que indicam como todos devem se posicionar e se comportar (CASTRO, 2009, p. 19).

O estudo de Valdeniza Maria da Barra (2001) “*DA PEDRA AO PÓ: o itinerário da lousa na escola paulista no século XIX*”, do Mestrado em Educação da PUC São Paulo, sob orientação do Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Kazumi Munakata, relaciona o método escolar aos utensílios escolares, como a lousa. Isso mostra que o método escolar, para ser coerente e efetivo, depende de alguns materiais escolares dispostos à sala. Destaca o método Lacansteriano que influenciou muitas escolas aqui no Brasil, mais propriamente, as escolas de Primeiras Letras, por ser um método mútuo/monitorial e ao mesmo tempo simultâneo. De acordo com Valdeniza, “a falta de especificação do método e a determinação dos móveis e utensílios utilizados nas escolas foi uma tentativa de dissociar a relação entre método e material escolar”. (p. 9).

Ainda tratando dos objetos e utensílios da cultura material escolar, Valdeniza Barra (2007), apresenta o texto “*possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios), modos de organização da escola e intervenções de ensino*”<sup>16</sup>. O texto põe em cena

---

<sup>16</sup> Ver: BARRA, Valdeniza Lopes. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios) modos de organização da escola e intervenções de ensino. In: Revista Brasileira de História da Educação, nº 14, p. 15-36, maio/agosto 2007.

as disputas em torno da organização material de uma escola feminina oitocentista, por meio da análise das posições oficiais da Inspetoria Geral de Instrução Pública de São Paulo e da professora da cadeira de primeiras letras do sexo feminino da Vila de Capivari. A produção de aspectos constituintes do dispositivo da transmissão simultânea de ensino é discutida a partir da abordagem da cultura material escolar, no confronto entre os materiais (móveis e utensílios) definidos como necessários para o uso das escolas paulistas de primeiras letras (anos de 1850) e, além disso, a solicitação de materiais requeridos pela professora. Os possíveis usos e arranjos dos objetos sobre o espaço de funcionamento da escola em questão parecem transformar o mesmo espaço, conferindo-lhe novos sentidos ao mesmo tempo em que se delineiam os contornos de um modo de organização da escola.<sup>17</sup>

A pesquisa de dissertação realizada por Gustavo Rugoni de Sousa (2015) “*Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1954)*”, do Programa de Pós-graduação da Universidade Estadual de Santa Catarina, orientado pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Gaspar da Silva, analisa a tríade Indústria, Escola e Estado, trata das relações entre a fábrica de Móveis CIMO e o mercado escolar, com o intuito de aprofundar o provimento material da escola primária. Destaca a escola como mercado atraente para a indústria, fazendo uma reflexão social e econômica da região sul de Santa Catarina, circulação de saberes. Evidencia as exposições universais como palco da modernidade e de modelo ideal de escola. Assim como discute o mobiliário escolar em consonância com a circulação de ideias pedagógicas.

Em seu estudo, Gustavo Rugoni (2015), considera em suas análises, a escola como mercado e a indústria escolar, portanto, ressalta que as demandas fabris demonstraram uma mobilização em idealizar, fabricar e comercializar produtos escolares. Tendo como um das categorias de análise a cultura política, fundamental para a análise da tríade indústria, escola e Estado, revela que a escolha dos mobiliários escolares, assim como as fábricas que irão fornecê-los, pode ocorrer não apenas por questões técnicas, mas também por decisões baseadas para atender interesses de grupos políticos. Além disso, a idealização dos artefatos também poderiam sofrer alterações de acordo com as características políticas de cada região (SOUSA, 2015, p. 41).

---

<sup>17</sup> BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios) modos de organização da escola e intervenções de ensino. In: Revista Brasileira de História da Educação, nº 14, maio/agosto 2007.

Ainda segundo Gustavo Rugoni, ao analisar a fábrica de Móveis CIMO, revela que a empresa adotou diferentes tecnologias na sua linha de produção ao longo do tempo e que por meio de catálogos percebeu que seus produtos foram sofrendo alterações não apenas para atender as exigências de desing, ergonômicas e também produtivas para a que a CIMO pudesse oferecer ao mercado escolar maior quantidade de produtos, com valores menores para que pudesse influenciar diretamente a quantidade adquirida pelos Estados (SOUSA, 2015, p. 43).

Do levantamento realizado por César Augusto Castro (2011) como organizador da obra *CULTURA MATERIAL ESCOLAR: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RS, 1870-1925)*, traz nesta coletânea a produção e a circularidade dos utensílios que estiveram presentes nas escolas maranhenses, paulistas, gaúchas, paranaenses e catarinenses. Em suas análises diz que, independente das influências econômicas, políticas, sociais e migratórias, havia a presença de uma rede de consumidores e distribuidores desses objetos em todas as regiões do país. De acordo com Castro, observou-se com este estudo que a aparição de determinados materiais estavam relacionados com os momentos de crescimento da rede escolar, principalmente as escolas primárias e secundárias. A reestruturação do campo educacional, a implantação de métodos de ensino como o Intuitivo, vinculados ao desenvolvimento econômico, desencadearam vários movimentos em prol da instrução, entre estes a estruturação física e material das escolas e por conseguinte a aquisição de materiais necessários para o provimento das aulas.

Conforme Castro (2011), o processo de modernização e as mudanças pensadas para o Brasil com a instalação da República, trouxeram para a escola novos desafios, entre eles a edificação de prédios com arquitetura imponentes, a criação de grupos escolares localizados nas vitrines da cidade, para que fosse visibilizado o poder e a instauração do novo regime. Com isto, a ideia do que havia de mais atual, a inovação dos métodos, a circulação de objetos escolares e a eficiência da organização e controle para manter a ordem do ensino.

Do levantamento feito em artigos publicados em periódicos nacionais, vê-se o artigo publicado na Revista Brasileira de História da Educação<sup>18</sup>, sobre o título “*Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870 – 1920)*”, Vera Lúcia Gaspar da Silva (2013) analisa um conjunto de prescrições indicadoras do provimento material da escola, no intuito de identificar um desenho material para a escola primária de Brasil e Portugal num importante período de sua organização, qual seja, finais do século XIX e início do século XX. Apresenta a descrição do espaço físico (a

---

<sup>18</sup> In: Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 207-233, set./dez. 2013

higiene material): a escola deve ser atraente. as referências de descrição da edificação, indicações de mobiliário e de outros equipamentos recomendados para a organização e o conforto do ambiente escolar; a mobília é considerada como elemento importante na organização e na estética do espaço escolar. A análise preocupa-se também com a explicação dos processos de circulação das ideias pedagógicas inscritas na provisão material prescrita e prevista para as escolas primárias.

Diana Vidal (2009), em estudo publicado na revista *Currículo sem Fronteiras*<sup>19</sup>, que versa sobre “*NO INTERIOR DA SALA DE AULA: ensaio sobre cultura e práticas escolares*”, discute a relação entre escola e cultura, trazendo uma análise sobre os elementos estruturantes da organização das salas de aula, em imagens iconográficas destaca as mudanças e permanências das disposições dos objetos da sala de aula, em particular ao mobiliário, buscando compreender o papel estruturante da escola e sua consolidação como instituição social. No destaque à cultura material escolar, reitera a presença do lápis e caneta, papel e caderno como elementos da relação entre o universo da escrita e a invenção da escola moderna, apontando as dimensões físicas dos vários suportes da escrita, um conjunto de objetos que constituem a cultura material escolar. Ao abordar a materialidade, tem como foco a carteira. Revela que no ensino mútuo, nas décadas iniciais dos Oitocentos, a distribuição dos bancos possivelmente seguia as regras de hierarquização de conteúdos, agrupando as crianças no mesmo estágio de conhecimento. Faz uma breve contextualização da história da carteira, destacando as influências dos médicos higienistas que percebiam nas diferentes alturas de bancos e bancas as causas da miopia e da escoliose. A circulação das propostas pedagógicas, ampliou a percepção da carteira para além de um dispositivo pedagógico.

O estudo da materialidade da escola primária no Pará vem sendo evidenciado em diferentes produções acadêmicas, em programas de Pós-graduação na região norte e demais regiões do país. Pesquisas revelam indícios dos objetos e artefatos que constituem e caracterizam a história da cultura material escolar no Pará.

Nas pesquisas citadas, em especial os estudos que tratam especificamente sobre o mobiliário escolar, observam-se algumas discussões em comum propostas no presente estudo, destacam-se: os preceitos pedagógicos e higiênicos como influências na fabricação e utilização do mobiliário; a estruturação e organização do cotidiano escolar e a indústria escolar.

A diversidade de fontes vem contribuindo para a análise e compreensão dos elementos da materialidade da escola, em especial o mobiliário revelados nos documentos da instrução

---

<sup>19</sup> In: *Currículo sem Fronteiras*, v.9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun. 2009

pública primária do Pará. Importa ressaltar que, estes elementos evidenciam os modos como a escola primária foi se organizando para atender as exigências da escolaridade obrigatória, assim como sinalizam as práticas pedagógicas e culturais, necessárias para o conhecimento histórico da escola a partir de objetos materiais e outras dimensões que podem ser decifradas pelo pesquisador.

Este trabalho trás uma contribuição importante para a história da educação paraense, sobretudo uma contribuição efetiva para compreensão da história da educação brasileira no período republicano e especialmente a forma de organização da escola no que se refere a idealização, fabricação e circulação dos materiais escolares, especificamente tratando-se do mobiliário escolar.

A estruturação deste texto de tese, além da introdução – Seção I, organiza-se em outras quatro: a seção II apresenta o percurso teórico metodológico e propõe-se evidenciar a articulação entre a cultura escolar e a cultura material escolar, como abordagens indissociáveis à compreensão das práticas e representações no processo de circulação e apropriação da materialidade vivenciada pelos sujeitos no interior da escola, em destaque o mobiliário escolar. A seção III, se detém na contextualização político- educacional do Pará na primeira República, a formação social e econômica, assim como intenciona elucidar a materialidade proposta nos dispositivos legais da Instrução Primária, buscando compreender a organização do cotidiano da escola primária paraense; a seção IV centra-se no debate sobre as exposições como modelos difusores para a instrução primária. Para isso apresenta a cultura do espetáculo no palco das Exposições Universais, os objetos em vitrine por meio dos catálogos que influenciaram a aquisição dos materiais para organização das escolas no Pará, por fim a participação do Estado do Pará nas exposições; e na seção V destaca-se a proveniência do mobiliário e o processo de aquisição dessa móvel para a instrução pública, evidencia-se a movimentação do mercado externo, bem como a fabricação e circulação desse mobiliário via mercado interno.

## SEÇÃO 2: A TRILHA DA PESQUISA: O PERCURSO TEÓRICO- METODOLÓGICO

### 2.1 – *Cultura Material Escolar e Pesquisa documental*

Ao utilizar o mobiliário escolar como foco de investigação, esta pesquisa se insere no campo da história da educação, especificamente relacionada à temática da cultura material escolar. Essa dimensão material da escola articula-se às concepções de cultura escolar e das práticas escolares, importantes para a compreensão do funcionamento do interior da escola, a partir das análises dos usos e circulação dos materiais. Para compreensão destes conceitos, o diálogo deu-se a partir das ideias de Diana Vidal, Wiara Alcântara, Margarida Felgueiras, Dominiqi Julia, Jean Claude Forquin, César Castro, Augustin Escolano, Rosa Fátima Souza e outros teóricos que discutem a relação cultura escolar , cultura material escolar e práticas escolares estabelecidas na produção e utilização dos dispositivos materiais.

Segundo Vidal (2005), outra categoria presente na cultura material escolar é o seu reflexo na constituição da cultura escolar. A cultura escolar é um objeto de análise riquíssimo para a História da Educação, principalmente por ser o responsável por estudar as particularidades do universo escolar, ressalta-se que são vários os temas e questionamentos que podem ser analisados sob esse viés, como, por exemplo: a constituição do currículo, a formação das disciplinas escolares, o cotidiano institucional, o exercício diário de professores e professoras, alunos e alunas e a materialidade da escola. Ao olhar a escola pelas lentes da cultura escolar não deixa de ser uma importante análise teórica para compreender o passado e o presente da escola, sua relação com a sociedade, com a cultura e com a relação de poder que perpassa o espaço escolar e expressa nele as contradições sociais.

Julia (2001) diz que *cultura escolar* não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas, tais como: a cultura religiosa, a cultura política ou a cultura popular. “Poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar”, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos, normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (JULIA, 2001, p. 10).

A cultura escolar nos permite ampliar o entendimento sobre o interior da escola, bem como nos instiga a compreender as relações estabelecidas historicamente entre escola, sociedade e a cultura. Nesse aspecto, é preciso olhar o interior da escola e suas dimensões da prática cotidiana, as relações sociais que se estabelecem e os aspectos mais amplos da representatividade<sup>20</sup> da escola no contexto onde ela está inserida.

De acordo com Forquin (1993), a compreensão da cultura enquanto conteúdo substancial da educação, sua justificação última, é o que confere significado a esta como conjunto de práticas que atribuem determinados significados a indivíduos e grupos e, por que não dizer, à escola, insere-se no propósito de oferecer uma possibilidade de análise do currículo escolar como prática cultural.

Forquin apresenta a “Cultura Escolar como sendo aquele conjunto de saberes, que, uma vez organizado, didatizado, compõe a base de conhecimentos sobre a qual trabalham professores e alunos”. E nesta está pressuposta uma seleção prévia de elementos presentes das culturas: humana, científica ou popular, erudita ou de massas. Uma seleção sempre intencional (FORQUIN, 1993, p.16).

Ao tratarmos sobre práticas escolares articulado à cultura material, as reflexões em torno da pesquisa histórica das práticas escolares têm despertado grandes questionamentos, principalmente quando se intenciona falar da prática de outra forma que não seja de maneira negativa, quando se pretende investigar o interior da escola, evitando análises que deslizem para o anacronismo, concebendo o passado na sua identidade com o presente. Nesta discussão, é fácil observar a importância das ações que garantem a integridade dos bens materiais nas novas formas de entendimento dos vínculos existentes entre escola e cultura. Recentes pesquisas, tem identificado e analisado objetos escolares, livros didáticos, arquitetura escolar, equipamentos escolares, etc., utilizando a noção de cultura material escolar para compreender e trabalhar suas interpretações.

É preciso compreender as possibilidades e desafios sobre o significado do estudo da cultura material para educação, tendo como perspectiva restituir o passado, focalizando aos educadores/historiadores a revitalização das ideias com análises críticas e permitir perceber a educação como construção social. Portanto, faz-se necessário saber o papel desempenhado pelos materiais nos processos educacionais.

Assim, Felgueiras nos diz que,

---

<sup>20</sup> Entendemos nesta tese como representatividade a compreensão das práticas cotidianas e das formas sociais construídas pelos atores que compunham o universo escolar. Um estudo dos processos com os quais se constrói um sentido, o objeto no seu sentido simbólico partilhado pelo grupo social.

falar de cultura material da escola é mudar o foco da atenção, é arrair o olhar para os conjuntos escolares (professores, alunos, materiais disponíveis ou utilizados, condições objectivas do parque escolar, dos apoios sócioeducativos, normativos, perspectivas de educação e de ensino (...)). Com o conceito de cultura material olha-se a escola na sua globalidade, relacionando-a com as possibilidades que a sociedade lhe confere e com o modo como esta se relaciona com a escola (FELGUEIRAS, 2005, p. 97).

Nesta dimensão evidencia-se a construção do sentido no campo educativo com o olhar relevante para os sujeitos, alunos e professores, dos materiais escolares, das escolas, inserindo aqui as edificações, o mobiliário, os livros e demais artefatos, das brincadeiras na hora do recreio, dos recursos audiovisuais, e outros apoios pedagógicos pertencentes ao processo de formação e desenvolvimento do ensino. É lançar mão das práticas cotidianas e formas de apropriação que se estabelecem nas relações imbricadas no interior da escola em sua globalidade. É perceber a importância que se constitui a cultura escolar, mediada pelas práticas culturais como forma produtora de sentido.

A cultura material se refere aos múltiplos significados dos objetos, indo além de sua estrutura técnica e de sua função, envolvendo as relações sociais de que fazem parte. Levando-nos a perceber o universo escolar na sua materialidade diversa e nas suas singularidades que caracterizam a cultura própria de cada tempo e espaço, conforme explicita Castro:

Cultura Material Escolar pode abranger uma série de elementos que constituem o universo escolar, como os objetos de leitura e escrita (lápiz, caneta, livros, etc.), materiais de limpeza (panos, vassouras, tapetes, etc.), mobiliários (cadeiras, carteiras, bancos, mesas, etc.), indumentárias (fardamentos, chapéus, calçados, etc.) dentre outros, os quais podem ser estudados sob perspectivas e ângulos teóricos e metodológicos diversos, inclusive sob um enfoque mais regionalizado (CASTRO, 2011, p.13).

Fica evidente nas proposições de Castro, a abrangência dos elementos que compõem a materialidade da escola, suas funções e usos, envolvendo uma diversidade de materiais para o bom funcionamento das instituições educativas. Destaca-se, portanto, edifícios, mobiliário, objetos de usos de alunos e professores, equipamentos, indumentárias, recursos didáticos, entre outros. Artefatos e utensílios necessários para uso de acordo com cada espaço físico e pedagógico tais como: matérias de limpeza, objetos para as aulas de leitura e escrita, bancos, carteiras de alunos, lousas, mesas de professor, armários, quadros parietais, mapas, globos, relógios, etc. Contudo, somente será possível ter uma dimensão da cultura material escolar utilizada no interior das escolas, quando for considerado os aspectos regionais, as políticas educacionais voltadas para a utilização de novos materiais e as representações em relação aos modelos pedagógicos propostos nos dispositivos legais.

Portanto, qualquer objeto ou material disposto no universo escolar, ao possuir um significado próprio, imbricado nas dinâmicas sociais e culturais de determinado espaço ou ambiente, não será um simples utensílio neutro, homogêneo ou semelhante. Não está desatrelado das motivações particulares e coletivas dos diferentes grupos sociais que fazem parte daquele ambiente escolar, no qual segue pré-condições que são culturais, sociais, históricas e territoriais.

De acordo com Souza (2007), a conceituação sobre cultura material escolar, é utilizada na área da História da Educação pela influência dos estudos em cultura escolar, advindo da Nova História Cultural e pela produtividade do conhecimento da pesquisa dos historiadores sobre a preservação de fontes de pesquisa e de memória educacional em arquivos escolares, museus e centros de documentação.

Escolano (2017), analisa a cultura escolar como memória<sup>21</sup>, como um processo de construção e reconstrução da passagem dos sujeitos pela escola, e de sua própria identidade. Segundo o autor, a cultura escolar passou a fazer parte de nossa memória individual e coletiva, passando a ser percebida como um valor a ser incluído nas relações de sociabilidade e nos processos de formação docente. O autor também comenta sobre os registros guardados pela memória acerca da materialidade escolar, evidenciando os objetos, os ícones e os manuais que ficaram inscritos na memória da escola. Outro aspecto analisado por Escolano, são as materialidades com memória, portanto enfatiza que,

Olhar para o passado é hoje, pois, um olhar plenamente moderno, não um rito arcaico. Bom número dos objetos, imagens e textos de hoje encontrados nos sítios arqueológicos, e daqueles exibidos nos museus – incluindo os pedagógicos – foram em seu tempo modernidades, isto é, elementos que inventaram modos culturais, os quais comportavam incipientes futuros possíveis (ESCOLANO, 2017, p. 227).

Vidal (2010), destaca algumas questões principais quando se tematiza a cultura escolar nas investigações: “espaços escolares, tempos escolares, disciplinas escolares e cultura material escolar, compreendidos pela articulação em torno do funcionamento interno das instituições e as relações que estabelecia com a sociedade e cultura” (VIDAL, 2010, p. 25). Neste sentido, a materialidade da escola se destacou como uma temática de análise, pois tem privilegiado o reconhecimento e as experiências dos sujeitos nos múltiplos espaços da escola, na construção de saberes, e com a variedade de objetos que circulam no interior do cotidiano escolar. Assim,

---

<sup>21</sup> O tema da memória é suscetível de múltiplas abordagens. Tem sido tratado há alguns anos, num olhar mais antropológico, em suas relações com a educação. Em outra abordagem, tem lidado com a construção sociocultural dos elementos que a constituem – projeção das lembranças na construção da subjetividade pessoal, na configuração da cultura da escola, nas práticas pedagógicas, aos materiais que fazem a mediação entre os atores das instituições. ESCOLANO, 2017, p.184).

O desafio que se apresenta aos pesquisadores é explorar seus limites operatórios, questionar seu potencial explicativo e identificar os vazios que deixa nas interpretações. E, nesse percurso, apontar o esgotamento das soluções trazidas pela cultura escolar na construção de inteligibilidades sobre o passado e o presente da escola, seus sujeitos e a materialidade com que convivem (VIDAL, 2010, p. 33)

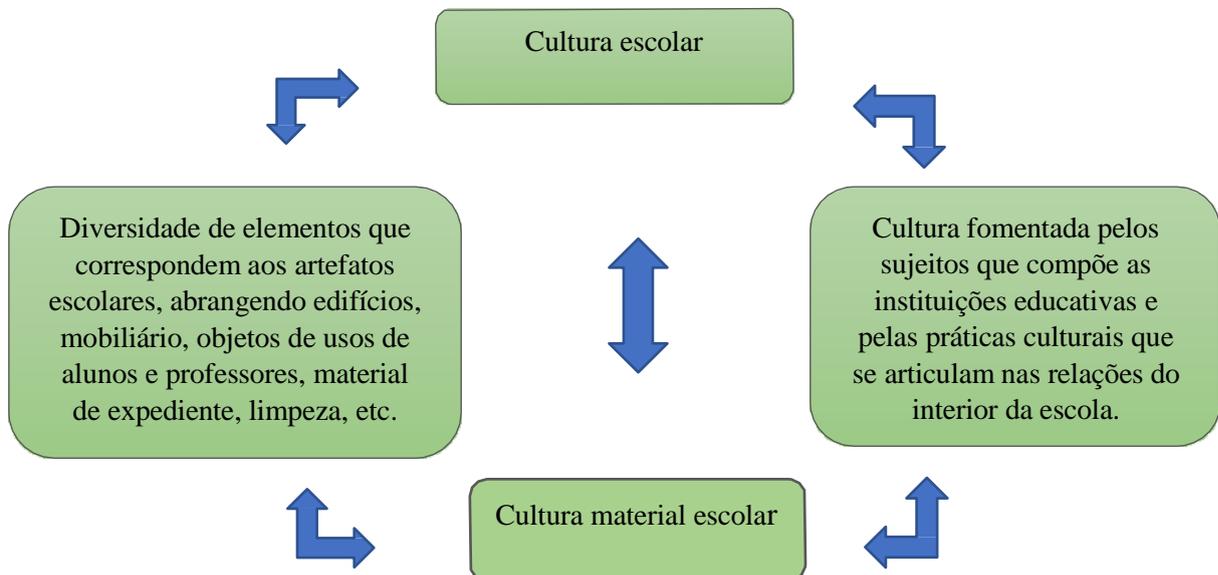
A noção de cultura escolar tem significado, sem dúvida, um refinamento metodológico e analítico de novas pesquisas e possibilitado o fortalecimento do diálogo, por um lado, com a historiografia e, por outro, com as demais áreas e ciências da educação. Assim, estudar a cultura escolar é estudar os processos e produtos das práticas escolares, isto é, práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a imposição de condutas relacionadas à escola.

Nessa perspectiva, Viñao Frago (1995) diz que, ao se dedicar ao estudo da cultura escolar como um conjunto de aspectos que caracterizam a escola como uma organização institucionalizada, é necessário analisar um conjunto de aspectos relevantes para a compreensão da diversidade cultural que se manifesta em diferentes espaços institucionalizados. Portanto, destaca os seguintes aspectos: a) história cotidiana do fazer escolar – práticas e condutas, modos de vida, hábitos e ritos; b) objetos materiais - funções, uso, distribuição no espaço, materialidade física, simbologia, aparecimento, transformação e desaparecimento; c) modos de pensar – signos e as ideias. (FRAGO, 1995, p.68-69).

Escolano (2017), salienta que a corrente associada a história material ganhou impulso no contexto das linhas emergentes da chamada historiografia pós-moderna, principalmente com os primeiros trabalhos sobre a cultura escolar. Cita o estudo de Pier Paolo Sacchetto, que concebeu os elementos materiais que mobiliaram e povoaram as escolas, como “objetos informadores”. Para Escolano, uma carteira, peça fundamental do mobiliário escolar, poderia ser vista como um vetor concreto das concepções antropométricas, higiênicas e ergonômicas da época em que foi utilizada.

Nesta abordagem, vemos a cultura escolar articulada aos estudos da cultura material escolar.

### Articulação entre cultura escolar e cultura material escolar



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

Portanto, o estudo histórico do mobiliário escolar pressupõe a utilização de fontes que possibilitem revelar as práticas escolares, a organização do cotidiano escolar, o contexto político pedagógico, entre outros aspectos relevantes ao processo de análise nesta pesquisa. Em se tratando deste estudo, o corpus é de natureza documental.

Citando LeFebvre (apud, Le Goff, 1996, p. 539), “não há notícia sem documentos”; e precisava: “pois se dos fatos históricos não foram resgistrados documentos, ou gravados ou escritos, aqueles fatos perderam-se”. As realizações produzidas pelo homem que expressam suas ideias, suas ações, sua forma de viver, podem ser concebidos por meio de documentos, sejam eles os escritos, iconográficos e documentos- objeto.

Segundo Le Goff (1996) em sua concepção sobre documento destaca:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo suas relações de força que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (LE GOFF, 1996, p. 545).

A compreensão que se tem desta perspectiva do documento como um produto da sociedade, é o que podemos entender como a construção da memória coletiva, seus materiais, sua história e as relações que se se estabelecem, como herança do passado que se constitui como um monumento a ser reinterpretado pelos historiadores. A transmissão ou reprodução das estratégias de poder, veiculavam suas forças por meio dessa coletividade impregnada nos discursos, da força estabelecida pelas mentalidades produzidas nos documentos/monumentos

elaborados numa massa documental. O documento resulta do esforço das sociedades que registram sua história para impor significado e dar sentido ao conhecimento. Assim, na pesquisa documental é possível desenvolver estudos nas mais diversas formas documentais, a habilidade do historiador/pesquisador o permitirá a utilizar a diversidade de questões que podem ser objetos de estudo.

Conforme explicita Certeau:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e seu estatuto. [...] O material é criado por ações combiadas, que o recortam no universo do uso, que vão procurá-lo também fora das fronteiras do uso, e que o destinam a um reemprego coerente (CERTEAU, 2010, p. 81)

É preciso destacar aqui, a intervenção do pesquisador/historiador que escolhe o documento, tendo em vista que este compõe-se de elementos e atributos culturais, intervindo para apreensão de dados do passado, conscientes ou inconscientes da história de uma sociedade. Ao tratar do reestabelecimento das fontes, novo material é criado, a produção de novos objetos é criada a partir dos documentos que vão sendo isolados, copiados e redefinidos pela intervenção do pesquisador que vai desfigurando e reconstituindo novas peças a serem analisadas como fontes. Mais do que um instrumento de análise, as fontes representam uma necessidade de rigor científico a ser explorado na realidade de cada objeto/documento.

A reflexão em torno das fontes, tratando-se da produção de pesquisas em história da educação, os historiadores dependem não apenas de questões formuladas dentro de certas matrizes teóricas, mas principalmente dos materiais históricos com que podem contar. Portanto, destaca-se a importância da empiria, aspecto com o qual ainda há conflitos quando se trata do manuseio e análise das fontes, fundamentais para a compreensão das práticas e de um olhar diferenciado do pesquisador da área da pedagogia, tornando-se assim, um historiador (CARVALHO; NUNES, 2005, p.29).

Dessa forma, Saviani (2004) apresenta sua concepção sobre as fontes e a relevância para a construção historiográfica do conhecimento sobre o objeto histórico estudado. Portanto nos diz que:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do

nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2004, p.5).

Nesse olhar sobre as fontes na perspectiva da construção historiográfica, a expansão das investigações foi alargando as possibilidades para além de documentos escritos e manuscritos, a qualquer traço ou vestígio histórico deixado pelas sociedades do passado, como plano de registro e reconstrução do conhecimento. As fontes destacam-se como testemunho de memória coletiva dos atos históricos e configuram-se como ponto de partida para a reconstituição da história vista no presente e com o olhar para o futuro.

De acordo com essa concepção ampla do que seja uma fonte documental, Certeau (2010), diz que o estabelecimento das fontes se dá pela representação e/ou combinação de um lugar, de um aparelho ou de técnicas e que podem constituir-se como fontes documentais, utensílios, composições culinárias, cantos, imagens, disposição de um terreno, uma topografia, etc.. Contudo, sinaliza que não se trata apenas de fazer falar desta documentação adormecida, ou dar voz a um silêncio, mas significa transformar alguma coisa que tinha sua posição e seu papel em alguma outra coisa. Da mesma forma como não se pode chamar de pesquisa ou estudo simplesmente qualquer classificação do passado, faz-se necessário o rigor científico para se dar um lugar, pelo estabelecimento das fontes (CERTEAU, 2010, p. 82-83).

A diversidade de uma coleção documental ao ser reconstituída possibilita a cada fonte uma importância maior ou menor, dependendo do objeto de pesquisa ou dos questionamentos que se julgarem interessantes. O historiador/pesquisador pode se valer de vários documentos para responder a uma única questão ou utilizar um único documento para dar respostas a vários questionamentos. É importante salientar a utilização das fontes como mera ilustração, servindo apenas de comprovação dos fatos históricos. As fontes precisam ser problematizadas e exploradas com elementos que apresentem novos significados e interpretações significativas para o estudo a que se propõe.

## *2.2 – Descrição das fontes*

O levantamento das fontes para o desenvolvimento desta pesquisa foi feito no Arquivo Público do Pará; Acervo de Obras Raras da biblioteca Arthur Viana; Biblioteca e Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico Artístico Cultural- DPHAC/ PA. Além desses espaços, buscaram-se informações e documentos disponíveis em banco de dados da internet; Banco de Teses da CAPES e Periódicos de História da Educação.

Para investigar o processo de circulação do mobiliário escolar e a organização do cotidiano da escola primária do Pará na primeira República, foram selecionados documentos produzidos no interior da escola como: (1) Ofícios e Correspondências de diretores e professores solicitando material escolar; (2) Documentos provenientes da administração pública como relatórios, mensagens de governo, ofícios e correspondências; (3) Decretos e Regulamentos; (4) Objetos fotografados e dispostos em álbuns dos governos, nos museus escolares; Fontes relacionadas ao fundo de finanças e vinculadas ao comércio e fabricação do mobiliário escolar, relação de compra e importação de materiais; (5) Textos e catálogos que tratam dos mobiliários nas Exposições Universais.

### *2.2.1- Relatórios e Mensagens de Governadores do Pará*

As buscas de documentos, aconteceram inicialmente pelas mensagens e relatórios de Presidentes de Província do Pará, disponíveis em acervos digitais<sup>22</sup>, documentos que anualmente apresentavam informações relativas às obras públicas, finanças, saúde, educação e administração em geral, tendo como início da pesquisa o ano de 1889. Esta iniciativa teve o objetivo de mapear informações que pudessem revelar possíveis caminhos para novos indícios sobre o mobiliário escolar. Tal busca permitiu identificar apenas 2 informações sobre o fornecimento da mobília para instrução pública. A partir das leituras das informações apresentadas nas mensagens e relatórios, os indícios nos levaram a outras fontes, entre estas os relatórios da Instrução Pública. A análise das Mensagens e Falas de governadores são fundamentais, na medida em que nos auxiliam na compreensão das atividades realizadas pela administração pública. Sobre isso Faria Filho explicita,

Em relação a isso, é importante chamar a atenção para o fato de que esses documentos além de nos permitirem perceber a fala oficial autorizada permitem-nos comparar e relacionar, no corpo mesmo do relatório, a instrução pública com as outras preocupações do governo provincial. É significativo, aqui, o fato de a instrução ocupar muito menos espaço do que, por exemplo, a questão das estradas, das fontes e da segurança, elementos diretamente relacionados à liberdade e ao controle da circulação (FARIA FILHO, 2000, p. 146).

Na intenção de desvelar o interior da sala de aula e a solicitação de pedidos de materiais para o provimento das aulas e do funcionamento da escola, a pesquisa exploratória de novas fontes nos leva para o Arquivo Público<sup>23</sup>. Vale ressaltar que, no período de início das buscas no

---

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/pará>. Acesso em 10 de julho de 2015.

<sup>23</sup> Situado à Tv. Campos Sales 273, bairro da Campina, Belém/PA.

Arquivo Público (segundo semestre de 2015), as pesquisas só eram permitidas com agendamento, pois o prédio oficial passava por reformas e as atividades de atendimentos estavam em funcionamento no prédio anexo da Assembleia Legislativa do Estado, Tv. Félix Roque, bairro da Cidade Velha, Belém/PA, o espaço era pequeno e com dificuldades para armazenamento dos documentos. Alguns fundos para manuseio estavam suspensos, entre eles o fundo de finanças, importantíssimo para o acesso às listas e pedidos de compra de material solicitados para as escolas.

Conforme ressalta Carvalho e Nunes,

o gesto necessário do historiador em ir aos arquivos é acompanhado de dois tipos de dificuldades: as de ordem mais geral, que afetam a existência das instituições-memória da sociedade e, as de ordem específica, que tem a ver com a lógica das instituições que os guardam. De ordem mais geral, pode-se destacar a sistemática destruição das fontes e dos suportes de memória coletiva (CARVALHO; NUNES, 2005, p. 33).

O acesso à documentação específica do fundo da Secretaria de Justiça, Interior e Instrução Pública, após manuseio e leitura criteriosa sobre a temática de solicitação de pedidos de materiais e mapa de compras, direcionaram as buscas para as correspondências e ofícios, organizados em diferentes pastas encadernadas, e muitas vezes em documentação avulsa, porém seguindo uma ordem cronológica para identificação. Estes trouxeram informações que ajudaram a inventariar os objetos e materiais mais recorrentes nos pedidos e solicitações reveladas nos ofícios e correspondências entre os anos de 1889 a 1930. Inúmeras questões eram tratadas nas correspondências relacionadas à administração pública, direcionadas à mais diversas esferas do poder público. Por isso a possibilidade de fontes, levaram a diferentes fundos.

Segundo Bacellar (2014), a correspondência enviada ou recebida pelas autoridades, formam grandes conjuntos documentais em todos os arquivos. Contudo destaca que, algumas vezes estejam misturados ou organizados apenas pela cronologia, dificultando a consulta. A correspondência enviada é preservada em forma de minutas, cópias e segunda vias, algumas vezes a versão original é arquivada juntamente com o destinatário (BACELLAR, 2014, p.27).

O vasto material abstraído das correspondências, possibilitou identificar a maior recorrência entre as solicitações feitas pelos professores e autoridades da instrução pública. Entre materiais de expediente e outras urgências, o mobiliário escolar é o mais recorrente. Assim, com base nesta informação investiu-se na garimpagem mais minuciosa sobre este material, modelos utilizados, casas de fabricação e forma de aquisição.

### 2.2.2- Fotografias

Outra fonte que se destaca como testemunho de representação e do modo de organização da escola, são as fotografias. A fotografia apresenta-se como uma teia de construções ideológicas, visto que possui entre a imagem e a realidade que representa, uma trajetória construída por valores sociais e culturais. Portanto, podem ser fontes históricas iconográficas, pois possibilitam a reconstituição do mundo escolar em determinado tempo e espaço, remetendo a indumentária, mobiliário, arquitetura escolar, aos tipos étnicos e agrupamento sexual, aos materiais e recursos pedagógicos e outros aspectos relacionados as fontes escritas, orais e de outra natureza.

Na expectativa de encontrar imagens sobre o mobiliário e demais objetos que compõem o espaço escolar, recorreu-se aos álbuns de governadores, uma documentação que favoreceu a identificação, embora restrita, mas possível de observação dos modelos propostos de acordo com os regulamentos oficiais de ensino. A maior parte do acervo de fotografias encontradas, fazem parte do Álbum do Pará, produzido no então governo de Augusto Montenegro em 1908. Nesta perspectiva, Barros (2005) nos diz,

As fotos oficiais também remetiam a eventos solenes- desfiles, homenagens, formaturas, visitas de personalidades, datas cívicas. Todavia, entre essas imagens há uma que tem grande apelo à nossa memória: nelas sempre estamos sozinhos, sentados em carteiras, cercado por signos e símbolos da educação escolar. De um lado a figura de um globo terrestre, expressando a universalidade do saber. Nas canetas, depositadas sobre a mesa, a afirmação da escrita [...]. No outro extremo da mesa, decorada eventualmente por um pequeno vaso com flores, o saber acumulado na forma de livro [...] (BARROS, 2005, p. 122- 123).

As imagens possuem uma função importante com a ideia de representação, pois sinalizam uma leitura do cotidiano e das práticas educativas, revelam as relações sociais, pelo que produzem/reproduzem, pelo que mostram ou silenciam e pelos sentidos que criam como formas de práticas materiais. Segundo Burke (2017), “a imagem constitui uma forma importante de evidência histórica e nos permite imaginar o passado de forma mais vivida”. Para este autor, a história da cultura material, torna-se impossível sem o testemunho de imagens. As imagens oferecem evidências de práticas sociais.

Além dos álbuns de governos, recorreu-se aos arquivos e museus escolares, tendo como referência para estas buscas, as escolas mais antigas localizadas na capital do estado. Das 05 (cinco) escolas visitadas, apenas (01) uma instituição dispõe de um espaço com objetos e mobiliários datados de sua fundação, o Instituto Gentil Bittencourt (1906). É de lamentar as respostas negativas sobre a ausência de documentação, registros e conservação da memória

escolar nestes espaços, que de acordo com a história da educação no Pará, foram referenciados no período deste estudo.

Quando se trata de compreender os espaços dos museus e arquivos escolares, Fernandes (2005) considera que,

Devemos levar em conta a história das suas movimentações. Há casos em que a extinção de certo tipo de instituições determinou a transferência dos respectivos arquivos para a guarda de entidades locais e regionais com responsabilidades na esfera da educação, tais como as direções dos distritos e dos concelhos escolares, ou o próprio arquivo central (...). Quanto ao mobiliário, o estudo de um tipo de móvel escolar poderá conduzir-nos a visitar depósitos por que são responsáveis o Estado central ou as administrações regionais e locais (FERNANDES, 2005, p. 23)

### *2.2.3- Relatórios, Decretos e Regulamentos da Instrução Pública*

Paralelo às buscas no Arquivo público, visitou-se à biblioteca pública Arthur Viana, explorando a sessão de obras raras. Aqui apropriou-se da documentação digitalizada sobre os decretos e regulamentos da Instrução primária no período de 1889 a 1930, bem como dos Relatórios da Instrução Pública. Foram manuseados os seguintes relatórios: Relatório Geral da Instrução Pública de 1890 apresentado por José Veríssimo; Relatório de 1900, apresentado pelo Diretor Geral Virgílio Cardoso de Oliveira; Relatório de 1903, apresentado por Genuino Amazonas de Figueiredo e o Relatório de 1909 apresentado por Augusto Olympio. Documentos que tratam dos aspectos relacionados ao funcionamento dos estabelecimentos de ensino no estado do Pará, número de matrículas e frequência, pessoal docente, exames, visitas, festas, prédio e mobília escolar.

Os relatórios, de acordo com Rizzini (2009), mostram-se relevantes por se tratarem de práticas educacionais reveladoras da realidade,

Muito embora os relatórios fossem documentos destinados ao conhecimento público, não é possível afirmar que seus redatores estivessem apenas preocupados em florear a realidade e divulgar uma imagem positiva de suas ações. Esses registros estão tomados por um intenso espírito reformador, orientado pelas questões civilizatórias do século, tornando os estabelecimentos de ensino alvos de críticas de teor diversificado (RIZZINI, 2009, p. 23).

### *2.2.4- Catálogos de desenhos gráficos de mobílias*

Por fim, recorreu-se aos catálogos de indústrias estrangeiras, fornecedoras de mobiliário escolar que circularam nas exposições universais, disponibilizados em sites de bibliotecas digitais nacionais e internacionais, com o intuito de relacionar os modelos de mobiliário que

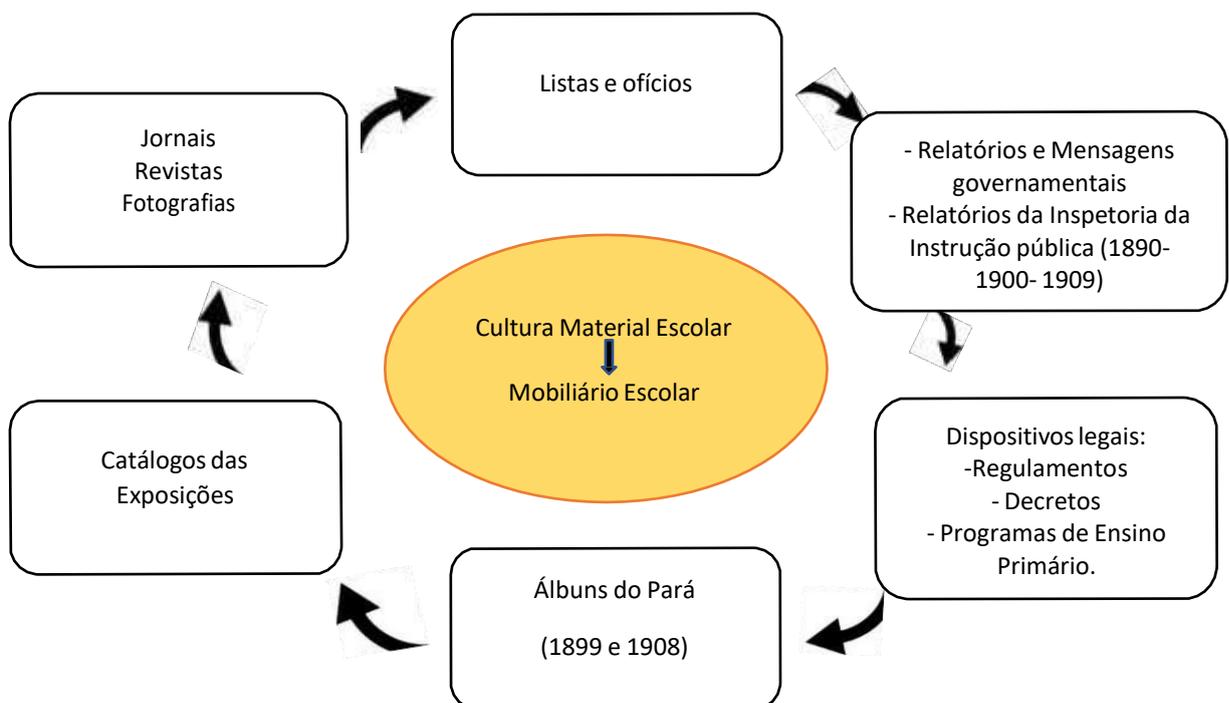
constituíram os espaços nas escolas primárias do Pará, aos modelos propostos pela moderna pedagogia em finais do século XIX e início do XX.

Tais fontes nos permitem compreender que é importante analisar o impacto que a materialidade tem na própria cultura escolar, olhar a escola como um espaço globalizante em sua história, que simultaneamente traduz dimensões de um determinado tempo, em uma determinada sociedade. A partir desta abordagem, conforme ressaltam Carvalho e Nunes (2005), “a ênfase na materialidade das práticas e dos objetos culturais se traduz, para alguns historiadores, no primeiro atributo aos veículos, às grandes instituições mediadoras como por exemplo, a escola, os museus, a imprensa, as edições, as exposições universais etc.” (CARVALHO; NUNES, 2005, p.46).

Como bem explicita Carvalho e Nunes, “os velhos objetos tornam-se agora novos, porque são apanhados numa perspectiva que realça sua materialidade de dispositivo, através dos quais bens culturais são produzidos, postos a circular e apropriados” (CARVALHO; NUNES, 2005, p.46).

Tomando como referência o processo de coleta e seleção dos documentos para compor o corpus desta tese, definiu-se as análises conforme a estrutura composta pelos Relatórios e Mensagens de governadores do estado, dispositivos legais, fotografias, álbuns de governo, ofícios e catálogos de exposições.

Figura 1 – Fontes documentais da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2018)

### 2.3 - Procedimento analítico das representações

Para melhor empreender a análise das fontes, esta pesquisa faz uso das abordagens da História Cultural, conectada às temáticas da Cultura material e Cultura escolar. Segundo Abreu Júnior (2005), no campo da cultura material tem uma complexa interpretação interdisciplinar, já que se inter cruzam à história da educação, assim como a antropologia, a sociologia e a pedagogia. É um procedimento diverso, no qual pode-se perceber como foram instituídos os discursos, as práticas pedagógicas, a organização do cotidiano escolar, a formação dos sujeitos e as mudanças educacionais interpostas nas relações de poder. O diálogo com a cultura escolar se dá pela dimensão com as práticas escolares, dando visibilidade aos sujeitos que constituem cotidianamente o interior das instituições, disseminando valores e normas sociais e, por conseguinte a construção de práticas culturais consolidadas pelas representações que modelam a ação dos sujeitos do universo escolar, mesmo com diferentes formas de apropriação.

Tomando como referência essa abordagem, é por meio da Nova História Cultural que se busca perceber os modos de produção, apropriação e circulação dos materiais, mais especificamente o mobiliário. Para Chartier “a história cultural é importante para identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler”. (CHARTIER, 1990, p.16-17). Dessa forma, a História Cultural irá interessar-se pelos suportes de difusão e transmissão enquanto vetores das formas de cultura, estabelecendo seu campo na junção das representações e das práticas, e valorizando o sujeito agente também como sujeito pensante de sua história.

Para compreender e explicar a produção e circulação desse mobiliário, é preciso considerar as representações imbricadas nesse processo, as relações entre os discursos e as práticas culturais, as concepções pedagógicas, as relações que se estabeleceram e o que se esperava da escola nesse contexto. E para melhor apreender esta relação com o mundo social e sua representatividade, Chartier propõe que,

pode-se pensar uma história cultural do social que tome por objecto a compreensão das formas e dos motivos- ou, por outras palavras, das representações do mundo social – que, à revelia dos actores sociais, traduzem as suas posições e interesses objectivamente confrontados e que, paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse (CHARTIER, 1990, p. 19)

Sobre esse conceito de representação como categoria central da História Cultural, compreende-se que estas norteiam as condutas e as práticas sociais que integram a vida social construída pelos homens, expressas por meio das instituições, discursos, normas, imagens,

objetos e outras formas que dão sentido ao mundo dos indivíduos ou determinados grupos sobre a realidade que constroem.

Ainda segundo Chartier (1990), a interpretação do cotidiano e a produção dos sentidos podem ser analisadas a partir da representação, da prática e da apropriação<sup>24</sup>. Compreender as estruturas do mundo social, produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) e os esquemas que modelam, constituem o objeto de uma história cultural (CHARTIER, 1990, p. 27). Apropriar-se destes sentidos é interpretar as diferentes práticas que dão significado ao mundo, daí a importância das práticas de apropriação cultural como forma diferenciadas de interpretação.

Nesta pesquisa, busca-se pensar o objeto no seu sentido simbólico, a forma como foi apresentado ou partilhado pelo grupo social, ou seja, poder identificar como o mobiliário escolar era visto pelos sujeitos sociais que faziam uso deste objeto como um dispositivo que era proposto nos regulamentos, o que os documentos legais propunham como novo para o cotidiano das escolas e quais as impressões que se tinha sobre este mobiliário.

Para Chartier (1990) é essencial que, ao analisar os discursos, as ideias não sejam desarticuladas das práticas que envolvem a compreensão da relação entre a materialidade dos objetos e dos sujeitos que os produzem, nem dos meios como foram difundidas e postas em circulação. A história cultural se propõe então, a marcar a essa possibilidade de associação relativa da história das ideias com as práticas culturais estabelecidas, fazendo-as com que sejam apropriadas.

Carvalho e Nunes (2005), discutem o deslocamento de “ideias” para “representações”, que ao serem acompanhadas pelas formulações de Chartier sobre representação como prática cultural, afasta qualquer tentativa de historiar ideias como mera reprodução social. É importante compreendermos representação como prática em que se posicionem seus agentes por meio de relações entre representação e objeto representado, relações entre situação de produção e situação de sua apropriação (CARVALHO; NUNES, 2005, p.50).

De acordo com Certeau (2014), a presença e a circulação de uma representação não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários, é preciso analisar a sua manipulação pelos praticantes que não a fabricam. Segundo este autor, um grande equívoco se insinua em

---

<sup>24</sup> Entende-se por apropriação uma abordagem da história cultural que se prende às práticas diferenciadas, com utilizações contrastadas, tendo como objetivo uma história social das interpretações, levando-se em consideração as determinações sociais, institucionais, culturais, que determinam a construção do sentido. Destaca-se portanto, o reconhecimento das práticas de apropriação cultural como formas diferenciadas de interpretação (CHARTIER, 1990, p.26-28).

nossas sociedades com o uso que se fazem das culturas difundidas e impostas pelas elites produtoras de linguagem (CERTEAU, 2014, p. 39).

Conforme discute Pesavento (2003), se a História cultural é chamada de Nova história Cultural é porque está possibilitando uma nova forma da História trabalhar a cultura. Não se trata de uma história do pensamento, mas de pensar a cultura como um conjunto de significado partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo (PESAVENTO, 2003, p.15). Para esta autora, a concepção de cultura define-se como uma expressão e tradução da realidade que se faz de forma simbólica, ou seja, compreender que os sentidos dados às palavras, as coisas, às ações e aos sujeitos sociais se apresentam de forma cifrada e, portanto, já com um significado. Assim, entende-se que a análise de forma geral da ideia de resgate dos sentidos conferidos ao mundo, e que se manifestam em palavras, discursos, imagens, objetos, práticas, devem ser entendidos como uma representação destas manifestações construídas pelas práticas culturais.

Conforme destaca Burke (2005), a Nova História Cultural apresenta-se como um novo paradigma de pesquisa por sua ascensão vinculada à teoria cultural, reforçados por vários teóricos<sup>25</sup> que dialogam e discutem sobre estudo das práticas, das representações, da história das memórias, da cultura material e da história do corpo. Sobre o estudo das *práticas*, evidencia as práticas religiosas diferentes da teologia; da fala diferente da linguística; do experimento diferente da teoria e graças a isto profissionalizou-se muitos temas como: esportes, maneiras a mesa, consumo, fala, viagem, leitura etc., (p.78); aos estudos das *representações* discute a construção do imaginário social, reflexo das estruturas sociais e a criação das ideias e das representações da natureza, da nação, do outro sobre a mesma realidade (p. 84).

Sobre a *história da memória*, a reação aceleração das transformações sociais que ameaçam a identidade, embora saiba-se que as memórias serão sempre destorcidas e contaminadas pela cultura, por grupos diferentes, por momentos diferentes (p.88); ao estudo da *cultura material*, os estudos dos objetos para percepção de mudanças e relações socioculturais com os temas sobre: alimentos, vestuários, habitação, como formas de identificação cultural, posição social e representação dos grupos em dado tempo e de como são a casa, a gastronomia, a cidade, os prédios e suas funções, são temas que cada vez mais do interesse dos historiadores (p. 90); e como um novo domínio da história cultural, a *história do corpo* que propõe a identificação dos elementos culturais nos aspectos físicos como a carga simbólica dos gestos, higiene, etc., tidos como insignificantes, mas suas diferenças tem seus significados sim e aqui,

---

<sup>25</sup> Entre os teóricos citados por Burke para reforçar a teoria cultural destacam-se: Jurgen Habermas, Mikhail Bakhtin, Norbert Elias, Michel Foucault, Pierre Bourdieu.

aliado a história de gênero e a história do corpo, mantém o interesse para superação da dicotomia mente e corpo (p. 94).

Neste sentido, destaca-se aqui a preocupação em acentuar as viabilidades teórico-metodológicas das categorias que formam o eixo conceitual da história cultural: as práticas, as representações, imaginário, cultura, memória, apropriação; esses conceitos são fundamentais para a compreensão e análise da história cultural, e orientam os historiadores que adentram pelo amplo terreno da cultura, problematizando seus estudos e demarcando o espaço historiográfico ocupado pela história cultural como uma abordagem estabelecida.

É preciso levar em consideração esse deslocamento das ideias culturais dominantes, para a ênfase nos usos e práticas de apropriação dos objetos culturais, fatores que tem contribuído para a produção da história cultural na sociedade e especialmente aos estudos em história da educação, redefinindo o campo de interesse do pesquisador que se propõe a discutir e analisar suas próprias práticas, práticas de outros grupos, da escola e do papel que os agentes escolares devem ter na sociedade.

### SEÇÃO. 3- A MATERIALIDADE E OS DISPOSITIVOS LEGAIS NO PARÁ REPUBLICANO.



A Escola e a República (Marta Carvalho, 1989, p. 27)

*“Si há um lugar onde um ideal é necessário, é a escola. Sem um ideal a escola é uma inutilidade quando não um mal. (...) sem exagerar, é lícito dizer que a civilização de um povo depende das suas escolas. Que d’esta verdade se compenetrem os mestre-escolas paraenses”.*  
(Regulamento Escolar do Ensino Primário- 1890)

Esta seção objetiva apresentar o ideário moderno para a escola pública primária do Pará na primeira república, ideais propostos nos relatórios da instrução pública, regulamentos, pareceres e decretos. Contudo, faz-se necessário adentrar no contexto sócio histórico, político e econômico que impulsionaram as mudanças político-educacionais no Brasil e especificamente no Pará, no período entre 1889 e 1930.

A imagem que se apresenta nas discussões de Marta Carvalho (1989), retrata o símbolo da materialidade projetada para a instaurar o novo modelo de escola republicana. A edificação dos espaços com a criação dos grupos escolares, demandou a reorganização das estruturas físicas para adequação ao novo modelo de instituição para abrilhantar as vitrines da modernidade educativa. A educação nesse período, ganhava voz nos discursos dos governantes, pois era considerada um meio para o progresso do país. Nesse sentido, as reformulações dos dispositivos legais foram fortemente influenciadas para a imposição desse ideário, que via na instrução pública primária o lugar para civilizar e moldar a sociedade que se almejava.

### 3.1- O cenário político educacional do Pará e a formação social na primeira república

Com o rompimento do antigo regime e a proclamação da República no Brasil, o conjunto de transformações advindas das economias industriais, dos bens de consumos e valores europeus e americanos, influenciaram fortemente as expectativas e a dinâmica dos grandes centros urbanos. O progresso e a modernidade visavam o reordenamento das cidades, higienizar e disciplinar a população com o propósito de criar hábitos e costumes ditos modernos e civilizados, idealizado por uma sociedade liberal e incorporados ao novo projeto republicano. A busca de um novo modelo diferente ao anterior, almejava uma nova estrutura administrativa que pudesse representar os novos ideais políticos e vislumbrar uma relação de poder representativa aos modelos civilizatórios.

Neste contexto de grande efervescência, os governantes passaram a perceber que era preciso investimentos nas áreas educacionais com o objetivo de acelerar o processo de reordenamento e redefinição das bases estruturantes da sociedade. Portanto, se fez necessário a estruturação das escolas primárias, pois estas começaram a ser vistas pelas elites governantes, como estratégias de implantação e transmissão do novo regime.

Jorge Nagle (1974)<sup>26</sup>, já enfatizava que neste momento de transição de regimes políticos, questionava-se mais as supostas rupturas, ao invés de problematizar a complexidade dos processos de mudanças social, cultural, política e ideológica. Momento de um grande fervor ideológico, de discussões pela democracia, pela educação e tensões no momento de crise e decadência do regime monárquico. O autor ainda enfatiza, que a ânsia de implantação de um ideário republicano para educação, destaca o abandono de marcos políticos importantes para a compreensão do processo histórico de constituição da escola que se deu ao longo do século XIX, juntamente com a consolidação do estado imperial.

Nagle em sua obra *Educação e Sociedade na Primeira República* (1974), apresenta na análise de suas postulações aos eixos indissociáveis no estudo da educação escolar na primeira república, destacando o contexto sócio histórico em que se insere, análise das condições políticas, administrativas e legais da instituição, sua estrutura pedagógica, isto é suas concepções e tendências sobre os sentidos relacionados às teorias educacionais, sob a forma de atitudes, procedimentos e técnicas de ações educativas.

De acordo com Shueler e Magaldi (2009), as ações republicanas em prol da educação escolar, foram construídas sob os escombros das escolas institucionalizadas no período

---

<sup>26</sup> Tese “Educação e sociedade na Primeira República”, defendida em 1966 e publicada em 1974.

imperial. Duras críticas abominavam as condições de precariedade do ensino primário, denunciando, sujeira, escassez e mofo, bem como denunciava o atraso às ideias pedagógicas – “memorização dos saberes, a tabuada cantada, a palmatória, os castigos físicos, etc.; a má formação ou ausência de formação especializada, o tradicionalismo do *velho* mestre-escola”. (SHUELER; MAGALDI, 2009, p.35) *grifo das autoras*.

Como ícone de instauração do regime republicano, vê-se então, a defesa da Instrução Pública e a criação de uma nova escola como um elo de fortalecimento e integração do povo à nação. Segundo Marta Carvalho (1989), “o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional” (CARVALHO, 1989, p. 9). A escola foi o sinal da diferença que se pretendia instituir entre um passado de trevas e um futuro com novas perspectivas e o entrelaçamento entre o saber e cidadania, trazendo assim o progresso. No retrato da educação do Império, a falta de recursos trazia o desânimo e a falta de estímulos, daí a importância das cerimônias de inauguração dos edifícios escolares. Assim, a autora destaca que,

Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo devia ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava (CARVALHO, 1989, p.25).

Com isso, a república nasce acompanhada da necessidade de remodelagem da ordem social, política e econômica, e com a certeza de que a educação seria o elemento transformador para a consolidação e reconstrução de um país moderno. Portanto, a formulação do ensino era firmada nos valores cívicos e morais, fundamentais para a formação do indivíduo e sua vida em sociedade. Como bem afirma Rosa Fátima de Souza,

A escola primária republicana instalou ritos, espetáculos e celebrações, em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores, e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. (SOUZA, 1998, p. 241)

Com o processo de modernização, o projeto republicano de civilização das camadas populares instaura-se em São Paulo, com a inauguração da Escola Normal Caetano de Campos e a criação de um modelo educacional, que aos poucos vai se difundindo pelas demais regiões do país. Como ressalta Carvalho (1989), com um pensamento fortemente impregnado pelas ideias positivistas, tido como uma doutrina para a constituição de povos modernos, este era o desafio para o preparo intelectual no modelo de educação republicano.

De acordo com Rosa Fátima Souza (1998), a escola primária destacou-se como uma das principais propagadoras dos valores republicanos, assim como foi depositado nela o poder de regeneração da nação. Por isso, a criação dos grupos escolares passou a ser símbolo desse novo projeto e implementação do novo regime, fato que merecia ser exibido e solenizado perante a sociedade. Neste cenário, esta nova modalidade de escola representou uma das mais importantes inovações do ensino, pois tratava-se uma nova organização administrativa e pedagógica, mais complexa e pautada nos princípios da racionalidade científica e na divisão do trabalho (SOUZA, 1998, p. 16).

Cabe aqui ressaltar que a crença pelo poder redentor da educação, principalmente das grandes massas populares, levou a construção de um projeto civilizador evidenciando a educação popular como uma necessidade política e social, tendo em vista a alfabetização para a participação popular nas escolhas políticas do país. Assim, tornava a instrução primária indispensável para o combate ao analfabetismo e a consolidação do projeto republicano. Portanto,

(...) a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto prometeico de civilização da nação brasileira. Neste sentido, ela se articula como o processo de evolução da sociedade rumo aos avanços econômico, tecnológico, científico, social, moral e político alcançados pelas nações mais adiantadas, tornando-se um dos elementos dinamizadores dessa evolução (SOUZA, 1998, p. 27)

Conforme destaca Faria Filho (2010), ao falar dos modelos pedagógicos e das críticas refinadas e divulgadas ao final do Império, destaca a necessidade de construção de espaços próprios para escolas, evidenciando a necessária construção de espaços grandes onde pudessem ser reunidos um maior número de alunos e pudessem ser expostos os materiais didáticos para auxiliar os professores. Este autor destaca ainda, que somente ao final do século XIX que em São Paulo começam as construções públicas próprias para atendimento da instrução primária, os chamados *grupos escolares*, concebidos como verdadeiros *templos do saber* (FARIA FILHO, 2010, p. 147) grifos do autor.

Segundo Saviani (2005), estes novos espaços foram criados para reunir em um só prédio, as escolas que foram constituídas anteriormente como escolas isoladas ou avulsas, nas quais eram reunidas em uma única sala alunos de vários níveis de aprendizagem, e o professor exercia a uni-docência. Os grupos escolares passam então a agrupar alunos e professores em salas seriadas, com níveis graduados, o que também podemos chamar de escolas graduadas.

E nessa perspectiva, destacam-se as primeiras ideias do pensamento pedagógico brasileiro, ainda de acordo com as proposições de Saviani (2008), com a implantação dos grupos escolares, cabe observar que “um por um lado a graduação do ensino levava a uma mais

eficiente divisão do trabalho escolar ao constituir classe de alunos do mesmo nível de aprendizagem” (SAVIANI, 2008, p. 175).

Neste cenário de mudanças do novo regime, o Pará vislumbra o progresso com o boom da economia da borracha que se inicia ainda em 1870 e se estende até 1910. Um período áureo de exploração e exportação de produtos para grandes centros e diferentes países, movimentando portos do mundo inteiro. O olhar voltou-se para a *belle époque*<sup>27</sup>, simbolizada e concretizada pelo progresso e expansão da indústria gomífera. De acordo com Sarges (2000), nas primeiras décadas republicanas, as reformas urbanas ocorridas em Belém intensificaram o processo de intervenção na cidade, pois o cotidiano das camadas populares formada por uma diversidade de práticas culturais, advindas de uma população heterogênea, migrantes de vários estados do Brasil, estrangeiros, grupos de indígenas, ribeirinhos e diferentes etnias, que se instalaram nas periferias, somaram-se aos graves problemas urbanos de infraestrutura, saneamento e doenças. Estes entraves revelam um distanciamento frente ao processo de embelezamento da cidade que estava pautado nos modelos europeizantes que a chamada *belle époque* sugeria.

O cenário social do Pará e da Amazônia, no período áureo da economia internacional do látex, foi atrelado aos investimentos em internacionalização da cultura, produzido nas capitais da região norte do país, como representação de um padrão civilizado e burguês de práticas culturais e identidade, presente no comportamento social dos sujeitos que viviam o cotidiano da cultura mundana em Belém do Pará. Conforme explicita Coelho (2002), a representação do homem civilizado, realizava-se por meio de uma linguagem polissêmica, cujos significados eram embrincados pelos requintes da modernização e nas condições reais e imaginárias por onde circulavam as riquezas, os bens de consumo e a cultura.

Ainda segundo Coelho (2002), o imaginário republicano, influenciado pelos ideais positivistas franceses, trazem as práticas, a pedagogia e principalmente a ideologia política para investir no progresso, na civilização, na moral. Essas ideias projetavam o paradigma de que ser republicano, era estar em sintonia com as mudanças aceleradas de um tempo de transformações, de postura civilizada em que o desenvolvimento humana deveria passar por rupturas materiais e as construções sociais deveriam consolidar a ideia de liberdade e modernidade (COELHO, 2002, p.18-19).

---

<sup>27</sup> Este movimento, com aspirações de modernidade, apresentava tendências culturais que envolviam a arte, a moda, a postura, as construções. Características estas que se disseminaram no imaginário das pessoas e que passaram a ter concepção de que tudo relacionado à França era moderno, luxuoso e de muito bom gosto. Ver: PIMENTA, A.S. F. e FRANÇA, M. P. G.S. In: Educação e Instrução Pública no Pará Imperial e Republicano. 2015. p. 254

A forma do novo regime, a ideia republicana e sua materialidade no Pará, foram representadas com a construção de um monumento à República com declarada finalidade pedagógica, no qual revela-se a ideologia política e o poder exaltado pelo conjunto escultural trazendo, a imagem como representação, tanto ideológica quanto cultural. O discurso pedagógico apresentado através da imagem, mostra-se como recurso das estratégias de poder exaltando a celebração da modernidade republicana e do progresso.

Segundo Daou (2004), a renovação urbana, concretizada por engenheiros republicanos e a intensificação da exportação da borracha, promoveram a sensação de que Belém era uma das melhores cidades do Brasil. Via-se a prosperidade nas ruas, nos grandes monumentos arquitetônicos, nos acontecimentos culturais e sociais, destaque nos jornais da época. O embelezamento da cidade, modificava a paisagem urbanística e arquitetônica, que seguiam a legislação em vigor para modernizar os espaços públicos, adotando certas características às construções. A fachada dos prédios vislumbrava estética e graciosidade condizente com as normas higiênicas, exigidas pelo clima da região (DAOU, 2004, p.31).

Alinhado a esse projeto de embelezamento e reordenamento dos espaços, via-se a necessidade do investimento em políticas sanitárias e higienistas para o processo de consolidação das transformações, principalmente as mudanças relacionadas ao espaço demográfico que foram se expandindo com o crescimento acelerado da população.

Como resultado deste crescimento urbano e expansão geral da economia, as medidas modernizadoras, impuseram restrições às camadas mais pobres da população, afastando cada vez do acesso aos bens materiais e sociais, principalmente do centro histórico que manteve suas características coloniais na edificação e organização, principalmente nas proximidades dos portos, garantindo a riqueza da cidade. Ainda de acordo com Daou (2004), as novidades de objetos e materiais de construção chegavam de países da Europa como: Itália, Portugal e França, bem como a chegada de profissionais para trabalhar nas modificações do novo espaço de modernidade. Edifícios da administração pública, várias escolas, asilos, praças e muitos outros prédios que representavam a ordem e o reordenamento da cidade, constituíam as instituições de controle e reprodução social.

Este cenário não foi diferente para as transformações ocorridas na Instrução pública, que assumiu o papel de redentora das degenerações ocorridas na sociedade. As reformas nos regulamentos de ensino se pautavam nos moldes republicanos sugeridos pela modernidade, que nesse movimento envolve a escola em uma proposta marcada pela organização dos espaços e materializada através das estruturas de mobiliário, prédios escolares e adequação do currículo

com os moldes higienistas e direcionado à transmissão do sentimento de amor ao nacional e regional.

### 3.2 – As propostas de educação no Pará e a legislação do Ensino Primário republicano

No Pará, o discurso político- educacional republicano se deu a partir do manifesto que em 1886, já denunciava o descontentamento e tecia fortes críticas ao Império brasileiro. Segundo Moraes (2015), o Manifesto do Club Republicano do Pará, publicado nas páginas do jornal “A República”, afirmava que era necessário superar o passado que tanto envergonhava e construir um futuro que trouxesse o progresso e a vanglória do povo (MORAIS, 2015, p. 164). Com estes discursos, continuavam as críticas, principalmente aos processos de centralização e unitarismo que tanto reinavam nas instituições imperialistas, fato que os republicanos muito se opunham, defendendo a descentralização já fortemente instalada nas grandes nações.

Fortemente influenciado pelas reformas no cenário educacional brasileiro, a partir do governo provisório de Justo Chermont (1889-1891) foi promulgado em 7 de maio de 1890 o Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará. Neste período, José Veríssimo<sup>28</sup>, importante intelectual paraense, assume o cargo de diretor da Instrução Pública e opera mudanças na reforma educacional principalmente do ensino primário. Veríssimo apoia-se nos ideais republicanos para tirar a população do atraso e inseri-la nos moldes das nações civilizadas.

O regulamento de 07 de maio de 1890, determina a reformulação da instrução pública primária com *Regimento Escolar; programas de ensino; horários e instrução pedagógica*. Analisando as disposições que regiam o regulamento escolar, observou-se as exigências para atender os novos ideais da pedagogia moderna, em destaque os preceitos de higiene, a ordem, a disciplina e a conduta moral, descritas a seguir de acordo com o decreto:

Início e término dos trabalhos escolares exatamente como determinado pelo Regulamento de 7 de maio do corrente ano;  
Conduta moral dos professores; lição de moral; relação harmoniosa com os alunos;  
Cuidados higiênicos com as salas de aula, máximo asseio, ventilação e conservação seguindo os preceitos higiênicos

---

<sup>28</sup> Intelectual nortista, que fez parte de um conjunto de intelectuais brasileiros inseridos numa conjuntura de passagem da Monarquia para a República, que se empenhou numa construção teórica, política e ideológica pautada no ideário de modernização do país, amalgamados pelo positivismo, o nacionalismo, cientificismo e republicanismo. Em seus escritos, Veríssimo apresenta como referências as inscrições positivistas de Comte, Herbert Spencer e Stuart Mill.

Mobiliário escolar instalado de acordo com as prescrições da higiene escolar (aluno devendo receber a luz pela esquerda)

A mobília deveria ser fixada por parafusos ao assoalho, quando não, aparafusada sob tabuas ou ripas

Inspeção de higiene dos alunos na primeira meia hora da manhã (dentes, orelhas, cabelos), acompanhadas de observações morais e recomendações sobre a necessidade dos cuidados com o corpo

O local do recreio perfeitamente seco e arejado, conservado em rigoroso asseio

Supervisão de livros, lições ou temas de acordo com o proposto no regulamento

Fiscalização direta dos professores e adjuntos quando houvesse.<sup>29</sup>

Sobre os programas e instruções pedagógicas para o ensino primário, deve-se destacar a reordenação das etapas e níveis de ensino, assim estruturadas: a) - Escolas Elementares: 1º, 2º e 3º ano; b) - Escolas Populares: Curso elementar, Médio e Superior.

Importa ressaltar que a descentralização da administração da instrução pública, foi uma das inovações do regulamento de 07 de maio, contribuindo também para a reorganização dos programas de ensino, evidenciando as funções do Diretor Geral e do Conselho superior da Instrução Pública, que tinham caráter deliberativo nas decisões. Neste sentido, Veríssimo criticava a concentração de funções nas mãos de uma mesma pessoa, uma das principais críticas dos republicanos ao Império, fato que dificultava o bom desempenho e a falta de devida atenção aos problemas apresentados pela instrução pública.

Quanto ao reordenamento dos programas de ensino deste regulamento tem-se:

1- Escolas elementares: ensino concreto das formas, cores, números, dimensões temporais e espaciais, sons, medidas. Aplicação segundo o método das “lições de coisas”<sup>30</sup>, aplicado em todos os níveis de ensino nas escolas elementares. Ensino prático da língua materna, aritmética, noções das quatro operações; escrita e leitura ensinadas simultaneamente pelo método da silabação, sendo banida a soletração.

2- Escolas populares- Curso elementar, Curso médio e Superior, nesta etapa, além das lições de coisas, língua materna, leitura e escrita, aritmética, geometria prática, foi introduzido o ensino de disciplinas como: Geografia pátria, História pátria, Cultura moral, Cultura cívica e

<sup>29</sup> PARÁ. Regulamento Geral da Instrução Pública e Especial do Ensino Primário do Estado do Pará, 1890, p. 7-10.

<sup>30</sup> As lições de coisas constituem, pois, um método experimental e um ensino realístico, acepção que a esta palavra dão os pedagogos alemães. Há duas maneiras de fazer uma lição de coisas: ou dar uma lição especial, tomando para assunto dela um ou mais objetos ou fatos como, a água, o homem, um relógio ou cereais, etc. ou por ocasião de outra lição fazer, fazer sempre que houver oportunidades, uma lição de coisas (REGULAMNETO DO ENSINO PRIMÁRIO 1890, p. 37)

Esse método consistia em estimular, desenvolver e tornar as lições ministradas nas escolas com aulas mais dinâmicas e concretas. Ressaltamos principalmente a utilização desse método como contribuição às aulas cujos conteúdos estivessem ligados às Ciências da Natureza, demonstrando assim o desenvolvimento provedor de um caráter concreto e de uma orientação calcada na visão positivista de ciência.

a Educação física. Sendo estas, segundo Veríssimo, fundamentais para o desenvolvimento do sentimento de amor à pátria nas crianças.<sup>31</sup>

Para tal desenvolvimento, o regulamento implantado propunha instruções pedagógicas seguindo ao modelo idêntico redigido na França, conforme o diretor geral da instrução pública, José Veríssimo:

Alem dos programas circunstanciados do ensino, instruções pedagogicas sobre esses programas, pareceu me que, dada ainda a escassez do tempo de que posso dispor para urgente desempenho d'esse dever, eu não podia melhor fazer do que trasladar para uso do professorado primário do Pará as instucções e direcções pedagogicas, com fim idêntico redigidas em França, por um dos mestres mais eminentes da pedagogia contemporânea, o sr. Gréard (PARÁ, 1890, p.31)

Quanto aos métodos de ensino a serem seguidos, principalmente às disciplinas incluídas no novo programa, José Veríssimo evidenciou, os métodos intuitivos, eurísticos, inventivos ou activos, a serem empregados preferencialmente para o desenvolvimento das faculdades de observação e discernimento. Assim destaca que, “o objetivo do ensino primário não é adquirir em todas as matérias que os constituem, tudo o que é possível saber, mas aprender em cada uma delas o que não é permitido ignorar” (PARÁ, Ensino primário: regulamento escolar, programas, horários e instruções pedagogicas, 1890, p.34)

De acordo com o regulamento, o espírito do ensino primário propunha que,

Uma das ideias dominantes da moderna pedagogia é que ler por si só é acaso antes um mal, que um bem, e que a instrução incompleta melhor valera não possuir nenhuma;  
A escola primária, deve ser dada numa instrução integral ou completa nesse ramo de ensino, como seu fim social é principalmente educativo;  
Como dizia o ilustre pedagogista sr. Gréard, a instrução primária não tem por fim ensinar tudo quanto se deve saber, senão tudo o que não é lícito, ignorar.<sup>32</sup>

Como bem ressalta Moraes (2015), o ensino primário era considerado a base para os desdobramentos sociais, portanto os métodos de ensino, principalmente o desenvolvimento infantil deveria ser orientado seguindo um fundamento prático das disciplinas escolares. O objetivo principal estava voltado para formar cidadãos que conduzissem a civilidade e a modernidade ao estado, fatores privilegiados pelo novo modelo de escola que estava sendo designado com este novo regulamento.

---

<sup>31</sup> Idem, p. 15-25

<sup>32</sup> Idem, p. 43-44

Daí em diante várias reformas foram sendo redefinidas, e mesmo com vários desvios a escola primária passou a ser orientada sob um novo olhar pedagógico, pois via-se que o problema não era simplesmente reforma-la, mas reorganizá-la com novos métodos. Em 1891, Lauro Sodré ao assumir o governo do estado pelo decreto nº 372 de 13 de julho, reestrutura novamente o ensino primário com um novo regulamento, porém mantendo as bases do regulamento de 07 de maio de 1890.

Em 1894, o diretor geral da instrução pública o Dr. Alexandre Vaz Tavares diz em seu relatório ao governo:

“o estado intelectual das escolas primarias, sinto profundamente dizê-lo, ainda não é animador, devido a circunstancias múltiplas e complexas. Uma delas era a grande variedade de compêndios aceitos em cada escola para o estudo de uma mesma matéria;

A segunda causa do estorvo ao progredimento do nosso ensino primário é a falta de livros para a classe dos paupérrimos;

A terceira causa capital, dentre os motivos que tem contribuído entre nós, para o embaraço da marcha da instrução primaria, é a falta que ainda temos de mobílias escolares de vários gêneros”.

A situação preocupante denunciada pelo diretor geral da instrução primária, remete ao estado de precariedade de materiais essenciais para a concretização do desenvolvimento intelectual das escolas. Destaca que a grande quantidade de compêndios enviados para cada escola, atende apenas o ensino de uma única matéria, fator que compromete o desenvolvimento das demais disciplinas, tendo em vista que o conhecimento proposto pelos programas de ensino primário, evidenciavam disciplinas e conteúdos regionais e nacionais, portanto, essa diversidade de compêndios, deveria atender a demanda de todas as áreas do conhecimento. Entre as carências, menciona a falta de livros para os alunos considerados pobres que deveriam ser contemplados com tal material, assim como a falta de mobiliamento de diversos gêneros para suprir a necessidade das escolas.

Os discursos apresentados nos documentos oficiais, embora revelem as proposições do Estado e de seu projeto emancipador para o desenvolvimento da instrução primária, ao mesmo tempo denunciam as ausências e precariedades para o efetivo progresso das instituições de ensino, ressaltando que a necessidade não está apenas em efetuar reformas, mas no investimento básico para o real funcionamento das escolas.

O novo decreto para o Regulamento Geral do Ensino Primário nº 625 de 02 de janeiro de 1899, abre novos rumos para o desenvolvimento da Instrução Primária destacando as mais modernas conquistas da pedagogia, entre elas a criação filha dessa importante reforma, “os grupos escolares”. Esta nova estrutura tem como foco as discussões sobre a criação dos

primeiros grupos escolares no estado do Pará, bem como os programas de ensino para escolas primárias e escolas modelos.

Seguindo o que determinava os regulamentos anteriores, a direção suprema do ensino primário compete ao Governador do estado, auxiliado pelo Diretor Geral da Instrução Pública e o Conselho Superior. O diretor geral encarregado de executar todas as deliberações do Governo relativas à Instrução Pública, tendo como auxiliares os Inspectores e os Conselhos Escolares. Os inspetores eram designados a fiscalização do ensino da circunscrição para onde foram nomeados e da execução de todos os serviços relativos à instrução pública nas mesmas circunscrições, sempre subordinados ao diretor geral. Sobre os conselhos escolares, era função fiscalizar todo o ensino dado em cada município, sendo cada conselho formado pelo Intendente municipal, de um Delegado do governador e de um Delegado do Diretor Geral.

Quanto a organização do ensino primário proposto neste regulamento, era dado em: Escolas públicas isoladas; Escolas-modelo e Grupos Escolares. As escolas isoladas eram classificadas em elementares e complementares- as escolas elementares foram estabelecidas na capital, cidades, vilas, povoações e onde verificasse a estatísticas de haver mais de 20 crianças para receberem a instrução primária-; as escolas complementares foram estabelecidas nos distritos da capital, a criação desta modalidade atenderia a estatística de cinquenta alunos para cada escola, essa mesma determinação era para as cidades e vilas do interior.<sup>33</sup>

Para as Escolas-modelo, foram criadas anexas à Escola Normal, funcionando duas escolas-modelo para cada sexo, destinadas ao ensino primário e para os exercícios das práticas de ensino dos alunos-mestres. O ensino nestas escolas, compreendia o mesmo ensinado nas escolas elementares e complementares, dividido em três anos- elementar, médio e superior. Eram aplicadas às escolas-modelo, as mesmas disposições deste regulamento.

Nesta reforma foram criados os Grupos escolares, os quais seriam instalados nos distritos da capital e nas sedes dos municípios nos quais houvessem pelo menos quatro escolas de ambos os sexos, cujo governo de cada municipalidade forneceria os prédios adaptados para o funcionamento ou terrenos para edificações. Cada grupo escolar quando instalado poderia comportar no máximo trezentos alunos de cada sexo, funcionando em seções distintas sob uma mesma direção. O regimento de ensino utilizado para os grupos escolares eram os métodos das escolas modelos, e ao ser instalado o primeiro Grupo escolar<sup>34</sup>, o Diretor Geral da Instrução pública baixará, com a aprovação do governador, o regimento interno e o programa de ensino

---

<sup>33</sup> Ver: Regulamento Geral do Ensino Primário, 1899.

<sup>34</sup> O primeiro Grupo Escolar a ser instalado no Pará, sob o decreto de Nº 722, data de 10 de julho de 1899 foi no interior do estado, na cidade de Alenquer.

para os grupos escolares. A direção do grupo escolar era confiada a um diretor nomeado pelo governador, escolhido dentre os professores titulados pela Escola Normal. Em cada seção do grupo escolar haveria um professor do curso superior, um do médio e dois do curso elementar, auxiliados por adjuntos quando verificada a efetiva frequência de mais de quarenta alunos por aula. De acordo com o regulamento vigente, haveria em cada grupo escolar, um porteiro e dois serventes, sendo um servente masculino e uma servente para a seção feminina.<sup>35</sup>

A respeito desta nova organização, como esclarece França (2004), José Veríssimo já sinalizava e defendia a proposta do ensino primário organizado em cursos e classes distintas, de acordo com o grau de conhecimento dos alunos, sendo um professor para cada classe ou área do conhecimento. Assim como reforçava a necessidade de proceder o agrupamento dessas escolas em um único prédio, porém ressaltava que esta não era uma tarefa fácil, tendo em vista o aumento das despesas para o estado, fato que comprometia a qualidade do ensino e aumentava os problemas com o ensino público (FRANÇA, 2004, p.131).

O regulamento geral do ensino primário reorganizado pelo decreto n. 1190 de 17 de fevereiro de 1903, apresenta-se em sete títulos, subdivididos em capítulos. Sob a direção geral do governador Augusto Montenegro, auxiliado pelo Secretário de Estado da Justiça e Instrução pública, Genuíno Amazonas de Figueiredo e do Conselho Superior da instrução pública, ambos com funções deliberativas, além dos conselhos escolares em cada um dos municípios do interior do estado, para auxiliar na fiscalização e inspeção do ensino em cada município. Os conselhos eram compostos pelo Intendente Municipal assumindo a presidência do conselho, dois delegados, sendo um do governador e outro do secretário de instrução pública, além de uma representatividade dos professores que assumia como secretário do conselho.<sup>36</sup>

De acordo com este regulamento, o ensino primário manteve-se dividido em público e particular. O ensino público passou a ser dado em Grupos Escolares e Escolas isoladas, agrupando escolas especiais para cada sexo ou mistas. Conforme estabelecido no regimento anterior, os grupos escolares criados na capital, cidades e vilas, as escolas eram reunidas fazendo-as funcionar em um só prédio e sob uma mesma direção, nos quais o diretor era nomeado pelo governador, preferencialmente os diplomados pela Escola Normal.<sup>37</sup>

As escolas isoladas eram todas elementares seja na capital, cidades ou vilas e povoações onde as estatísticas escolares apresentassem mais de 25 crianças de cada sexo. As escolas mistas eram criadas provisoriamente nas localidades em que a frequência não era suficiente para duas

---

<sup>35</sup> Idem.

<sup>36</sup> Ver: Regulamento Geral do Ensino Primário Reorganizado, 1903.

<sup>37</sup> Idem.

escolas mistas. Nas escolas isoladas de um sexo, o funcionamento era apenas pela parte da manhã das 7:30 às 11:30, enquanto nas escolas mistas era dado separada, pela manhã de 8:30 às 11:30 para as alunas e na parte da tarde para os alunos de 14h às 17h.<sup>38</sup>

Quanto ao ensino ministrado, as escolas foram organizadas em: Complementares ou Elementares. Nos programas de ensino detalharam-se a divisão das disciplinas em anos, e os limites de ensino de cada uma delas. Além das disciplinas, era dada conveniente a Educação Física, noções de higiene prática, exercícios, jogos e brincadeiras ao ar livre.<sup>39</sup>

Assim como no regimento anterior, nesta reorganização, os professores do ensino primário foram divididos em quatro classes: efetivos, em comissão, interinos e substitutos. Eram considerados efetivos os professores que fossem titulados pela Escola Normal e houvessem obtido tal provimento de acordo com o regulamento, ou professores atuantes não normalistas em exercício a mais de cinco anos, apresentando-se na concorrência que fosse aberta caso não se apresentasse nenhum normalista. Considerados em comissão, os professores efetivos que passassem a reger provisoriamente escolas de classe superior, que obtivesse vaga. Os professores interinos, eram normalistas nomeados para regerem interinamente escolas vagas, ou cidadãos não titulados. Os substitutos eram os que substituíam os professores e adjuntos efetivos, durante seus impedimentos.

Era dever dos professores: comparecer com pontualidade à aula decentemente vestidos; lecionar pelos compêndios e livros competentemente aprovados, podendo propor ao conselho escolar a adoção de outros; manter a ordem e a disciplina; promover o desenvolvimento intelectual, amor ao estudo e o sentimento de dever; dar exemplo de boa conduta, moralidade e amor às instituições.

O novo decreto n. 1689 de 28 de abril de 1910 determinou que o Ensino primário dado no estado do Pará fosse leigo, gratuito e obrigatório compondo-se em: elementar e complementar. O curso elementar destinado à educação de menores a partir de seis anos de ambos os sexos, dividido em quatro anos; o complementar dividido em dois anos, destinados aos alunos que se mostraram habilitados nas matérias do curso elementar. Em ambos os cursos seria empregado o método intuitivo. O ensino público primário era dado em escolas isoladas e grupos escolares, sendo todas as escolas isoladas elementares; as escolas complementares só existiriam nos grupos escolares.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> Idem.

<sup>39</sup> Idem.

<sup>40</sup> Ver: PARÁ, Decreto de 28 de abril de 1910.

Neste mesmo ano, de acordo com o decreto nº 1695 de 30 de maio de 1910, o governador João Antonio Luis Coelho, aprovou mudanças nos programas para o ensino primário. O curso elementar do ensino primário teria duração de quatro anos de estudos compondo-se de: língua portuguesa, aritmética, geografia, noções de zoologia e botânica, lições de coisas, desenho, história do Brasil, trabalhos manuais de agulha para as meninas e ginástica para os meninos.<sup>41</sup>

No regulamento de 1910, o art. 16 destaca que o ensino primário ministrado pelos Institutos Lauro Sodré e Gentil Bittencourt se realizaria restritamente conforme aos programas do ensino primário e obedecendo ao regime dos grupos escolares, tendo cada um desses estabelecimentos uma escola complementar e quatro elementares. Sobre as escolas isoladas, destaca-se o necessário de frequência dos alunos para que estas fossem divididas ou extintas. As escolas isoladas que apresentassem em dois trimestres consecutivos frequência superior a 60 alunos seriam divididas e aquelas com frequência consecutiva de apenas 15 alunos e não alcançassem a matrícula de 25 alunos, seriam extintas.

A respeito da nomeação para diretores dos grupos escolares, altera-se que além de professores com formação pela Escola Normal, poderiam ser nomeados para assumir tal cargo, bacharéis formados em direito ou pessoas competentes em assuntos de ensino.

O decreto nº 3.356 de 7 de maio de 1918 altera o regulamento do Ensino Primário do Estado, em vigor desde 1910. As alterações orientam sobre a composição da Diretoria da Instrução Pública Primária, criada pelo governo Lauro Sodré, atuante neste período. No Capítulo II, Da direção e Inspeção do ensino primário, o art. 5º destaca que a direção e inspeção caberiam ao Governo do estado que as exerceria diretamente por intermédio do conselho superior do ensino primário, do diretor da instrução primária, de inspetores e conselhos escolares. O conselho superior de ensino primário era então composto por: 1º. O Secretário Geral do Estado, que o presidiria, com voto de qualidade; 2º. O Diretor do Ensino Primário, que era o seu vice-presidente; 3º. O Intendente Municipal de Belém; 4º. Um Diretor de Grupo na Capital, eleito por seus pares; 5º. Um cidadão de reconhecida competência em assuntos pedagógicos, nomeado pelo Governador; e 6º. Dois professores públicos e dois particulares, primários, um de cada sexo, aqueles eleitos por seus pares e estes nomeados pelo Governador. (REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1918, p. 4).

Era competência do conselho superior:

1º. Auxiliar o Diretor do Ensino Primário em matéria de instrução, quando o seu auxílio for solicitado;

---

<sup>41</sup> Ver: PARÁ, Decreto de 30 de maio de 1910.

2º. Interpretar o Regulamento nos casos de dúvida ou resolver nos casos omissos, quando o Diretor do Ensino julgar necessário, não lhe sendo permitido, entretanto, criar matéria nova;

3º. Elaborar os programas de ensino, resolvendo-os todos os anos, a fim de verificar, a vista dos resultados obtidos, se nada há a modificar a bem da instrução, propondo, neste sentido, o que for conveniente;

4º. Ministar, no fim de cada ano, informações detalhadas sobre a conveniência ou inconveniência dos livros mandados adotar no ensino, pelo Diretor, justificando os motivos de sua preferência ou da substituição de qualquer deles;

5º. Indicar por meio de uma comissão de seu seio, e aprovar por voto coletivo, os métodos e sistemas didáticos que devam ser adotados nos estabelecimentos públicos primários;

6º. Processar os membros do magistério primário, impondo-lhes, quando sejam de sua alçada, as penas de que cogita este Regulamento, e decidir em última instância as que forem impostas pelas autoridades escolares;

7º. Apreciar os motivos de nulidade dos concursos, quando, nesse sentido, os interessados apresentem reclamações ao Diretor do Ensino e forem por este afetadas ao exame;

8º. Examinar, justificando os motivos de preferência, os tipos de mobiliário que se destinarem às escolas e às plantas de prédios especialmente construídos ou adaptados, que a estas se destinarem, ouvindo, para isso, a opinião de médicos e engenheiros autorizados. (REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1918, p. 5).

No regulamento de 1918, o governo organizou o serviço de inspeção médica escolar e de assistência dentária, ficando a cargo de um diretor e de dois auxiliares. Esta inspeção abrangia todos os estabelecimentos de ensino primário, oficiais e particulares, compreendendo as seguintes medidas: 1- as medidas higiênicas que se tornassem necessárias; 2- correção das atitudes viciosas dos alunos, por ocasião dos serviços escolares; 3- vacinação nas escolas; 4- a inspeção pessoal de todos os alunos uma vez por trimestre; 5- a melhor disposição do mobiliário escolar no tocante ao arejamento e a direção da luz sobre o quadro negro, o mapa, a mesa dos professores e as carteiras dos alunos, observando o que se orientava a pedagogia.

Em 1929, o Ensino Primário é reestruturado, o programa de ensino é novamente revisado e adaptado pelo Conselho Superior do Ensino Primário. A organização dos cursos permaneceu em Elementar e Complementar, sendo o primeiro com quatro anos de duração e o segundo com apenas dois anos. Neste programa eram contemplados os ensinamentos de: Português; Aritmética; Geografia; História do Brasil; Geometria Prática; Lições de coisas (compreendendo noções concretas de zoologia, botânica e física); Educação Moral e Cívica e elementos de higiene individual; direitos e deveres do cidadão desde a infância, procurando salientar principalmente aquele que investe o cidadão da honra de defender a pátria. Ensinamentos indispensáveis a todos como: Da ordem, da obediência, e da disciplina, do domínio de si mesmo, da bondade, da gratidão, da verdade, da justiça, da moderação, do

trabalho, da perseverança, da economia, do hábito do brio, da dignidade, da coerência, da energia, da coragem e da previdência. Compunham também este programa, as aulas de Desenho; Caligrafia, Ginástica sueca (para ambos os sexos); de prendas (para as meninas) e o canto oral.

Entre 1889 e 1930, a legislação da instrução primária foi reformulada várias vezes: 1890, 1891, 1899, 1903, 1910, 1918 e 1929. Contudo, o projeto educativo proposto em 1890 por José Veríssimo se torna referência para as reformas ocorridas até 1930. O quadro abaixo sintetiza o que estes dispositivos legais tratavam diretamente sobre a materialidade escolar necessária para o ensino da escola primária paraense.

**QUADRO 1- DISPOSITIVOS LEGAIS DO ENSINO E OS OBJETOS NECESSÁRIOS À INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PARAENSE (1890 – 1929)**

DECRETOS/REGULAMENTOS	USO DE OBJETOS E UTENSÍLIOS
<p><b>Regulamento de 07 de maio de 1890</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escola funcionando na “casa” de residência do professor;</li> <li>-Móvel instalada de acordo com as prescrições de higiene escolar;</li> <li>-Móvel fixada por parafusos no assoalho;</li> <li>- Lavatórios e filtros de água.</li> <li>- Material de expediente escolar indispensável: Art. 142: o livro de matrícula, de frequência, de visita de autoridades, inventário, dos termos de exames, livro de registro de ocorrências.</li> <li>- Uso de quadro negro;</li> <li>Objetos escolares para aulas práticas de aritmética: botões e carochos.</li> <li>- Uso de mapas murais especiais para leitura e escrita.</li> </ul>
<p><b>Decreto N. 625 de 2 de janeiro de 1899</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não trata de moveis e materiais para as escolas</li> </ul>
<p><b>Decreto N. 1190 de 17 de fevereiro de 1903</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Art- 111: Lecionar pelos compêndios e livros</li> <li>- Cadernos de desenho</li> <li>- Uso do quadro preto</li> <li>- Uso de mapas do Pará, mapa do Brasil e globo terrestre</li> <li>- Uso de ornatos, flores e figuras para aulas práticas de geometria</li> <li>-Uso de cadernos e álbuns, se possível, coleções de traslados.</li> </ul>

<p><b>Decreto N. 1695 de 30 de maio de 1910</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Adotados para os seis anos dos cursos os cadernos aritméticos, edição (<i>American Book Company</i>)</li> <li>- Uso de globo geográfico e mapas</li> <li>- Cópias na ardósia ou em papel quadriculado ou penteado</li> <li>- Manual de ginástica Racional e Prática – de S. de Serves et M. me Le Roux .</li> <li>- Uso do relógio – estudo das horas</li> <li>- Uso de régua para traçados das linhas</li> <li>- Uso do metro e da balança</li> <li>- Uso de fitas, papel e linhas para trabalhos manuais de agulha</li> <li>- Uso do corpo humano para noções de zoologia e nutrição</li> <li>- Uso de prisma de cristal para estudo prático da luz</li> <li>- Uso de calendário para estudo dos dias, meses e anos.</li> <li>- Uso da Bandeira do Brasil para estudo das Instruções moral e cívica.</li> </ul>
<p><b>Decreto N. 3358 de 07 de maio de 1918</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhor disposição do mobiliário no tocante ao arejamento e a direção da luz sobre o quadro negro, o mapa, a mesa do professor e a carteira dos alunos, observando o que aconselha a pedagogia;</li> </ul>

<p style="text-align: center;"><b>Programas de Ensino Primário revistos em 1929</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Uso de imagens e quadros parietais para ampliação de novas ideias e vocabulário escolar.</li> <li>- Livros de leitura</li> <li>- Uso de quadro preto para ensino de leitura e escrita</li> <li>- Uso de tabuadas</li> <li>- Uso de Régua</li> <li>- Uso da balança</li> <li>-Uso de Globo geográfico e mapas</li> <li>- Uso da lousa</li> <li>- Gravuras e fotografias</li> <li>- Uso de mapas murais do Brasil, uma boa carta do Estado a que pertencer a escola e, se possível uma planta da cidade em que esta e de suas vizinhanças</li> <li>- Compendio de História do Brasil</li> <li>- Monumentos e Estátuas das praças de Belém para compreensão da história do Pará.</li> <li>- Conhecimento das horas pelo Relógio</li> <li>- Uso do esqueleto para estudo dos ossos (por meio de estampas ou manequins)</li> <li>- Uso de termômetro clínico para ensino das temperaturas.</li> <li>- Uso do Hino e da Bandeira como símbolos de amor à Pátria.</li> </ul>
---	--

Fonte: Elaborado pela autora, 2108.

### *3.3 - Palacetes de Ensino: o modelo da materialidade diferenciada na Instrução Primária.*

Na década final do século XIX, políticos e profissionais da educação passaram a considerar a criação de novos espaços para o funcionamento da educação de crianças. Defendiam a necessidade de prédios escolares construídos e configurados para a escola, como um lugar especificamente destinado ao desenvolvimento do ensino. Esse momento coincide com a difusão do projeto republicano, que via na instrução pública o lugar para concretização de seu ideário educacional.

Segundo Rosa Fátima Souza (1998), a retórica arquitetônica dos edifícios escolares fez sintetizar todo o projeto político atribuído à educação popular. Na arquitetura escolar encontram-se inscritas, portanto, dimensões simbólicas e pedagógicas. Pode-se dizer, que a escola como lugar define-se juntamente com a constituição do espaço social e cultural. O lugar de formação do cidadão republicano deveria ser percebido e compreendido como tal (SOUZA, 1998, p. 123-124).

Conforme expressa Buffa (2005), os grupos escolares constituíram um modelo de ensino primário muito distante das escolas de primeiras letras do período imperial. A autora descreve a arquitetura escolar como sendo neoclássica: “edifício imponente, hall de entrada primoroso, escadarias, eixo simétrico, duas alas, pátio interno, corredores internos, janelas verticais grandes e pesadas, acabamento com materiais nobres” (BUFFA, 2005, p. 108).

No Pará, a monumentalidade das construções escolares promovida pelas reformas republicanas deu destaque para a importância da economia e do poder local. Um período em que a economia da região amazônica se configurava como uma potencialidade para o estado, as edificações dos chamados *palacetes de ensino* revelaram o desejo do Estado em propagar as ações do governo.

De acordo com Veríssimo (1891) “uma das mais palpitantes necessidades da nossa escola é a casa”. Portanto, as características dos prédios dos novos grupos escolares do estado do Pará apresentam-se seguindo semelhanças da arquitetura clássica, objeto novo para a construção da arquitetura civil, por isso propõe:

Não é permitido a ninguém ignorar, e eu creio que ninguém ignora que a escola moderna, a escola popular, na qual baseiam os povos e suas mais gratas esperanças, exige uma casa apropriada, própria devia eu dizer, construída de acordo com certas e determinadas regras estabelecidas por pedagogistas, mestres e architectos. (...) A ninguém é permitido não saber, e não há quem não saiba, que todos os povos, mesmo no Brazil, esforçam-se ás competências, e ás vezes com sacrifício, por dar ás suas escolas primarias a casa, sem a qual ficam de regras inúteis os programas (VERÍSSIMO, 1891, p. 94)

Seguindo as propostas para a implantação de um novo modelo na instrução pública primária, o estado do Pará desponta para a experiência de instalação dos primeiros grupos escolares a partir do decreto nº 625, de 02 de janeiro de 1899. De acordo com o disposto no Regulamento Geral do Ensino Primário em vigor, “a instalação dos grupos escolares, poderiam ser na capital do estado e nas sedes dos municípios nos quais houvesse pelo menos quatro escolas de ambos os sexos, no raio fixado para a obrigatoriedade, o Governo poderia reuni-las e fazê-las funcionar em um só prédio” (PARÁ, Regulamento da Instrução Primária, 1899, p.24).

Atendendo ao Regulamento do ensino primário de 1899, o primeiro grupo escolar criado no estado do Pará foi no interior, no governo de Paes de Carvalho, na cidade de Alenquer, com a denominação de *Fulgencio Simões*, organizado sob o decreto de nº 722 de 10 de julho de 1899:

Manda que as escolas públicas da cidade de Alemquer funcionem em grupo escolar.  
O governo do estado tendo em atenção o que foi-lhe proposto pelo director geral da Instrucção publica em officio d’esta data; e,

Considerando as vantagens que para o ensino publico resultam do funcionamento conjuncto das escolas sob a forma de grupos escolares e em execução ao disposto no art. 248 do Regulamento geral do ensino primário de 2 de janeiro do anno corrente, decreta:

Art.1. – As escolas publicas isoladas, complementares e elementares creadas na cidade de Alemquer passam a funcionar conjunctamente no prédio para esse fim arrendado pelo governo.

Art. 2. – O grupo escolar de Alemquer, assim provisoriamente installado se regulará n'aquillo que for-lhe applicavel pelas disposições da sessão III, cap. I do título II do Regulamento geral do ensino primário que baixou com o decreto n. 625 de 2 de janeiro do anno corrente.

Art. 3. – As aulas funcionarão em duas secções distintas: a feminina de 7 ½ às 11 ½ horas da manhã e a masculina de 1 a 5 horas da tarde.

Art. 4. – O grupo será dirigido por um director que terá como auxiliar um porteiro e um servente, nomeados na conformidade dos arts. 88 e 95 do Regimento citado.

Art. 5. – Os professores do grupo, bem como o director, porteiro e servente perceberão os vencimentos fixados na tabella annexa.

Art. 6. – O director geral da expedirá as instrucções precisas para o regular funcionamento do grupo escolar e marcará dia para sua installação.

Art. 7. – Revogam-se as disposições em contrario.

Palacio do governo do Pará,  
10 de julho de 1899

Dr. JOSÉ PAES DE CARVALHO.  
Augusto Olympio de Araujo e Souza  
(PARÁ, 1900, p. 663-664)

Na ocasião, esta mesma diretoria promovendo nas maiores cidades do interior alugueis de prédios apropriados para installações de novos grupos, anuncia então que dentro de alguns meses, tendo como referênciã a data do primeiro grupo escolar, a installação de grupos escolares em Curuçá, Bragança, Santarém, Soure, Cametá, Óbidos, Monte Alegre e Vigia. Os grupos escolares seriam criados na capital e nas sedes dos municípios e onde houvesse pelo menos 04 escolas de ambos os sexos.

Seguindo o proposto no regulamento vigente, no ano de 1900, foram criados em 22 de janeiro deste mesmo ano os grupos Escolares das cidades de Bragança e Curuçá. No dia 03 de abril a criação do Grupo escolar de Santarém, no dia 28 de junho a criação do Grupo escolar de Soure e no mês de setembro o Grupo escolar de Cametá.

Na capital, em 07 de janeiro de 1901, o governo criou o grupo escolar José Veríssimo com prédio construído próprio para o funcionamento desta instituição.

O belo edificio que attestara a productibilidade da vossa administração, que o iniciou e o verá concluído, faz honra as edificações similares e pode sem receio figurar a par das melhores construcções escolares da Republica.

Das plantas que ilustram este relatório vê-se que todas as exigências da hygiene e da pedagogia foram cuidadosamente attendidas no elegante e nobre edificio.

Priemeira edificação que no genero é entre nós levantada pode a muitos parecer que ella pecca pela sumptuosidade e pelo luxo. Antes porem assim

que, por espírito de mal entendida economia aleijar um edifício destinado a receber em idade crítica da existência jovens cuja educação deve ser olhada com cuidados nunca demasiados (...) (PARÁ, 1900, p. 665-666).

**FIGURA 2- Fachada do Grupo Escolar José Veríssimo**



**Fonte: Relatório Geral da Administração do Estado (1900)**

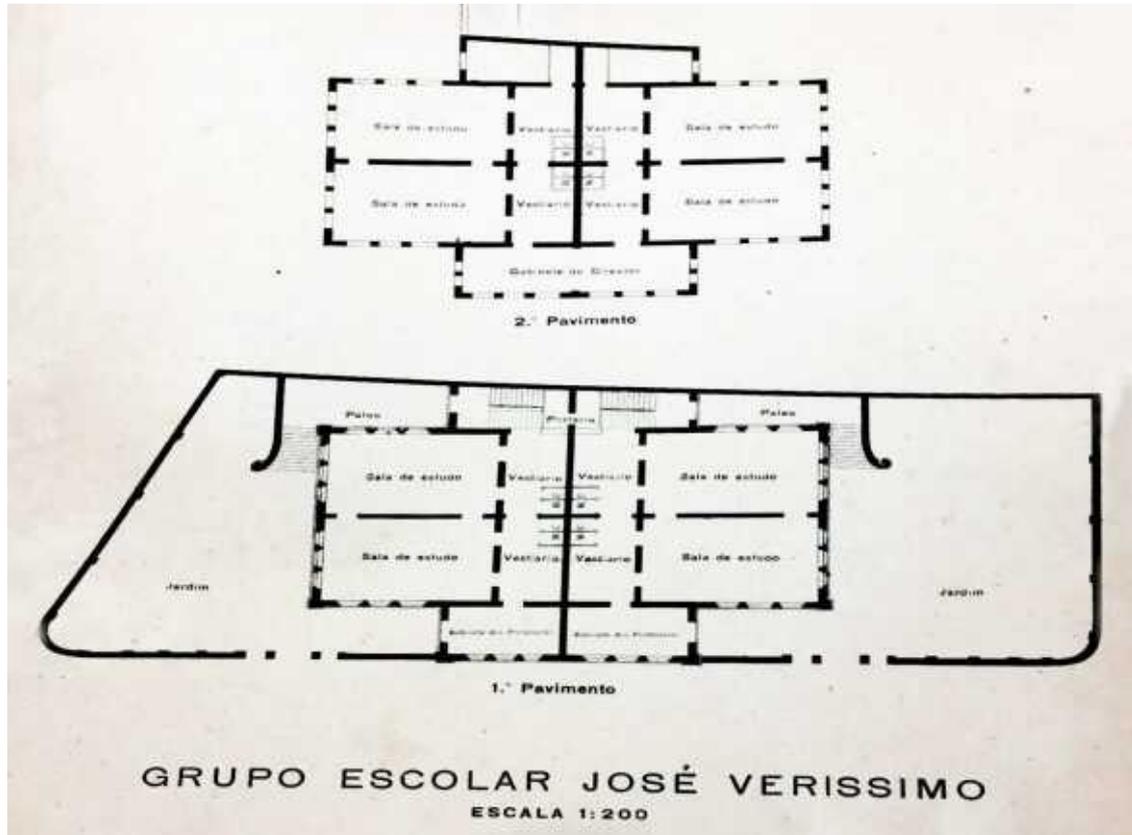
De acordo França (2011), o edifício do grupo escolar José Veríssimo foi projetado e construído com 02 pavimentos, contendo 04 salas de aulas e 04 banheiros com vestiários para ambos os sexos em cada pavimento. No 1º pavimento, nas laterais da portaria 02 pátios com acesso para área externa com amplo jardim, seguindo até o final do corredor 02 gabinetes para professores. No 2º pavimento, destaca-se ao final do corredor das salas de aula o gabinete do diretor. Observa-se que a posição estratégica do gabinete do diretor facilitava a fiscalização e controle das atividades, tanto de alunos, quanto de professores (FRANÇA, et al, 2011, p. 26-27).

Ainda conforme França et al (2011), desde a portaria até os demais espaços, os alunos eram submetidos à uma fiscalização e controle interno ao longo das atividades cotidianas do grupo escolar. A ala feminina era separada da ala masculina por uma parede central do edifício, esse controle era feito tanto na portaria, nas salas de aulas, quanto nas áreas externas dos pátios durante os recreios. Outro aspecto ressaltado é ausência de espaços coletivos, como biblioteca

e museus pedagógicos, porém os espaços amplos e janelas grandes facilitavam a circulação do ar e iluminação do espaço, atendendo aos preceitos higiênicos propostos nos regulamentos.

A planta da edificação do grupo escolar, permite compreender a organização e funcionalidade do espaço físico e do cotidiano escolar.

**Figura 3 – Planta do edifício do Grupo Escolar José Veríssimo**



**Fonte: Relatório Geral da Administração do Estado (1900)**

Entre as construções, destacam-se os edifícios dos grupos escolares construídos na capital e no interior, para atendimento da instrução primária no Pará, seguindo os projetos políticos-educativos que permitiam romper com os moldes imperiais. As novas edificações trazem as características e exigências dos debates que envolviam médicos higienistas, engenheiros e pedagogos, considerados “homens de ciência” preocupados com as interferências do mobiliário e da arquitetura escolar, no desenvolvimento intelectual, moral e saúde dos alunos. As análises realizadas para o desenvolvimento deste trabalho acerca da cultura material escolar, nos permite perceber como o desenvolvimento histórico, cultural e social do Pará interferiu na materialidade do cenário educacional.

Os grupos escolares construídos na capital apresentavam uma arquitetura mais suntuosa, exibindo formas de palacetes com amplas janelas envidraçadas, grades modeladas e acabamentos refinados na parte superior. As figuras a seguir mostram as fachadas de grupos

escolares da capital, revelando os padrões propostos na planta descrita no edifício do grupo escolar José Veríssimo, com áreas internas amplas que possibilitavam a circulação do ar e penetração de iluminação solar.

De acordo com os estudos de Lopes (2018, p.50), ao apresentar a história do 5º Grupo Escolar da capital criado em 22 de março de 1902, revela que nas primeiras instalações dos grupos escolares, o governo alugava prédios para funcionamento dessas instituições. Assim foi o caso deste grupo que antes de possuir edificação própria, foi instalado no Palacete do Sr. Francisco Acácio Correia, o Barão do Guamá, localizado na Avenida Nazaré. Conforme explicita Lopes, poucas adaptações foram necessárias no momento em que o governo decidiu alugar o prédio para instalar o 5º grupo. A partir de 1906, ainda no governo de Augusto Montenegro, foi adquirido um novo edifício para este grupo com localização na Av. Generalíssimo Deodoro, passando a denominação em março de 1912 para Grupo Escolar Barão do Rio Branco, conforme se apresenta na imagem abaixo.

**Figura 4- 5º Grupo Escolar da Capital**



**Fonte: Álbum do Pará (1908)**

A respeito do 6º Grupo Escolar da Capital, criado em 8 de junho de 1901, sendo instalado no dia seguinte em prédio para este fim, arrendado pelo governo ao Largo de Santa Luzia. Sobre o edifício do grupo:

O edifício em que funciona este grupo escolar está em completa desarmonia com as leis pedagógicas a que deve obedecer a instalação dos grupos

escolares. Edifício em lugar baixo, sujeito a inundação embora temporária, estação chuvosa, tem ainda o inconveniente de se achar nas vizinhanças de um hospital e uma praça onde funciona uma feira diariamente, bastante concorrida, sendo ainda cortada por bondes elétricos que constituem um perigo as crianças que frequentam o grupo. Com relação aos compartimentos em que funcionam as escolas, tudo deixa a desejar. Nem um deles tem as dimensões exigidas pela pedagogia, nem iluminação e cubagem de ar necessárias a conservação da saúde dos alunos.

Não preciso alongar-me sobre este assunto. V<sup>a</sup> Exc. conhece perfeitamente o prédio a que me refiro e os inconvenientes que apresenta a uma regular instalação escolar.

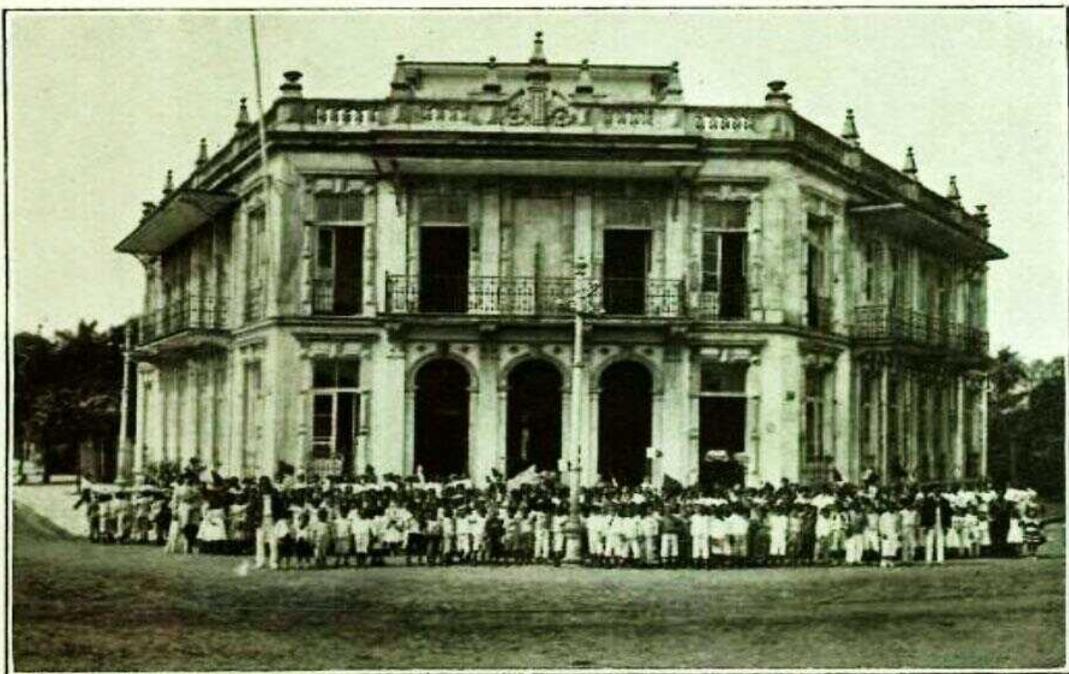
Sei que na zona em que está localizado este prédio é difícil obter um edificio apropriado ao funcionamento deste grupo, sendo mais prático quando for possível, edificar o Governo, um prédio próprio que venha preencher as lacunas que acabo de me referir.

a) Joaquim Amanjas de Carvalho – diretor

(Relatório de 15.07.1919 ao diretor geral da Instrução Primária do Estado)

(FEITOSA, 1987.)

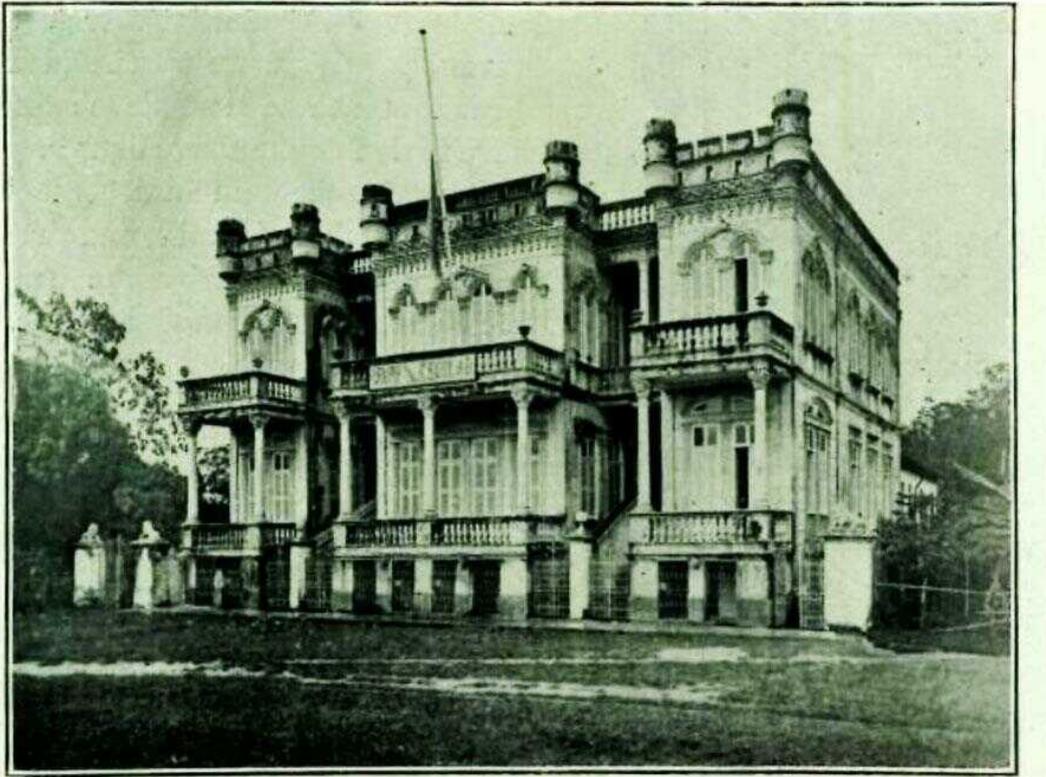
**Figura 5 - 6º Grupo Escolar da Capital**



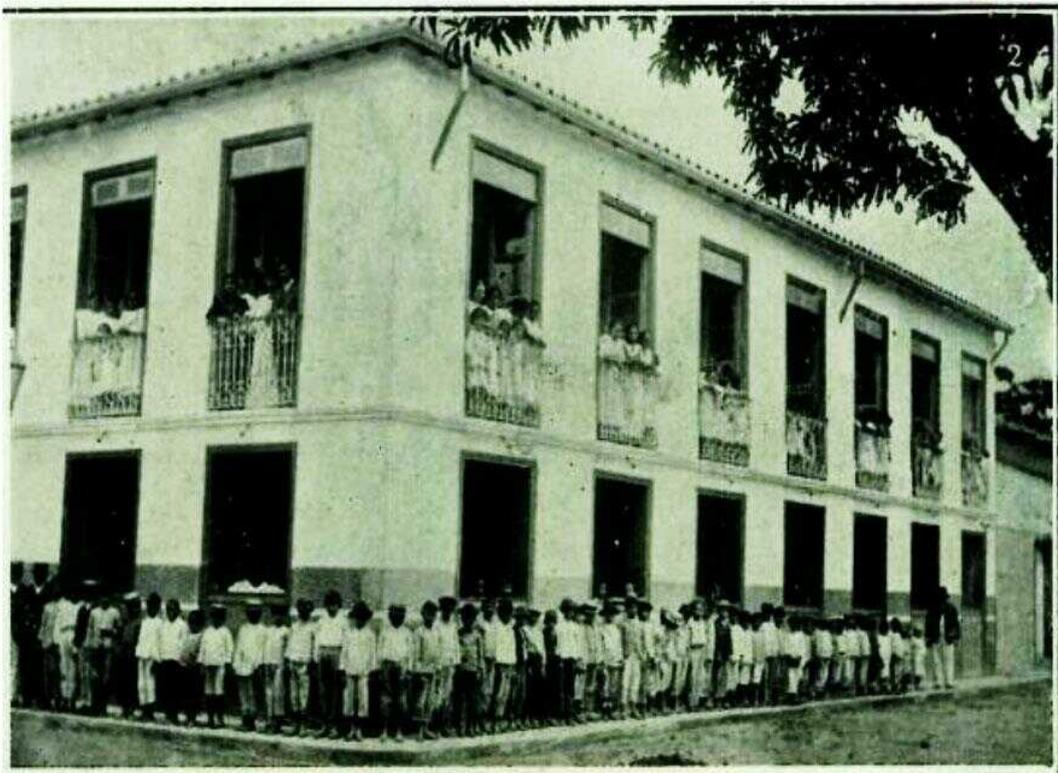
PARÁ, 6º GRUPO ESCOLAR DA CAPITAL

Fonte: Álbum do Pará (1908)

**Figura 6 - 7º Grupo Escolar da Capital**



**Figura 7- Grupo Escolar de Abaeté**



Fonte: Álbum do Pará (1908)

**Figura 8 - Grupo Escolar de Igarapé-açu**



**Figura 9 - Grupo Escolar de Santa Isabel**



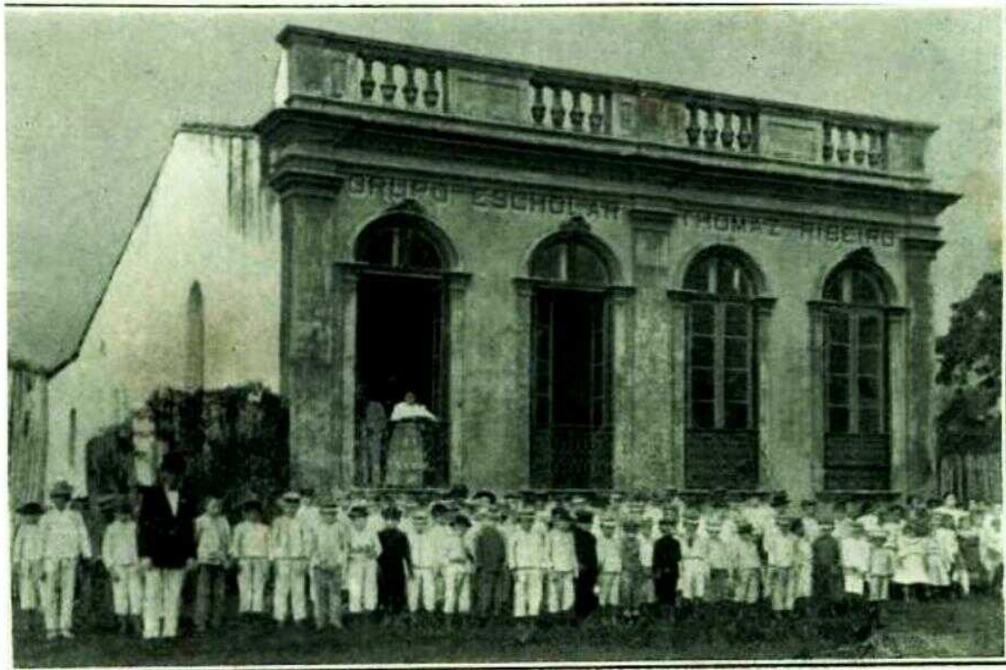
Fonte: Álbum do Pará (1908)

Figura 10 - Grupo Escolar de Cametá



GRUPO ESCOLAR. — CAMETÁ

Figura 11 - Grupo Escolar de Baião



BAIÃO. — GRUPO ESCOLAR

Fonte: Álbum do Pará (1908)

Os prédios onde funcionavam os grupos escolares de Abaeté, Igarapé- açu, Santa Isabel e Cameté no interior do estado, revelam uma edificação mais simples, pois alguns foram adaptados para o funcionamento, como o Grupo Escolar de Baião. Contudo, as áreas externas são amplas e permitiam o desenvolvimento das atividades ao ar livre, favoráveis ao que se propunha nos programas de ensino sobre as lições de coisas.

Ainda sobre a instalação de grupos escolares no interior do estado, Pinheiro (2017) revela que o Grupo Escolar de Igarapé- Miri, criado em 1904, não se enquadrava totalmente nos referidos critérios propostos pelo regulamento, pois embora este grupo tenha sido instalado na sede do município, não possuía prédio próprio adequado e nem número mínimo de alunos para o agrupamento das quatro escolas isoladas do município. Segundo Pinheiro, a implantação do grupo escolar de Igarapé-Miri pode ter ocorrido por interesses políticos, tendo em vista os favores e as práticas de apadrinhamento característicos da política oligárquica da República Velha (PINHEIRO, 2017, p.41).

**Figura 12 - Instituto Lauro Sodré**



**Fonte: Álbum do Pará (1908)**

O edifício do Instituto Lauro Sodré foi considerado pelos estadistas da época de sua edificação, uma obra colossal. Augusto Montenegro fez reformulações emergenciais aos programas da magnífica instituição para o desenvolvimento de uma escola puramente profissional, agregando a formação de artes e ofícios ao ensino primário e secundário.

O que se diz do Instituto Lauro Sodré os ilustres visitantes:

«O Instituto Lauro Sodré, que acabo de visitar, e que qualquer paiz civilizado se honra de possuir, constitue a mais palpavel prova de adiantamento intellectual do povo paraense.»

Belem. 17 de Fevereiro de 1901.

L. CRULS

Fonte: PARÁ, Monografia do Instituto Lauro Sodré, 1904.

“O Instituto Lauro Sodré, que acabo de visitar, e que qualquer paiz civilizado se honra de possuir, constitue a mais palpável prova de adiantamento intelectual do povo paraense.”  
Belém, 17 de Fevereiro de 1901.

L. Cruls

Impressionou-me agradavelmente a visita que fiz ao Instituto Lauro Sodré. A imponencia do edificio sem rival entre os seus congêneres dá logo uma ideia do que elle é, e percorrendo-o é que bem se pôde apreciar as grandes vantagens de tão util instituição—filha predilecta do eminente brasileiro e ex-governador do Pará, Snr. Dr. Paes de Carvalho, que encontrou no actual Director Snr. Dr. Ernesto Mattoso, não só uma intelligencia esclarecida e pratica, como um poderoso auxiliar devotado aos melhoramentos d'este importantissimo estabelecimento ao qual, segundo estou informado, o illustre governador actual, Dr. Augusto Montenegro, dispensa paternal carinho.

Pará, 15 de Outubro de 1901.

NEWTON CEZAR BURLAMAQUI  
THOMAZ DE PAULA RIBEIRO.  
HEITOR CASTELLO BRANCO.

Fonte: PARÁ, Monografia do Instituto Lauro Sodré, 1904.

Impressionou-me agradavelmente a visita que fiz ao Instituto Lauro Sodré. A imponência do edifício sem rival entre os seus congêneres dá logo uma ideia do que elle é, e percorrendo-o é que bem se pôde apreciar as grandes vantagens de tão útil instituição – filha predileta do eminente brasileiro e ex-governador do Pará Snr. Dr. Paes de Carvalho, que encontrou no actual Director Snr. Ernesto Mattoso, não só uma inteligência esclarecida e pratica, como um poderoso auxiliar devotado aos melhoramentos d'este importantissimo estabelecimento ao qual, segundo estou informado, o illustre governador actual, Dr. Augusto Montenegro, dispensa paternal carinho.

Pará, 15 de outubro de 1901.

NEWTON CEZAR BURLAMAQUI  
THOMAZ DE PAULA RIBEIRO  
HEITOR CASTELO BRANCO.

O Instituto Gentil Bittencourt, inaugurado em 1906, sendo elogiado e comparado na época como um palácio, sobretudo pela grandiosidade, mas também por suas condições

higiênicas, Bittencourt encontra suas características construtivas originalmente descritas no Esboço Histórico<sup>42</sup> publicado no mesmo ano. De acordo com Ernesto Matoso, o secretário de Estado americano Mr. Elihu Root, em visita ao majestoso edifício, na companhia do governador declarou:

Há cinco anos foi ministro de Instrução no seu paíz, tendo visitado por essa ocasião os melhores colégios, mas em nenhum recebeu impressão mais agradável de conforto, de asseio, de disciplina, e por que não confessar, de luxo, como aquele que acabava de visitar (...). O edifício, é tão grandioso quanto é nobre a ideia dos poderes do Estado tutelando a educação das desvalidas, que mais tarde poderão ser mães de família dignas de ocupar as melhores posições sociais. (...) impressionou magnificamente ao Sr. Root a distribuição de luz e de ar que notou no edifício que percorria, manifestando calorosamente essas impressões ao D'governador e aos membros de sua comitiva (MATOSO, p. 162-163)

**Figura 13 - Instituto Gentil Bittencourt**



INSTITUTO GENTIL BITTENCOURT

**Fonte: Álbum do Pará (1908)**

O investimento na construção de prédios para o funcionamento dos grupos escolares, tanto na capital, quanto no interior, foram preocupações significativas dos governantes que vislumbravam o desenvolvimento da sociedade paraense por meio de uma profunda transformação no sistema de ensino. Durante o governo do Dr. Paes de Carvalho, entre os anos de 1899 e 1901, foram criados os primeiros grupos escolares do estado do Pará, sendo 01 na capital e 07 grupos escolares no interior.

<sup>42</sup> Ver: VIANNA, Arthur, sob o título “O Instituto Gentil Bittencourt – Esboço histórico”. Produzido e encadernado pela tipografia do Instituto Lauro Sodré, em 1906.

De acordo com França et al (2011), a partir de 1901 ao assumir o governo, Augusto Montenegro anuncia a necessidade de expansão do ensino primário e sua meta para criação de novos grupos escolares na capital e no interior do estado, política que foi concretizada entre os anos de 1901 a 1907 com a criação de mais 27 grupos escolares. Até o final deste período, o estado do Pará já contava com 33 grupos escolares. Como mostra o quadro a seguir:

QUADRO 2 - GRUPOS ESCOLARES CRIADOS NO PARÁ ENTRE 1899 A 1907

PRIMEIROS GRUPOS ESCOLARES (Governo de Paes de Carvalho 1899- 1901)		
GRUPO ESCOLAR	DECRETO	MUNICÍPIO
Grupo de Alenquer	Dec. N.º 722, 10 de julho 1899	Alenquer
Grupo de Soure	Dec. N.º 867, 28 de junho de 1900.	Soure
Grupo de Curuçá	Dec. N.º, 806, 22 de janeiro de 1900	Curuçá
Grupo de Bragança	Dec. N.º, 805, 22 de janeiro de 1900	Bragança
Grupo de Cametá	Dec. N.º, 896, 19 de setembro de 1900	Cametá
Grupo José Veríssimo	Dec. N.º, 935, 7 de janeiro de 1901	Belém
Grupo de Obidos	Dec. N.º, 941, 23 de janeiro de 1901	Obidos
(Administração de Augusto Montenegro -1901 a 1907)		
GRUPO ESCOLAR	DECRETO	MUNICÍPIO
Grupo de Maracanã	Dec. N.º 1.009, 4 de maio de 1901	Maracanã
6º Grupo da Capital	Dec. 1.029, 8 de junho de 1901	Belém
Grupo da Vigia	Dec. 1.057, 31 de julho de 1901	Vigia
2º Grupo da Capital	Dec. 1.067, 12 de agosto de 1901	Belém
1º e 5º Grupos da Capital	Dec. N.º, 1.133, 22 de março de 1902	Belém
Grupo de Marapanim	Dec. N.º 1.180, 22 de dezembro de 1902	Marapanim

3º Grupo da Capital	Dec. Nº 1.190, 7 de fevereiro de 1903 (art. 43 e desanexado da Escola Normal pelo Dec. Nº 1.413, 12 de janeiro de 1906)	Belém
Grupo de Abaeté	Dec. Nº 1.195, 9 de março de 1903	Abaeté
Grupo de Castanhal	Dec. Nº 1.276, 6 de fevereiro de 1904.	Castanhal
Grupo de Baião	Dec. Nº 1.288, 18 de março de 1904	Baião
Grupo de Igarapé- miry	Dec. Nº 1.294, 6 de abril de 1904.	Igarapé- miry
Grupo de Pinheiro	Dec. Nº 1.295, 8 de abril de 1904	Vila Pinheiro
Grupo de Muaná	Dec. Nº 1.299, 23 de abril de 1904	Muaná
Grupo do Mosqueiro	Dec. Nº 1.319, 4 de julho de 1904	Mosqueiro
Grupo de Mocajuba	Dec. Nº 1.345, 24 de dezembro de 1904	Mocajuba
Grupo de Santa Izabel	Dec. Nº 1.370, 6 de abril de 1905	Santa Izabel
Grupo de Faro	Dec. Nº 1.378, 8 de junho de 1905	Faro
7º Grupo da Capital	Dec. Nº 1.409, 9 de janeiro de 1906	Belém
Grupo de Gurupá	Dec. Nº 1.443, 9 de julho de 1906	Gurupá
Grupo de Mojú	Dec. Nº 1.447, 2 de janeiro de 1907	Mojú
Grupo de Vizeu	Dec. Nº 1.478, 7 de janeiro de 1907	Vizeu
Grupo de São Caetano	Dec. Nº 1.484, 26 de janeiro de 1907	São Caetano
Grupo de Igarapé- Assú	Dec. Nº 1.517, 26 de junho de 1907 (Instalado em 15 de agosto do mesmo ano)	Igarapé- Assú
Grupo de Macapá	Dec. Nº 1.521, 8 de agosto de 1907	Macapá
Grupo de Anajás	Dec. Nº 1.522, 8 de agosto de 1907 (ainda não instalado)	Anajás

Fonte: PARÁ, Mensagem de governo, 1907, p. 26-27

Importante destacar que, além dos grupos citados acima, também foi criado o Instituto Orfanológico do Outeiro, os dois Instituto do Prata e os dois Instituto de Ourém. De acordo com o programa de expansão dos grupos escolares previsto para o governo de Augusto Montenegro,

iniciaria o ano de 1908 com 38 grupos, ficando instalado estas instituições em 27 dos 51 municípios do Estado. Com essa proposta de ampliação da instrução primária, a organização nos institutos e escolas da capital e do interior mostraram-se organizadas de acordo com o quantitativo de matrículas apresentadas a seguir.

QUADRO 3: ATENDIMENTO À INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO ESTADO DO PARÁ EM 1907

Grupo Escolar / Instituto	Nº de alunos
7 grupos escolares da capital	3.439
4 grupos escolares no interior do município da capital	1.233
Escolas isoladas da capital e seu município	1.066
20 grupos escolares do interior	4.042
Escolas isoladas do interior	4.142
Institutos do Estado	1.128
Total	15.050

Fonte: PARÁ, Mensagem de governo, 1907, p. 28

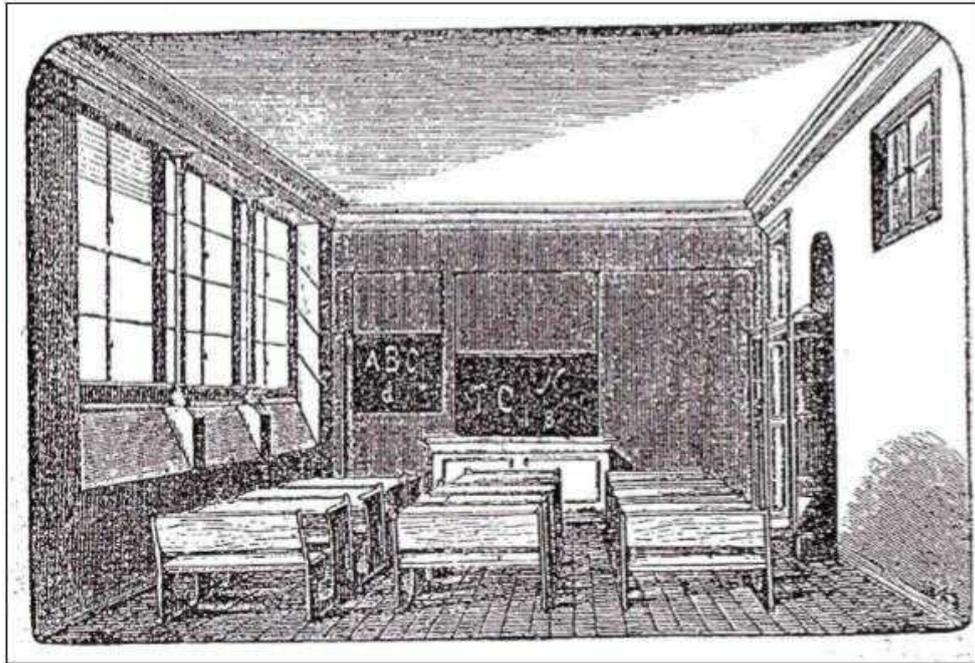
Nesta perspectiva de expansão, as intervenções se intensificaram atreladas a grandes projetos de higiene, hábitos e costumes ditos modernos e civilizados, pois a intenção era transformar ou até mesmo banir e silenciar a diversidade de práticas e experiências culturais que eram manifestadas pela população que precisava ser moldada/civilizada. Era um novo projeto de modernização que estava se instaurando no Brasil, portanto, fazia-se necessário adequar a população paraense ao modelo republicano. Assim, um dos meios que as autoridades públicas e as elites políticas apontavam como estratégia social para civilizar a população era a instrução pública, por meio da difusão da escola primária, que desde meados do século XIX, assumia essa árdua tarefa.

#### 3.4 – As políticas higienistas no Pará e as preocupações com a materialidade escolar

*“Art. 11º - A mobília escolar será instalada de acordo com as prescrições da hygiene escolar, devendo os alunos quando escreverem receber a luz pela esquerda.”*

(Regulamento Escolar do Estado do Pará / Ensino Primário- 1890)

**Figura 14- Sala iluminada pelo lado esquerdo**



Fonte: MELLO, 1902, p. 11

A imagem da sala de aula iluminada recebendo a luz pelo lado esquerdo, evidencia as prescrições higiênicas estabelecidas no regulamento do ensino primário no Pará de 1890, quanto a disposição do mobiliário escolar e suas influências na higiene escolar. De acordo com Mello (1902), a iluminação era considerada um elemento importante para a saúde dos alunos nas atividades escolares, pois evitaria a miopia e outras moléstias, além da organização das carteiras em fileiras, amplas janelas eram abertas de um só lado para garantir que a luz entrasse apenas pelo lado esquerdo.

Como observado no art. 11 do regulamento da instrução pública de 1890, a instrução primária paraense estabeleceu em seus dispositivos legais de ensino, o cumprimento dos preceitos higiênicos e os novos ideais pedagógicos, relacionando-os às políticas higienistas implementadas no estado do Pará, como propostas de embelezamento e higienização dos espaços públicos, principalmente as instituições de ensino, vistas como as redentoras para reafirmar o projeto de nação civilizada do modelo republicano.

Nesta perspectiva, discutir a relação entre higiene e educação torna-se relevante para compreender a origem de práticas educativas e políticas implementadas no Brasil que foram influenciadas pelos discursos da racionalidade médico-higienista. De acordo com Ferreira e Gondra (2006, p. 126) discutem que a racionalidade médico-higienista foi um movimento que objetivou construir um discurso especializado a respeito da infância, “[...] capaz de prescrever

as regras para assegurar a continuidade da vida, afastando as crianças das práticas e sujeitos convertidos, na lógica da ciência, em ignorantes, curiosos e indiscretos”.

É neste cenário que surge o movimento higienista no final do século XIX e início do século XX, buscando cuidar da população ensinando novos hábitos e educando-os de acordo com o modelo determinante para a construção do projeto de nação que se estabelecia para uma sociedade moderna e civilizada.

Viana (2015), destaca a relevância das pesquisas de José Gondra que, ao analisar produções acadêmicas de médicos brasileiros durante o império, no século XIX, averiguou que a concepção educativa nelas proposta assumia a função redentora da sociedade por meio de projetos educativos que preconizavam a educação integral. Esta devia contemplar o aspecto físico, moral e intelectual dos alunos brasileiros e adotar os princípios, métodos e prescrições da higiene a fim de “formar sujeitos fortes, saudáveis, inteligentes e moralizados” (GONDRA, 2004, p.279).

Segundo Viana (2015), a higiene direcionada ao problema educacional envolveu diversas questões desse cenário que se referem aos pilares do modelo higienista, a saber: a localização dos prédios escolares; a demanda por edificações especificamente construídas para fins educacionais; as condições para a matrícula escolar; a organização do tempo e do currículo escolar; a alimentação; a vestimenta adequada; a regularidade e a forma correta de realização de atividades como o banho o desenvolvimento da moral e da inteligência, entre outros.

A higiene como parte do projeto de educação do corpo dos escolares não se restringia a esse conjunto de práticas e saberes que se tornariam lentamente o que conhecemos hoje como a disciplina Educação Física. Também no Brasil esse movimento se fez sentir. Inicialmente de forma parcelar no séc. XIX, dada a incipiente disseminação da escola neste país (Gondra, 2004).

De acordo com Veríssimo (1985), a incorporação da disciplina, da higiene e de exercícios físicos no currículo escolar tem como base uma teoria científica (Higienismo)<sup>43</sup> que instituiu a higiene como característica de civilidade, para tanto desenvolveu uma série de medida de intervenção do corpo do homem moderno. Como a educação nacional era essencialmente uma “reeducação” dos costumes, e isso implicava em redefinir os desejos da corporeidade brasileira através de seus hábitos motores, Veríssimo sinalizava a necessidade

---

<sup>43</sup> O higienismo foi uma medida que influenciou muitas práticas e políticas públicas fortemente implantadas no Brasil. Pode-se dizer que o higienismo, como uma forma de pensar, é um desdobramento da medicina social. A urbanização sem planejamento decorrente da industrialização emergente que acontecia no Brasil no final do século XIX e início do século XX traz como consequência problemas de toda ordem, entre os quais se destacam os de natureza médica: as condições sanitárias ameaçadoras e os surtos epidêmicos. Morria-se de uma ampla variedade de doenças, como varíola, febre amarela, malária, tifo, tuberculose, lepra, disseminadas mais facilmente pela concentração urbana.

premente de introduzir a educação física nas escolas e principalmente nos costumes populares, não para valorizá-los, mas para corrigi-los.

Gondra (2010), destaca que um corpo modelado é um corpo higienizado e revela que, muitos médicos em processo final de sua formação transformaram o corpo do escolar e as práticas escolares em objetos de estudos, entre eles destacou-se o jovem médico Francisco Antonio Gomes em 1852. Assim, Gondra revela que,

A questão do corpo, do movimento, dos exercícios ou da ginástica é uma preocupação que ocupa lugar privilegiado na agenda médica fazendo com que, ao tratar da educação escolar, também inclua esse tema como um dos aspectos a ser observado no rol de recomendações por eles estabelecidas, de modo a produzir um colégio, alunos, alunas, professores e mestres higienizados. (GONDRA, 2010, p.534)

Ao caracterizar a educação da infância como tempo do repouso para o cérebro e de exercício para os músculos, ele complementa a codificação do tempo escolar, invadindo os recreios, indicando os exercícios que deveriam ser privilegiados nessa ocasião: a música, o canto e a dança. A primeira porque "desenvolve e regula as aptidões do órgão da audição"; o segundo porque "põe em acção os órgãos respiratorios, communica-lhes a força, e engrandece o peito" e a dança porque "além de desenvolver, como ja dissemos os membros inferiores, imprime ao corpo movimentos regulares e regula a cadencia". (GOMES, 1852, *Apud* GONDRA, 2010, p.536).

Os difíceis problemas de saúde pública, advindos da Revolução Industrial tornaram-se problemas da Higiene moderna e dos estados. O movimento higienista também alcançou a escola, o desenvolvimento da higiene escolar com a realização de estudos sistemáticos sobre a higiene dos edifícios, o mobiliário e os materiais escolares, o estudo do crescimento das crianças ou das patologias detectadas nos estudantes.

Como questão de ordem social, as preocupações com os preceitos da higiene escolar, educação e saúde tornam-se indissociáveis e se configuram nos regulamentos e programas da Instrução Pública primária no estado do Pará, conforme previa os dispositivos legais:

Art. 7º - A sala da escola será caiada todos os anos. Deve ser conservada com o máximo aceio, sendo varrida e espanada duas vezes todos os dias, antes da entrada da manhã, e lavada ao menos uma vez por mês. As janellas serão conservadas abertas, e não só a sala da escola, como a casa em que funciona, serão objecto de minuciosos cuidados hygienicos.

Art. 9º - Para o serviço exclusivo dos alunos haverá em toda a escola latrinas, lavatório e água de beber; tudo installado segundo os preceitos da hygiene escolar e mantido sempre com o mais escrupuloso aceio.

Art. 11º - A mobília escolar será installada de acordo com as prescripções da hygiene escolar, devendo os alumnos quando escreverem, receber a luz pela esquerda.

Art. 13º- Os alumnos devem apresentar-se na escola aceiados e decentes.

Art. 14º- A primeira meia hora da manhã será em todas as escolas consagrada á inspeção de aceio, verificação do estado dos dentes, orelhas, cabelo, unhas dos alumnos, acompanhadas de observações moraes e recommendações sobre a necessidade e hygiene dos cuidados corporaes. (REGULAMENTO ESCOLAR DO ESTADO DO PARÁ/ ENSINO PRIMÁRIO, 1890).

Nesta perspectiva Guimarães (2016), em seu estudo sobre os discursos médicos no Pará, ao analisar as teses médicas, aponta que a função do professor seria de internalizar desde cedo na criança os hábitos higiênicos e sadios, despertando assim uma forma espontânea para os cuidados com o corpo. Portanto, surge nas escolas, o ambiente propício para criar condições de prevenção e orientação para amenizar as moléstias que acometiam a infância paraense. Destaca ainda, as propostas da obrigatoriedade do ensino da higiene nas classes elementares, tal como o é o ensino da Gramática e da Aritmética. (GUIMARÃES, 2016, p. 249).

Alicerçado sobre os propósitos de correção e prevenção, este modelo se articula na confluência entre os objetivos da higiene escolar e da pedagogia científica, o que justifica a articulação entre médicos e professores na tarefa de vigilância constante sobre a escola, como também sobre os alunos.

A implantação dos serviços médicos-higiênicos nas escolas, começaram a produzir-se a partir do século XIX. E neste viés modernista, nas primeiras décadas do século XX, os discursos médicos se proliferam nas temáticas relacionadas à educação. No entanto, apesar desse movimento de combate às doenças, disciplinamentos dos corpos e assistência médica necessária para os preceitos básicos de higiene nas crianças, o contexto educacional das estruturas necessárias para o real desenvolvimento das medidas higiênicas, não correspondia com a situação das escolas no Pará. As condições impostas nos regulamentos para cumprimento das políticas da moderna pedagogia, se contradizem com as denúncias apresentadas pelos sujeitos que fazem parte da construção do sentido e da representatividade das práticas vividas no cotidiano das escolas. Conforme ressaltado no fragmento abaixo:

Não se quer compreender que somente um corpo são e robusto póde aninhar intelligencia culta e capaz de grandes desenvolvimentos.

Os das nossas casas de instruccão não são proprios, em geral, para o fim que lhes destinam. Não sendo feitos especialmente para casa de ensino, não obedecem aos preceitos elementares aconselhados pela hygiene em taes edificações. Os commodos são pequenos, mal distribuídos e pouco arejados; as condições de illuminação nocturna ou diurna são descuradas. O accumulo de crianças em um ambiente mal são produz resultados desastrados.

Por todas as razões expostas; os nossos collegiaes são, não raras vezes, anêmicos, pouco desenvolvidos e muitas vezes adquirem moléstias oriundas da falta da hygiene escolar.

Nas classes se reúnem muitas creanças; estas podem ser portadores de moléstias transmissíveis.

É de absoluta necessidade muito escrupulo na concivencia em comum desta sociedade infantil, afim de evitar-se os males que dahi possam provir.

(Lira Castro)

Fonte: A Escola: Revista oficial de Ensino, 1900, p.35

De acordo com Alves (2013), no estado do Pará, no raiar do período republicano, o cenário da infância pobre da região amazônica era desolador, haja vista que a proliferação de inúmeras doenças era preocupante pelo alto índice de mortalidade infantil. A falta de higiene no estado era extremante elevada, muitas crianças viviam em cortiços e lugares insalubres ao redor da cidade, fato preocupante e incompatível com a constituição de uma raça forte e produtiva, desejável pelas novas políticas do projeto republicano no país. Preocupado com este cenário social da saúde infantil, a partir de 1910 o médico pediatra Ofir Loyola manifesta sua intenção de atuar em favor da higiene infantil, incentivando os cuidados com a puericultura. Com este espírito renovador e progressista, destacou-se na política higienista da Amazônia, integrando neste período a equipe de médicos sanitaristas do Pará.

As políticas higienistas no Pará foram se expandindo sendo regulamentadas no ensino público, a partir das ações implementadas pelo governo Lauro Sodré em 1918, com a nova reorganização do Ensino Primário, que dispõe no capítulo XII: DA HIGIENE ESCOLAR, organizando o serviço de inspeção medica escolar e de assistência dentária, ficando a cargo de um diretor e dois auxiliares. A inspeção abrangia todos os estabelecimentos do ensino primário, oficiais e particulares, compreendendo-se assim:

1º- As medidas higienicas que se tornarem necessárias;

2º- A correção das atitudes viciosas das crianças por ocasião dos serviços escolares;

3º- a vacinação e revaccinação nas escolas;

4º- A inspeção pessoal de todos os alunos, uma vez por trimestre;

5º- a melhor disposição do mobiliário no tocante ao arejamento e a direção da luz sobre o quadro negro, o mappa, a mesa do professor e as carteiras dos alunos, observando nesse sentido o que aconselha a pedagogia.

Art. 252- Do regimento interno das escolas, constarão os preceitos de hygiene geral, individual e pedagógica, que devem ser observados nos estabelecimentos de instrução.

Art. 253 – As visitas sanitárias serão feitas uma a duas vezes por mez, comunicando o medico ao Diretor do Ensino as impressões colhidas nessa visita.

Art. 254 – Os alumnos acometidos de moléstia contagiosa ou repugnante serão afastados da escola e só voltarão restabelecidos.

Art. 255- O director ou professor de estabelecimento de ensino, official ou particular, notificará immediatamente á autoridade sanitaria qualquer caso de moléstia transmissível alli ocorrido, sendo essa notificação obrigatória sob pena de incorrer em 50\$000 de multa aquelle que a deixar de fazer.

Parágrafo unico – Nos casos de aparecimento de moléstia transmissível, o director ou responsavel pelo estabelecimento, emquanto não chegar a autoridade sanitaria providenciará, interrompendo o serviço escolar, para que

o doente seja afastado com os devidos cuidados e atenções, mandando proceder a rigorosa desinfecção no mobiliário e nas salas das aulas, até que a autoridade sanitária tomando conhecimento do facto, dê as outras providencias aconselhadas na emergencia.

Art. 256- Após a desinfecção, num caso de molestia contagiosa, serão desinfectados ou incinerados os objectos escolares de uso do alumno e, tratando-se de varíola serão revacinados os mestres e alumnos.

Art. 257- Devem ser afastados da escola, até que estejam curados, os alumnos acometidos de inflammação de olhos, sarnas, tinha, coqueluche, alopecia e pediculose.

Art. 258- Toda criança que for levada a matricula nos grupos e escolas isoladas na capital soffrerá, antes de ser matriculada, uma inspeção medica completa.

[...]

Art. 259- O governo providenciará para que no inicio período escolar, e toda vez que se fizer preciso, haja médicos destacados para o exame sanitário nos grupos e escolas isoladas.

Art. 260- O alumno que deixar de frequentar a escola por alguns dias não será readmitido sem nova inspeção medica, salvo conhecimento perfeito da causa que motivou a ausência.

Art. 261- Os diretores de qualquer estabelecimento primários de qualquer natureza, são obrigados a faculta-los a visita sanitária, importando a recusa a multa de 50\$000, que reverterá para os Caixas Escolares.

Art. 262- O governo não permitirá reuniões publicas nos edificios escolares, devendo ser lavadas abundantemente antes de se reencentarem os trabalhos lectivos, a sala ou salas do edificio onde se tiverem realizado festas de instrução.

Art. 263- Quando qualquer sala for cedida ao funcionamento de cursos particulares noturnos, fica subentendido que o responsável observara as disposições sanitárias deste Regulamento.

[...]

Paragrafo único- Todo professor ou empregado dos estabelecimentos primários é obrigado a submeter-se ao exame medico quando a autoridade sanitária considere necessário e se forem julgados em condições de saúde capaz de prejudicar a comunidade escolar, serão afastados das suas funções, por meio de licenças parciais, que se poderão estender até um anno.

Art. 265- Os exercícos de gymnasticas serão obrigatórios, duas vezes por semana, para todos os alumnos, salvo contrario do inspetor sanitário ou á requisição da família sobre attestado medico.

Art. 266- Haverá nos grupos escolares e escolas isoladas, livros especiaes em que serão tomadas as informações, particulares, normaes ou pathologicas, sobre a saúde do alumno.

[...]

Art. 267- O governo providenciará para que, trimestralmente, não só os professores públicos ou particulares de hygiene, como outros médicos do Serviço Sanitario, façam em cada um dos grupos escolares da capital, palestras de noções de hygiene ao alcance dos respectivos alumnos. (REGULAMENTO DO ENSINO PRIMÁRIO, 1918).

A higiene escolar abrangueu largo campo de conhecimentos, no qual foram incluídos a pedagogia, a engenharia sanitária, a higiene pública e privada, a clínica geral e especial. De acordo com Mello (1902) espaço, tempo, mobiliário, material escolar, métodos e processos de ensino, exercícos físicos e ginástica, escrita e leitura, considerados do ponto de vista da

adequação aos cânones da higiene, constituem-se em algumas das questões abordadas nesta discussão. Objetos e artefatos que compõem a materialidade da cultura escolar.

Para Melo (1902), a dimensão espacial é discutida tomando por base os seguintes aspectos: situação e construção do edifício escolar; ventilação, iluminação e limpeza. Distinguindo a escola das habitações, no que se refere aos preceitos sanitários que deveriam ser observados, o autor destaca o valor de um plano inteligente e prático, em que fossem levados em conta: a localização da escola e as suas vizinhanças; a disposição das salas de aula, do refeitório, dos aparelhos sanitários; as dimensões da sala de aula; a circulação do ar e da água; a iluminação.

Participando da constituição da escola como um "lugar de ensino" segundo a expressão de Frago (1998, p.69), na sua análise sobre a escola como: "lugar especificamente pensado, desenhado, construído e utilizado única e exclusivamente para esse fim", o discurso médico-higienista define uma localização para a escola na cidade, propõe modos de organização do espaço escolar e, ao mesmo tempo, define uma dimensão educativa para esse espaço.

Segundo Escolano (1998), no bojo desse programa educador em que a arquitetura escolar se insere outro aspecto a considerar é o que se refere à decoração das salas de aula. Decoração que, na concepção do Dr. Vieira de Mello<sup>44</sup>, deveria ensinar às crianças, a todo o momento, os princípios morais e higiênicos com base nos quais deveriam pautar as suas condutas.

As modificações nas práticas educativas, nos meios de aprendizagens e nos programas exigiu um novo mobiliário no final do século XIX. De acordo com França (2004), assistimos no século XIX, a um aprimoramento tecnológico cada vez maior da mobília escolar. Nesse período, médicos, higienistas e pedagogos em todo o mundo se lançavam ao debate em torno dos melhores modelos de carteiras escolares. Análises minuciosas sobre as leis que deveriam nortear a confecção das carteiras escolares foram realizadas por médicos e fisiologistas, que apontavam em detalhes o tamanho, a altura, o espaçamento, proporcionais à idade e ao desenvolvimento físico dos alunos. Tais dispositivos determinavam a constituição de modelos de carteiras com inegável disciplinamento corporal.

### *3.5 – A organização da escola primária: espaço e tempos escolares*

---

<sup>44</sup> O Dr. Vieira de Mello foi sócio benemérito da Policlínica Geral do Rio de Janeiro, membro correspondente do Círculo Médico Argentino de Buenos Aires, redator da "União Médica" do Rio de Janeiro (1882-1890), diretor de hospitais em várias epidemias e inspetor sanitário.

**Figura 15- Uma aula primária no Instituto Gentil Bittencourt**



Fonte: Álbum do Pará (1908)

*As culturas afirmam sua identidade por meio de objetos simbólicos e de ações igualmente simbólicas, como ocorre com muitas das materialidades e dos ritos que constituem o cotidiano das instituições educativas. Os rituais da escolarização codificam e tipificam os papéis desempenhados pelos sujeitos/atores que intervêm na ação que se operacionaliza a cultura educativa.*

*(Augustin Escolano Benito - A Escola como cultura)*

Esta subseção inicia com a imagem que se reporta ao interior de uma escola primária paraense no início do século XX. Pode-se entender a disposição dos diferentes objetos da cultura escolar dispostos nas salas de aula da referida instituição. Uma sala de aula formada somente por meninas, sentadas em carteiras individuais com pés de ferro, fixadas ao piso de madeira e organizadas em filas. À frente das alunas, a mesa da professora em madeira, na parte inferior da sala, há três mapas, entre eles o mapa do estado do Pará no canto superior direito e na lateral direita, quadros parietais em destaque o esqueleto humano. Além dos objetos, destaca-se também as amplas portas e janelas para uma boa ventilação e iluminação do espaço interior da sala.

A imagem registra aspectos de uma cultura escolar, direcionando o olhar mais específico para a materialidade que a compõe, a disposição da mobília e demais objetos que fazem parte do fazer pedagógico e das práticas estabelecidas para o desenvolvimento da aprendizagem. Uma cultura atrelada a práxis do cotidiano influenciada pelas proposições político-pedagógicas e assumidas pelos sujeitos que compunham o ambiente escolar. Com base no exposto, objetivava-se aqui identificar através das solicitações feitas pelas autoridades de ensino e professores, os materiais escolares que possibilitaram a organização do cotidiano e a construção da cultura escolar nas escolas primárias do Pará.

As reflexões tecidas por Escolano Benito (2017, p. 42) no excerto acima, remetem a escola como um lugar de produção de cultura e de práticas que operacionalizam os processos de formação, constituídas pelas ações que se materializam com os objetos, espaços, e demais materiais escolares que fazem parte do patrimônio educativo e por conseguinte constroem a identidade cultural do cotidiano das instituições.

Ainda segundo Escolano (2017), sobre a escola, pode-se considerar ser uma construção cultural complexa que produz uma diversidade de culturas, pois está inserida em contextos dotados de certas características sócio históricas, que se organiza e se transforma a partir de motivações que também são culturais. A transposição de valores e normas que se desenvolve no seio das instituições de formação, revelam o papel que a cultura escolar assume como uma função de apropriação ou adaptação dos saberes. Nesta dimensão, tomando como parâmetro tais constatações sobre a cultura, a própria escola mediante suas práticas, cria, codifica e transmite modelos culturais, que embora nem sempre visíveis, operam no funcionamento das instituições. (ESCOLANO, p. 118).

Para tecer diálogo com as relações culturais estabelecidas no interior da escola, este autor discorre sobre as dimensões empíricas, discursivas e normativas ao conceito de cultura escolar, sobre as quais sintetiza dizendo que as três culturas operam juntas e interagem através de um jogo dialético de poder e relações influenciadas umas com as outras. Contudo, diz que a cultura empírica reflete não apenas nas condutas dos sujeitos, mas também nos objetos materiais integrados nas práticas e estratégias empíricas do trabalho escolar de alunos e professores, que configura a chamada cultura material da escola. (ESCOLANO, 2017, p. 120).

Para Escolano,

(...) toda información material que aporte conocimiento ha de ser considerada patrimonio colectivo, y por tanto también legado que debe ser socializado através de la formación. El progreso de la humanidad, ya se sabe, se sustenta en la socialización de las conquistas materiales – todas ellas culturales- que inventa y selecciona la especie en la lucha por la existência. Parte de este

discurso podría aplicarse a la puesta em valor de las materialidades de la cultura escolar (ESCOLANO, 2012, p. 14).

No processo de constituição dos sistemas nacionais de ensino e de desenvolvimento do capitalismo, vê-se um grande impulso na composição material da escola primária, ampliação esta que se consolidou em meados do século XIX. Neste período também se propagou a construção de prédios escolares e o surgimento de modernos materiais escolares, entre eles destaca-se o mobiliário escolar atendendo a novos modelos da moderna pedagogia.<sup>45</sup>

A aprovação de leis sobre a obrigatoriedade do ensino, a organização das aulas e a difusão de um modelo de educação que utilizasse em suas aulas práticas objetos e materiais adequados, põe a escola como um lugar de mercado consumidor atraente. Neste sentido, vê-se o fortalecimento do adequado provimento material da escola como: carteiras, bancos, mesas, quadros negros, livros e demais objetos para organização e funcionamento do cotidiano escolar.

As reformas na instrução pública e a reorganização do ensino primário no Pará republicano, inclusão de disciplinas como Educação Moral, Cultura Pátria, Geografia Pátria, História Pátria e a Educação Física, elementos essenciais que de acordo com Veríssimo eram fundamentais para despertar o sentimento nacional e o amor à pátria. Por isso, destacamos aqui o uso dos compêndios escolares tais como: o uso de mapas, globo terrestre, livros de história, geografia do Brasil e do Pará, para auxiliar na formação da sociedade brasileira e paraense, bem como as especificidades naturais de modo que os alunos conhecessem e se orgulhassem de sua terra.

A reorganização do ensino primário exigiu o uso de materiais e diferentes compêndios, portanto, estes materiais fizeram-se necessários para que os métodos de ensino regidos pelos novos regulamentos, fossem desenvolvidos seguindo os fundamentos das proposições legais. Via-se neste contexto as solicitações feitas por professores e diretores das escolas, o provimento dos objetos para o funcionamento das atividades escolares, conforme explicita os ofícios:

Em ofício de nº 4304, de 18 de outubro de 1919, enviado ao Diretor da Instrução Pública:

Sr. Diretor.

Recommendo-vos que mandeis fornecer, com urgência ao diretor das Escolas Agremiadas, um exemplar de cada um dos seguintes livros: Nossa Pátria, de Rocha Pombo; As Sciencias Naturaes, de Said- Ali (tradução); Alma e Coração, de Hygino Amanajás; Instrução Moral e Cívica, Hilario Ribeiro; Geographia , de Carlos Jansen (tradução); Livro de leitura complementar, Bilac e Bomfim; Pátria Brasileira, O. Bilac e C. Netto.

Saúdo-vos. (PARÁ, 1919)

<sup>45</sup> Ver: SOUZA, Rosa Fátima. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: BENCOSTA, Marcus Levy. (org.). Culturas escolares, saberes e práticas de ensino: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007.

Ainda sobre o fornecimento de materiais para uso escolar:

Sr. Diretor.

Autorizo-vos a mandar fornecer ao diretor do grupo escolar Wenceslau Braz, uma bandeira nacional de lã, com os respectivos pertences, não excedendo a importância de cento e cinquenta e cinco mil reis (155\$000).

Saúdo-vos.

O destaque aqui, evidencia as respostas às solicitações feitas ao diretor da Instrução Pública, sobre o fornecimento dos materiais necessários ao desenvolvimento das práticas educativas e das disciplinas propostas no novo regulamento da instrução primária, tendo em vista a formação geral considerando a condições locais e nacionais, despertando nas crianças o sentimento nacional.

Quanto aos aspectos materiais dos prédios, Veríssimo (1890), denunciando o estado lastimável das escolas primárias, chama a atenção para a carência absoluta tanto de casas apropriadas para o bom funcionamento das escolas quanto de material didático e mobiliário escolar. Diante disso reiterava, mais uma vez, que a criação das escolas primárias não correspondia a um interesse real pela instrução, mas atendia a outros fins que não tinham a mínima relação com ela.

O ofício a seguir, enviado ao secretário geral do estado revela:

Ofício nº 1890, de 28 de abril de 1919. “Sr. Secretário. Passo as vossas mãos, capeados por estes, os officios do diretor do grupo e do presidente do Conselho Escolar de São Caetano de Odivelas, a fim de que vos digneis resolver a respeito do assumpto de que tratam, relativamente ao quase estado de ruínas do edificio daquele grupo. Saúdo-vos”.

Ao Sr. dr. Secretário Geral de Estado (PARÁ, 1919)

Ofício nº 404, de 26 de agosto de 1918. Sr. Director. Chegando ao conhecimento desta Directoria que o prédio onde funciona a escola mista particular da professora Maria Annita Fernandes, á travessa Ruy Barbosa, nº 32, não está nas condições hygienicas exigidas pelo Regulamento, faça-vos conhecedor desse facto para os devidos fins.

Ao Sr. Diretor da Hygiene Escolar (PARÁ, 1918)

As solicitações feitas pelos professores evidenciam a necessidade de materiais para o provimento das aulas e do funcionamento do cotidiano da escola, como mostra o quadro a seguir.

QUADRO 4 - PEDIDOS DE MATERIAIS FEITO PELOS PROFESSORES PARA AS ESCOLAS PRIMÁRIAS – 1920 e 1928

SOLICITAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE SÃO LUIS- MUNICÍPIO DE IGARAPÉ-ASSU (Março/ 1920)	
OBJETOS	QUANTIDADE
Mobiliário	
Carteiras para alunos	25
Banca para professora	01
Lavatório	01
Quadro preto	01
Utensílios	
Mapa geográfico do Estado do Pará	01
Compasso	01
Régua	01
Toalhas	06
Bancos	06
Esponja	01
Caixas de giz	03
Canivete	01
Envelopes oficiais	20
Folhas papel mata-borrão	20
Resmas de papel quadradinho	02
Dúzias de lápis preto	03
Dúzias de canetas	03
Caixas de penna	06
Boiões de tinta preta	02
Boião de tinta carmim	01
Primeiros livros	12
Segundos livros	12
Terceiros livros por Augusto Ramos Pinheiro	03
Gramáticas Elementares pelo Dr. Paulino de Brito	03
Aritmética pelo Professor Tito Cardoso de Oliveira	03
Pátria Brasileira por Olavo Bilac e Coelho Netto	01
Livro de ponto diário	01
vassoura	01
Cesta de juntar papéis	01
Resmas de papel	06
Borracha	01
PEDIDO QUE FAZ A PROFESSORA DA ESCOLA ELEMENTAR MISTA DA VILA DE CAPANEMA (Fevereiro/ 1928)	
OBJETOS	QUANTIDADE
Resmas de papel pautado	03
Litros de tinta preta	03

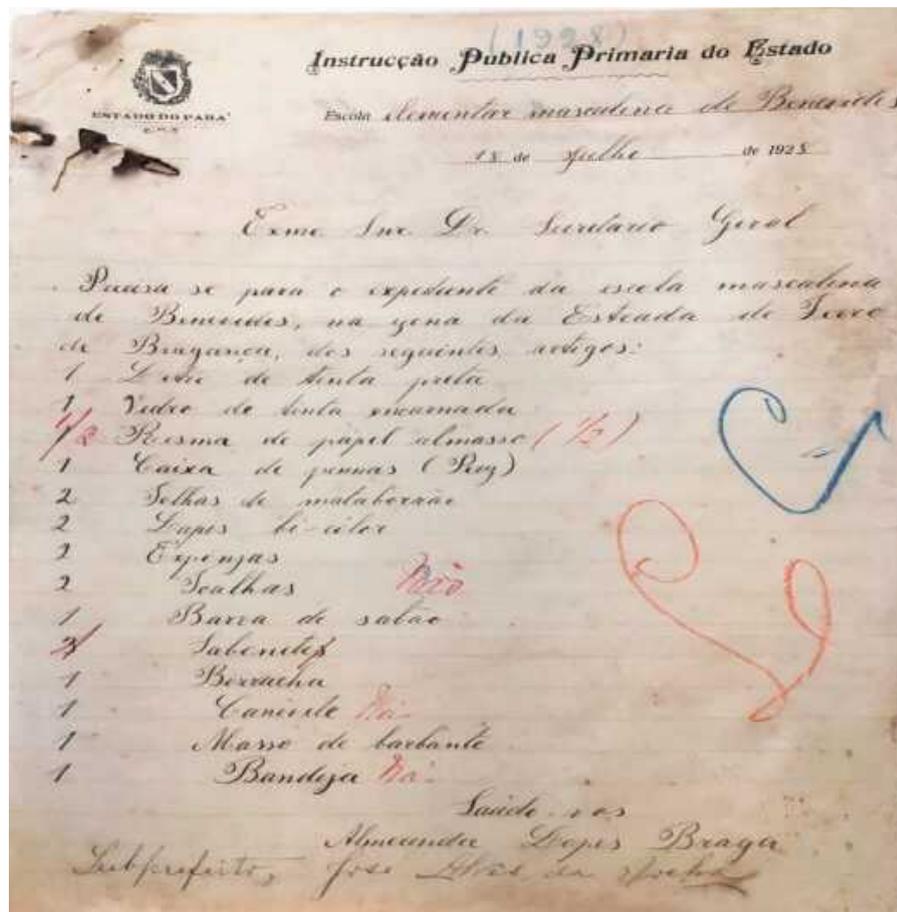
Caixas de penas	03
Caixas de giz	03
Dúzias de lápis	02
Filtro	01
Bandeja	01
Litro Creolina	01
Vidro de tinta encarnada	01
Vidro de goma -arabica	01
Vassoura	01
Sabonetes	12
Copos	12
Toalhas de felpo	12
Tympano	01
Borracha	01
Papéis mata-borrão	02
Dúzias de caneta	02
Livro de ponto diário	01
<b>ESCOLA ELEMENTAR MISTA DA COLÔNIA DE BEJAMIN CONSTANT – MUNICIPIO DE BRAGANÇA (Março/1928)</b>	
<b>OBJETOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Mobiliário	
Quadro preto	01
Utensílios	
Papel almasso resma	01
Tinta preta litro	01
Tinta encarnada vidro	01
Penas malat caixa	01
Canetas	12
Papel mata-borrão folhas	03
Toalhas para mão	02
Caneca de ferro esmaltada	01
Caneca de alumínio	01
Giz caixa	01
esponja	01
Quadro preto	01
Envelopes para ofício	25
Papeis para ofício folhas	25
Taboadas	12
Gramática	01
Aritmética	01
Livros de leitura Rita Barreto	03
Papel quadriculado cadernos	20
Caderneta para notas	01
Mapas trimestrais	25

Lápis pretos	06
Idem bicolores	06
Tinteiro	01
Espanador	01
Sabão barras	05
<b>SOLICITAÇÃO QUE FAZ A PROFESSORA DA ESCOLA ELEMENTAR FEMININA DE BENEVIDES – (Abril /1928)</b>	
<b>OBJETO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Mobiliário	
Quadro negro e pertences	01
Papel almasso	01 resma
Dito mata - borrão	01 folha
Tinta preta	01 litro
Pennas	01 caixa
Giz	01 caixa
Papel para ofícios folhas	20
Envelopes	20
Lápis pretos	12
Ditos de cores	06
Esponjas	04
Borracha	01
Mapas numéricos	12
Mapa do Brasil	01
Mapa do Pará de Theodoro Braga	01
Livros de pontos diário	02
Filtro com talha para água	01
Copos	02
Creolina lata	01
<b>PEDIDO DE MATERIAL NECESSÁRIO AOS TRABALHOS DE EXAME FEITO PELO DIRETOR DO GRUPO ESCOLAR PAULO MARANHÃO (Junho/ 1928)</b>	
<b>OBJETO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Papel almasso resma	01
Tinta preta litro	01
Tinta carmim litro	02
Mata- borrão folha	30
Pensas Mallat caixa	02
Penas Perry caixa	04
Lápis Faber (verdadeiro) nº 2 dúzia	02
Borrachas para tinta e lápis	03
Giz caixa	05
Creolina litro	04
Sabonete	06
Sabão barra	02

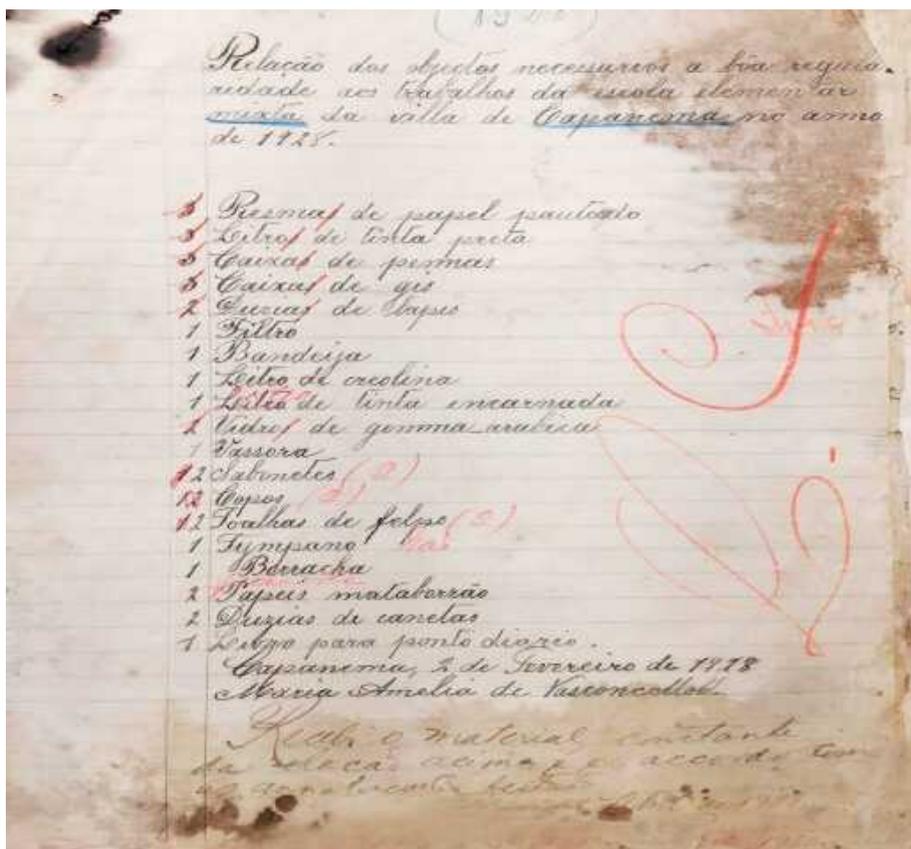
Goma arabica vidro	02
Potassa kilo	03
Vassoura	06
vassourinha	04
Papel higiênico (bloco)	12
<b>SOLICITAÇÃO DE MATERIAL PARA A ESCOLA ELEMENTAR MISTA DA VILA DE BENFICA (junho/1928)</b>	
<b>OBJETO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Resma de papel	01
Ponto diário	01
Livro de matrícula	01
Caderneta	01
Livro em branco	01
Caixa de giz	01
Boletins mensais	100
Tinta preta litro	01
Tinta vermelha	01
Lápis duzia	01
Lápis para professora	03
Tinteiros	06
Cartas de A B C	20
Taboadas	20
Goma arábica vidro	01
Iodo vidro	01
Balde	01
Braças de corda	05
Vassouras	02
Talha	01
Cadernos de papel quadriculado	10
Canivete	01
Mapa do Brasil	01
Atlas	01
Toalhas	03
Copos	03
Relógio	01
<b>PEDIDO DE OBJETOS PARA OS EXAMES DA ESCOLA ELEMENTAR MISTA DE MARITUBA (outubro/ 1928)</b>	
<b>OBJETO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Resma de papel	01
Pennas de aço caixa	01
Tinta preta litro	01
Lápis preto	12
2 ditos Lápis encarnado e azul	02

Fonte: Arquivo Público: Pedido de Material – 1920, 1928 Documentação avulsa. Fundo Diretoria da Instrução Pública Primária.

As análises feitas das listas dos pedidos de materiais, constatou-se que as quantidades solicitadas de cada item, eram reduzidas metade ou não eram atendidas com o fornecimento de determinados objetos que eram excluídos da lista com a expressão “não”. As observações eram destacadas com caneta de tinta na cor vermelha para indicar a real quantidade que seria fornecida. As listas retornavam às escolas nas quais era dado ciência com a data de recebimento do material ao solicitante responsável. Dos materiais solicitados, cuja a quantidade era reduzida a evidência maior eram pedidos de papeis, canetas e tintas, além de carteiras para alunos e bancas para professores que eram riscados da lista. Como pode ser constatado abaixo:



Fonte: Arquivo Público: Pedido de Material – 1920, 1928.



Fonte: Arquivo Público: Pedido de Material – 1920, 1928.

Pode-se observar que a provisão dos materiais necessários para o real funcionamento das escolas era precária, tendo em vista que a maioria das escolas solicitantes nos documentos analisados, estavam localizadas nas vilas e cidades do interior do estado, fato que dificultava o transporte e a demora na entrega do material.

Outro fator que também contribuía ao não atendimento das demandas solicitadas, era a falta de disponibilidade orçamentaria do tesouro do estado que se esquivava da obrigatoriedade prevista nos regulamentos da instrução pública. Como explicitado nos ofícios a seguir:

Ofício nº 096, de 10 de janeiro de 1920 “Srs. Professores. Sendo ainda de dificuldades a situação do Thesouro, não é possível ao Governo atender agora ao pedido feito em vosso officio de 17 de dezembro ultimo quanto ao fornecimento de moveis para essa escola, devendo, portanto, aguardar-se, melhor oportunidade. Saúdo-vos” (PARÁ, 1920).

Ofício nº 3783, de 11 de setembro de 1919 “Sra. Professora. Em resposta ao vosso officio s/n, de 22 de julho do ultimo, comunico-vos que não pode ser atendido o vosso pedido por que o governo não dispõe agora de bancas e cadeiras para fornecer ás escolas. Saúdo-vos  
À Sra. Professora da escola elementar mixta de Capanema. Quatipuru. (PARÁ, 1919).

Nº 2137 de 15 de maio de 1919. Sr. Presidente. Sciente do conteúdo do vosso officio de 8 do corrente, comunico-vos que não dispondo o Estado do mobiliário indispensável ás suas escolas, não pode ser atendido o vosso pedido. Saúdo-vos.

Ao presidente do conselho Escolar de Mocajuba (PARÁ, 1919).

As exigências previstas nos regulamentos estavam distantes de serem atendidas, as reais condições apresentadas pelas escolas do interior do estado e até mesmo as da capital que se localizam em áreas afastadas do centro da cidade, revelavam o descaso com o investimento das autoridades vigentes. Os discursos das autoridades reinantes vislumbravam a politicagem e o interesse de propagação de um modelo ideal, que se mostrava contrastante da realidade vivida nos espaços de aprendizagem.

O descontentamento dos sujeitos viventes nesse processo era apresentado e divulgado por meio dos documentos oficiais, revistas de ensino e jornais de grande circulação local como forma de protesto. Conforme destaca a notícia a seguir divulgada no jornal A província em 1890:

#### INSTRUÇÃO PÚBLICA

Eschola publica da freguesia de Porto Salvo, 4 de julho de 1890. - Exm. Cidadão Governador do Estado, - Recebi no dia 26 passado a circular que me dirigio o ilustre Vice-Governador chamando a minha atenção e exigem o meu caráter de professor, o bem e progresso d'este Estado.

Cumpre-me respeitosamente dizer-vos que por maior que seja a minha dedicação e bôa vontade, não poderei fazer tudo o que desejo e é do meu dever, sem que sejam fornecidos os meios, isto é, a mobília, os livros e mais objetos necessários para o regimen regular da eschola.

Com efeito, a mobília pertencente a esta eschola, não serve n'ella, porque os paes de família não consentem que os seus filhos se utilizem da mesma, dando como razão a perigosa enfermidade (morphéa) de que achava affetado o ex-professor.

Insistir em pôr aquella mobília na eschola equivale a fazer retirar os alumnos.

Actualmente, sirvo-me de umas mesas e uns bancos emprestados, que não se acham de modo algum no caso de figurarem como mobília de uma casa de educação e ensino.

Tudo isto eu já ixpuz de viva voz ao ilustrado director geral da instrução publica, no dia 28 de maio, tendo ido á capital unicamente para esse fim, e em officio datado de 29 de junho. A mesma exposição vos fiz, sr. Governador, quando vos dignastes vir visitar a eschola no dia 1º passado.

Além d'isso, não há livro nenhum para escripturação escholar, pelo que até a matricula, ponto diário e termos de visita fazem-se em folhas de papel avulsas.

Não existe também outros objetos indispensáveis para as aulas, taes como: relógio, campainha giz, quadro preto, indicador, compassos, réguas, esquadros, etc.

Como pode o professor impor silencio aos meninos, principalmente em uma eschola frequentadíssima como se acha actualmente, sem uma campainha? Como pôde distribuir o trabalho e o tempo escholar dando execução ao horário sem um relógio? Como pôde ensinar o calculo, a geometria, etc., sem o quadro preto e mais instrumentos necessários?

Finalmente, há falta de livros ditacticos, papel, penas e tintas para distribuir aos alumnos, que na quasi totalidade são pobres, e precisam portanto

do auxilio do Governo. Accresce ainda que os livros de leitura existentes contrariam formalmente os princípios sobre que assentam as novas instituições do paiz.

A'vista d'isto, exm. Sr. Governador, faltando tudo nesta eschola, não é possível que o professor ponha em pratica o bello programa de ensino do novo regulamento, sem que se lhe forneça os meios necessários. N'este sentido dirigi-me oficialmente ao sr. Director geral da instrução publica, fazendo-lhe uma exposição idêntica a esta, do estado da eschola, e pedindo-lhe providencias para que a mesma seja provida do necessário para a sua regular organização, conforme a nota que acompanha a dita exposição.

Saude e fraternidade- Ao ilustre cidadão dr. Justo Leite Chermont, M. D. Governador do Estado do Pará.

O professor publico, FRANCISCO FERREIRA DE VILHENA ALVES.

*(A Província do Pará, 12 de julho de 1890, p. 2)*

A matéria apresentada por este grande jornal de circulação no estado do Pará, denuncia o descontentamento vivenciado pelos sujeitos no cotidiano das escolas primárias. O não cumprimento das atividades pela falta de fornecimento dos materiais como a mobília, os livros e outros objetos para que fosse operacionalizado o essencial do regimento da escola. A mobília era improvisada com mesas e bancos emprestados, pois a pertencente a escola descrita na denúncia apresentava-se sem condições higiênicas para uso dos alunos, dada a razão de uma enfermidade perigosa que afetou o ex-professor, a insistência em usa-la comprometeria a permanência dos alunos nas aulas.

Outro aspecto relevante comprometedor na organização do trabalho, era falta de material de expediente, pois a secretaria da escola não dispunha sequer de livros para a escrituração escolar; as matrículas, pontos diários e termos de visitas eram feitos em folhas avulsas, possibilitando a vulnerabilidade da desordem e arquivamento dos trabalhos. Além destes inconvenientes, ressalta-se a falta de materiais indispensáveis para uso em sala de aula, sem relógio e campainha, tornava-se inviável manter a disciplina e a ordem nos alunos e principalmente por ser esta, uma escola frequentadíssima; giz, quadro preto, compassos, régua, esquadros, etc., tudo faltando nesta escola, inclusive materiais a serem distribuídos aos alunos na quase totalidade eram pobres. Assim, não era possível que o professor colocasse em prática o belo programa de ensino, imposto e exigido no regulamento em vigor.

A falta de condições necessárias para o desenvolvimento dos trabalhos escolares, revelavam o desanimo e comprometem a autoestima dos professores como agentes responsáveis pelo cumprimento de deveres, mas com direitos sendo violados pelas estratégias impostas nas relações de poder. A forma de apropriação revelada na contestação deste professor, chama a atenção para o fato de que as estratégias de imposição estabelecidas nos

regulamentos, não correspondia a necessidade real das escolas, principalmente aquelas localizadas no interior do estado, tendo sido mais uma forma discursiva de modelar as instituições e os sujeitos pelo ordenamento regulado dos espaços, das práticas e das condutas.

#### **SEÇÃO 4. AS EXPOSIÇÕES E OS MODELOS DIFUSORES NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA PARAENSE.**

*(...) Por intermédio das exposições, manifesta-se certa forma de representação do real que busca socializar determinadas imagens e ocultar outros tantos processos subjacentes àquela realidade.*

*(...) Catálogo do conhecimento humano acumulado, síntese de todas as regiões e épocas, a exposição funcionava para seus visitantes, como “uma janela para o mundo”. Ela exibia o novo, o exótico, o desconhecido, o fantástico, o longínquo. (PESAVENTO, 1997, p.44- 45)*

As reflexões de Pesavento fazem referência à dimensão dada às exposições como o espetáculo do que havia de mais moderno no mundo, a grandiosidade do conhecimento científico que vislumbrava a economia, a cultura, o poder das novas ideias, sendo representadas pelas imagens que simbolizavam e ainda simbolizam práticas culturais de todas as partes do mundo em diferentes épocas. Uma exibição de realidades distintas, desconhecidas e posições geográficas bem distantes, que se propagavam com suas criações e apresentavam-se nestes espaços também caracterizados como “janelas para o mundo”. As realidades se entrelaçavam e permitiam a difusão de ideologias burguesas, impostas como estratégias de dominação, nas quais o conhecimento humano destacava-se em vitrines culturais, omitindo e silenciando tantos outros processos imbricados nas representações sociais.

Neste contexto, as discussões e análises sobre a circulação do mobiliário escolar utilizado nas escolas do Pará, seguem baseado nas reflexões em torno das exposições para compreensão dos processos de circulação dos modelos pedagógicos e o papel da escola como difusora de ideologias e disseminadora da produção e demonstração de novidades do mercado consumidor da indústria escolar. Em relação à escola, é preciso compreender o lugar que ocupa a produção visual e a organização do espaço escolar e das interações pedagógicas, pois a ordem e a disciplina do espaço, não se produzem apenas com atos administrativos e quantitativos, senão também através da estética visual, que se configura o belo, o que deve ser mostrado, induzindo as diferentes formas de olhar certos objetos, artefatos e os processos que constituem as práticas culturais.

As exposições foram importantes, por meio das quais se buscou dar visibilidade ao ordenamento mundial nos aspectos culturais, políticos, econômicos e sobretudo visual, na segunda metade do século XIX. Eventos que se expandiram por diversos países e regiões, disseminando a cultura capitalista, a industrialização e o consumo de objetos produzidos nos grandes centros europeus. As relações de poder sendo impostas pela força das vitrines atraentes, expostas nas particularidades e disposições dos objetos. As exposições configuraram-se

estratégias de exibição e imposição de uma ordem mundial, expressas pelos desejos do imperialismo europeu.

Nas análises feitas por Escolano (2018), o campo de temático das Exposições Universais evidenciam as materialidades e suas representações, com destaque para publicidade e visibilidade do mundo contemporâneo, um valor significativo de testemunho da cultura empírica da escola. “Muitas dessas imagens passaram aos manuais escolares, aos murais da sala de aula, aos programas das instituições educativas, aos museus pedagógicos e a outras mediações culturais” (ESCOLANO, 2018, p.71).

Contudo, na área educacional como definiu Kuhlmann Júnior (2001), as exposições caracterizaram-se como “festas didáticas” e deram à escola e a sociedade contribuições importantes para o reordenamento dos espaços e afirmação do ideal de modernidade educativa. O que se apresentava nas vitrines expostas, não era apenas um modelo, mas um ideário que almejava-se alcançar com a escola, sendo promotora da difusão do capitalismo e do sistema fabril.

De acordo com Alcântara (2014), a difusão dos modelos se expandia pelas propagandas de novos objetos, tendo como alvo principal a escola. “As exposições foram disseminadoras de objetos de desejo”, de civilidade e modernidade, pois esses espaços apresentavam o que havia de mais atual. A escola movimentava o mercado e faz com ele se adapte às demandas para atender tais necessidades, uma via de mão dupla que fortaleceu a indústria e aquisição pelo Estado de objetos necessários ao funcionamento das instituições educativas. (ALCÂNTARA, 2014, p. 81).

Assim, a relevância destes eventos, sejam eles nacionais ou internacionais apontam as influências no processo de aquisição do mobiliário escolar e outros materiais necessários para organização da escola, propagados nestas exposições, bem como revelam importantes contribuições na constituição da instrução pública primária no Pará.

#### *4.1- A Cultura do espetáculo*

A segunda metade do século XIX e início do XX destaca-se pelo grandioso espetáculo da modernidade, nos quais países civilizados sentiram-se convocados a dar conta ao mundo, do progresso industrial e dos avanços comparativos das diferentes nações, espaços de exposições e divulgação em que se podiam mostrar a identidade cultural dos povos, realidades ocultas que puderam ser apresentadas pela primeira vez.

De acordo com Castro (2018), as exposições surgem a partir da expansão do uso do ferro, do vidro e do aço. As mudanças políticas e econômicas impulsionaram a indústria e o comércio, e neste contexto de afirmação da República, a França inicia seus eventos nacionais entre os anos de 1798 a 1900, destacando-se neste período com 12 eventos nacionais e 05 das exposições internacionais.

Contudo, apesar das experiências francesas, foi na Inglaterra o primeiro grande acontecimento internacional das exposições. Como ressalta Sousa (2015), sediada em Londres em maio de 1851 e marcada pela ideologia da ciência e do progresso, foi denominada de “A Exposição da Indústria de todas as Nações”. A Exposição Universal de 1851, demonstrou ao mundo a superioridade da indústria e do comércio da Inglaterra, bem como princípios morais e religiosos, atrelando o papel educativo junto a população. Uma junção de diferentes aspectos e objetivos, apresentando pela primeira vez na história do mundo, os homens das Artes, Ciência e Comércio, destacando a civilidade das diferentes nações.

Ainda segundo Sousa (2015), as exposições universais se expandiram e foram organizadas por diferentes países. Entre os anos de 1851 a 2012, ocorreram 150 Exposições Universais e ganharam proporções de acordo com cada país que organizava. Em seus estudos, Sousa citando a ExpoMuseum (2014), revela que pela hegemonia econômica e cultural, as realizadas no Estados Unidos e Europa, tiveram maior peso nas literaturas e pesquisas historiográficas. Porém, as exposições que tiveram como palco os países periféricos, destacaram-se pela ampliação de novos espaços e ideologias.

Neste sentido, de acordo com os estudos de Kuhlmann Júnior, a educação ganhou visibilidade somente na terceira exposição, também realizada em Londres em 1862, “um fator que elevou o caráter das exposições internacionais, destacando nas chamadas vitrines, o que considerava traçar o quadro exato do estado intelectual de cada nação” (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 23).

Pesavento (1997), aponta que as exposições não podem ser entendidas apenas como palco de estímulo do comércio, compreendendo também espaços com objetivos pedagógicos, pois “a exteriorização da modernidade dos novos tempos e como vitrine de exibição dos inventos e mercadorias, (...) no papel de arauto da ordem burguesa tiveram o caráter pedagógico” (PESAVENTO, 1997, p.14).

As exposições além de apresentarem a educação como um pilar da civilização e da modernização ocidental, destacaram o desdobramento de materiais institucionais e metodológicos, numa clara articulação com outros aspectos relacionados à modernidade. Destaca-se aqui a amostra pedagógica apresentada na Exposição de 1878, elaborada por F.

Buisson, na qual os temas relacionados à educação abarcaram quatro conjuntos de elementos, conforme destaca Kuhlmann Júnior,

- 1- O que representa a parte oficial: documentos administrativos, estatísticos, etc. a parte das autoridades dirigentes e das associações que contribuem para a educação e ensino;
- 2- Uma seção puramente material, com os edifícios escolares e sua instalação: construções, mobiliário, material de exercícios de classe, sistemas de ventilação, de aquecimento, de saneamento, pátios, jardins circulação, aparelhos de ginástica, etc.;
- 3- Materiais de ensino propriamente ditos: imprensa educacional escolar para professores e alunos, livros, manuais, globos, mapas, meios acessórios e indiretos de instrução e educação, bibliotecas, círculos, reuniões e associação de jovens representados pelos seus estatutos, boletins, etc.;
- 4- O trabalho dos mestres com seus planos de estudo, emprego do tempo, memórias sobre questões pedagógicas e o trabalho dos alunos. (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 70-71)

Muitos sistemas educacionais foram se consolidando e se constituindo com a aquisição de materiais e objetos escolares que circularam a partir das Exposições Universais. A difusão mundial da escola por meio das Exposições Universais passou a consagrar os espaços e objetos escolares a serem utilizados para o ensino, que passaram a circular e compor o provimento material das instituições educativas. De acordo com Nóvoa e Schwriwer (2000), essa divulgação do modelo de escola ideal configurou-se como um projeto de modernidade educativa propagado nos espaços designados às exposições, uma verdadeira universalização e divulgação de ideias, imagens, objetos, etc., processos inovadores que modificavam o mundo.

Pesavento (1997), discute as exposições como o “espetáculo da modernidade” no século XIX, pois no decorrer deste contexto a modernidade e a tecnologia tornaram-se objeto de desejo das elites da sociedade latino-americana, pois ser moderno, participar da rota do progresso e sair do lugar de povo exótico, tornar-se uma grande nação, transformou-se em meta para desfazer a imagem de atraso e inércia. Portanto diz,

As exposições funcionavam como uma síntese e exteriorização da modernidade, dos “novos tempos” e como uma vitrina de exibição dos eventos e das mercadorias postos à disposição do mundo pelo sistema de fábrica. (...) tiveram o caráter pedagógico de efeito demonstração das crenças e virtudes do progresso, da produtividade, da disciplina do trabalho (...). Para cumprir esta meta de acompanhar o trem da história, nada mais indicado do que participar daqueles verdadeiros espetáculos da modernidade que eram as exposições universais (PESAVENTO, 1997, p. 14-16).

Os grandes eventos realizados pelas exposições universais, desempenharam um papel importante para o progresso e difusão das inovações técnicas e pedagógicas, pautadas nas ideologias do progresso. Modelos atraentes nas vitrines que movimentavam visitas e expositores das mais diversas partes do mundo, celebrando a modernidade da sociedade

burguesa. A exibição dessa modernidade dava destaque à indústria e demais âmbitos de modalidade econômica, social e cultural. A variedade de objetos, produtos e máquinas eram disponibilizados e organizados para serem divulgados em catálogos e enciclopédias com o objetivo de classificar e circular para os países que necessitavam se adequar às nações civilizadas.

Com a invenção da modernidade educativa, como bem ressalta Vidal (2009), a partir da segunda metade do século XIX, “momento em que se destaca a confluência entre o crescimento de uma indústria voltada para escola e as Exposições Universais como estratégia de divulgação de produtos e abertura de mercados internacionais”, vê-se neste contexto, a criação de legislações educacionais que previa a obrigatoriedade do ensino, programas e atividades com a utilização de objetos na escola. (VIDAL, 2009, p.37).

Conforme explicita Kuhlmann Júnior,

As exposições tiveram uma repercussão significativa em seu tempo, e que na sua organização transparecia uma intenção didática, normatizadora, “civilizadora, junto a diferentes países e setores sociais. Além disso, elas prestigiaram a educação como um signo de modernidade, difundindo um conjunto de propostas nessa área, que abarcava materiais didáticos, métodos pedagógicos e diferentes instituições – da creche ao ensino superior, passando pelo ensino profissional e pela educação especial (KUHLMANN JÚNIOR, 2001, p. 9)

Outro fator em evidência neste cenário de manifestação da modernidade educativa, era o método intuitivo que se configurou ao final do século XIX, destacou-se como referência fundamental na construção dos debates nas reformas educacionais e políticas. Este método coloca as “lições de coisas” como ponto de partida para o ensino, portanto, o emprego do método fomentava o uso de materiais concretos como recurso didático e abria as portas das escolas para a introdução de uma diversidade de objetos a serem manuseados pelas crianças, como forma de desenvolvimento intelectual a partir dos sentidos. Assim, as exposições nacionais e universais mostraram-se importantes para a divulgação e implementação deste método na escola primária.

Dentre os materiais que circularam e se tornaram indispensáveis ao cotidiano das escolas, Gaspar (2012) destaca o mobiliário escolar como um componente pedagógico que se constitui item fundamental e obrigatório para a organização do espaço escolar, foi sendo produzido de acordo com os diferentes modelos que circularam nas exposições e foram se estabelecendo como padrões, seguindo preceitos pedagógicos e higiênicos que se produziram e reproduziram em várias partes do mundo.

Alcântara (2014), sinaliza a significância da exposição de Paris em 1867; e a de Viena em 1873 para a questão do mobiliário escolar. Destaca a participação do Brasil nestas duas exposições, cuja temática desta última foi Cultura e Educação. Outra contribuição relevante neste evento foi a participação do diretor de ensino primário francês, Ferdinand Buisson, trazendo em seu *Dictionnaire de Pédagogie et d'instruction primaire*, no verbete Mobiliário Escolar, reconhece a necessidade de se estabelecer um mobiliário no qual as crianças pudessem ler e escrever corrigindo atitudes viciosas.

A crescente demanda da escola por mobiliário, fez com que o mercado se adaptasse e desenvolvesse modelos para atender, principalmente as demandas do ensino primário que se encontrava em fase de expansão e institucionalização. Nesse contexto, os produtos ganharam espaço significativo nas Exposições Pedagógicas que eram realizadas no interior das Exposições Universais, pois o mercado da indústria de mobiliário tornou-se atraente para os estados que viam nas representações simbólicas o avanço no provimento material das escolas.

#### 4.2- O Pará nas Exposições

*“Festa do trabalho, do progresso e da paz (...) Para esse fim contribuem as exposições nacionais, como vae ter a ventura de inicial-as o Estado do Pará (...) Esperemos que a Exposição Nacional do Pará venha a ser um notável acontecimento, grande e feliz” (PARÁ, Mensagem de Governo 1896).*

Ao extremo norte do Brasil, vislumbrou-se o Estado do Pará de um período majestoso com sua expansão econômica. Pautada no processo de exportação e desenvolvimento do comércio, os produtos aqui produzidos e manufaturados, destacaram-se pela grande movimentação impulsionada com a produção da borracha. Esse movimento de diálogo entre a economia e o progresso, tão desejado pelos projetos republicanos colocaram o Pará na pauta dos eventos das exposições, que se propagavam pelo mundo todo e passou a ser realizado nos diferentes estados da federação.

A partir desse movimento, no ano de 1892 o governo do Estado autorizou a promover uma exposição agrícola, artística e industrial na capital. Contudo, justificou-se uma crise política que o país atravessou neste período, que não permitiu a concretização dessa ideia. Em nova mensagem em 07 de abril de 1895, definiu-se novamente uma data a realização do certame, na qual foi proposto o dia 16 de novembro do corrente ano. Assim, em 15 de julho foi assinado um ato que designou aquele dia para a abertura da Exposição do Pará. Na ocasião de assinatura do ato, também foram divulgados convites especiais para que concorressem à exposição os estados mais próximos ao Pará, porém com melhor intuito de participação, o

convite se estendeu para todos os estados do país. Uma festa que tomou proporções muito largas unindo laços de solidariedade e divulgação do extremo norte ao extremo sul entre todas as unidades federativas do Brasil. Momento em que o regime republicano buscava se consolidar resgatando o sentimento de pertencimento, sentir-se cidadão da pátria brasileira, antes de sentir-se cidadão da pátria paraense.

A exposição do Pará buscou dar visibilidade a que muitos dos próprios compatriotas vissem o que era essa porção do Norte do Brasil, “outrora tão esquecida e por vezes injustamente, malvista pelos filhos da terra”. Uma festa que foi tracejada de acordo com as proporções de custo que não fosse superior aos recursos disponíveis pelo tesouro do estado, portanto, “antes festa de trabalho que festa de recreação”. (PARÁ, Mensagem de governo, 1896, p.61).

Acreditava-se que uma das maneiras do Estado do Pará apresentar seus avanços, o progresso econômico e social de uma sociedade nos moldes da civilização, seria a realização desta exposição dos produtos agrícolas, artísticos e industriais, envolvendo o maior número possível de expositores e visitantes, induzindo um consumo cultural, haja vista que esses eventos foram acontecendo em diferentes estados considerados eventos locais, influenciados fortemente pelos acontecimentos internacionais de divulgação e imposição de culturas de consumo.

#### *4.2.1- O Pará nas Exposições Universais*

Com a inserção da região norte no cenário do comércio mundial, a incorporação da borracha como matéria prima de novas indústrias, o domínio de exportação na região despertou o interesse internacional com a dinâmica de circulação dos produtos oriundos do látex. Por ocupar a pauta de exportação desde as décadas finais do século XIX, a visibilidade também apareceu com a participação do Pará na Exposição Universal de 1867, em Paris. Segundo Daou (2004), a borracha foi exibida como produto incorporado pela técnica, como matéria prima de pneus em veículos movidos a cavalo, porém, antes mesmo da ampla propagação do automóvel, o uso de luvas de borrachas foi uma importante contribuição para a assepsia médica.

E novamente o Pará vai à Paris na Exposição Universal de 1889, segundo o relatório de Gama Abreu, o jornalista Santa-Anna Nery foi uma influência significativa na organização, doando itens de sua coleção para compor as amostras na exposição. Conforme se vê,

Pede a justiça que entre os membros do commissariado distinga um pelos seus serviços prestados ao Brazil, e especialmente ao Pará e Amazonas; refiro-me ao sr. Sant’Anna Nery, que pelo seu trabalho incessante já na imprensa, publicando o seu jornal América, para o que não poucos sacrifícios se impõe,

já por diversas publicações como o “Guia do Emigrante”, escrito em totalidade por ele, e o bello livro “O Brasil em 1889” (O Pará na Exposição Universal de Paris em 1889” p.22).

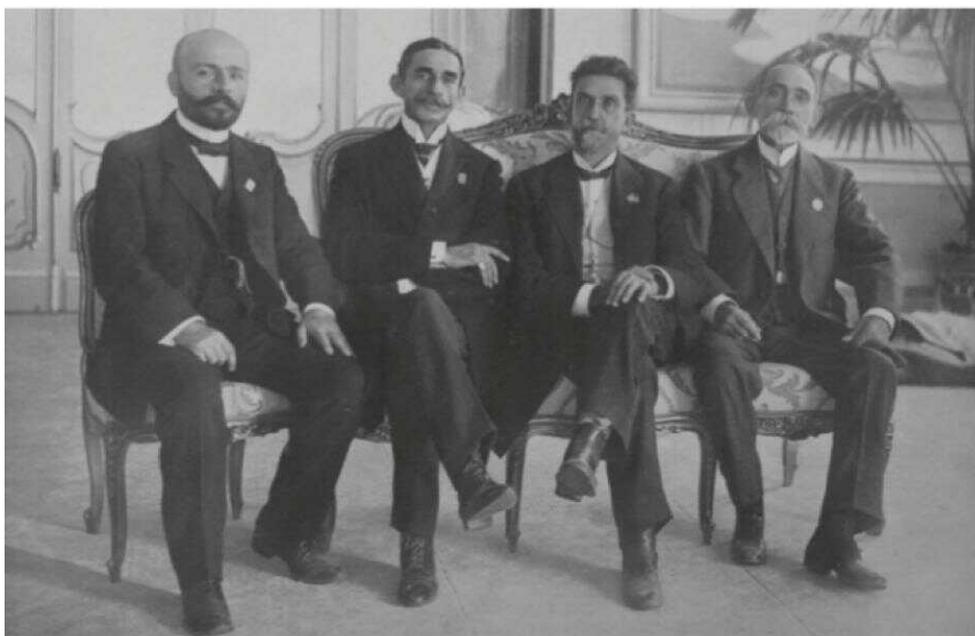
De acordo com Coelho (2012), O Pará iniciou os preparativos para a exposição no ano de 1888 e o material foi enviado para a França no vapor Amazonense nº2, foram enviados produtos extraídos diretamente da floresta como: guaraná, louro, mirity, sementes diversas, látex, aturiá, cupuaçu e fibras vegetais. Além de outros produtos beneficiados como o vinho, aguardente de caju, farinha e peças relacionadas a cultura do estado como a cerâmica marajoara, no destaque para as cuias pintadas e dois quadros, um produzido com folhas douradas e prateadas e o outro sobre a lei áurea.

Outra importante participação do Pará, foi na Exposição de Chicago em 1893, sob o governo de Lauro Sodré, grande entusiasta de estudos de artes e ciências, contribuiu com investimentos para a ida de muitos trabalhos para a exposição.

Mas a grande relevância do Pará se deu na Exposição de Turim em 1911, trata-se da Exposição da Indústria e do Trabalho. Entre os estados brasileiros São Paulo e o Pará foram os que mais investiram na amostra, uma rivalidade acirrada entre os maiores produtos de exportação: o café e a borracha.

**Figura 16: Exposição Internacional de Turim 1911.**

Comissão Geral do Brasil e membros da Delegação Paraense na Exposição de Turim 1911.



Vista do Stand da Borracha do Pará



Fonte: SANJED E CASTRO, 2016, p. 150

Conforme destacam Sanjad e Castro (2015), contudo, havia algo que distinguia a mostra paraense: “o discurso científico, materializado pela exibição de amostras botânicas, fotografias, instrumentos para ‘sangrar’ seringueiras, máquinas para processar o látex e principalmente pela presença do cientista botânico do Museu Goeldi”, delegado paraense em assuntos internacionais que fez a diferença com suas pesquisas e representatividade neste grandioso evento (SANJAD E CASTRO, 2015, p. 823).

Ainda de acordo com Sanjed e Castro (2015), os produtos para esta exposição foram organizados entre agosto de 1910 e janeiro de 1911. Uma prévia com uma Mostra Preparatória, foi apresentada em 19 de fevereiro no salão do Ginásio Paes de Carvalho e contou com a presença solene do governador. Um momento de grande repercussão na capital do estado, demonstrando a magnitude do que se previa apresentar para o mundo na grande Exposição em Turim.

Os investimentos no setor fabril na capital paraense a partir da década de 1910, impulsionaram a movimentação comercial. Embora as transações com a economia gomífera já tivesse perdido o monopólio nas exportações, a dinâmica portuária ganhou impulso com a instalação de fábricas nas proximidades do porto de Belém. Assim, destacaram-se com seus produtos, inúmeras indústrias que enviaram para Exposição Internacional de 1911, conquistando premiações importantes para o estado do Pará.

Como ressaltado por Sarges (2017), embora a cidade não tivesse uma área definida de fábricas, o bairro do Reduto concentrou grandes indústrias, abrigando grandes prédios fabris e comerciais. As propriedades eram investimentos de comerciantes de várias nacionalidades, principalmente portugueses, que viam na capital paraense um lugar que vivenciou e adquiriu hábitos elitizados advindos da Europa, no então período da Belle Époque.

Entre os destaques na Exposição de Turim, eis alguns produtos paraenses das fábricas do Reduto premiadas neste grandioso evento: concessão do Grande Prêmio à Cervejaria Paraense; A Fábrica Palmeira, premiada com Medalha de Ouro em 1911, sendo considerada a melhor confeitaria de Belém; A Casa Construtora Srs. Manuel Pedro & Cia., foi premiada nas Exposições de Chicago, Turim, nesta ganhou o Grande Prêmio, além de premiações com medalhas de ouro nas Exposições de Bruxelas.

#### *4.2.2- O Pará e a Exposição Nacional*

Para além deste acontecimento local, as exibições dos produtos agrícolas, da produção do trabalho industrial e das artes paraense, se expandiram para o cenário nacional e quiçá internacional com a participação do Estado do Pará na Exposição Nacional, sediada no Rio de Janeiro em 1908. O Pará participou enviando diferentes espécies de todos os produtos da indústria manufatureira, da indústria extrativa, da sua lavoura, mostrando seu esforço em igualar-se aos demais estados considerados adiantados da nação brasileira. Foi destaque em notícias de grandes jornais de circulação nacional, como fez o Diário do Comercio do Rio de Janeiro, aqui apresentado pelo Álbum do Pará:

O Pará, o grande estado do Norte, concorreu brilhantemente á Exposição, mandando o que de mais importante produz para o grande certame nacional. Estado longínquo e aparecendo apenas na commmuhão brasileira como o grande empório do nosso segundo maior produto de exportação- a borracha- elle mostrara agora que também possui industrias, que também caminha galhardamente para phase definitiva do progresso e da grandeza, que está reservado ao Brasil, acompanhando seus irmãos mais adeantados neste esforço coletivo que vamos fazendo para em breve mercermos os títulos de grande e poderosa nação.

Uma das vantagens da Exposição Nacional é provar que já temos realizado muitas coisas no domínio das conquistas materiaes, organizando e desenvolvendo determinados trabalhos. O Pará não tem ficado atrás nesses commettimentos, ao contrario tem caminhado para diante avançado com segurança e persistência de modo a já poder apresentar um largo mostruário dos seus productos (...)

A Exposição Nacional de 1908 inaugura-se hoje com quase todos os pavilhões promptos.

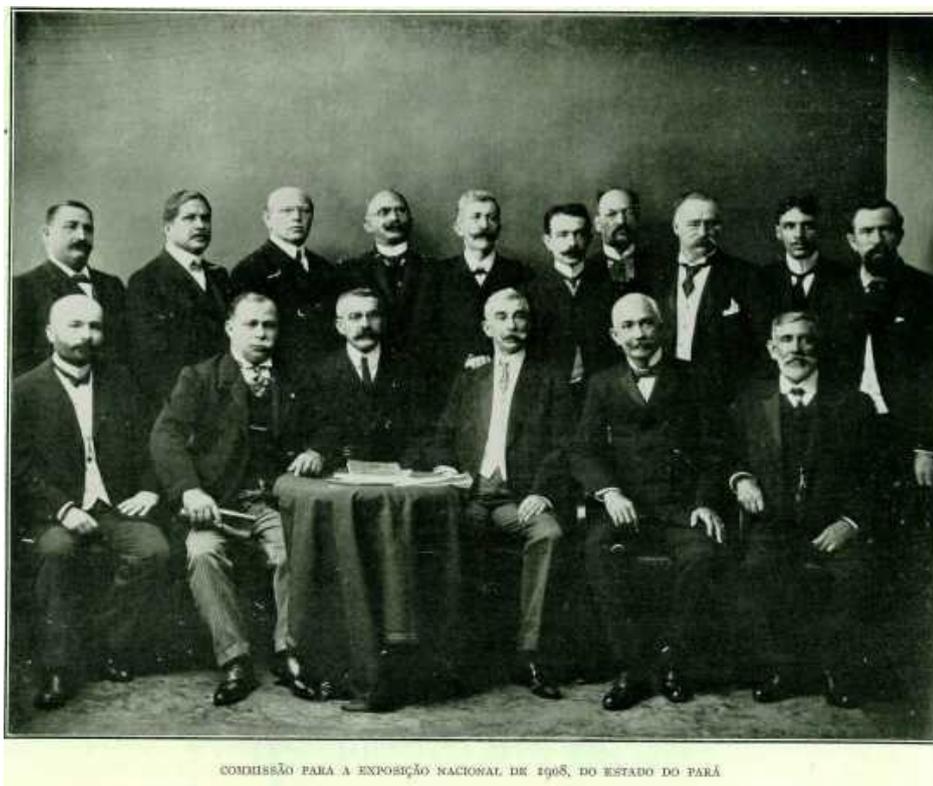
O Pará expõe seus productos em uma das salas do pavilhão central. Expõe uma parte, porque tudo que mandou não pode acondicionar-se nessa sala, que aliás, é uma das maiores. (ALBUM DO PARÁ, 1908, p.340-341).

Embora considerado um estado longínquo e com pouca visibilidade no processo de produção industrial, a Exposição Nacional contribuiu para que o Estado do Pará apresentasse seu potencial nas conquistas materiais, o progresso no fluxo de exportação de produtos deu destaque para merecimento da valorização de inúmeros trabalhos desenvolvidos na região norte do país. Os produtos paraenses destacaram-se singularmente pela beleza e raridade, especialmente os objetos fabricados com materiais extraídos da floresta nativa da Amazônia.

Uma exuberante exposição organizada em 76 grupos, das mais diversas espécies, grupos de gêneros alimentícios; produtos de carpintaria e marcenaria fabricados com as mais valiosas madeiras da região, tendo nesta exposição um quadro feito com 121 espécies de madeira, representando o escudo da República. Dos produtos e objetos enviados para esta exposição, ressalta-se a produção da oficina de marcenaria do Instituto Lauro Sodré, neste período o maior fabricante e fornecedor de mobília escolar para as instituições do estado. Mobília de pau amarelo, madeira nobre da mais alta qualidade na produção de carteiras escolares, mesas e armários para secretarias, estantes para aulas de música; régua em madeira, chapeleiros, além de quadros em mosaico para assoalho; bastidores para bordados e outros objetos fabricados na referida oficina, foram enviados para compor o espaço da exposição no Rio de Janeiro.

A organização para este grande evento nacional, foi acompanhada por uma comissão designada pelo Governo do Estado, a comissão foi comandada pelo General Jacques Ourique e composta por representantes dos mais diversos seguimentos da economia e produção do capital cultural do estado.

**Figura 17: Comissão do Estado do Pará para a Exposição Nacional de 1908**



Fonte: Álbum do Pará, 1908

O grande evento nacional, embora tenha se destacado como um espaço de circulação e divulgação de novidades do que se produzia para o desenvolvimento da sociedade como nação civilizada, também se mostrava como uma estratégia de imposição de poder e de lugares dos objetos e produtos, determinantes para as estratégias de aquisição e consumo.

Nesta perspectiva, viu-se o descontentamento do representante da comissão do Pará nesta exposição, contestando na imprensa a insignificância dada aos produtos enviados para serem expostos, ignorados por falta de espaço e estrutura ao qual foram designados. A fala de Jacques Ourique para o Jornal da Exposição, revela o que a Exposição Nacional se propunha a fazer e o que de fato era imposto como uma prática cultural a ser seguida:

*“A Exposição dos produtos deste Estado, acha-se situada no ângulo interno da extremidade da ala esquerda da Escola superior, ao lado do morro da Babylonia, logo ao lado do Estado do Rio Grande do sul.*

(...)

*A um canto escuso da sala, á direita dessa entrada, acham-se relegados, por falta de espaço, o mobiliário das escolas publicas paraenses e um armário do Museu Goeldi, todos eles feitos com belíssimas madeiras do Estado nas oficinas do Instituto Lauro Sodré. (JORNAL DA EXPOSIÇÃO, 1908, p. 4)*

As imposições de um cenário político extremamente excludente, retratam as estratégias de domínio de um determinado lugar, neste sentido, “a divisão do espaço permite uma *prática*

*panóptica* a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar, medir, controlar, e portanto, incluir em sua visão” (CERTEAU, 2014, p. 94). Neste sentido, o controle dos espaços delimitados na grande Exposição Nacional, condicionou o estado do Pará à tática do movimento de limitação e recuo de seus produtos enviados para serem visibilizados na grande exibição nacional.

Sobre a movimentação dos eventos locais e nacionais, pode-se compreender não só as estratégias de comercialização e circulação dos bens e produtos, por meio das amostras e exposições, mas é possível inferir sobre as táticas de apropriação desta dinâmica, vista como um movimento paradoxo, pois como assinala Certeau “a estratégia é a manipulação das relações de forças, o lugar do poder e do querer próprios; a tática é a arte do fraco, determinada pela ausência de poder;” (CERTEAU, 2014, p 93-95).

Contudo, apesar das insatisfações apresentadas pelo presidente da comissão paraense na Exposição do Rio de Janeiro em 1908, a presença do Pará fez com que os produtos agrícolas, industriais, artísticos e culturais passassem a ter visibilidade e relevância nas vitrines do progresso, bem como se apropriar das novidades e dos saberes que circularam nos diferentes eventos locais, nacionais e internacionais.

#### *4.3 – Objetos em vitrine por meio dos catálogos: uma circulação de saberes*

Pensar o mobiliário escolar na vitrine das Exposições ajuda a compreender aspectos relevantes que impulsionaram a obrigatoriedade escolar, especificamente a constituição da escola primária paraense. O final do século XIX e início do XX, momento em que há uma significativa expressão da sociedade industrial apresentada por meio de uma transmissão de saberes que passaram a circular como padrão de modelos internacionais.

As Exposições Universais destacam-se por terem sido disseminadoras de produtos e objetos de necessidade material no âmbito das instituições educativas, saberes que passaram a circular na forma da materialidade, constituindo-se em práticas e representações vivenciadas pelos diferentes sujeitos, que se apropriaram destes dispositivos para construir a história da escola e sua memória como formadora dos diferentes sistemas educativos.

A materialidade cultural do campo escolar ganhou sentido e significado a partir de sua valorização histórica, um resgate da memória do patrimônio educativo que passou a circular e constituir-se como testemunho dos saberes e das práticas culturais, construídas nos modos de produção empírica no interior da escola, a cultura escolar visibilizada por meio da circulação de saberes materializados nos objetos de ensino. Conforme esclarece Escolano,

confere a esses materiais, um estatuto que antes não tinham por terem sido durante muito tempo objetos excluídos do museu da memória, recuperada e protegida, reavaliação que se opera ao incluir os instrumentos de ensino no catálogo dos bens postos, valorizados em uma democracia cultural esclarecida(...)entre outras coisas mediante os dispositivos de normalização e governabilidade da escola (ESCOLANO, 2018, p. 91).

Nesta perspectiva, tentando satisfazer os anseios para atender as demandas da política modernizante, regulamentando o uso de materiais escolares adequados para o ensino primário no Pará, via-se nos modelos que circulavam nas exposições um papel importante na difusão da ideologia do progresso. De acordo Alcântara (2014) a aquisição dos materiais e mobiliários propagados nestes espaços considerados palcos de objetos desejados, circulavam nos diferentes países por meio dos catálogos, que difundiam os padrões pedagógicos e higiênicos em condições que as crianças pudessem ler e escrever, preservando-as de atitudes viciosas.

Ainda conforme Alcântara (2014), destaca-se aqui, a estreita relação entre a escola, indústria e as Exposições Universais, pois a escola movimentou o mercado com suas necessidades conduzindo-o a atender as demandas exigidas, elevando a concorrência entre as indústrias na inovação e adequação dos produtos que se adequassem às regulamentações prescritas pelos preceitos pedagógicos vigentes. Assim, o estado passou a ser o comprador privilegiado expandindo cada vez mais o lucro das indústrias, principalmente de mobília escolar.

Alinhados a essa demanda crescente, a aquisição chegou ao Pará por meio dos catálogos, nos quais era possível tomar conhecimento dos diferentes modelos de mobiliário e demais artefatos para o ensino das aulas na instrução primária.

Contudo, o mercado local não dispunha de casas próprias para fabricação do mobiliário escolar, sendo necessário a importação desses objetos que se tornaram indispensáveis ao funcionamento das escolas primárias do estado, principalmente as da capital. Sobre a aquisição da mobília escolar para as escolas, observou-se que no período de grande efervescência econômica na região, os investimentos do governo em educação estavam voltados em atender os modelos universais estabelecidos pelos *hygieno-pedagogistas*, como se vê no excerto a seguir, apresentado por José Veríssimo, Diretor Geral da Instrução Pública:

O problema da mobília escolar está hoje resolvido. Os typos variam de forma, de gosto, de preço, de perfeição artística ou de simples mão de obra, mas são em geral fundamentalmente os mesmos.

Estabelecidos pelos hygieno-pedagogistas os requisitos que devia satisfazer uma mobília escolar perfeita, esforçaram-se os fabricantes a compita para realizarem os typos mais de accordo com essas prescrições (RELATÓRIO GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA/ INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, p. 86, 1890).

As demandas relatadas por Veríssimo (1891), diretor geral da instrução pública no Pará, em visita às escolas do interior e da capital, denunciam o desajuste no cumprimento e execução dos regulamentos e programas, o qual revelou em seus registros o estado lastimável em que se apresentavam as casas de ensino primário no estado. E, portanto, solicitou ao governo providências imediatas no sentido de suprir necessidades essenciais, e que fossem fornecidas pelo menos um mobiliário adequado aos padrões modernizantes:

Mobilia escolar bastante para o numero de alumnos, construída segundo os ensinamentos e as exigências da hygiene escolar, adoptando-se, pelo menos três typos de bancos-carteiras, correspondentes ás idades de 6 a 8, 9 a 11 e 12 a 14 annos.

A adopção dos três typos e o mínimo que se póde exigir, entre os cinco recomendados, para não continuarmos a merecer os justos reparos que, por mal nosso, correm impressos, de um fabricante de mobília escolar americana, estranhando que para o Governo do Pará se encomendasse mobília de um só typo, como se aqui tivessem os meninos em idade escolar todos os mesmos tamanhos. (VERÍSSIMO, 1891, p. 85)

O desejo de seguir as prescrições determinadas para a utilização de diferentes modelos de mobília escolar (carteiras de alunos) eram defendidas pelo diretor da Instrução pública, no qual aponta os tipos de bancos-mesas seguindo a faixa-etária dos alunos. Contudo, observa-se a insatisfação e preocupação nos relatos apontados no relatório, com o estranhamento de pedidos à fabricantes de mobília norte-americana feitas pelo Governo do Pará, encomendas que priorizavam um só tipo e modelo de carteira, fator de comprometimento aos preceitos de hygiene recomendados para o desenvolvimento físico e consequentemente intelectual dos infantes. As exigências determinadas pelos padrões estabelecidos para adoção de mobiliário adequado, exprimem claramente o não cumprimento destas medidas no que se refere a aquisição dos modelos exigidos para as diferentes faixa-etárias do alunado das escolas primárias do Pará. Assim, o que se vê de fato é a falta de compromisso do governo no investimento adequado para suprir as carências denunciadas nos documentos oficiais.

As medidas a seguir, exibidas em catálogos de casas francesas, fornecedoras de grande parte do mobiliário e demais materiais para as escolas no Pará, destacam os tamanhos padronizados para os modelos de bancos mesas à diferentes faixa-etárias, sendo essa uma das preocupações apontadas nos relatos sobre o uso da mobília pelas crianças de nosso estado.

Figura 18: Medidas de Bancos-mesas escolares francesas

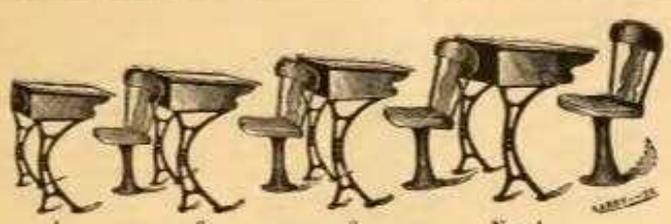
**DIMENSIONS DES TABLES-BANCS**  
d'après les règlements officiels

Nos des types	ÉCOLES MATERNELLES		CLASSES ENFANTINES 3 (5 à 7 ans)	ÉCOLES PRIMAIRES, LYCÉES, ETC.		
	1 (2 <sup>e</sup> sect.)	2 (1 <sup>re</sup> sect.)		4 (7 à 9 ans)	5 (10 à 14 ans)	6 (14 à 18 ans)
Taille des enfants.	1m,00 à 1m,10	1m,11 à 1m,20	1m,21 à 1m,35	1m,36 à 1m,50	1m,51 à 1m,65	1m,66, au-dessus
Hauteur de la tablette à la poitrine de l'élève..	0.45	0.50	0.55	0.65	0.70	0.75
Hauteur du banc.	0.25	0.30	0.34	0.40	0.45	0.46
— du dossier	0.19	0.21	0.24	0.26	0.28	0.32
Longueur p <sup>r</sup> place	0.40	0.45	0.50	0.55	0.55	0.60
Inclinaison de la tablette.....	0:00	0.03	0.07	0.07	0.07	0.07

Fonte: Catálogo Delagrave, 1890

Figura 19: Medidas de carteiras norte-americanas

DESKS AND PEDESTAL CHAIRS 131



**Guide to Grades and Sizes of Single Seats and Desks.**

	No.	Height of Desk.	Height of Chair.	Size of Top.	Age of Scholars.
Normal Lid,	0	30½	17½	20 x 26	Normal
Grammar,	1	29½	17	16 x 24	Adults
"	2	28½	15½	16 x 24	14 to 18
"	3	26½	14½	15 x 24	12 to 16
"	4	24½	13½	15 x 24	10 to 14
Intermed.,	5	26½	14½	13 x 21	12 to 16
"	4	24½	13½	13 x 21	10 to 14
"	5	23	12	13 x 21	8 to 12
"	6	21½	11	13 x 21	6 to 10
Primary,	4	24½	13½	12 x 18	10 to 14
"	5	23	12	12 x 18	8 to 12
"	6	21½	11	12 x 18	6 to 10
"	7	20½	10½	12 x 18	5 to 6

Fonte: Catálogo ilustrado de material de jardim de infância, ajudas primárias, mapas, globos e gráficos, móveis escolares e quadros-negros, 1895

Sendo o Pará um estado da região norte do Brasil, em destaque neste momento no setor econômico e que precisava acompanhar as mudanças na chamada civilidade moderna, suas denúncias traziam à tona os improvisos que deixavam a imagem da educação paraense em estado deplorável. Assim, demonstrava preocupação com as exigências da higiene escolar e com o desenvolvimento da instrução primária, pois a carência absoluta dos mais indispensáveis elementos, demandavam providências urgentes a serem executadas.

Pensava e defendia as propostas relevantes para o avanço da educação no Pará, reiterando que os modelos norte-americanos e europeus eram os melhores a serem seguidos,

portanto, ao propor a aquisição do mobiliário escolar levava em consideração as medidas e tipos de materiais considerados para a escolha deste mobiliário e seguiam os modelos propagados por meio dos catálogos, que davam a visibilidade a essas vitrines circulantes nos mais diversos países, fato que impressionava José Veríssimo, a seguir os preceitos estabelecidos para adequação da instrução primária à pedagogia moderna.

#### *4.3.1- Modelos de mobiliário francês e norte-americano que circularam na instrução primária do Pará.*

As análises aqui apresentadas destacam os modelos nas Exposições e nos catálogos de empresas fornecedoras do mobiliário escolar para o Estado do Pará. Ao longo desta pesquisa buscou-se localizar nos diferentes documentos oficiais do estado, modelos de mobiliário solicitados para as instituições de atendimento à instrução primária, assim como investiu-se em investigar espaços que tivessem como foco os objetos físicos para constatação e comparação com os modelos expostos nos catálogos das casas fornecedoras.

Como já mencionado, as encomendas eram feitas para os Estados Unidos por intermédio de um representante do governo do estado neste país, na pessoa do Sr. Comendador José Cardoso da Cunha Coimbra, que tratava das negociações e faturas a serem enviadas à capital do Pará. As encomendas seguiam as escolhas através dos catálogos e as despesas eram negociadas presencialmente por meio do representante comercial entre o Pará e os Estados Unidos, cuja consignação era descrita na pessoa dos Srs. G. Amsinck & C<sup>a</sup>, de Nova York. As encomendas feitas à França eram fornecidas pelas casas Hachette & C.<sup>a</sup> e Charles Delagrave, ambas com localização em Paris.

As articulações estabelecidas entre os compradores e fornecedores, evidenciam o processo de mediação e confirmação da ideia de modernização da escola paraense, adotando o mobiliário europeu e norte-americano. De acordo com Alcântara (2014), os residentes estrangeiros chamados de *mediadores culturais*<sup>46</sup> envolvidos com a instrução pública em seus países de origem, serviam de intermédio entre os fornecedores e o governo.

Os catálogos eram indispensáveis para as compras feitas a distância, contudo havia uma preocupação dos fabricantes com suas patentes para os cuidados com as reproduções dos modelos em qualquer lugar do mundo. Assim, tentou-se fazer com a mobília para as escolas no Pará, porém o descontentamento com a indústria local por falta de mão de obra qualificada para

---

<sup>46</sup> Grifo da autora citada.

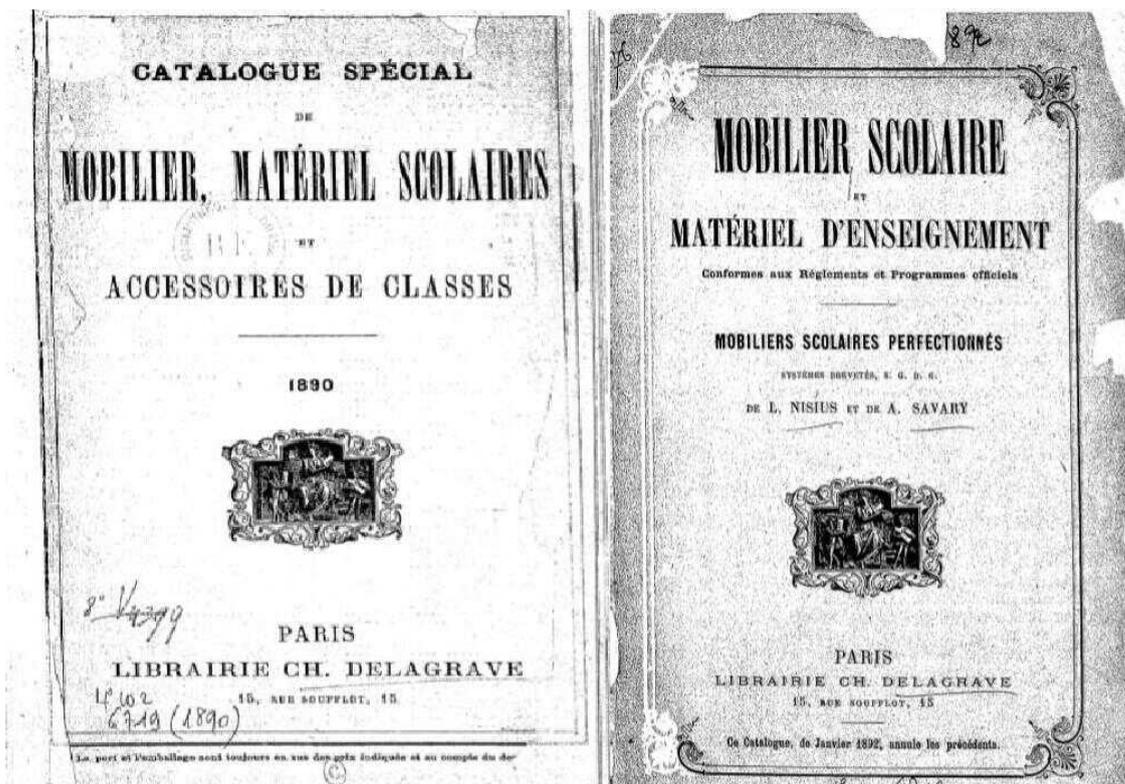
atender tais exigências, e por não existir no estado ampla concorrência para a fabricação, optou-se por encomendar os modelos importados.

Pretende-se aqui apresentar os mobiliários que circularam nas escolas primárias do Pará, associando aos modelos constantes nos catálogos, por meio das imagens busca-se proporcionar maiores informações sobre o mobiliário fabricado, suas características físicas, higiênicas e ergonômicas. Observou-se a partir das imagens dos catálogos em consonância com as imagens do mobiliário utilizado na instrução primária paraense, que a circulação desses modelos em determinadas instituições, seguiam os padrões exigidos para o modelo ideal de escola, principalmente aquelas que foram projetadas e construídas com espaços adequados para receber essa mobília, prescrita para atender as determinações dos modelos universais e modernos.

Três catálogos encontrados e analisados com modelos de mobília francesa datam o período de 1890; 1892 e 1935, da casa Charles Delagrave. Assim temos em exposição os seguintes: *O catálogo Especial de Mobiliário, Materiais Escolares e Acessórios de classe, 1890; Mobiliário escolar Material de ensino. Collection. 1892*, os quais apresentam modelos semelhantes ou aproximados do mobiliário utilizado nas escolas primárias do Pará.

A escolha por analisar os modelos constantes nos catálogos franceses da indústria Delagrave em exibição, deu-se pela citação desta casa em documentos oficiais da instrução primária do Pará, como fornecedora de mobiliário e demais materiais escolares para o estado.

Figura 20: Capa dos catálogos de Mobiliário Escolar Livraria Ch. Delagrave (1890-1892)



Fonte: Catálogo Delagrave (1890-1892). Bibliothèque nationale de France<sup>47</sup>

Figura 21: Catálogo de Mobiliário Escolar da Industria Delagrave (1935)

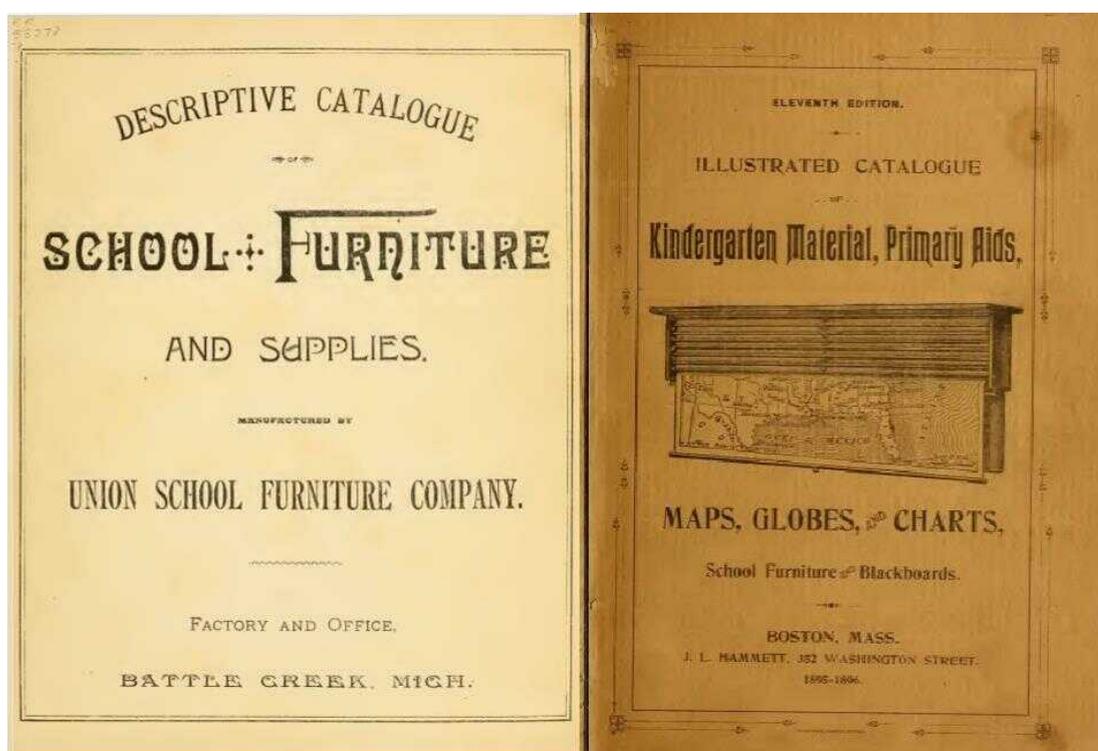


Fonte: <http://www.le-temps-des-instituteurs.fr/ped-editeurs-xixe-siecle-.html>

<sup>47</sup> Disponível em: Source gallica.bnf.fr

Dos catálogos com modelos de mobiliário norte-americano, entre eles há um catálogo que data um período anterior ao recorte desta pesquisa, porém os mobiliários também se assemelham e mantiveram-se circulando por um longo período nas instituições de nosso estado. Os modelos constantes nos seguintes catálogos destacam a mobília norte-americana: *Catálogo descritivo e ilustrado de móveis escolares, aparelhos, globos, mapas, gráficos, quadros negros, instrumentos matemáticos, etc. 1870; Requisitos higiênicos de mobiliário escolar. Nova Iorque: Press of Exchange, 1892; Catálogo descritivo de móveis e suprimentos escolares. Union School Furniture Company (em Battle Creek, Michigan), 1889; Catálogo ilustrado de material de jardim de infância, ajudas primárias, mapas, globos e gráficos, móveis escolares e quadros-negros, 1895.*

**Figura 22: Capa de catálogos norte-americanos (1889-1895)**



Fonte: <https://archive.org/details/illustratedcatal00jlha/page/n153>

As subseções a seguir, apresentam imagens comparativas de diversos tipos e modelos de mobiliário francês e norte-americano, comparados aos mobiliários encontrados nos documentos da instrução primária do Pará e propostos nos regulamentos.

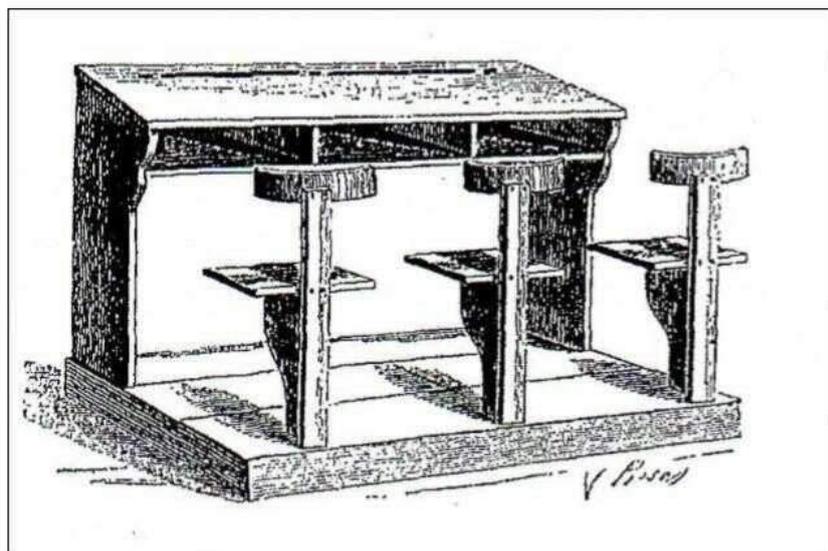
#### 4.3.2 – Carteiras/ bancos-mesas para a alunos

Alcântara (2014) citando Peyrane, sinaliza a rivalidade entre as empresas fabricantes de carteiras escolares, o crescimento do comércio internacional de mobiliário escolar a partir de

1867 com o predomínio do mercado americano, evidencia a necessidade do aperfeiçoamento dos modelos, fato que contribuiu para o aumento dessa concorrência em 1873, não apenas de modelos e conceitos de carteiras, mas também sobre os consumidores que tornaram-se exigentes e seletivos para a adoção das propostas mais convenientes às suas demandas.

Nesse momento de rivalidade, a expressiva participação da França diante desse contexto com sua experiência em diversos modelos, leva para a exposição uma diversidade significativa de propostas, revelando assim seu domínio. Sendo um de seus modelos bem elogiado e premiado com diploma de mérito na Exposição de 1873.

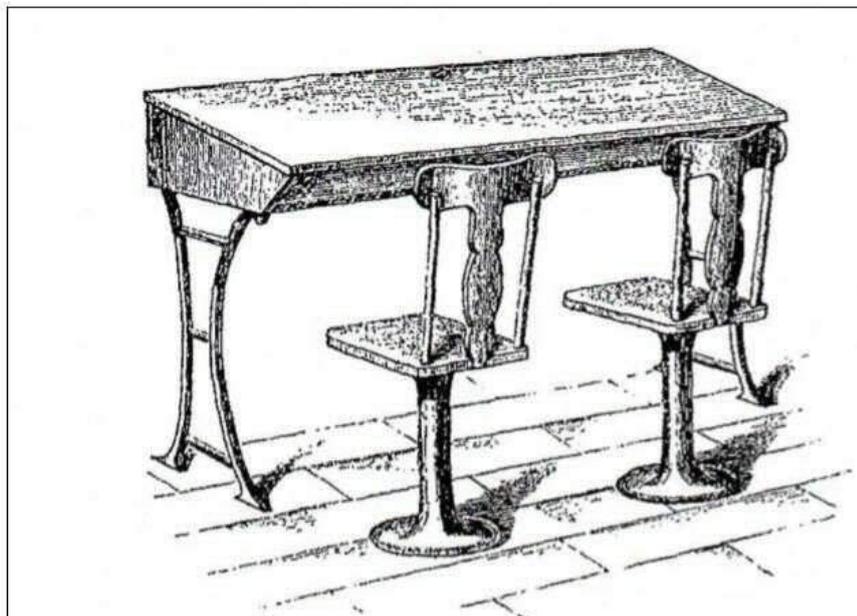
**Figura 23: Modelo das escolas de Paris**



Fonte: Alcântara, 2014, p. 91

Além dos modelos franceses, os expostos pelas empresas dos Estados Unidos também tiveram uma expressiva visibilidade e comercialização, destacando-se pela elegância e praticidade. Os elegantes modelos de carteiras de Boston com base de ferro, também receberam o diploma de mérito concedido ao mobiliário das escolas superiores e Escola Normal de Boston.

**Figura 24: Carteira modelo norte americano de Boston (Sistema Ross)**



Fonte: Alcântara, 2014, p. 94

Ainda seguindo o exposto por Alcântara, que faz menção ao catálogo *Illustrated Catalogue of Ross' Improved Scoll, Church and vestry Fortunate*, de 1872, “na abertura do catálogo, o próprio Joseph L. Ross mentor dos modelos das carteiras Boston, se dirige aos oficiais de escolas, expondo sua intenção de melhorar o mobiliário”. Evidencia a qualidade, durabilidade e adequação à idade e estrutura escolar, características desse mobiliário agregada ao estilo e acabamento fundamentais para alcançar uma perfeição. A combinação de madeira e o ferro proporcionavam a força e a durabilidade, além da utilização de mão de obra qualificada e experiente, máquinas modernas e material de qualidade (ALCÂNTARA, 2014, p. 94-95).

Alinhados aos modelos circulantes e às expectativas de modernização da instrução primária, o Estado do Pará idealizou a constituição do seu espaço vislumbrando-se com os objetos de desejo que se propagavam nos catálogos. Contudo, apesar das exigências estabelecidas e dos requisitos mínimos para aquisição da melhor mobília, viu-se as preocupações quanto a adequação dos modelos, à realidade da nossa região e dos espaços destinados ao funcionamento das escolas. Como explicitado no excerto abaixo;

Incontestavelmente a mais perfeita mobília escolar é a americana, já conhecida em typos diversos n'este Estado. Essa mobília, porém, tem para nós um inconveniente grave. Sendo armada em pés de ferro fundido, é excessivamente frágil, exigindo, para remediar a esse inconveniente, ser fixada por parafusos nos assoalhos, o que, como direi, nem sempre é, para nós possível.

Demais, quaisquer que sejam os cuidados da embalagem, chega aqui quasi sempre com muitas avarias. Tendo que ser enviada para o interior já armada, em más condições de transporte, não sei si exagero calculando em mais de

20% o prejuízo que as quebras causariam si houvéssemos de importar essa mobília.

Não possuindo nós casas especiaes, é raro que seja possível fixar ao chão os bancos-mesas americanos.

As constantes mudanças das casas de escola, vêm completar esta instabilidade tão fatal á mobília americana, especialmente construída para estar permanentemente fixa ao assoalho, e excessivamente quebradiça quando deixa de ser fixada. (RELATÓRIO GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA/ INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, p. 86, 1891).

O que se observa neste cenário, são as inúmeras adversidades e a frustração dos dirigentes oficiais da instrução publica de nosso estado. As tentativas em seguir a padronização das propostas universais para equipar as instituições com o mais avançado mobiliário, revela o estado de precariedade dos espaços inadequados nos quais funcionavam/funcionam nossas escolas. Os inconvenientes apontados por consequência da falta de estrutura local, colocam em evidencia a qualidade da mobília americana, ora vista e defendida como a mais perfeita, ora citada como fraca e excessivamente quebradiça.

Entre os mais graves inconvenientes para uso dessa mobília adequadamente, era a falta de casas apropriadas no interior do estado, nos quais a maioria das escolas funcionava em locais improvisados e sem condições para instalação, principalmente das carteiras para alunos, cujo os pés eram de ferro e necessitavam ser fixados ao assoalho, pois as casas/escolas eram de chão batido e não era possível aparafusa-las, além das constantes mudanças das casas de escola, fator que contribuía para instabilidade e danos na remoção dos moveis que ali eram utilizados. Outro fator negativo nesse processo de aquisição, tratava-se do transporte para as escolas mais distantes da capital, as peças deveriam ser montadas nas oficinas da capital e seguir montadas para o interior, um prejuízo para os cofres do estado com as avarias e novos consertos.

Entraves que se enraizaram no interior das instituições e foram sendo esmagados pelas forças determinantes e pelos dispositivos legais. Conforme proposto pelo regulamento da instrução primária, previa-se: “Art. 12º - sempre que for possível e o exigir a qualidade da mobília, esta deve ser fixada por parafusos ao assoalho, quando não será aparafusada sobre taboas ou ripas, de modo a dar-lhe estabilidade e melhor conserva-la. (Regulamento Escolar do Estado do Pará Ensino Primário, 1890).

O estado de ruínas de muitos espaços na capital e no interior, revelam o descaso e a falta de investimento na instrução primária em longos períodos, como constatou-se no Relatório da Secretaria de Estado do Interior, Justiça Instrução pública de 1909:

Em relatórios anteriores já temos tratado do mobiliamento deste grupo escolar. Adaptado como foi o prédio para o fim a que vantajosamente está servindo...é de se estranhar que o mobiliamento das escolas não esteja completo...as carteiras em número insuficiente, são ainda as que vieram das escolas isoladas,

a maior parte bastante danificadas que somente estão servindo pelos constantes reparos que mandamos fazer. (GRUPO ESCOLAR DE CURUÇÁ)

O mobiliário do grupo acha-se em estado lastimável. Da mobília destinada ao gabinete do diretor e corpo docente, não há uma peça em bom estado. Houve necessidade de tomar por empréstimo 12 cadeiras pertencentes à Intendencia. Das 5 mesas destinadas às professoras, 3 são imprestáveis. As carteiras dos alunos em números reduzidos, precisam de reparos. (GRUPO ESCOLAR DE BAIÃO)

PARÁ, 1909. Relatório da Secretaria de Estado do Interior, Justiça Instrução pública (Augusto Olympio).

Pode-se inferir dos relatos descritos no Relatório da Secretaria de Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, sob a direção de Augusto Olympio em 1909, que as prescrições previstas para o mobiliamento das escolas no interior do estado, não atingia as determinações exigidas pelo governo e pelos regulamentos. Número insuficiente de carteiras para alunos e em estado sofrível precisando de reparos, falta de mesas e cadeiras para professores e direção das escolas, móveis usados por longo tempo que necessitavam de substituição com brevidade.

Embora as mudanças estabelecidas no modelo de escola cuja denominação passou a ser designada como Grupos Escolares, a precariedade dos espaços adaptados para esse vantajoso estilo de materialidade, não correspondia à realidade quanto à constituição do interior destas instituições, deixando a lacuna com ausência dos objetos e materiais necessários para a funcionalidade das aulas.

Importa destacar que o período de recorrências sobre a ineficácia do mobiliário adquirido para as instituições primárias, revelados no Relatório Geral da Instrução Pública em 1891 pelo diretor José Veríssimo, se estende para outros governos, como também se viu nos relatos do Relatório da secretaria de Estado da Instrução Pública em 1909.

A partir dessas constatações, pode-se pensar as estratégias impostas pelos dirigentes da administração do Pará, tendo em vista as influências de circulação dos catálogos como vitrines dos saberes universais sendo determinantes para modernização dos sistemas educativos. As relações de poder estabelecidas e intencionadas em contribuir para a imagem positiva do estado, agregando as políticas inovadoras do regime republicano, às inovações dos elementos materiais educativos em expansão pelo mundo.

Neste sentido, também se destacam as formas de apropriação dos sujeitos que faziam uso desses objetos, especificamente a mobília escolar fornecida para as instituições primárias. Como constatado, as denúncias de professores e diretores eram recorrentes em relatórios e demais documentos da instrução pública, nos quais observa-se os improvisos e adaptações dos móveis utilizados nas escolas. Práticas que se estabeleceram no interior das salas de aula e

foram constituindo as representações destes espaços como formas de fazer o cotidiano das escolas primárias paraense, atrelados aos dilemas da modernidade e das fragilidades do cumprimento das normas prescritas nos regulamentos.

Contudo, não se pode negar que a instrução primária experimentou do progresso e das novidades que se propagaram com a circulação dos objetos, especialmente os catálogos aqui mencionados e analisados com suas influências na composição da materialidade da educação no Pará. Ainda que os entraves estruturais da maioria das casas/escolas denunciasses as limitações para o uso dos modernos mobiliários, diversas escolas da capital do estado foram contempladas com o que mais de moderno era produzido pelas empresas de mobiliário e demais artefatos que compuseram a organização do cotidiano escolar.

Almejando esse progresso e os anseios pelos novos preceitos pedagógicos, assim como os modelos norte-americanos, os modelos franceses também foram utilizados para compor esse cenário visual das escolas primárias. Portanto, as propostas de Veríssimo apontam que:

Os francezes têm duas sortes de mobília escolar, uma armada em ferro, outra toda em madeira. A primeira tem os mesmos inconvenientes da americana, sem lhe possuir o merecimento: a segunda, é-nos fácil fazer aqui, si não, tão perfeita como mão d'obra, ao menos tão boa para o uso escolar e tão duradoura. (...).

Julgo pois, que enquanto não possuímos casas especiaes para escolas, a mobília que mais convém, para o interior principalmente, é a mobília toda de madeira, bancos-mesas de dois logares, três typos, construídos segundo as prescrições pedagógicas.

Sendo aqui feitos trariam a vantagem econômica, bastante atendível, de favorecer a nossa indústria e não distrair capitães para fora do nosso Estado(...)

Com a necessidade urgente que havia de mobiliar ao menos as escolas da capital, não era possível esperar seis ou mais mezes quando dentro de três teríamos, como tivemos, a mobília que encomendamos(...).

(RELATÓRIO GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA/ INSTRUÇÃO PRIMÁRIA, 1891, p. 86-87).

O descrito sobre a qualidade da mobília francesa, destaca novamente os obstáculos em relação à forma de utilização nos espaços inadequados para uso apropriado dos tipos de bancos-mesas mais indicados. Isso nos faz pensar na possibilidade de investimentos na indústria local, porém a urgência em mobiliar principalmente as escolas da capital, descartaram a possibilidade da fabricação no próprio estado, fato que levou em consideração o longo prazo para a produção necessária. Assim optou-se pelas encomendas desse mobiliário no estrangeiro.

Embora as prescrições ideais de bancos-mesas para uso dos alunos fosse o singular, ou de um só lugar, para manter o aluno isolado e garantir a moralidade e a higiene, a atenção e o silencio durante as aulas, os custos para o governo com a aquisição desse tipo ideal, aumentaria as despesas e reduziriam o quantitativo dos bancos-mesas necessários para atender o mínimo

das instituições. Com mais este entrave financeiro, o modelo que mais se adequou as demandas da instrução primária foi o banco-mesa de dois lugares, como se observa nas imagens do catálogo das indústrias Delagrave e da sala de aula do Instituto do Prata no interior do Pará.

**Figura 25: Modelo de mobiliário das escolas primárias francesas (banco-mesa para 2 lugares)**



Fonte: Mobilier scolaire. Matériel d'enseignement. Catalogues. Recueil. 1892

**Figura 26: Sala de aula da escola primária elementar no Instituto do Prata – seção feminina**



Fonte: Álbum do Pará, 1908

A utilização do modelo francês de banco-mesas para dois lugares, constituiu o espaço da sala de aula elementar feminina do Instituto do Prata. Como se vê na imagem do catálogo, este modelo feito todo em madeira, se assemelha ao que vemos na imagem da instituição paraense. Um modelo que de acordo com as descrições do catálogo francês é adequado para alunos na faixa etária de 08 a 10, 10 a 12 e 12 a 14. Contém assento macio com mesas inclinadas em três dimensões de acordo com a faixa etária exigida, pés com apoio para dar equilíbrio a postura corporal. Nos documentos e regulamentos da instrução primária do Pará não foi localizado as medidas exigidas para as carteiras, somente os tipos diferenciados pela faixa-etária. Uma característica ergonômica que foi comparada seguindo os parâmetros das medidas apresentadas nos catálogos.

Na cena da sala de aula exibida na imagem, percebe-se que há uma organização em fileiras das carteiras com algumas agrupadas, tamanhos diferentes na altura das mesas, seguindo uma disposição que vai do menor para o maior, pois a classe é composta por meninas de faixas-etárias diferentes. Outro aspecto observado no espaço físico da sala, trata-se do piso que aparenta ser chão batido, fato que não permitiria o uso de um modelo de mobiliário com pés parafusados. À frente da classe a figura da professora, uma religiosa configurando a presença da igreja nas instituições de ensino primário do Pará, um controle ideológico pela construção da moral sendo vigiada e moldada pelo viés da igreja e entrelaçado no campo político.

De acordo com Foucault (1999), a ideia da alma construída e veiculada pela igreja é transformada em arma de manipulação dos corpos, “vigiados, treinados e corrigidos”, nessa perspectiva chama a atenção dos sujeitos escolares, para a realidade das práticas assustadoras de controle da alma:

Não se deveria dizer que a alma é uma ilusão, ou um efeito ideológico, mas afirmar que ela existe, que é produzida permanentemente, em torno, na superfície, no interior de um corpo pelo funcionamento de um poder que se exerce sobre os que são punidos- de uma maneira mais geral pelos que são vigiados, treinados e corrigidos sobre os loucos, as crianças e os escolares, os colonizados, sobre os que são fixados sobre um aparelho de produção e controlados durante toda a existência (FOUCAULT, 1999, p.28)

As carteiras escolares foram interligadas às relações de poder estabelecidas em sala de aula entre alunos e professores, que se sujeitaram ao cumprimento de normas que moldaram comportamentos a serem iguais. Foucault (1999), discute a compreensão do lugar do corpo na sociedade, “ o corpo também está mergulhado num campo político; as relações de poder tem alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o suplicam, o sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1999, p. 25).

A sala de aula em análise nas imagens um espaço pequeno, facilitando a vigilância e o controle das aulas, mas com pouca iluminação e ventilação, pois há ausência de janelas para entrada e circulação do ar, bem como da luz. Na compreensão do médico Vieira de Mello, a iluminação das salas é um elemento importante para a higiene das escolas, “pois quanto mais luz, menos míopes haverá” (MELO, 1902, p. 41). Ele concorda que a luz não deve vir de frente para não ofuscar os alunos e impedi-los de ver o que o mestre escreve. A imposição justificava-se por uma exigência social, visto que a falta ou má distribuição da luz na sala de aula e nos domicílios levariam, o que de acordo com Mello à miopias e outra moléstias da visão.

De acordo com Alcântara (2014), o saber médico/higiênico ditou até as características desejáveis da cor das paredes e assoalho. As paredes deveriam ser pintadas com cores claras por serem cores mais alegres e agradáveis e não ofender o órgão da visão, de preferência pintadas com tinta a óleo. Os educadores e higienistas levavam a urgência da higiene escolar, que defendiam a decoração das paredes das salas com preceitos de higiene escolar e privada, especialmente as atitudes de asseio corporal e de habitações.

Ao observar os modelos de bancos-mesas tanto para as escolas francesas, quanto para a escola primária no interior do Pará, as imagens retratam as preocupações com os preceitos higiênicos e com a construção de uma nova visão social, de controle e disciplinamento dos corpos e do interior da sala de aula.

De acordo com Alcântara (2014), a preocupação com a mobília escolar, com o corpo infantil, com a maneira pelas quais outros países estavam organizando o espaço da sala de aula e o espaço individual do aluno, fica evidente no livro *A Higiene na Escola*, publicado em 1902 pelo médico e Inspetor Sanitário Balthazar Vieira de Mello; e no livro *Pedagogia e Methodologia* do Padre Camilo Passalacqua, publicado em 1887. Citando Vieira Mello e Passalacqua, estes autores defendem que não é a criança que deve se acomodar ao banco, mas o banco à criança, a fim de evitar moléstias, auxiliar no desenvolvimento por igual dos órgãos e facilitar a aquisição dos conhecimentos dos programas de ensino.

Para Mello (1902), a proporcionalidade entre a estatura do aluno e o mobiliário e adequação entre os materiais de ensino e os alunos de uma classe parecem traduzir-se numa só e mesma preocupação: a de repensar a escola e os objetivos do trabalho pedagógico em função das características infantis e, por outro lado, de modelar o corpo e a "alma" da criança por meio da ação da escola.

Segundo Alcântara (2014), a escola moderna, obrigatória e de massa deveria ser estruturada em sua localização, arquitetura e mobiliário de acordo com as prescrições da Higiene Pública, defendida em manuais por educadores, médicos, arquitetos, engenheiros. As

carteiras como sendo parte do mobiliário escolar, funcionam então como a materialização das preocupações em relação às atitudes dos alunos ao sentar a fim de evitar moléstias que se adquirem devido à postura dos escolares, a qual deve comprometer o desenvolvimento deles.

Veríssimo (1890), na defesa de que os bancos-mesas a serem oferecidos às escolas deveriam estar de acordo com os preceitos e exigências pedagógicas e higiênicas, propunha que um mobiliário dessa natureza fosse adquirido no estrangeiro, por não dispor ainda essa região de conhecimentos técnicos e materiais apropriados para a sua fabricação.

Nesse período, médicos, higienistas e pedagogos em todo o mundo se lançavam ao debate em torno dos melhores modelos de carteiras escolares. Análises minuciosas sobre as leis que deveriam nortear a confecção das carteiras escolares foram realizadas por médicos e fisiologistas, que apontavam em detalhes o tamanho, a altura, o espaçamento, proporcionais à idade e ao desenvolvimento físico dos alunos. Tais dispositivos determinavam a constituição de modelos de carteiras com inegável disciplinamento corporal. Assim como as carteiras, outras peças do mobiliário escolar foram sendo idealizadas e construídas para circularem como o modelo ideal a ser consumido por um mercado atraente e mundial.

Alcântara (2014), discorre em suas análises sobre o advento da República e a expansão da escolarização, criaram-se novas condições para o desenvolvimento social, e o estado assumiu essa intervenção no controle do corpo e da mente. Seguir as prescrições modernistas de higiene e civilidade perpassaram pelas adequações no uso do mobiliário escolar e sua organização nas salas de aula.

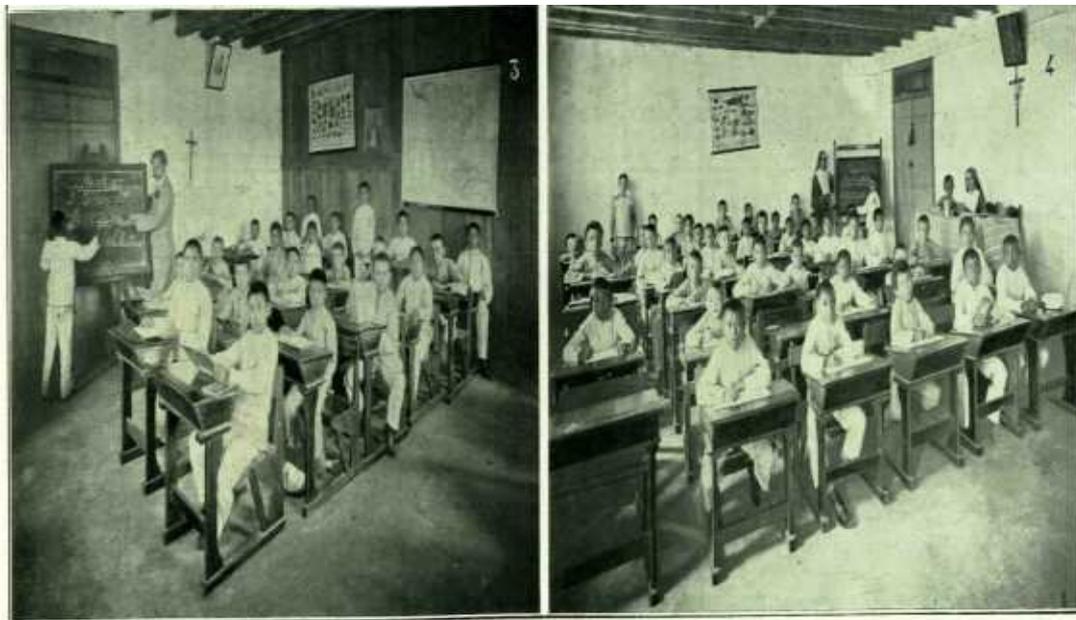
No tocante a essa questão, os pareceres apresentados no Congresso da Instrução do Rio de Janeiro (1883) foram unânimes em considerar as carteiras individuais mais vantajosas para a aprendizagem dos alunos, sobretudo para a disciplina. Na realidade, essas carteiras eram vistas como um instrumento ideal para manter a ordem, a disciplina, a moral e o asseio.

Assim, a imagem a seguir apresenta duas salas de aula da escola primária, porém de uma classe masculina ainda do Instituto do Prata, na qual observa-se que o tipo de bancos-mesa utilizado pelos alunos é o modelo individual. A disposição das carteiras também enfileiradas para facilitar o controle e manter a disciplina nas aulas. O cenário das duas classes se diferencia com a figura de um professor conduzindo uma das aulas, e na outra classe a figura feminina de duas professoras religiosas na seção masculina do instituto.

Claramente o destaque para as questões de gênero, primeiramente a preocupação em organizar os meninos em carteiras individuais, mantendo a ordem e a moral, principalmente com a figura masculina para conduzi-los nas aulas. De outro lado, a presença das professoras femininas na seção masculina, cenas que conduzem a reflexão sobre os traços de uma imposição

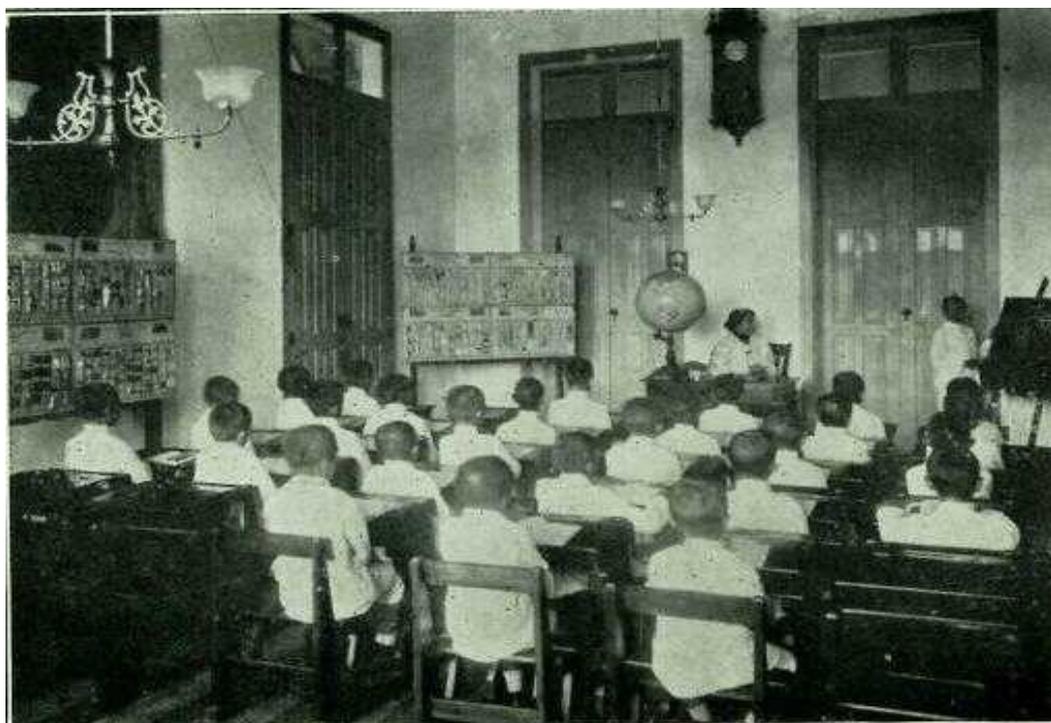
estabelecida pela ordem vigente de uma atividade ordinária e tradicional. Registra uma cultura presa à práxis do cotidiano e suas representações vinculadas à uma estética que se constituiu nas relações de poder.

**Figura 27: Salas de aula da escola primária elementar no Instituto do Prata – seção masculina**



Fonte: Álbum do Pará, 1908.

**Figura 28: Sala de aula primária – Instituto Orfanológico do Outeiro – seção masculina**



Fonte: Álbum do Pará, 1908.

Pinheiro (2017), em seu estudo sobre o Instituto Orfanológico do Outeiro, destaca a forma de organização de mesas e cadeiras individuais, apontando que nessa configuração, são

destinadas individualmente para cada aluno, tinham a sua adoção relacionada às questões de disciplina e higiene, primando pela busca por adequada acomodação dos educandos para se evitar brincadeiras, distrações, preguiça, prevenir problemas posturais, de visão e a transmissão de doenças, mediante contato físico, por isso, o tipo de material e as medidas norteavam-se pelas indicações dos médicos higienistas.

Nas reflexões de Pinheiro (2017), o modelo individual das carteiras, como o utilizado no Orfanológico, também pode ser associado às modificações do ensino dos fins do século XIX e do XX, como à difusão do ensino intuitivo ou lição de coisas<sup>48</sup>, que era adotado no próprio instituto, no qual os alunos deveriam ver para aprender, partindo da observação do concreto para a formulação do pensamento abstrato, diferenciando-se do ensino verbalista com base na repetição e memorização; assim como sinaliza a prática do método simultâneo, em que os educandos eram dirigidos pelo professor, ao invés de monitores, o que denota que a classe se compunha de meninos no mesmo nível de conhecimento.

Nessa imagem é possível visualizar, ainda, elementos significativos do fazer pedagógico da sala de aula, como o globo terrestre, lápis e cadernos abertos sobre as carteiras, como se estivessem preparados para a realização das atividades de escrita. Além da presença de quadros parietais na parede, muito utilizados no ensino primário, cuja função era facilitar e dinamizar a aprendizagem dos alunos, que deveriam observar, reconhecer, aprender e nomear os elementos ilustrados nas imagens, que poderiam ser animais e plantas, por exemplo. Ao centro e acima da mesa da professora, nota-se a presença do relógio, que inserido na sala de aula, se configura como um organizador da vida da comunidade e da vida da infância, demarcando a hora de entrada e saída da escola, o tempo do recreio, bem como os demais momentos da rotina das instituições. Nessa dinâmica, “a ordem temporal se une, assim, à do espaço para regular a organização acadêmica e para pautar as coordenadas básicas das primeiras aprendizagens” (ESCOLANO, 2001, p. 44).

A distribuição dos objetos no espaço, analisando os modelos das carteiras escolares no caso específico desta seção, ajudam a compreensão de práticas na disposição dos alunos e organização das carteiras em fileiras, como se previa nos ideais de mobiliário mais adequado para manter o ordenamento e visual da sala de aula. As carteiras individuais e o agrupamento dos alunos, se ajustam às ideias de “cada indivíduo no seu lugar, e em cada lugar um indivíduo” (FOUCAULT, 1999, p.122).

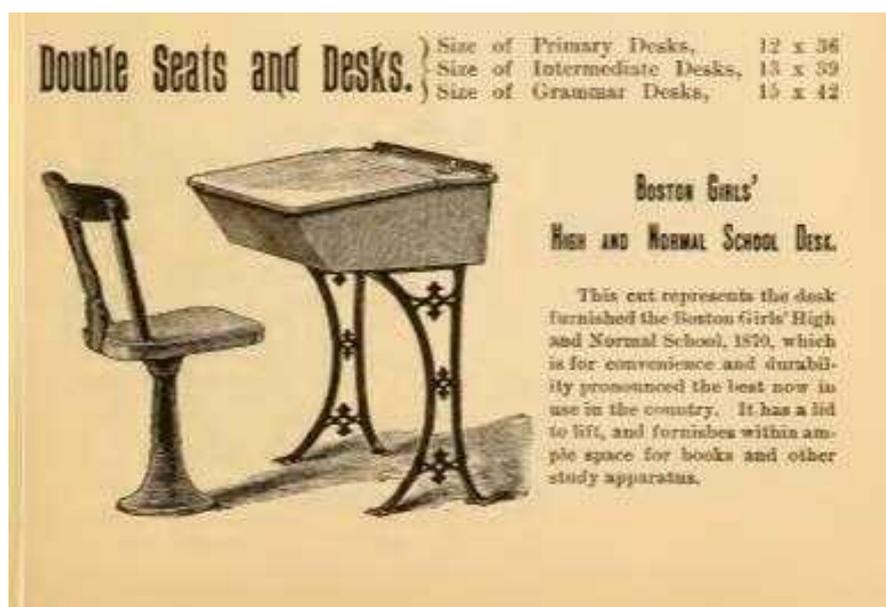
---

<sup>48</sup> Ver: VIDAL, Diana. NO INTERIOR DA SALA DE AULA: ensaio sobre cultura e prática escolares. Currículo sem Fronteiras, v.9, n.1, pp.25-41, Jan/Jun 2009.

Seguindo os padrões determinantes de embelezamento e ordenamento dos visuais físicos das instituições, o investimento nos modelos de mobiliário mais sofisticados que circularam nas vitrines das exposições e catálogos, trouxeram à instrução primária de nosso estado, o requinte e a elegância das propostas norte-americanas para compor a materialidade das escolas que aqui foram construídas, seguindo as prescrições previstas nas ideologias de progresso e consumo do mais moderno aparelhamento educativo.

Ainda que as críticas feitas ao modelo e material utilizado na fabricação da mobília americana fossem negativas para uso em muitas casas/escolas no Pará, as carteiras armadas com pés de ferro que exigiam ser fixadas ao assoalho, chegaram a compor as salas de aulas de instituições paraenses. O modelo banco-mesa de Boston, premiado na Exposição de 1870, com diferentes medidas para serem adquiridas seguindo a faixa-etária adequada, pode ser comparada ao modelo utilizado pelos alunos do Instituto Lauro Sodré, conforme se vê a seguir.

**Figura 29: Modelo de carteira individual norte-americano (Boston)**



Fonte: Catálogo ilustrado de material de jardim de infância, ajudas primárias, mapas, globos e gráficos, móveis escolares e quadros-negros, 1895.<sup>49</sup>

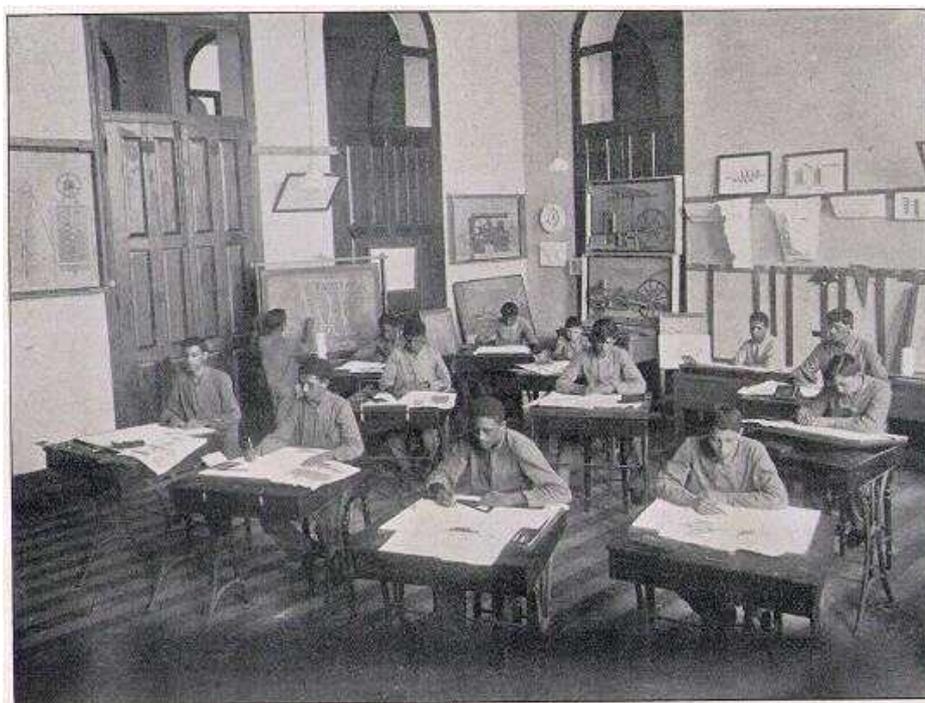
A imagem da carteira modelo americano Chandler, destaca-se também como uma das propostas que circularam e compuseram a sala de aula primária paraense. Como apresentado nos estudos de Alcântara (2014), origem de Boston e também América Latina, em sua forma e descrição observa-se: “tipo – mesa e cadeira separados; nº de lugares- 01; fixa ao chão; constituição- madeira e ferro fundido; lugar para tinteiro; prateleira; mesa móvel; banco móvel;

<sup>49</sup> Disponível em: <https://archive.org/details/illustratedcatal00jlha/page/n153>

com encosto, mas sem apoio para os pés” (ALCANTARA, 2014, p.186). Era um modelo que possibilitava a adaptação da mesa e da cadeira, ao tamanho dos alunos, a cadeira podia subir e descer, assim como a mesa.

Com base na descrição e composição deste modelo, ao associar-se à imagem a seguir, revela uma possível semelhança com a carteira individual americana. Embora não se tenha dados ou registros destas carteiras nos documentos analisados, que comprovem a exatidão da marca acima descrita, constatou-se a aproximação e intencionalidade da instrução primária, em seguir os padrões de mais alto estilo e modernização no uso do mobiliário universal circulante como determinante no ideário educacional republicano.

**Figura 30: Carteiras com pés de ferro - Sala de aula no Instituto Lauro Sodré**



Fonte: Monografia do Instituto Lauro Sodré (1904)

O cenário da sala de aula desta vantajosa instituição de ensino, projetada e construída para atender aos anseios do novo regime e das políticas de embelezamento da cidade, demonstra o amplo espaço com janelas e portas com altura adequada para facilitar a entrada de luz e circulação do ar. Observa-se a luminosidade e as paredes brancas dando aspecto de limpeza e higiene ao lugar. Outra característica importante neste cenário, trata-se do chão da sala em assoalho de madeira, grande vantagem para receber este tipo de carteira que exige ser fixada ao chão por parafusos.

De acordo com os dados da imagem fotográfica, a atividade desenvolvida nesta sala de aula tratava-se de uma aula de desenho, portanto, nota-se que a dimensão das mesas é mais larga para que os alunos pudessem realizar suas tarefas com mais habilidades. Outro fator

considerado importante é a diferença de faixa-etária composta nesta classe, vê-se ao fundo da sala meninos com aparência de menos idade e outros à frente da classe com tamanhos maiores, porém todos utilizando o mesmo tamanho de mesa na execução da aula.

**Figura 31: Sala de aula complementar no Instituto Lauro Sodré – seção masculina**



Fonte: Álbum do Pará (1908)

A composição da fotografia que apresenta a sala de aula complementar ainda no Instituto Lauro Sodré, dá ênfase para o modelo de bancos-mesas produzidos também com madeira e pés de ferro fixados ao assoalho de madeira. Como já descrito na imagem anterior, a estrutura da sala de aula revela a preocupação com os aspectos higiênicos, disciplina e controle, a disposição das carteiras individuais em fileiras para facilitar a visão do professor de toda a classe. A determinação dos lugares torna possível a vigilância e economiza tempo de aprendizagem. De acordo com as ideias de Foucault,

o espaço escolar se desdobra, a classe torna-se homogênea, ela agora só se compõe de elementos individuais que vem se colocar uns ao lado dos outros sob olhares do mestre, a ordenação por fileiras, começa a definir a grande forma de repetição dos indivíduos na ordem escolar: fila de alunos nas salas, nos corredores, nos pátios (FOUCAULT, 1987, p. 125).

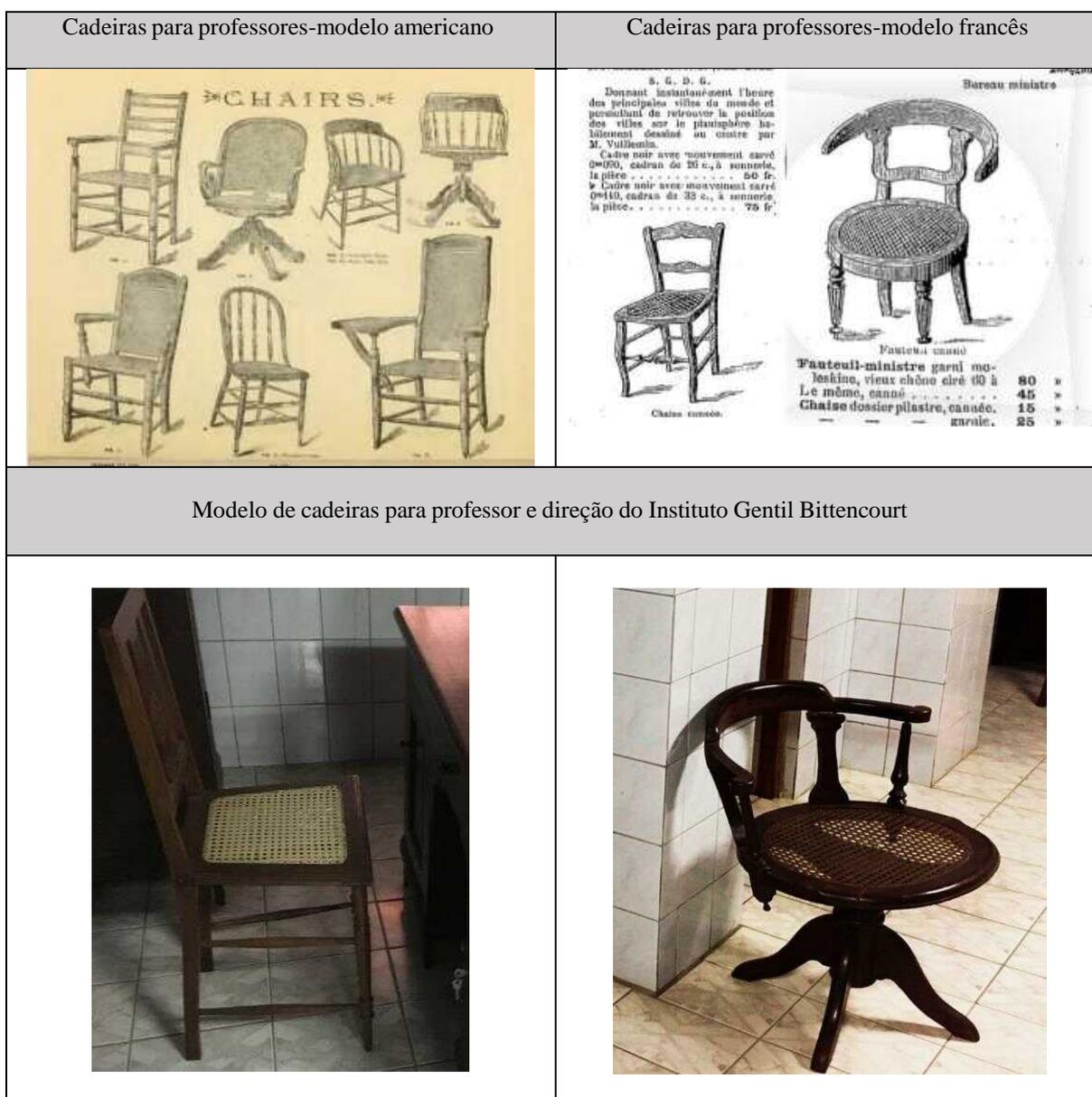
A figura masculina do professor em destaque a frente dos alunos, demonstra sua autoridade sentado em sua poltrona e sua mesa, sobrepostas a um tablado com pequena elevação, uma representação que denota a ele o poder determinado para reger suas aulas e controlar o espaço da sala de aula.

É perceptível ainda, além do mobiliário, a presença de elementos que compõem a materialidade pedagógica para o desenvolvimento do ensino, o quadro negro e um dos alunos

posicionado à frente do quadro em demonstração da lição sendo executada, em evidência sobre a mesa do professor um globo terrestre e mapas sobre as paredes.

Voltando-se olhar para o mobiliário utilizado pelo professor, nota-se que o modelo de cadeira/poltrona também se assemelha ao proposto nas vitrines dos catálogos. Em todos os catálogos pesquisados, nas diferentes indústrias, há uma grande variedade de cadeiras e poltronas para uso de professores e administração escolar, conforme disposto nas imagens que seguem.

**Figura 32: Modelos de cadeiras e poltronas para professores e administração escolar.**



Fonte: Catálogo Delagrave, 1892; Arquivo pessoal da autora (2016) Disponível em: Instituto Gentil Bittencourt/ Belém-PA.

As comparações entre os modelos dispostos nos catálogos das indústrias americanas e francesas, associadas às imagens da cadeira e poltrona usadas pelos professores e direção do

Instituto Gentil Bittencourt<sup>50</sup>, reforçam a as hipóteses de que a instrução primária do Pará se apropriou de uma mobília com moldes de requinte e elegância, colocando a instrução publica paraense no alto nível de aquisição de objetos para composição e organização do ensino primário.

Ao analisar o papel das carteiras escolares na escola moderna, pode-se inferir que esta assume uma importância significativa para o aprendizado, uma vez que esse mobiliário, idealizado e produzido seguindo os preceitos higiênicos, contribuiu para as práticas educativas baseadas no método intuitivo, além da regulação e disciplinamento dos corpos, fatores indispensáveis às propostas de educação defendida para configuração da república, que almejava o cidadão livre dos vícios e com padrões civilizatórios.

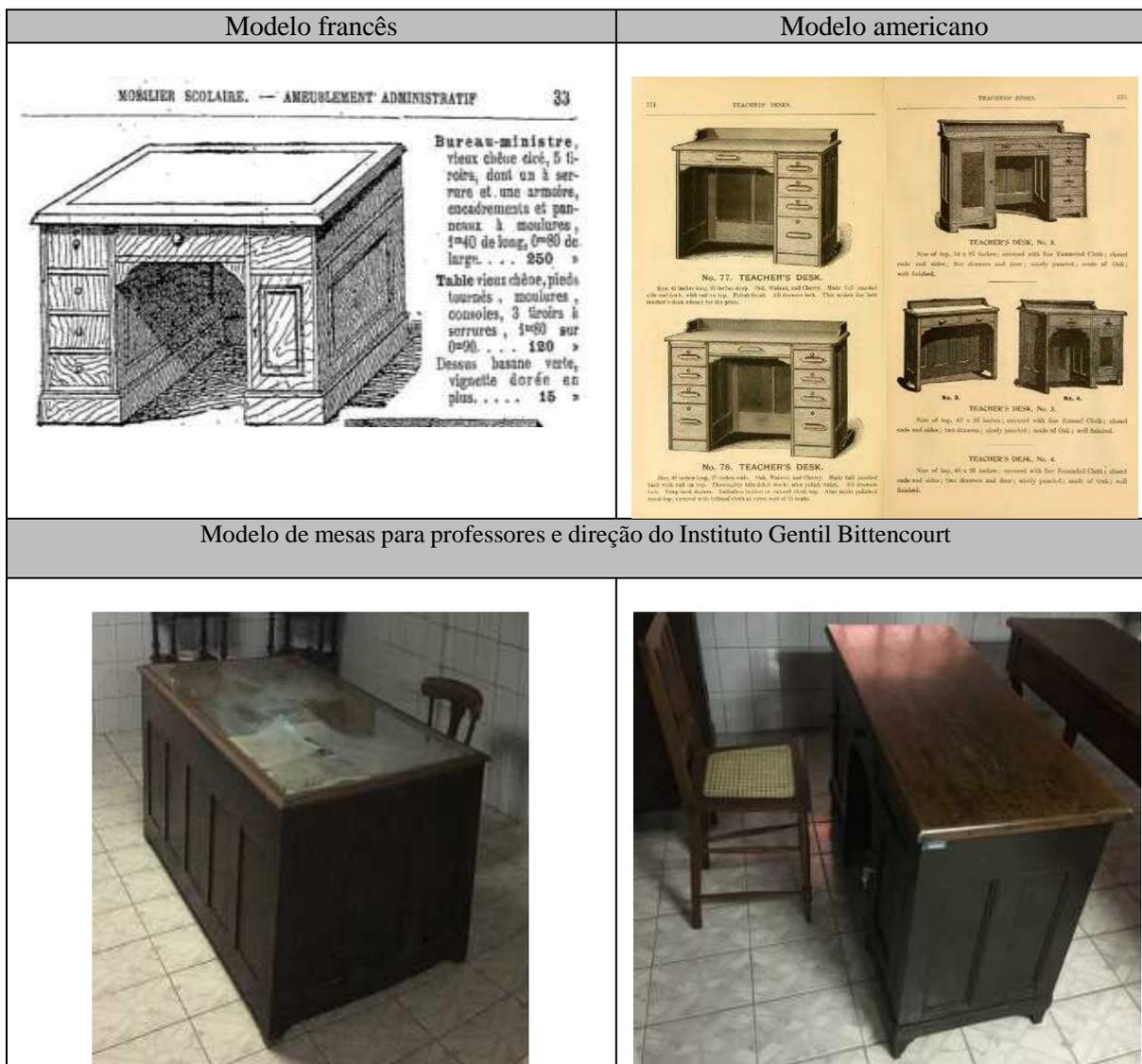
#### *4.3.3- Mesa para professores e administração escolar*

Outro mobiliário localizado com frequência nos catálogos são as mesas para professores e também utilizadas pela administração escolar, que se destacam pela variedade de modelos oferecidos pelas empresas aos seus clientes. Exemplos que variavam desde os mais simples usados pelo professor em sala de aula, até os mais sofisticados com suportes para gavetas, para máquinas de escrever e outras finalidades de escritório para a administração escolar.

---

<sup>50</sup> Ressalta-se que tais objetos encontram-se no acervo de memória da referida instituição, porém sem identificação e catalogação dos dados de fabricação e aquisição. O que obteve-se nos relatos sobre o histórico da instituição, é que essa mobília data o ano de inauguração em 1906, algumas peças ainda em uso nas salas de aulas atuais.

Figura 33: Modelos de mesas/escrivaninhas para professores e direção escolar



Fonte: Catálogo Delagrave, 1892; Arquivo pessoal da autora (2016) Disponível em: Instituto Gentil Bittencourt/Belém-PA.

Observa-se que no caso do modelo francês, os catálogos apresentam ao lado das imagens da mesa, que também pode ser caracterizada como escrivaninha, descrições sobre as medidas de comprimento e largura, diferenciações das características nos detalhes do material utilizado na fabricação e de acabamento. Para a diversidade nos modelos apresentada nos catálogos americanos, a descrição também destaca as características físicas de medidas entre os modelos.

As imagens que se apresentam com o mobiliário utilizado pelos professores e direção da instituição paraense em evidência, possibilitam constatar que os padrões desta mobília, seguiam os modelos comparados aos dispostos nos catálogos das empresas estrangeiras. Mais um componente material destacando-se na constituição dos espaços educativos, projetados para

se tornarem vitrines no palco da modernidade do Pará republicano. Neste sentido, ressalta-se as palavras de Artur Vianna sobre a mobília fornecida para o Instituto Gentil Bittencourt:

Toda a mobília fornecida para esta luxuosa casa de ensino foi fornecida pelo Instituto Lauro Sodré, dando prova das condições de progresso e aperfeiçoamento em que se acham aquellas officinas, para executar toda e qualquer obra rivalizando com as melhores casas da Europa e Rio de Janeiro(...) Assim foram cuidadosamente estudadas e trabalhadas as mesas para as professoras, com todos os pertences didacticos necessários. Igual cuidado se teve na execução das bancas para as educandas, criteriosamente divididas em secções com todas as comodidades e toda a hygiene, rivalizando com os melhores typos adotadas nas escolas da Europa. (VIANNA, 1906, p. 77-78).

Assim, observa-se que o fornecimento do mobiliário escolar começa a ser produzido pela indústria local, ganhando merecimento do Estado como grande consumidor e desenvolvendo o mercado interno. Ressalta-se que os padrões de material produzido em madeira e o design dos móveis foram seguidos, com a intencionalidade em manter os modelos circulantes universais.

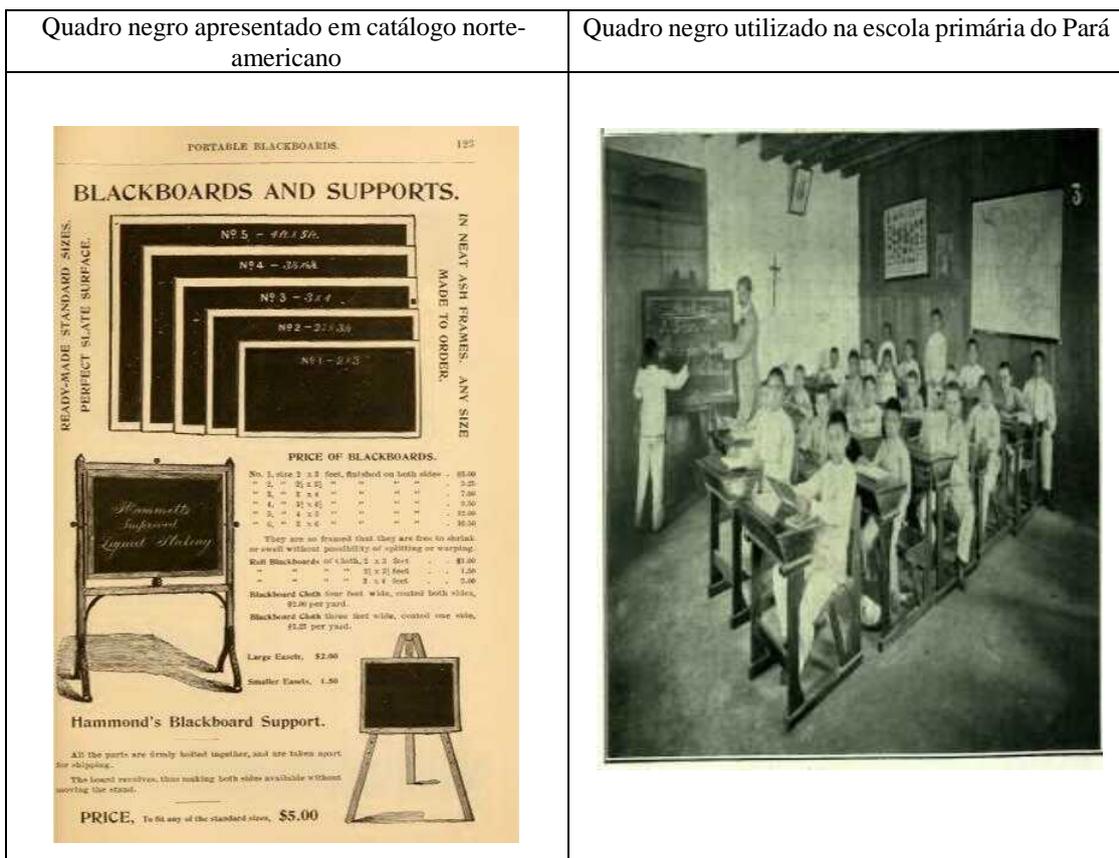
#### 4.3.4 – *Quadro negro*

Elemento importante na composição da sala de aula, o quadro negro tornou-se indispensável para o desenvolvimento da escrita. Conforme analisado pelos estudos de Barra (2001), o quadro negro teria surgido entre o final do século XVIII e início do XIX como um instrumento de uso coletivo que aparece vinculado simultaneamente no ensino de ler e escrever. Neste sentido, a constituição da sala de aula como um espaço mais moderno se configurou com difusão do ensino da leitura e da escrita nas classes mais populares.

Ainda de acordo com Barra (2001) a inserção deste elemento no cenário escolar se deu por motivações nas políticas educativas para o ensino de massa, possibilitando o aprendizado para um número maior de pessoas ao mesmo tempo; e pelas questões econômicas que passaram a movimentar o mercado consumidor.

Motivados por essa expansão do ensino e pelas reformas educativas que também atingiram os ideais de educação no Pará, a movimentação e aquisição de novos objetos se intensificaram com as exigências previstas na circulação dos novos saberes, passaram a influenciar as práticas de ensino. Dentre os elementos requisitados para compor o espaço das salas de aula, o quadro negro aparece com frequência nas demandas de pedidos, bem como nos programas de ensino da instrução primária.

**Figura 34: Modelos de Quadros negros**



Fonte: Catálogo Boston, Mass.1895, p. 123; Álbum do Pará, 1908

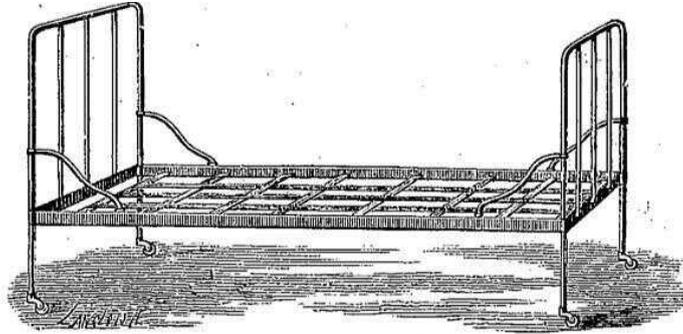
#### 4.3.5 – Mobiliário para dormitórios, refeitórios e lavatórios

Os espaços para dormitórios de instituições, principalmente aquelas de acolhimento às crianças, eram preocupações que deveriam seguir rigorosamente as questões higiênicas, uma vez que a hora do repouso e do sono influenciam fundamentalmente para o crescimento e o desenvolvimento de infâncias saudáveis.

Os estudos de Pinheiro (2017), revelam considerações importantes sobre o bem-estar dos infantes da instrução primária no Pará, ao discorrer das preocupações com o espaço dos dormitórios no Instituto Orfanológico, “dispostos em grandes salões coletivos, com divisões para as diferentes idades, bem arejados e iluminados, com leitos que deveriam ser em ferro e sem cortinas para evitar o abafamento do ar”(PINHEIRO, 2017, p.101).

Seguindo tais determinações, principalmente o tipo de leito/cama para melhor acomodar os alunos/alunas das instituições paraenses, ao comparar as imagens a seguir, novamente o modelo utilizado para organização dos dormitórios foi inspirado no mobiliário francês, como se observa o modelo do catálogo em análise.

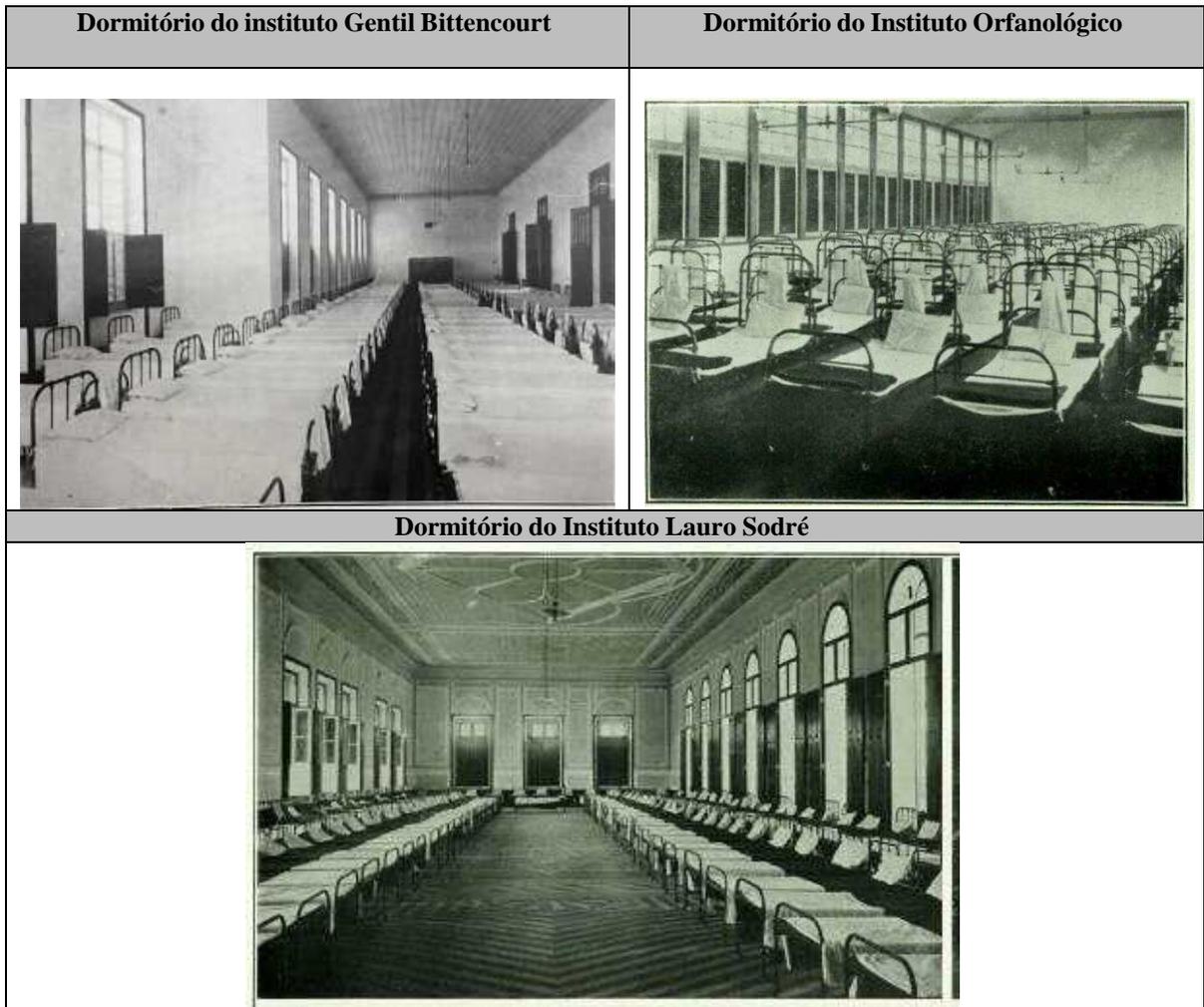
Figura 35: Modelo de mobiliário francês para dormitório escolar



<b>Lits en fer simple, fer rond, diamètre 0<sup>m</sup>016, tringles 0<sup>m</sup>009, fabrication supérieure.</b>			
Largeur. . . . .	0 <sup>m</sup> 70	0 <sup>m</sup> 80	0 <sup>m</sup> 90
Prix. . . . .	18 fr.	19 fr.	21 fr.
Avec roulettes ou embases, peinture verte ou brune.			
<b>Sommiers élastiques, 28 ressorts, à bourrelets, pour lits fer simple.</b>			
Pour lit de. . . . .	0 <sup>m</sup> 70	0 <sup>m</sup> 80	0 <sup>m</sup> 90
Prix. . . . .	28 fr.	30 fr.	32 fr.

Fonte: Catálogo Delagrave, 1892

Figura 36: Dormitórios dos Institutos Gentil Bittencourt, Orfanológico e Lauro Sodré



Fonte: Álbum do Pará, 1908

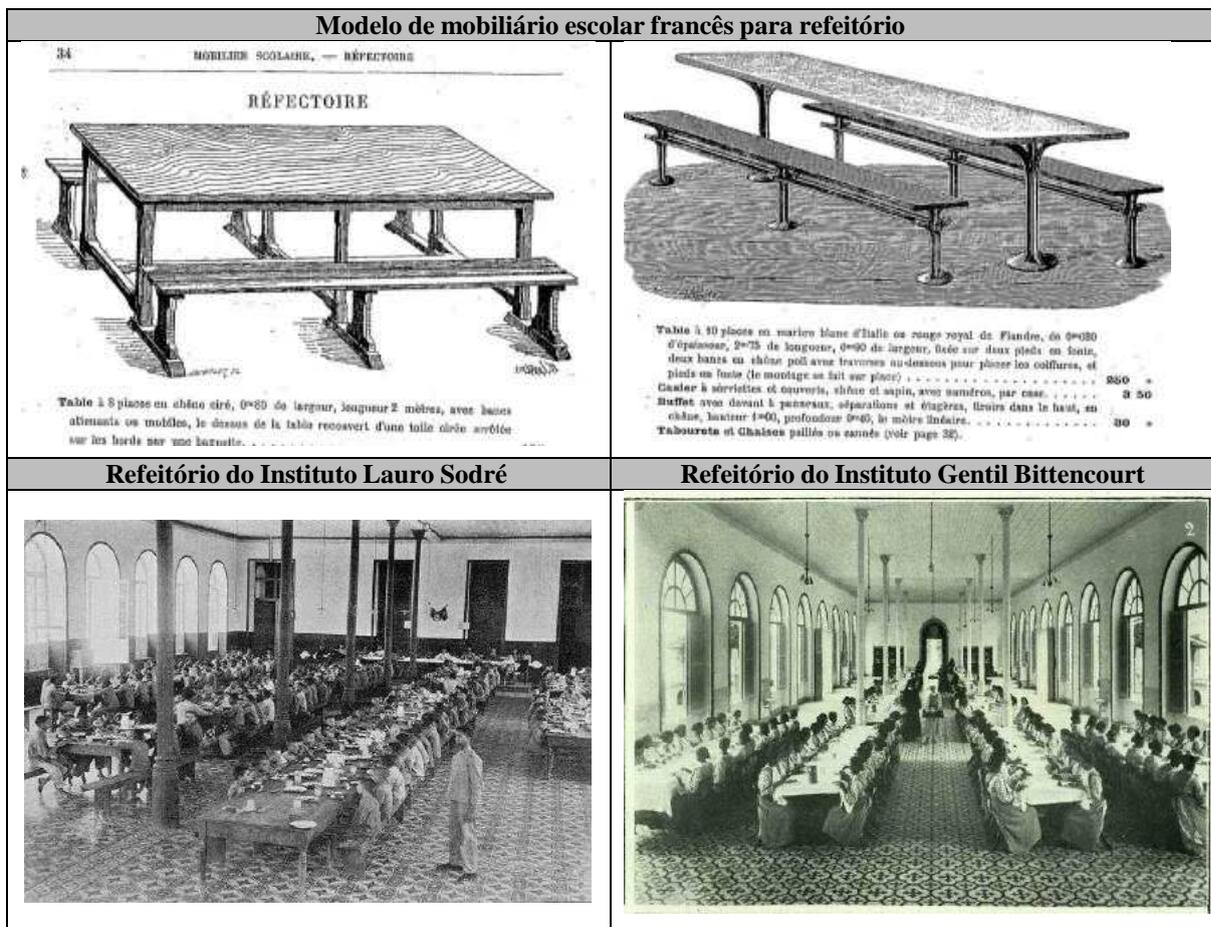
Nota-se que nas três instituições há uma padronização do espaço, as camas seguem o mesmo modelo e alinhadas em fileiras, uma ao lado da outra, facilitando a fiscalização e movimentação dos alunos no deitar e despertar. Os dormitórios eram considerados um dos espaços de disciplinamento da conduta e moral, cabendo aos responsáveis pelo controle a tarefa de vigiar os comportamentos, e assim manter os espaços disciplinadamente organizados. Seguindo as reflexões propostas por Foucault,

são espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais pois que regem a disposição de edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização características, estimativas, hierarquias (FOUCAULT, 1987, p. 174).

Outro espaço coletivo importante nas instituições primárias são os refeitórios, mobiliados por mesas e bancos longos, nos quais os educandos/as sentavam em grupos lado a lado. Contudo, havia espaço entre as mesas para facilitar a circulação dos responsáveis em servir as refeições.

Conforme explicitado por Pinheiro (2017, p. 104), o refeitório configurava-se como um espaço formativo que estava relacionado ao momento das refeições, no qual os educandos precisavam estar em ordem e disciplinados. Tarefa que ficava a cargo dos inspetores. Neste espaço, moldavam-se os meninos “a não conversar, brincar, a comer com modos, ingerir toda a porção servida, não desperdiçar os alimentos e ao término do café, almoço e jantar depositar os pratos, talheres e copos empilhados em local determinado da copa” (INSTITUTO ORFANOLÓGICO. PORTARIA N. 23. 12. 03. 1910).

Figura 37: Modelos de mobiliário escolar para refeitórios



Fonte: Catálogo Delagrave, 1892 e Álbum do Pará (1908).

Mesa de Refeitório do Instituto Gentil Bittencourt

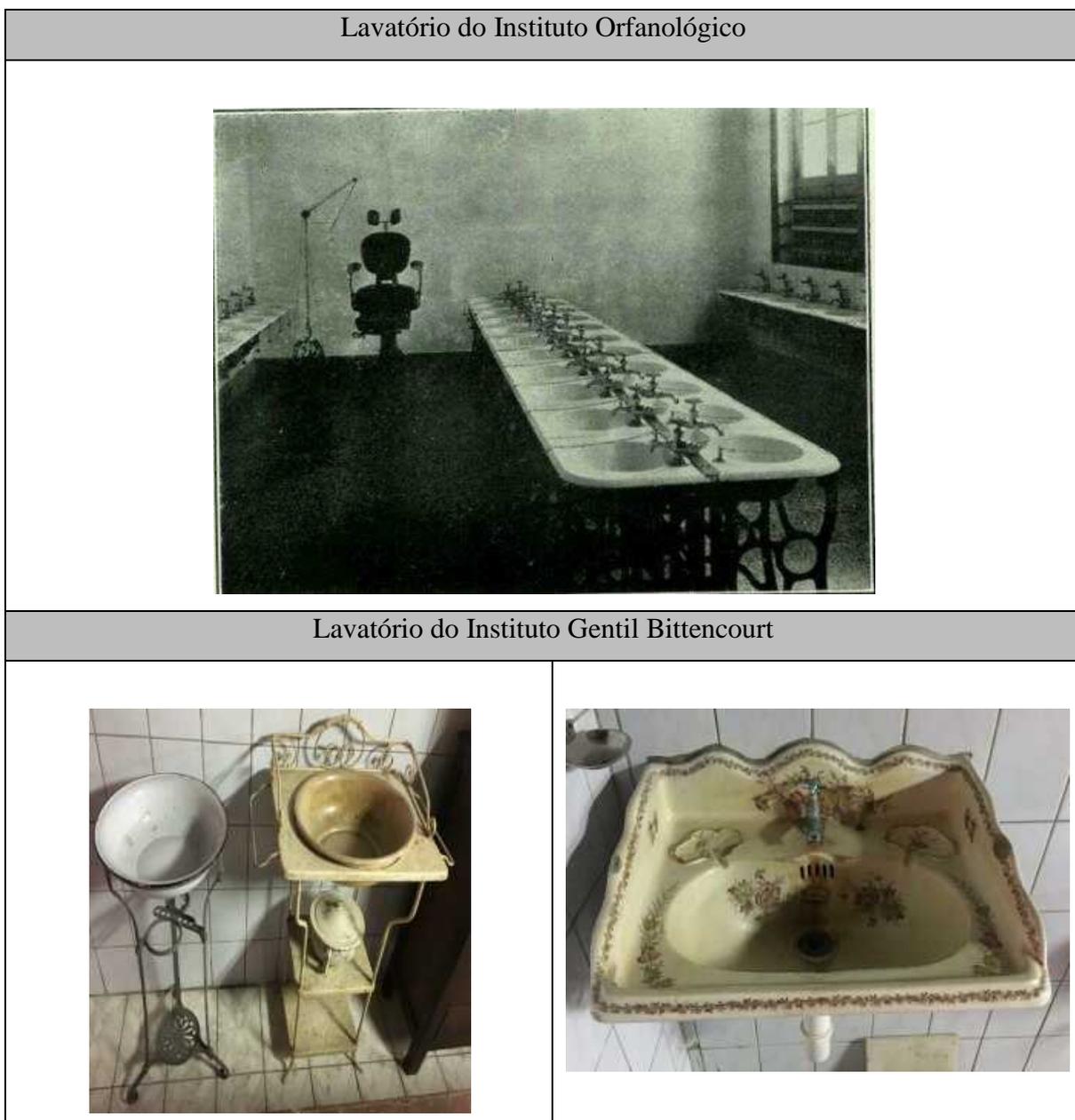


Fonte: Arquivo pessoal da autora (2016)

As instituições em destaque nas imagens comparativas, tornaram-se referência para o estado como afirmação de um contexto político, que via na educação a vitrine da República paraense, além das políticas educacionais, ressaltam-se as propostas higienistas atreladas à

composição material que constituiu o cenário dos espaços com as inovações pedagógicas. Entre os objetos de inovação voltados para aplicabilidade dos hábitos higiênicos, destacam-se os lavatórios das escolas vitrines da capital paraense.

**Figura 38: Modelo de lavatórios dos Institutos Orfanológico e Gentil Bittencourt**



Fonte: Álbum do Pará, 1908 e Arquivo pessoal da autora, 2016. Disponível em: Instituto Gentil Bittencourt.

Os lavatórios do Instituto Orfanológico, eram compostos de bacias e torneiras, foram importados dos Estados Unidos e ficavam dispostos em fileiras nas extremidades do espaço, e em mais duas fileiras juntas ao centro. Ao fundo e do lado esquerdo da fotografia, composto por uma cadeira do sistema Wilkerson e um motor dentário marca Doriot. Estes aparelhos que

“são de procedência norte-americana, dos afamados fabricantes S.S. White, prestam magnífico serviço e são o que há de melhor no gênero” (PARÁ. MENSAGEM, 1906, p. 72).

Os lavabos do Instituto Gentil Bittencourt, com um modelo mais individual para asseio e higiene das educandas, com louça em porcelana e esmaltada, destaca-se por um estilo mais feminino, caracterizando o espaço que atendia internas da capital e meninas pobres do interior.

A análise dos catálogos das casas francesas e norte-americanas, comparados ao mobiliário que circulou nas diversas instituições de atendimento ao ensino primário no Pará, coloca em evidência o investimento do governo em equipar as escolas da capital, nos quais a elegância dos edifícios, caracterizados como palacetes de ensino, foram equipados com o que havia de mais moderno para dar visibilidade ao Estado como a “vitrine do progresso”. Em contraponto a este cenário de visual elegante, os relatos de diretores e professores das casas/escolas e grupos escolares do interior, denunciam o “estado de ruínas” das mobílias e demais objetos fundamentais para o cumprimento mínimo das aulas e do ensino, como disposto nos dispositivos e como exigido pelo governo.

Os espaços improvisados e adaptados para instação de muitas escolas, algumas na própria capital, não correspondiam ao tipo de mobília adquirida no estrangeiro, o chão batido, o espaço reduzido das salas de aula para acomodar as carteiras/banco-mesas, além da falta do cumprimento dos preceitos de higiene, fatores que contribuíram para a reutilização do mobiliário usado nas escolas de maior requinte da capital, reformadas pelas oficinas de marcenaria do Instituto Lauro Sodré e outras que prestavam serviços de consertos, envernizamento e adaptação, e assim poderem ser enviadas para suprir algumas escolas do interior.

## SEÇÃO 5. A PROVENIÊNCIA DO MOBILIÁRIO ESCOLAR PARA A ESCOLA PRIMÁRIA DO PARÁ: O PROCESSO DE AQUISIÇÃO

A proveniência do mobiliário escolar está intimamente relacionada à tão expressiva atividade econômica, interligada ao processo de exportação e movimentação dos portos da capital paraense. De acordo com Sarges (2010), a modernização do Estado do Pará, só foi possível em razão do enriquecimento que atingiu vários setores da sociedade, a partir da segunda metade do século XIX, pois toda atividade econômica da região amazônica passou a girar em torno da exploração da borracha, reforçando assim a inserção da região no sistema capitalista mundial.

Pensar no processo de materialização que possibilitou o triunfo da modernidade educativa para a instrução pública no Pará, pressupõe entender a viabilização de uma nova ordem que se instaurou com o progresso e a expansão dos modelos universais, de circulação de objetos e materiais fundamentais para o provimento das escolas. A circulação internacional de modelos pedagógicos, de objetos e de pessoas, carregava o progresso, o desenvolvimento educativo e a aquisição de material escolar.

Para compreensão do provimento material às escolas do estado do Pará, a presente seção intenciona analisar a proveniência do mobiliário escolar, destacando a movimentação e aquisição entre o mercado estrangeiro e a produção do mercado interno, uma articulação que se deu a partir das manifestações universais e mudanças na escola de massa, impulsionando a circulação de materiais e valores do progresso educativo.

### 5.1 – *As empresas estrangeiras: a aquisição via mercado externo*

O desenvolvimento da cultura material na capital paraense teve grande impacto com o desejo de modernizar os espaços urbanos, viabilizar uma nova ordem imposta pelos projetos republicanos que almejavam ares civilizados. A escola de massa e as transformações pelos quais ela passou, tornaram-se reflexos desse movimento de reordenamento social e cultural.

Segundo Vidal (2009), pensar a ordem dos espaços escolares a partir de uma perspectiva universal, que atendesse os anseios da nascente indústria escolar e a elaboração de uma legislação escolar, alimentada pelo fenômeno da escolarização obrigatória, previa-se a atividade dos sujeitos e apropriação dos materiais para uso nas escolas. Portanto,

Era a efervescência das novidades em matéria educativa que mobilizava os indivíduos e governos a investirem em viagens e vitalizavam o comércio entre as nações. Ela vinha associada, à propagação do ensino decorrente da

obrigatoriedade escolar instituída na maioria dos países na segunda metade do oitocentos, o que incluía o Brasil (VIDAL, 2009, p.52)

Para a autora, a invenção da modernidade educativa associada ao prestígio do método intuitivo, que passou a ser um fator significativo de excelência na prática educativa para diversos países, deu visibilidade social e política aos projetos da República e se estendeu até a primeira década do século XX.

Associado a essa dinâmica de internacionalização de objetos e métodos de ensino com referências que se expandiram por meio de circulação de saberes universais, neste primeiro momento, as análises aqui apresentadas, revelam as transações comerciais entre o governo do Pará, na representatividade do diretor geral da instrução pública e as empresas fornecedoras do mobiliário escolar importado de casas estrangeiras, intencionando associar as práticas culturais no campo educacional às aquisições de mobília e demais objetos escolares. Alcântara (2016), sinaliza sobre a transnacionalização dos objetos, em que evidencia a rede complexa de relações na qual a escola e seus artefatos encontram-se imersos.

A “modernidade vinha a todo vapor”<sup>51</sup>, e no Pará, a movimentação dos portos foi intensa neste momento com a exportação e importação de produtos entre os mercados internacionais. Conforme prescrito em 1899,

O commercio do Pará apresenta um desenvolvimento admirável; suas transações internas e externas, dia a dia mais avultam e esta em activa correspondência com os centros commerciaes do paiz, da Europa e dos Estados Unidos da America do Norte, e em pequenas escalas com as republicas da Argentina, Peru e Bolivia (PARÁ, Álbum de 1899, p. 145).

A capital paraense destacava-se por ser essencialmente comercial, no entanto havia um número considerável de indústrias, além de contar com agências bancárias que tratavam da movimentação financeira do estado, neste período a elevada arrecadação com a exportação da borracha, cacau e castanha. “A navegação paraense contava com seis linhas de vapores, que faziam viagens entre o porto da capital e os do sul do país, além da Europa e New- York. As companhias Red Cross e Boot Line monopolizavam a navegação transatlântica para o Pará” (PARÁ, Álbum de 1899, p. 148).

As duas companhias faziam partir mensalmente três vapores para Europa com destino a Lisboa, Havre, Liverpool e Hamburgo, saindo nos dias 10, 20 e 30 de cada mês; e também três vapores nos dias 4, 14, e 24 de cada mês com destino a New-York. Entre os vapores identificados no relatório da instrução pública, nas listas de Agência de compras na Europa,

---

<sup>51</sup> Ver: ALCÂNTARA, 2014, p. 135

elucidam os países com os quais o governo do Pará, comercializava o mobiliário e demais materiais.

Conforme explicitado por Alcântara (2014), a modernização dos portos também contribuiu com a modernização da escola, pela possibilidade de trazer de outros países novos objetos e materiais escolares. Isso foi essencial para o avanço no provimento material da instrução primária do Pará, pois a falta de equipamentos para composição das salas de aula e do ensino, precisou num primeiro momento, importar os móveis e demais artefatos para equipar as instituições públicas do estado.

No mapa de compras apresentado em relatório ao governo do estado, há uma extensa relação de materiais importados da Europa para suprir necessidades dos institutos de atendimento à instrução primária, assim como objetos e materiais para uso nas diversas oficinas, principalmente as atividades do Instituto Lauro Sodré, referência em ensino profissionalizante no Pará. Neste mapa de importação, destaca-se a movimentação portuária e os vapores pelos quais eram embarcados os produtos com destino à capital paraense. Como se vê:

QUADRO 5: ENCOMENDA DE MATERIAL DO EXTERIOR- 1911

Artigos embarcados destinado ao Instituto do Prata									
Vapor	Porto	Data	Nº da fatura	Qtde de volumes	Unid	Mercadorias	Custo nas fábricas	Desc. Para o Estado	Valor total da fatura, encaixotamento, condução, fretes, seguros, etc.
Hilary	Havre	12 /fev	893	1	100	Chapéus praslin para meninos com fitas e com as inscrições "Instituto do Prata"	4.20	3%	
				1	100	Ditos para meninas	4.20	3%	
				1	3	Peças de tecido para calça, azul-marinho	11.70	3%	1.946.50
Lanfranc	Havre	02/ mar	914	2	300	Lençol 28cm em algodão	0.38	2%	
					24	Dúzias pentes	8.25	10%	
					18	Dúzias de pentes finos	4.25	10%	2.035.60
Lnafranc	Havre	12/ mai	924	2		Louça de ferro esmaltada	453.85	36%	
					30	Jarras esmaltadas	85.00	28%	

Rio Negro	Hamburgo	12/jun	944		27	Dúzias de meias cruas para meninos	3.55	4%	
					28	9/12 Ditas para meninas	203.70		315.05
Artigos embarcados destinado ao Instituto Lauro Sodré									
Augustin	Liverpool	30/jan	885	1	18	Grandes carreteis de linha branca para oficina de alfaiataria	25.75	2%	
	Havre	02/fev	890	1	6.115	Copos de vidros com as inscrições "Governo do Pará"	12.00		
				1	5	Para oficina de encadernação Resmas de papel anteverso	70.00	5%	
					9	Resmas de papel 4 desenhos	50.00	5%	
				4	12	Para oficina de tipografia Resmas de camurça 57x78cm	24.50	5%	
					60	Resmas de papel camurça cores diversas	17.25	5%	
	Hamburgo	29/Jan.	885	1	4	Para a Banda de música Caixas contendo: 2 flautas, 10 clarinetes, idem, 1 dito alto, 1 dito baixo.			
Artigos embarcados destinado ao Instituto Orfanológico									
Augustino	Liverpool	30/jan.	886	1	4	Peças de oleavo para mesas, mosaico com 12 fardos	22.00	6%	160.70
Hilary	Havre	12/fev.	894	1	100	Chapéus de praslin azul com a inscrição "Instituto Orfanológico"	4.20	3%	520.60
Lanfranc	Havre	02/mar	905	2	16	Peças de murin lavado largura 82cm	0.64	3%	
					6	Cadarços branco nº 2/2	0.18	2%	
					4	Facões de cozinha	5.50	10%	
					1	Máquina de moer carne	85.00	10%	
					16	Dúzias de lenços brancos nº 60	1.95	3%	997.60

Antony	Havre	23/ mai.	935	1	1544 mts	Fazenda de algodão azul, larg. 70cm	0.79	4%	1.377.05
Rio Negro	Hamburgo	12/ jun.	945	1	35 2/12	Dúzias de meias cruas	3.55	4%	736.95
Artigos embarcados à repartições públicas e escolas									
Antony	Havre	12/ Jan.	881	4	24	Lápis “Faber” preto nº1205	13.75	2%	
					8 1/3	Lapis “faber” nº 2401 2 cores	33.00	2%	
					100	Litros de tinta preta “Blue Black” ou BBW	2.55	10%	
					1400	Caixas de penas Mallat nº 12 EF	2.50	20%	
					500	Caixas de penas Mallat nº 12 F	2.50	20%	
					100	Caixas de penas Mallat nº 12 M	2.50	20%	5.441.20
Augustine	Liverpool	30/ jan.	889	1	100	Caixas de penas Perry de diversos números	2.900	40%	1.943.55
Augustine	Havre	02/ fev.	891	1	1	Pasta curso preta “Gabinete do Governador” com fechadura e pegador (42x33x5)	35.00	-	
					4	Aparelhos de ginastica “Le rational exerciceus” Nº 3256, 3275, 3409, 3415	25.00	25%	

Fonte: PARÁ. Agência de compras do Estado do Pará, na Europa.

Ainda que o mapa de compras importadas, acima descrito, não demonstre pedidos de mobiliário escolar, a importante aquisição de diversos materiais para as casas de ensino destacam a relevância em prover as instituições com o que havia de melhor, aproximando-se dos grandes eixos de modernização para alcançar o desenvolvimento da instrução primária. A diversidade de materiais adquiridos, vão desde o tecido para fabricação da indumentária escolar, chapéus padronizados com a identificação das escolas, meias, cadarços e até pedidos de miudezas para a confecção – carreteis de linhas, botões, etc., além de materiais de expediente, e matéria prima para funcionamento das oficinas nas instituições profissionalizantes.

A satisfação de toda essa demanda não poderia ser atendida no mercado local, e foi mais precisamente na Europa, que a instrução primária paraense foi buscar o que era necessário para dar ao ensino, a tão desejada pedagogia moderna que abrihantava os novos cenários educativos.

Buscou-se as relações comerciais externas e internas para garantir as novas condições materiais dessa escola que se expandiu com o fenômeno da cultura de consumo.

Nos documentos analisados, as relações comerciais apontam a participação de diversos países europeus no provimento material da escola paraense. Não se identificou dados precisos de movimentação portuária entre as encomendas com os Estados Unidos. As casas francesas forneciam às escolas primárias do Pará, diversos materiais para o ensino das diferentes matérias previstas pelos regulamentos, tais como: Mapas do sistema métrico de Linares, Cartas do Brasil, Cartas do Estado do Pará, Compêndios métricos, Globos geográficos e demais matérias de uso nas escolas. Para melhor organização e distribuição do ensino, o governo procurou dotar as escolas e demais casas de instrução com um farto material escolar, encomendado expressamente da Europa, da importante casa francesa Aillaud & C<sup>a</sup>., conforme descrito no quadro a seguir:

QUADRO 6 - LISTA DE MATERIAIS ESCOLARES ENCOMENDADOS DA EUROPA- 1903<sup>52</sup>

PARA OS GRUPOS ESCOLARES Casa fornecedora: Aillaud & C <sup>a</sup> .	
OBJETOS	QUANTIDADE
Compendios metricos	35
Mappas do Brazil em portuguez, de 2,10 X 2, 10	170
Mappas Mundi – Terra elementar de 1,75X2,15	130
Coleções do Museu Industrial Escolar de 12 quadros cada coleção, com inscrições em portuguez.	35
Colleções de 30 quadros, cada coleção de animaes, vegetaes e terrenos.	45
Noticias explicativas contendo a educação em preto dos quadros acima.	115
Quadros: o homem: esqueleto. Músculos e órgãos.	30
Apparelhos de gymnastica pratica, completos, de 3,50 de altura	2
Mappas de systema métrico decimal.	80
Cartas de A B C.	16.000
Taboadas	16.000
Mappas mudos ardosianos do Pará, de 1,10 X 1,20	150
Mappas mudos ardosianos do Brazil	50
Globos inclinados sobre a ecyptica, pé de bronze, diam. 1,60	75
Ditos mudos.	12
Mappas do Pará, segundo um modelo enviado.	100
Quadros cosmográficos em portuguez.	130
Panoramas geográficos em portuguez.	125
Colleções de 8 peças cada qual, de sólidos geométricos, em zinco pintado de branco	50

<sup>52</sup> Na elaboração dos quadros, optou-se por manter a escrita original dos documentos.

Além destes artigos encomendou o Governo em larga escala, papel, penas, canetas, lápis, borrachas, tinta, giz, porta-giz, enfim, tudo quanto foi necessário para amplamente atender a todas as exigências do ensino primário.	
<b>FORAM FORNECIDAS PARA O INSTITUTO LAURO SODRÉ</b> Casa fornecedora: Aillaud & C <sup>a</sup> .	
<b>OBJETOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Collecção de mineraes, pequeno formato de 4 e 5 cent. De 100 amostras	1
Coleção de rochas, pequeno formato de 4 a 5 c/m de 100 amostras	1
Coleção cristallographica em madeira de 26 modelos, grande formato	1
Esqueleto humano completo, desarticulado, em caixa com divisões: as vertebrae, todos os ossos dos pés e das mãos são presos por cordas “á boyau”.	1
Olho (fig. 97) fixada s/ plateau de 0,28 X 0,21 com legenda explicativa.	1
Oreblada (fig. 95) fixada s/ plateau de 0,40 X 0,25.	1
Larynge (fig. 11 a 12) montada s/ socle com pivots de 0,30 de altura.	1
<b>PARA A ESCOLA NORMAL</b>	
<b>OBJETOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Coleção de modelos de desenho de 100 estampas formato m. 4, 32 X 35 encerrada em um cartão ou caixa de papelão n. 4041.	1
Coleção de 100 estampas n. 4050.	1
Coleção de 100 estampas n. 4105	1
Series de cartões em relevo para modelo de desenho.	3

Fonte: PARÁ, Mensagem de governo 1904, p.48-49.

Quanto aos artefatos e demais materiais solicitados na lista para a casa Aillaud & C<sup>a</sup>, observou-se que os pedidos tratam especificamente de materiais para o desenvolvimento das aulas, a preocupação com a organização do ensino baseado nas prescrições legais e principalmente a concretização do método intuitivo, privilegiando as lições de coisas. Como esclarece Vidal (2009), privilegiar o ensino a “partir dos sentidos para chegar a intelecção, além de privilegiar o conhecimento do que estava próximo, para atingir o distante, o concreto para alcançar o abstrato” (VIDAL, 2009, p.46).

A associação do método intuitivo com os programas de ensino estruturados para a aprendizagem simultânea, que orientava os professores a aplicabilidade de conteúdos comuns a um grupo de alunos, impulsionou a demanda crescente do estado em convocar a indústria de fabricação de objetos e mobiliários para atender ao novo modelo de escola, que passou a ser um forte atrativo de consumo. Seguindo a popularização dos novos métodos de ensino, a instrução primária do Pará também reorganizou seus regulamentos e programas para acompanhar e redesenhar seu modelo material de escola.

De acordo com os decretos seguintes, que organizava o Regulamento Geral do Ensino Primário no Pará e os Programas de Ensino, estabelecia-se:

*Decreto de 07 de maio de 1890*

- Uso de quadro negro;
- Objetos escolares para aulas práticas de aritmética: botões e caroços.
- Uso de mapas murais especiais para leitura e escrita. (PARÁ, Programas e Instruções Pedagógica para o Ensino Primário, 1890, p. 15-18)

*Decreto N. 1190 de 17 de fevereiro de 1903*

- Lecionar pelos compêndios e livros
- Cadernos de desenho
- Uso do quadro preto
- Uso de mapas do Pará, mapa do Brasil e globo terrestre
- Uso de ornatos, flores e figuras para aulas práticas de geometria
- Uso de cadernos e álbuns, se possível, coleções de traslados. (PARÁ, 1903, p. 23)

*Decreto N. 1695 de 30 de maio de 1910*

- Adotados para os seis anos dos cursos os cadernos aritméticos, edição (*American Book Company*)
- Uso de globo geográfico e mapas
- Cópias na ardósia ou em papel quadriculado ou penteado
- Manual de Ginástica Racional e Prática – de S. de Servet et M. me Le Roux
- Uso do relógio – estudo das horas
- Uso de régua para traçados das linhas
- Uso do metro e da balança
- Uso de fitas, papel e linhas para trabalhos manuais de agulha
- Uso do corpo humano para noções de zoologia e nutrição
- Uso de prisma de cristal para estudo prático da luz
- Uso de calendário para estudo dos dias, meses e anos.
- Uso da Bandeira do Brasil para estudo das Instruções moral e cívica. (PARÁ, Programa do Ensino Primário, 1910 p. 7- 10)

*Programas de Ensino Primário revistos em 1929*

- Uso de imagens e quadros parietais para ampliação de novas ideias e vocabulário escolar.
- Livros de leitura
- Uso de quadro preto para ensino de leitura e escrita
- Uso de tabuadas
- Uso de Régua
- Uso da balança
- Uso de Globo geográfico e mapas
- Uso da lousa
- Gravuras e fotografias
- Uso de mapas murais do Brasil, uma boa carta do Estado a que pertencer a escola e, se possível uma planta da cidade em que esta e de suas vizinhanças
- Compendio de História do Brasil
- Monumentos e Estátuas das praças de Belém para compreensão da história do Pará.
- Conhecimento das horas pelo Relógio
- Uso do esqueleto para estudo dos ossos (por meio de estampas ou manequins)
- Uso de termômetro clínico para ensino das temperaturas.
- Uso do Hino e da Bandeira como símbolos de amor à Pátria (PARÁ, Programa de Ensino Primário, 1929, p. 13-20)

Atrelada aos preceitos modernos, a instrução primária procurou adequar-se às reformas e estruturas legais para o ensino, estabelecendo em seus regulamentos o uso de novos artefatos e aumentando seu potencial de consumo com as indústrias fornecedoras. Na teia das relações estabelecidas entre a história econômica<sup>53</sup> sobre a composição material da escola primária do Pará, a partir das reflexões que tenham como foco a materialidade escolar, as análises das fontes materiais apresentadas com a aquisição de objetos para cumprimento das exigências legais, revelam aspectos significativos ao projeto educativo por contribuírem na importante tarefa de instruir e civilizar. A dinâmica da reciprocidade entre as instituições e os sistemas econômicos destacaram o fortalecimento institucional de formação do estado, sustentado pelas demandas materiais e a comercialização destes. Assim,

A solidez das instituições constituiria precisamente um estímulo à produtividade, ao investimento tecnológico, ao aprofundamento da inovação – e aqui seria preciso atentar tanto para as instituições formais (leis impostas pelo governo e instituições reguladoras) como para as instituições informais, que constituiriam normas e códigos de conduta formados pela própria sociedade. Neste contexto, o Estado, ou o sistema político, também teria seu papel fundamental, no sentido de assegurar o ambiente de formação e manutenção das instituições formais (BARROS, 2008, p.27)

Com essa dinâmica de reciprocidade, a escola aparece como consumidora e o estado como comprador desses objetos. A ampliação material não estava desvinculada da busca pela eficiência escolar. De acordo com as proposições de Vidal (2009), a indústria foi convocada para alimentar o fenômeno da escolarização obrigatória, e com isso o surgimento da indústria escolar.

Sobre o processo de apropriação do mobiliário escolar para as escolas do Pará, conforme constatado nos relatórios de instrução, por não dispor de fábricas eficientes para produção do material e mobiliário escolar, o governo do estado precisou acionar o mercado externo para equipar e dar condições físicas para o novo modelo de escola. Além da ineficiência da produção local, ainda era exorbitante o preço e a imperfeição dos produtos, o que tornou impossível, mesmo com a melhor vontade, dar preferência à indústria local. Conforme previsto no Relatório da Instrução Pública do Pará em 1890,

A mobília feita pelo Instituto paraense dos educandos artífices para a Escola Normal, bancos-mesas de dois logares, imitando o typo alemão e copia de um modelo feito por uma officina do Estado da Bahia, sobre não corresponder aos preceitos e exigências da hygiene escolar, ser grosseira e encommoda, saío excessivamente cara, pois que cada banco-mesa custou 35 mil reis.

---

<sup>53</sup> Ver: BARROS, José D'Assunção. História Econômica: considerações sobre um campo disciplinar. In: Revista de Economia Política e História econômica. 2008.

Além de tudo a nossa indústria rudimentar, incapaz, ignorante, acha-se completamente desagregada. Ninguém querendo ser subalterno sinão patrão, os operários trabalham todos isolados, cada um põe uma officina, e assim privados de grande força das associações industriaes, dos poderosos recursos de machinismos mais perfeitos, de um pessoal habilitado e numeroso de trabalhadores, as suas obras, sobre imperfeitas, são como vimos, caras e demoradissimas. (PARÁ, Relatório da Instrução Primária, 1891, p.87).

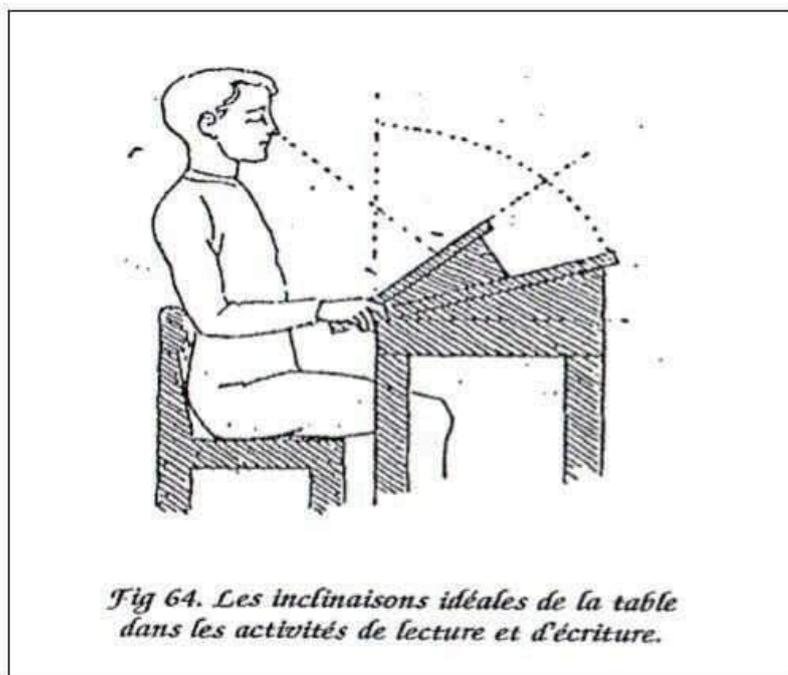
Neste sentido, como expresso no relatório da instrução pública em 1890, as duras críticas feitas às fabricações grosseiras dos artefatos, que a marcenaria local circulava no mercado paraense, influenciaram fortemente as urgências em recorrer ao estrangeiro, como faziam povos incomparavelmente mais adiantados. O desejo de fabricação do mobiliário pela indústria local não pôde ser realizado neste período, pois o preço e a imperfeição dos produtos não consentiam, além da falta de concorrência para atender as condições requeridas pelo governo, como os valores elevados estabelecidos pelos artefatos, tornou-se impossível dar preferência para a indústria local. Além das recomendações prescritas para o mobiliário adequado, que deveria atender aos preceitos de higiene e com os cuidados à saúde dos infantes, bem como os padrões fabricados seguindo as exigências dos padrões. Assim,

Não é licito a ninguém desconhecer que ella exige condições que absolutamente não temos: machinismo propios, artesãos habeis e um conhecimento especial da adaptação de certos typos de bancos-mesas por exemplo ás idades dos alunos, no que há a considerar os angulos de leitura, a linha physiológica do dorso, a extensão e curva do assento, a inclinação da mesa, a posição das pernas, etc. (Relatório Geral da Instrução Pública/ Instrução Primária, 1891, p. 88).

Nota-se a preocupação do diretor quanto a falta de conhecimento técnico dos artesãos das oficinas locais, além da carência de maquinário para uma produção mais hábil das mobílias, principalmente as medidas e ângulos para fabricação de certos tipos de carteiras ou bancos-mesas para uso dos alunos. Assim, via-se na indústria estrangeira, a solução para melhor seguir as determinações estabelecidas pelas prescrições que circulavam o mundo com os modelos ideais para o mobiliário dos alunos. Alcântara (2014) citando Buisson, o inspetor geral do ensino primário da França, estabelece dois principais fundamentos para presidir as reformas do mobiliário escolar:

1-conciliar o acento e a mesa de modo que a vertical avance para fora da borda dianteira da mesa encontrando a borda do assento; 2- tornar confortável o retorno da posição assentada, primeiro dando à carteira uma inclinação entre 15 e 18 graus proporcionando ao aluno um ponto de apoio para as costas e pés (barra de apoio)e, finalmente, adequando exatamente o tamanho das crianças e altura do banco-mesa (ALCÂNTARA, 2014, p. 73).

**Figura 39: Inclinação adequada de carteiras**



Fonte: Alcântara, 2014, p.68

Com a necessidade urgente que havia para mobiliar pelo menos as escolas da capital, não era possível esperar por mais de seis meses, quando no prazo de três chegaria a mobília encomendada do exterior. Ainda seguindo as recomendações propostas pelo Diretor,

Si houvermos de preservar em querer esses bancos toscos, duros, sem encosto, de assento chato, esses grotescos bancos-mesas, sem proporção, em contrario a todas as regras de arte, de esthetica, de hygiene e de pedagogia, nocivos á saúde, á educação e ao sentimento artístico do alumno, então, certo, não precisamos recorrer ao estrangeiro e arranjar-nos-emos com a prata da casa; mas si é nosso intento fazer, sob todos os aspectos, da nossa escola uma realidade, uma coisa que nos honre, que nos aproveite e que nos sirva, n'este caso o único meio é, quanto ao assumpto especial, que nos ocupa, refugarmos de nós mesquinhas preocupações bairristas, ininteligentes e descabidas, e abandonar, no momento ao menos, certos prejuízos burocráticos, no caso, prejudiciais. (PARÁ. Relatório Geral da Instrução Pública/ Instrução Primária, P. 88, 1891).

Em defesa das regras, da estética e da arte, a aquisição do mobiliário no estrangeiro passou a ser uma condição para que a escola do Pará, fosse honrada seguindo todos os aspectos prescritos para o desenvolvimento do aluno, restringindo-os dos possíveis males que um mobiliário inadequado pudesse causar à sua saúde corporal e intelectual. Posto isto, percebeu-se nas descrições e recomendações feitas pelo diretor da instrução pública, a insistência em defesa do mobiliário produzido nas casas europeias e norte-americanas, fazendo duras críticas às questões burocráticas que se tornavam impedimentos para a aquisição desse material no exterior.

Para seguir tais recomendações e atender as demandas previstas ao provimento de mobiliário e demais matérias escolares, como já sinalizado no capítulo anterior, as encomendas eram feitas aos Estados Unidos, e para a França, às casas Hachette & C.<sup>a</sup>, Ch. Delagrave e Aillaud & C.<sup>a</sup>, de Paris. Tais encomendas eram fiscalizadas pelo ministro brasileiro que era responsável pelas respectivas faturas nas cidades fornecedoras dos materiais solicitados. Objetos e mobília escolar encomendada da França e dos Estados Unidos era transportada pelo Vapor Paraense até o porto da capital do estado, sendo direcionada para armazenamento e sistematização de montagem seguindo determinações para a distribuição às escolas.

Sobre a encomenda da mobília para os Estados Unidos, e notícia do material pedido para França, observa-se a descrição do seguinte ofício<sup>54</sup>:

Diretoria geral da instrução pública do Estado Confederado do Pará, 28 de novembro de 1890.- Nº 213 – Senhor Governador. Tenho o prazer de annuniar-vos que parte da **encomenda de mobília e material escolar, feita para os Estados Unidos da America do Norte, por intermédio do Sr. Comendador José Cardoso da Cunha Coimbra**, acaba de chegar no *vapor Paraense*, como vereis do conhecimento e factura que tenho a honra de passar ás vossas mãos.

Da compra entre o calculo de despesas, **feito á vista do catalogo e a presente factura, verifica-se uma diferença a favor do Estado de 1:3588630**, diferença **proveniente de descontos** com que não havíamos contado e que foram todos consignados na factura dos Srs. **G. Amsinck & C.<sup>a</sup>, de Nova York**, como vereis.

Importa a presente factura, segundo a conta junta do mesmo Sr. Comendador Coimbra, em 13:3318150, que, nos termos do contrato passado, com autorização e aprovação vossa, entre aquele Sr. e esta directoria, devem ser pagos dentro de quinze dias.

Peço-vos, pois, determineis esse pagamento por conta do credito que com esse fim abristes, por decreto nº. 180 de 4 de setembro ultimo.

O restante da encomenda, segundo comunicação dos mesmos Srs. G. Amsinck & C.<sup>a</sup>, **será embarcada em 29 d'este mez, devendo aqui estar em 15 ou 16 de dezembro próximo.**

Aproveito a ocasião para comunicar-vos que, sobre a encommenda feita para Paris, recebi do **Sr. Ch. Delagrave** uma carta na qual me declarava poder contar com essa encommenda para a época designada.

Nessa carta diz-me **o grande editor escolar**: - *Sobre a carta do Brazil conferenciei com os Srs. E. Lavasseur e Barão do Rio Branco, que vigiará pessoalmente para que todas as vossas instrucções sejam pontualmente executadas. Escusa dizer que, no titulo, as palavras “Estados-Unidos do Brazil”, substituirão a antiga denominação. Aquelles cavalheiros julgaram que o cartão do curso do Amazonas, a 1 por 1.500:00, substituiria com vantagem o do Estado do Pará, por faltar espaço para dar esse Estado, á parte, em uma escala maior do que já tem na carta.*

*“A Terra, a 1 por 25.000:000, pelo Sr. Lavasseur, que vos enviarei, será, especialmente para vossa encommenda, editada em língua portugueza, assim como o mappa do systema métrico de Linares.*

<sup>54</sup> Ofício descrito no Relatório Geral da Instrução Pública de 1890. Não foi localizada a fonte original do documento mencionado no referido relatório.

Creio, á vista do exposto, que poderemos abrir o novo anno letivo com, parte ao menos, das escolas em sufficientes condições de instalação e material escolar (PARÁ, Relatório Geral da Instrução Pública/ Instrução Primária, p. 90, 1891). (grifo meu)

Os vários trechos destacados, no ofício da Diretoria geral da instrução pública, indicam as transações comerciais estabelecidas nas encomendas do mobiliário e materiais escolares. Como destacado, os contratos eram realizados por intermédio dos mediadores que ali representavam a instrução pública, havia diferença de custo nas compras feitas por meio de catálogos e a vista nas presentes faturas, benefícios que estimulavam o estado a continuar fazendo as encomendas no estrangeiro, se comparado com as propostas dos fabricantes locais. Outro fator positivo para essas aquisições estava no prazo de envio e chegada das mobílias, conforme descrito no ofício, chegariam em 15 dias. O acompanhamento dos envios, eram comunicados diretamente pelos proprietários das casas fornecedoras, como se viu nas informações da casa Ch. Delagrave de Paris. Como a satisfação de todos esses anseios não poderia ser dado pelos fabricantes locais, buscava-se contemplar a instrução primária do Pará com os mais desejáveis objetos para aperfeiçoamento e modernização educacional do estado.

Tomando como referência os dados mencionados no ofício da instrução pública paraense, é possível associar aos estudos feitos por Alcântara (2014), sobre a apropriação do mobiliário e materiais escolares, pois se o governo não dispunha de casas apropriadas para a produção do mobiliário escolar e materiais, fez-se necessário “acionar um conjunto de atores – *viajantes, mediadores e tradutores culturais*”- para criar as condições físicas dessa escola (ALCÂNTARA, 2014, p. 140). Segundo a autora, entende-se por *viajantes*, brasileiros inseridos no contexto escolar, ou não, que em suas viagens aceitavam as encomendas dos representantes do governo em outros países. Os *mediadores culturais* eram os estrangeiros que residiam no Brasil, ou em países nos quais eram feitas as aquisições de materiais. E, os *tradutores* as casas importadoras, agentes, ou representantes comerciais nos diferentes países, limitando-se às tarefas econômicas.

No processo de mediação das transações entre as casas norte-americanas e o Pará, destaca-se a participação e intermediação do Sr. Comendador José Cardoso da Cunha Coimbra, ministro brasileiro naquela cidade, e os Srs. G. Amsinck & C<sup>a</sup>, de New- York. As mediações entre os fornecedores franceses, eram feitas diretamente com o grande editor escolar Ch. Delagrave e os Srs. E. Lavoisier e Barão do Rio Branco, representante do governo paraense na instrução pública. Pelo que se observa, a presença desses atores desde 1890, tornou possível a chegada dos mobiliários às escolas do Pará.

Com a chegada da mobília e demais materiais, foram sistematizadas determinações para o recebimento, armazenamento, montagem e distribuição desse mobiliário para as escolas, seguindo ordens de preferência para aparelhamento e mobiliamento de acordo com as entrâncias definidas pelo diretor da instrução. As determinações previam:

1ª Que o mobiliamento e aparelhamento das escolas se faça seguindo **a ordem inversa das entrâncias, isto é, começando pelas de 3ª e d'ellas passando ás de 2ª e d'estas ás de 1ª.**

2ª Que os conselhos escolares municipais sejam autorizados a mandar proceder a limpeza e concertos necessários da mobília escolar do seu respectivo município, por conta da verba breferida, sendo as contas, depois de visadas por esta directoria, pagas pelo tesouro;

Poder-se-a mesmo fixar o maximum por carteira de 2 ou 4 assentos, mesa e cadeiras de professor, etc.:

3ª Que o Instituto Paraense receba toda a mobília das escolas publicas d'esta capital para limpal-a e reparal-a com a máxima urgencia, afim de poder ser enviada para completar o mobiliamento das escolas de 2ª entrancia, tomando esta directoria todas as providencias para que essas escolas sejam fornecidas da mobília sufficiente, calculada pela media de matricula no anno lectivo findo;

4ª Que determineis que, com a maior brevidade, seja despachada sem ônus para o Estado, a mobília vinda pelo Paraense, bem assim o local onde deve ser recolhida e armada e o modo porque se há de effectuar esse serviço;

5ª Que concluídos não só os reparos da mobília usada, como a armação e montagem da nova, providencieis para serem remetidas ao seu destino aquellas que tenham de ser enviadas para o interior.

Tomadas essas medidas, esta directoria se esforçará para, como disse **instalar convenientemente, primeiro as escolas da capital, depois as das cidades e por fim as das villas mais importantes.**

Devo, entretanto, declarar-vos que a mobília encomendada para os Estados-Unidos é insufficientíssima, pois apenas se encomendaram mil bancos-mesas de dois logares, quando vos disse em officio de 25 de agosto, em que solicitei a abertura do aludido credito que o mínimo do que instantemente carecíamos era de dois mil d'esses bancos.

Creio que **d'essas mil encommendas, das quaes apenas chegaram quatrocentas, a mior parte, sinão a totalidade, ficará aqui na capital,** pois, como sabeis, não há entre as 42 escolas existentes uma só que tenha a mobília suficiente.

Era desejo meu, o qual me fizeste a honra de concordar, que as mil restantes fossem feitas aqui, não só para não distrair capitães para fora do estado, como para iniciar systematicamente aqui uma indústria que, atentas as necessidades cada dia mais crescentes da instrucção, poderia ter um prospero futuro. Infelizmente a concorrência para esse fim aberta não deu resultado, resolvendo o Conselho superior de instrucção publica que se fizesse a encommenda no estrangeiro.

N'estes termos, e atenta a urgente necessidade d'essa mobília, é minha opinião que, á vista da mobília a receber, propositalmente encomendada de três typos differentes, e de modo por que foi a encommenda, seja aos mesmos fornecedores e nas mesmas condições feita a encommenda do resto. (PARÁ, Relatório Geral da Instrução Pública/ Instrução Primária, 1891, p. 91). (grifo meu)

As determinações estabelecidas para distribuição do mobiliário nas escolas, revelam diversos entraves apontados no documento em evidência, a ordem para o atendimento dessa mobília deveria ser inversa de acordo com a organização das escolas por entrâncias. Dada a importância dessas entrâncias, via-se nas escolas da capital a prioridade para mobiliar, visto que na ordem, estas eram consideradas de 3ª entrância. As de 2ª entrância, eram as escolas das cidades, portanto, vinham em seguida na ordem de prioridades; e por último as escolas das villas mais importantes, consideradas de 1ª entrância.

A quantidade de mobiliário solicitado no estrangeiro não era suficiente para atender o quantitativo de alunos matriculados, da necessidade de 2 mil bancos-mesas, foram solicitados apenas mil, e desses mil, chegaram 400 bancos-mesas de 2 lugares na primeira remessa das encomendas, não sendo suficiente para equipar nem a totalidade das escolas da capital. De acordo com as informações contidas nos documentos, a média de matrícula nas escolas no último semestre foi de 2.591 alunos, entretanto, com chegada do restante da encomenda totalizaram-se 1.800 bancos-mesas. Mais uma distorção que remete ao estado a falta de investimentos nas escolas, principalmente as de localização mais distantes da capital do estado, que denunciam com frequência o estado sofrível de suas mobílias.

Outro inconveniente tratava-se da mobília usada nas escolas dos municípios, com a dificuldade no quantitativo de aquisição de moveis novos para serem enviados ao interior do estado, foi determinado aos governantes de cada município, o reaproveitamento das mobílias usadas, com limpezas e consertos. As mobílias usadas nas escolas da capital, deveriam ser reparadas nas oficinas do Instituto Paraense e encaminhadas para as escolas de 2ª entrância, ficando as de 1ª com mobiliário precário já existente e muitas sem o necessário para a realização das aulas.

Sem condições físicas e ainda com restrições financeiras do Estado, o diretor da instrução, com o intuito de reparar as mobílias do interior, dirigiu aos Conselhos escolares dos municípios, a seguinte circular:

Autorizado pelo Sr. Governador, recommendo a esse Conselho que faça proceder, sem demora, á limpeza, reparos e envernizamento da mobília escolar das escolas publicas de 1ª e 2ª entrância d'esse município. Esse serviço será feito de acordo com as seguintes instrucções:

1º será contractado com quem mais vantagens offerecer e por deliberação da maioria do conselho.

2º na mobília escolar comprehende-se mesa para professor, bancos-mesas dos alumnos, armação e moldura do quadro preto.

3º a limpeza e concertos comprehenderão: raspagem, envernizamento e polimento das obras de madeira, pintura e verniz das obras de ferro, mudança ou aperto dos parafuzos frouxos, pregaria e fechaduras.

4º os preços máximos serão: por mesa de professor, 5\$000 réis; por cadeira do mesmo, 3\$000 réis; por banco-mesa de 2 logares, 3\$000 réis; por banco-mesa de 4 logares, 5\$000; por quadro preto, 2\$000 réis, convindo entretanto procurar seja esse serviço feito com máxima economia. (PARÁ, Relatório Geral da Instrução Pública, 1891, p. 92).

O discurso de modernização e inovação da escola paraense às propostas propagadas pelo incentivo de um mobiliário, que se adequasse aos preceitos pedagógicos e higiênicos, e criasse nos alunos posturas saudáveis, assim como a uniformização do reordenamento material, não abrangeu, simultaneamente todas as escolas primárias paraense.

Ao analisar o tratamento dado à ordem de preferência das instituições, designado pela localização, percebe-se a seletividade e a negligência do estado no que se refere as condições de igualdade e qualidade do ensino para todos. Uma estratégia usada pela administração do estado, que favoreceu apenas dar visibilidade aos chamados palacetes de ensino edificadas na capital, considerados como símbolos de um projeto educacional ideal aos moldes da República, que se instaurava e se firmava na capital paraense. Eram modos de fazer e ver a mobília para compor as escolas, sem levar em consideração o contexto da instrução amazônica. Como definido por Chartier (1990), as práticas articuladas às questões políticas, econômicas e sociais, que demarcam e modelam os espaços e os sujeitos, desviando-os do sentido real, construindo representações por meio de práticas contraditórias.

Os excluídos desse processo de inovação, referindo-se aqui às escolas consideradas de 1ª e 2ª entrâncias, que não recebiam os mesmos materiais designados para as escolas do centro urbano da capital, eram submetidos às práticas escolares com improvisos e adequação para uso das mobílias e demais objetos. Nessa perspectiva, Chartier (1990) sinaliza que é preciso entender os diferentes usos que se faz de um mesmo objeto e de uma mesma prática.

As representações apresentadas nos discursos dos relatórios e ofícios da instrução pública, estão determinadas pelos interesses do grupo que a forja, dando força as concepções de um mundo social, pelas quais são impostas as relações de poder e o domínio econômico. Segundo Chartier, “as estratégias não são de forma alguma discursos neutros, produzem práticas (sociais, escolares e políticas) que tendem a impor autoridade, legitimando e reforçando projetos” (CHARTIER, 1990, p.17).

Por isso, cabe ressaltar que embora o governo tenha mostrado esforços para prover as instituições primárias com o mobiliário mais moderno, e prescrito para o desenvolvimento do corpo saudável dos alunos, viu-se com as análises uma contradição quanto ao fornecimento desse material, bem como na demanda da necessidade para distribuição às escolas. O desejo de tornar as escolas paraenses como as vitrines do progresso ainda estava distante de ser

concretizado, pois as estruturas materiais não foram suficientes para transformar o estado de ruínas das escolas do interior.

### 5.1.1- Casas estrangeiras fornecedoras ao Pará

Como já explicitado anteriormente, as casas importadoras de mobiliário e materiais escolares ao Pará, com sede em Paris e nos Estados Unidos, estabeleceram relações estreitamente comerciais, que mesmo sendo transações internacionais, movimentaram de alguma forma o mercado interno. Recordando o que Alcântara (2014), chamou de tradutores culturais, os representantes comerciais que faziam a interlocução entre os fabricantes e os representantes da instrução pública.

Nessa articulação entre as casas fornecedoras, as evidências mais explícitas apontam três fabricantes franceses que se tornaram frequentes na comercialização de materiais e mobiliário para a instrução pública do estado. A Hachette & C<sup>a</sup>, a editora escolar Charles Delagrave e o fabricante/fornecedor Aillaud & C<sup>a</sup>.

A Livraria Clássica de L. Hachette, fundada em 1826 por Louis Christophe François Hachette, se especializou em publicações escolares e seu lema era "Sic quoque docebo", que pode ser traduzido como "Então, eu também vou ensinar". Com a exigência da abertura de uma escola primária em cada comuna, Louis Hachette que, desde 1829, iniciou uma cartilha, foi o único capaz de responder à ordem de um milhão de livros didáticos aprovados pelo governo. Já em 1832, ele, juntamente com os irmãos Firmin Didot, F.-G. Levrault, e Jules Renouard, fundaram o *Manual Geral de Educação Primária*, destinado no início, a popularizar os novos métodos e ensinar sua operação aos professores.

Louis Hachette empreendeu, em 1835, a mais antiga publicação periódica de educação infantil que havia aparecido no país, o *Amigo da Infância*, este jornal deixa de aparecer em outubro de 1896. Outra publicação periódica de natureza mais geral, o *Jornal da Instrução Pública na França* e em países estrangeiros é criado por Louis Hachette em 1842. Em 1854, Louis Hachette abriu-os para a venda de jornais, até então fornecidos pelo revendedor, algumas livrarias e correios, para assinaturas, em seguida, a norma para obter a imprensa. O comércio de periódicos foi tão bem sucedido, que em cinco anos se tornou a principal fonte de lucros para as bibliotecas de estações<sup>55</sup>. A empresa continua seu trabalho de democratização da cultura com a publicação de uma revista de distrações em geral, o *Journal for all*, e a invenção das

---

<sup>55</sup> Louis Hachette foi um dos principais precursores do livro barato e de pequeno formato na França. Entre 1851 e 1852, propôs a criação de um sistema de "banca de livros" nas estações de trem francesas (como já havia na Inglaterra), já pensando nos pontos de venda para a sua "Bibliothèque des Chemins de Fer". A coleção tinha por finalidade vender por um preço bem menor, livros que já tinha vendido bem ao preço normal.

coleções, em particular a ilustrada Biblioteca Rosa<sup>56</sup>, nascida em 1856. A morte em 1864 do seu fundador não pode retardar o processo, a livraria Hachette ainda é sua influência cultural e comprou em 1897 os jornais de correio. Os herdeiros também desenvolvem a rede de distribuição, abrindo-a para mercados estrangeiros, primeiro na Bélgica e na Espanha durante a Primeira Guerra Mundial.

**Figura 40– Casa Francesa Hachette & C.<sup>a</sup>**



**Fonte:** <http://www.le-temps-des-instituteurs.fr/ped-editeurs-xixe-siecle-.html>

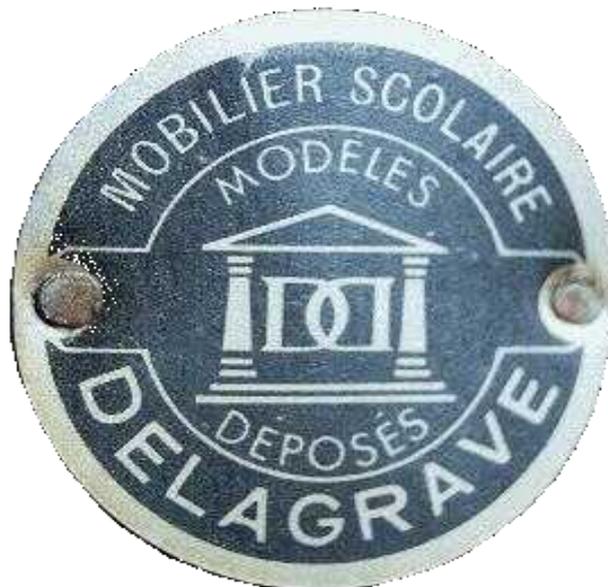
As edições Delagrave fundada em 1865 por Charles Delagrave (1842-1934), continuou a edição de uma centena de livros pequenos didáticos escritos por Jean- Henri Fabre. Delagrave se especializou no ensino primário até 1896 quando muda para o ensino profissional. Em 1866, publicou *L'Instituteur*, uma revista de educação primária, aulas para adultos, ensino secundário especial e educação agrícola. Um jornal que tratava de questões pedagógicas, lições de coisas e trabalhos típicos de casa, além de fornecer informações sobre documentos oficiais e administrativos. Entre 1870 e 1871, *Charles Delagrave et Cie*, dedicou-se na reorganização de estudos geográficos, publicou o Boletim da Sociedade de Geografia, no ano seguinte fundou o Instituto Geográfico de Paris. Ao mesmo tempo, a livraria fornecia materiais escolares, tais como: artigos de papelaria, dispositivos e produtos para experiências físicas e químicas.

Em 1880, passou a produzir livros didáticos e material escolar, entre eles o mobiliário de classe. Seguindo a legislação francesa de 1881 e 1882, passou a adicionar em seus catálogos, modelos de mesa com dois lugares, com um apoio para barras, mais sólido e mais confortável. O mobiliário escolar de Delagrave nasceu, e no final do século XIX, a livraria teve o privilégio de equipar completamente uma escola com mobiliário, pinturas, mapas, livros, especialmente livros didáticos, cujo catálogo apresentava uma escolha extensa em todas as disciplinas. Entre os anos de 1914 a 1918, a editora alarga o seu catálogo às obras das ciências, das enciclopédias,

<sup>56</sup> Livros destinados à leitura das moças.

às obras literárias de autores clássicos, bem como livros de leis e políticas, renovando regularmente seu acervo de livros didáticos.

**Figura 41 – Casa Francesa Charles Delagrave, de Paris.**



**Fonte:** <http://www.le-temps-des-instituteurs.fr/ped-editeurs-xixe-siecle-.html>

Sobre a casa fornecedora Aillaud & C<sup>a</sup>, destaca-se a grande importação de materiais para o desenvolvimento do ensino das disciplinas, pois de acordo com as solicitações, as demandas foram baseadas nas exigências dos regulamentos, a partir das reformas nos programas de ensino primário do Pará. Tornou-se necessário o uso de compêndios, relógios, mapas, globos, sistemas métricos e outros objetos que foram exigidos para uso dos professores nas aulas, para que o método intuitivo fosse colocado em prática.

A escola movimentou o mercado e a economia, portanto, os representantes do comércio de materiais escolares foram se articulando para melhor atender as novas demandas desta instituição. Nas análises de Alcântara (2014), importantes fornecedores se instalaram no Brasil, com sede no Rio de Janeiro para fazer essa articulação e tratar da proveniência do mobiliário escolar em finais de século XIX. “Os mais importantes representantes entre a escola e o comércio foram, Charles Voutelet & C<sup>a</sup> e Etienne Collet, que faziam parte do sindicato de Mobiliário Escolar”. Tratava-se de uma sociedade mercantil solidária, que agregou vários sócios, cuja razão social era, E. Charles Voutelet & C<sup>a</sup>. As atividades comerciais voltavam-se para a importação, comissões, consignações e representações de fábricas estrangeiras e qualquer outro negócio que fosse vantajoso para a sociedade (ALCÂNTARA, 2014, p.151).

Deste sindicato, faziam parte as casas francesas Ch. Delagrave e Aillaud & C<sup>a</sup>, fornecedoras de materiais para o Pará. Por ter essa representação, é possível ter ocorrido a

operacionalização comercial com Pará junto a essas empresas via sindicato, tendo em vista a disposição geográfica para o envio e transporte com mais rapidez até o porto da capital paraense.

Figura 42: Sindicato de mobília e materiais escolares

Industriales e Profissionais do Brazil 1893

---

# ETIENNE COLLET

ESCRITORIO  
78 Rua Primeiro de Março 78  
RIO DE JANEIRO

C. DO CORREIO N. 405 — END. TELEGRAPHICO «COLLET-Rio»

---

**REPRESENTAÇÃO E CONSIGNAÇÃO**

---

*Unico agente no Rio de Janeiro de:*

**A. Champigny & C.**—Especialidades pharmaceuticas, productos chimicos e hygienicos.

**J. Ruch & Fils.**—Fabrica especial de côres de anilina.

**Dr. Quesneville.**—Preparados pharmaceuticos.

**Mariaud.**—Fabrica de instrumentos de cirurgia

E DO

**SYNDICATO DE MOBILIA E MATERIAL ESCOLARES,**

☐ **Composto das seguintes Notabilidades Commercias :**

**Adnet.**—Fabrica de instrumentos para laboratorios.

**Bertaux.**—Globos, esferas, mappas em relevo, atlas, etc.

**Corderie centrale.**—Apparehos gymnasticos, cordames, etc.

**Delagrave (Ch.)**—Livros, mobilia e material escolares, globos, atlas, mappas geographicos, modelos de desenho e de gesso.

**Deyrolle (E.)**—Colleções de historia natural, zoologia, botanica, mineralogia, anatomia, quadros de technologia.

**Foulou et Quantin.**—Compassos, esquadrias, material de desenho.

**Guillard, Aillaud et C.**—Mappas e atlas geographicos em portuguez. Livros classicos e livros para premios em portuguez. Especialidade de impressões em portuguez.

**Librairies et Imprimeries réunies** (Antigas casas Quantin, Morel, Motteroz e Martinet).—Modelos de desenho, modelos de gesso.

**Noé.**—Fabrica de instrumentos de physica.

**Picart.**—Fabrica de instrumentos de precisão.

**Petit (E.)**—Fabrica de sabonetes e perfumarias.

**Poure, O'Kelly et C.**—Fabrica de pennas metallicas, lapis, canetas (marca Blanz, Poure et C.).

**Société centrale de produits chimiques** (Antiga casa Rousseau)—Fabrica de productos chimicos, instrumentos e laboratorios de chimica, etc.

**Société générale des Téléphones.**—Fabrica de material de telephonia, tecidos de borracha para roupas, etc., etc.

**Suzanne et Havez.**—Ardosias falsas, telas ardosiadas, mappas ardosiados e mobilia escolar

---

Encarrega-se de qualquer fornecimento para as escolas publicas e particulares, laboratorios, hygiene publica, faculdades de medicina, escolas superiores, etc., etc.

Fonte: Alcântara, 2014, p.156

Ainda que as autoridades administrativas do Pará tenham se esforçado para atender a obrigatoriedade da instrução pública primária, visando a composição material das escolas com os mais requintados componentes da mobília escolar e demais artefatos, viu-se chegar um

momento de declínio no investimento da instrução pública. As dificuldades orçamentárias a partir do ano de 1900, levaram o setor da educação à profundas transformações, entre elas a extinção de algumas escolas. Como apresentou em mensagem o Governador Augusto Montenegro:

Já em 1901 eu vos dizia:

“O facto de possuir muitas escolas não significa que se tenha uma boa e proveitosa organização escolar; muitas vezes esta organização existe apenas no papel e só traz proveitos aos inúmeros parasitas que, colocados nessas cadeiras, só são professores para receber ordenados no Thesouro. Esta observação tocava na verdadeira causa da decadência do ensino primário entre nós; muitos administradores supõem com a criação de escolas incentivar a disseminação da instrução, quando verdadeiramente creavam apenas uma sobrecarga para o orçamento sem nenhuma vantagem para a solução palpitante do problema.” (PARÁ, Mensagem de Governo, 1904, p.42-43).

A partir do que se observa na mensagem do governador, pode-se inferir que as condições na organização do ensino primário passaram por modificações, levando-se em consideração as questões orçamentárias, as mudanças nos rumos de aquisição dos materiais também foram se restringindo com a possível decadência nos investimentos nas transações comerciais com o mercado externo. Neste cenário de restrições econômicas, o estado volta-se para a movimentação do mercado interno, passando a dar visibilidade às indústrias locais para equipar as escolas com o que era produzido no Pará, entre os investimentos, o destaque na produção de mobiliário nas oficinas dos institutos profissionalizantes.

## 5.2 – A fabricação do mobiliário e a movimentação do mercado interno

Para compreensão do processo de movimentação interna de fabricação e circulação do mobiliário escolar no estado Pará, fez-se necessário voltar à contextualização do período em que o setor econômico da região passava por fragilidade, fatores intimamente relacionados às transações comerciais para aquisição dos mobiliários para as escolas.

Segundo Daou (2004), na primeira década do século XX, a Amazônia perdeu o monopólio da produção da borracha, isso significou uma queda na produção da economia na região, uma das grandes consequências foi o declínio das exportações e as restrições com as transações no mercado internacional, uma vez que esta região não manteve o êxito no controle técnico da produção, anunciando o fim de um período marcado pela Belle Époque. A movimentação nos portos também foi atingida e resultou na contenção das despesas orçamentárias que atingiram diretamente os cofres públicos.

Ao assumir a administração do estado, o Dr. Augusto Montenegro em sua primeira mensagem em 1902<sup>57</sup>, dirigida ao Congresso Legislativo, faz referência ao orçamento da despesa:

Logo que assumi o Governo, entrando nas vistas tão brilhantemente expostas por meu ilustre antecessor, resolvi cortar fundo nas despesas publicas naturalmente avolumadas quando as rendas do Estado isso permitiam, mas que deveriam ser reduzidas attento o decrescimento considerável que ellas patenteado. Em vista d'isto submeti todos os ramos do serviço publico (MATTOSO, 1904, p. 58).

Sobre a Instrução Primária também não foi diferente,

Este título do orçamento soffreu profundas transformações. Dando desenvolvimento á idéa dos grupos escolares resolvi definitivamente acabar com as escolas isoladas no perímetro urbano da capital. Para tal fim, visto a impossibilidade de construir edifícios apropriados, determinei alugar casas particulares com as accomodações sufficientes para o que se tinha em vista. A necessidade de economias por um lado e por outro os resultados nullos obtidos em muitas escolas elementares distantes dos pontos povoados, levaram-me a suprimir muitas dellas (MATTOSO, 1904, p.60)

As fragilidades orçamentárias apresentadas pelo governador, remetem ao contexto econômico vivenciado pela queda na produção do principal produto que movimentava a receita dos diversos setores estaduais. A instrução primária foi fortemente atingida com as reduções de despesas, entre as medidas destaca-se a extinção de algumas escolas na capital e no interior, além das justificativas apresentadas pelo governo por conta da economia, retrata-se os resultados negativos obtidos por muitas escolas elementares.

Os reflexos dessa decadência na economia, também trouxeram consequências para a organização da instrução primária, que passou por nova reestruturação, tanto nos aspectos pedagógicos, com o reordenamento dos programas de ensino, como nas estruturas materiais, pois foram necessárias mudanças para atender o novo modelo de escola com a expansão dos grupos escolares.

As condições pouco favoráveis dos cofres públicos neste período, submeteram o governo à corte no orçamento e na verba da instrução primária, reordenaram medidas de aquisição de material para suprimento das escolas, em especial os grupos escolares que passaram a ser instalados no interior e na capital do estado. Neste cenário de economia no setor educacional e demais setores da administração, a produção de mobiliário passa a ser fabricada no Instituto Lauro Sodré, pela oficina de marcenaria deste instituto. Conforme descrito em mensagem:

---

<sup>57</sup> Mensagem descrita por Ernesto Matoso em Vida e Obra de Augusto Montenegro em 1904.

O Instituto Lauro Sodré é o grande fornecedor de mobília escolar para as nossas casas de ensino. Basta dizer que elle tem mobilado todos os grupos escolares e mais institutos do Governo, como vereis dos algarismos constantes do quadro que em seguida é publicado.

Ainda o Instituto tem em stock a mobília precisa para os novos grupos de Irituia, Anajás, Guamá e Macapá.

Eis os quadros relativos á estatística escolar, a que acima me referi :

Fonte: PARÁ, Mensagem de governo, 1904

O reconhecimento e valorização da indústria local passaram a desenvolver no estado o processo de circulação da produção de mobília, haja vista que as condições financeiras e comerciais conduziram ao fortalecimento da mão de obra local. Como a própria instrução pública já dispunha de instituições profissionalizante se aperfeiçoando para dar conta das demandas, o governo priorizou seus investimentos e ainda passou a movimentar o mercado interno com a fabricação dos mobiliários para atender não somente as escolas, mas todas as instituições públicas e privadas do estado. O investimento nas oficinas de marcenaria do Instituto Lauro Sodré foi significativo, bem como de outras oficinas da capital que passaram a atender aos trabalhos de consertos e fabricação.

### *5.2.1- O Instituto Lauro Sodré e a produção de mobília escolar: em cena a oficina de marcenaria.*

O Instituto Paraense de Educandos Artífices foi criado em 1871 para atender 50 alunos. Embora o quantitativo de alunos fosse pequeno, as atividades desenvolvidas nos cursos e oficinas deste instituto, a fabricação de mobiliário da oficina de marcenaria, já atendia a necessidade de outras instituições, principalmente da capital, conforme se vê em ofícios:

Ofício n. 23 de 31 de março de 1891, enviado ao Senhor Diretor do Instituto de Educandos Artífices.

Recomendo-vos que providencieis no sentido de ser reparada com a possível brevidade, a mobília escolar recolhida a este estabelecimento, a fim de que possa a mesma ser utilizada nas escolas que a reclamam com urgencia.

Saúde e Fraternidade

Registro no livro da Secretaria do Instituto de Educandos Artífices  
Em 31 de dezembro de 1891.

O Instituto de educandos Artífices forneceu ao Colégio do Amparo, os artigos constantes na guia de nº 98 ao mestre da oficina de marcenaria: 20 bancas de cedro envernizadas com pés torneados; 01 banca para filtro com pedra de mármore.

As solicitações para reparos das mobílias já se efetivavam nas oficinas deste instituto, embora o contexto deste período tenha sido de grande efervescência na circulação dos modelos do estrangeiro, o contato com estes componentes da mobília que chegavam nas oficinas para os devidos reparos, possivelmente estimulavam o aperfeiçoamento dos trabalhos executados pelos marceneiros locais.

Em 1897 esta instituição foi reinaugurada no governo do Dr. José Paes de Carvalho com um suntuoso edifício passando sua denominação para Instituto Lauro Sodré, também chamado de Escola Profissional do Estado. Em decreto publicado em 26 de março de 1901, passa por nova reorganização pedagógica e administrativa, entre tais modificações a elevação ao atendimento do número de alunos para 250, sendo 200 atendidos gratuitamente e admitidos proporcionalmente a população de diversos municípios, os 50 pagantes era cobrado uma mensalidade no valor de 30\$000 que deveria ser paga trimestralmente.

O ensino ministrado no instituto, constava de curso primário e cursos profissionais mantido pelo estado, contudo, tinha por fim exclusivo dar instrução profissional à mocidade em cursos agrícolas e industriais. O ensino primário, seguia os programas de ensino dos grupos escolares, tendo por finalidade a formação intelectual dos alunos para o estudo dos cursos profissionais. O curso agrícola era dado em seis anos e compreendia tudo relacionado à agricultura, pecuária e zootecnia. Os cursos industriais eram dados em seis anos, sendo quatro teóricos e dois de especialização nas seguintes oficinas: a) carpinteiro, marceneiro e torneiro; b) tipografia e impressor; c) encanador; d) serralheiro mecânico; e) funileiro; f) sapateiro, surrador, curtidor e corrieiro; g) alfaiate.

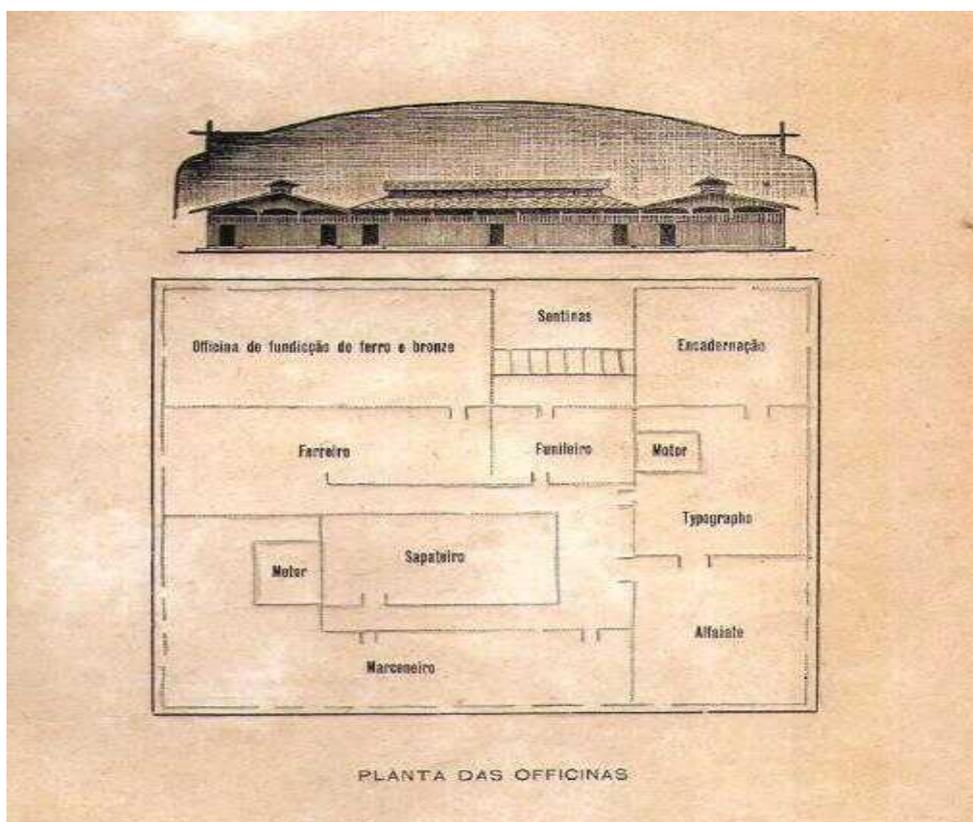
A suntuosidade do novo edifício destacou-se pela amplitude de espaço e arquitetura, trazendo para o funcionamento do curso profissional os espaços das oficinas montadas com o mais moderno aparelhamento e maquinário para o desenvolvimento das aulas práticas. Como se vê nas imagens abaixo:

**Figura 43: Fachada das oficinas do Instituto Lauro Sodré**



Fonte: MATTOSO, 1904

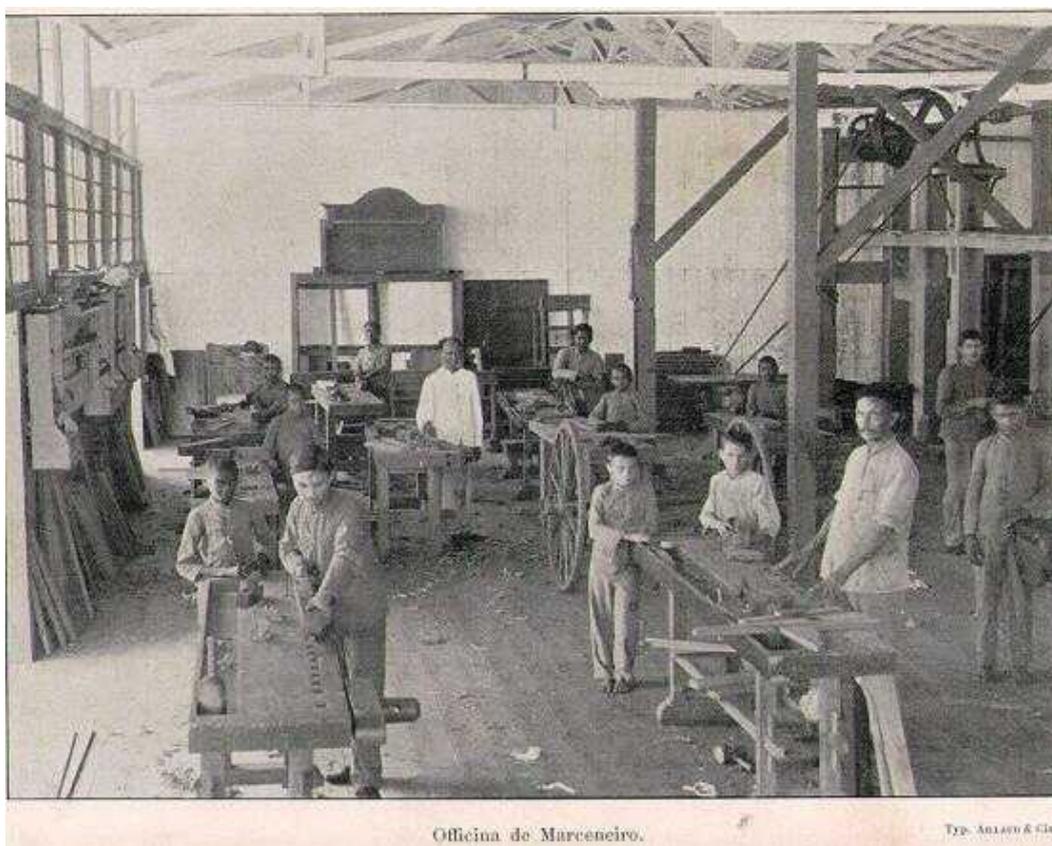
**Figura 44: Planta das oficinas**



Fonte: ERNESTO MATOSO, 1904.

A amplitude do programa criado pelo governo de Paes de Carvalho para a Escola Profissional do Estado, sofreu grandes alterações com o novo governo do Dr. Augusto Montenegro que ao assumir a administração, limitou os investimentos, sobretudo na reordenação das finanças destinadas à instrução pública, em especial às demandas do ensino profissional. Nessa emergência, as reformas no programa de ensino dessa instituição foram suprimidas, com a extinção do curso de agricultura, porém com maior investimento ao ensino das artes e ofícios, enriquecendo consideravelmente as oficinas com máquinas modernas e ferramentas, suprimindo cadeiras de disciplinas teóricas e aumentando o ensino prático. (MATTOSO, 1904, p.198-199).

**Figura 45: Oficina de Marceneiro do Instituto Lauro Sodré**



Fonte: Monografia do Instituto Lauro Sodré

O trabalho desenvolvido nas oficinas de marcenaria se intensificou para dar conta ao fornecimento das demandas nas instituições de ensino do estado. O investimento nestas oficinas com máquinas modernas e materiais de melhor qualidade, proporcionaram o aperfeiçoamento das mobílias, que passaram a ser fabricadas com as melhores madeiras da região, seguindo os padrões e modelos das escolas europeias e norte-americanas. A perfeição das mobílias não deixava a desejar se comparada com as das casas fornecedoras do estrangeiro.

Em visita a capital do estado, o ilustre secretário americano, Mr. Elihu Root, em companhia do governador, percorreu as instalações do Instituto Gentil Bittencourt, considerado pelo governo, como um grande palácio, no qual foram construídas instalações de grandes proporções para atendimento do ensino primário no estado. Conforme explicitado por Mattoso,

Numa das salas de estudo, Mr. Elihu Root notando **o bem acabado da mobília, perguntou se esta era de fabricação norte-americana ou europeia**, respondendo o D' Augusto Montenegro disse que taes peças eram fabricadas pelos meninos pobres da escola profissional do Estado.

Na rouparia achou o nosso ilustre hospede que **os guarda-roupas eram muito bonitos e bem feitos (...)**. Notou que os aparelhos de duchas e banheiros da sala de banho eram modernos e bons, **como se usa nas casas ricas da America do Norte**.

Mr. Elihu Root declarou que há cinco annos foi ministro da Instrução no seu paiz, tendo visitado por essa ocasião os melhores collegios, mas em nenhum **recebeu impressão mais agradável de conforto, de asseio, de disciplina e por não confessar, de luxo**, como naquele que acabava de visitar (MATTOSO, 1904, p. 162). (grifo meu)

As declarações dadas sobre o mobiliário fabricado pelos meninos pobres da escola profissional do Estado demonstram a importância da circulação de modelos por meio dos catálogos de mobiliário escolar, pois foram fundamentais para os fabricantes usarem como referência na produção e aperfeiçoamento dos produtos. As comparações do ministro americano sinalizam essa circulação de modelos, associando as mobílias fabricadas pelas oficinas do Instituto Lauro Sodré, com o mais avançado padrão circulante nas escolas da Europa e Estados Unidos. Considerado como um palacete de ensino, o Instituto Gentil Bittencourt fazia parte das escolas de 3ª entrância, portanto era contemplado com toda a mobília necessária para equipar suas salas de aula e demais dependências do suntuoso edifício que embelezava a vitrine do progresso na capital do Pará. Aos olhos do estado e dos visitantes, a instrução primária oferecida nestes espaços, edificadas para dar notoriedade de modernidade, era considerada o modelo ideal desejável pelos governantes e pela elite local.

O fornecimento de mobiliário para as demais escolas do estado também era evidenciado pelos relatórios, numa clara contradição das estruturas físicas oferecidas às escolas do interior, como se constatou:

Com os móveis ultimamente mandados fornecer pelo Instituto Lauro Sodré, fica mais ou menos completo o mobiliário escolar, o que é de indiscutível vantagem para o regular funcionamento das aulas no Grupo Escolar de São Caetano de Odivelas. (PARÁ. Relatório da Secretaria de Estado do Interior, Justiça Instrução pública, 1909.)

O relato sobre o grupo escolar de São Caetano de Odivelas, no interior do estado, embora tenha sido atendido com o fornecimento da mobília, apresenta mais uma vez as

desvantagens para suprir as reais necessidades. Nota-se que nas declarações citadas “fica mais ou menos completo o mobiliário escolar”, apontam que os sujeitos consideram como vantagem indiscutível para dar funcionalidade às atividades do grupo escolar. As dificuldades para mobiliar os espaços das escolas distantes da capital, despertaram nos sujeitos que faziam uso dessa mobília, práticas permissivas de conformação e aceitação do descaso com a instrução dada nas escolas distantes dos centros urbanos, confirmando com isso as imposições regulamentadas pelas relações de poder.

Como já mencionado anteriormente, cabe ressaltar que a produção do mobiliário escolar utilizava madeiras de grande valor no mercado, entre as mais nobres usadas na fabricação era o pau-amarelo, a qual foi destaque na Exposição Nacional do Rio de Janeiro, com a participação dos mobiliários escolares produzidos pelas oficinas do Instituto Lauro Sodré.

A seguir apresenta-se o mobiliário produzido pela oficina de marcenaria nos anos de 1903 e 1904, com a designação de fornecimento para determinadas instituições de ensino do estado.

QUADRO 7 - O MOBILIÁRIO PRODUZIDO PELA OFICINA DE MARCENARIA DO INSTITUTO LAURO SODRÉ - JANEIRO A DEZEMBRO (1903)

PARA O ESTADO	
TIPO DE MOBÍLIA	QUANTIDADE
Carteiras para a escola de Pharmacia	10
Carteiras para 2 alunos	224
Carteiras para 1 aluno	200
Quadros pretos com suporte	17
Cabides	234
Consertos	157
Mesas para professores	11
PARA O INSTITUTO	
Mesas	03
Pernas de mesas torneadas	22
Puxadores	50
Carteiras	08
Bancos	50
Estante	01
Cabides	150

Portões	02
Galeões para oficina de tipografia	10
Ganchos para cabides	50
Caxotins para cabides	26
Consertos	264
Tampas para privadas	08
Mostradores	02
<b>PARA PARTICULARES</b>	
Balaústres	36
Papelaria	01
Pernas de mesa	12
Mesa	01
Pés para armário	04
Maçanetas	04
Guarda casacas	02
Pranchetas pequenas	100
Bancos toscos	24
Caixilhos	01
Armário	01
Estante pequena	01

Fonte: Monografia do Instituto Lauro Sodré (1904)

#### QUADRO 8 - MOBILIÁRIO PRODUZIDO PELO INSTITUTO LAURO SODRÉ- 1904

<b>MOBILIA ESCOLAR</b>	
<b>OBJETOS</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Carteiras duplas	1.110
Ditas simples	658
Bancas de professores	37
Quadros pretos	88
Cabides para chapéus	1.719
Bancas para filtros	43

Mochos	60
--------	----

Fonte: PARÁ, Mensagem de 1904, p. 49.

Ao analisar a produção dos mobiliários nos anos de 1903 e 1904, nota-se a demanda de fornecimento tanto para as instituições públicas, quanto para particulares. A variedade de objetos fabricados, vão desde as carteiras para alunos, até a tampa de privadas, elementos importantes na composição do mobiliário escolar. Entre as demandas mais relevantes, destaca-se a produção de carteiras para 2 alunos, a quantidade é maior nos dois anos consecutivos, tipo de carteira que manteve uma solicitação significativa desde 1890, conforme as descrições relatadas no capítulo anterior sobre a aquisição para o estrangeiro. Desta constatação, percebeu-se a intenção do estado em manter uma economia nas finanças com este tipo de mobília para alunos.

Outro componente em destaque na produção, trata-se do grande número de cabides para chapéus, o que evidencia as preocupações com a organização do visual das escolas para acomodação da indumentária dos alunos. Dados mostram que além do quantitativo das fabricações, o número de consertos era bastante significativo, uma tarefa que era direcionada a esta oficina para reaproveitamento do mobiliário a ser enviado às escolas que reclamavam com brevidade, aquisição e reparo das condições do mobiliário sofrível de muitas escolas no interior.

QUADRO 9: DEMONSTRATIVO DOS MOVEIS E UTENSÍLIOS MANUFATURADOS NO INSTITUTO LAURO SODRÉ, POR CONTA DO ESTADO

MOVEIS	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1906 IGB	1907	1907 IGB	TOTAL
Carteiras escolares duplas	120	260	242	1.040	522	290		380		2.854
Carteiras escolares de um lugar			200	546	140	15	240	330		1.491
Carteiras completas para desenho									32	32
Quadros pretos		24	17	39	21	10	10	28		149
Bancos para filtros		25		14	25	11		24		99
Escarradeiras de páo		100								100
Bancos para professores		9	14	48	24	11	16	29		151
Cabides para chapéus		452	348	1.714	448	214		588		3.804
Carteira com 4 logares			10	4						14
Bancos para alunos		50								50
Estante para livros		1								1
Tribuna para o 1º Grupo Escolar				1						1
Mochos para Escola Normal				60					41	101

Bancos para lavatórios Instituto Orphanológico					24					24
Bancos envernizados para 12 logares Instituto Orphanológico					20					20
Bancos com 4 logares Instituto Orphanológico								30	54	84
Banquinhos para custura							200			200
Mezas para refeitório Instituto Orphanológico					18					18
Mezas com pedra de mármore para pharmacia							1			1
Mezinhas toscas para typographia									2	2
Cadeiras de rodízios para professores							16	17		33
Cadeiras de rodízios para refeitórios							240			240
Cadeira de páo amarelo e palhinha							64			64
Poltronas							4			4
Sofá							1			1
Dunderqueque com pedra marmore							2			2
Jardineira com pedra marmore							1			1
Porta-escova com pedra e gavetinha							4			4
Guarda-roupas com 264 corpos (12 cada um)							22			22
Commodas de cedro							5			5
Guarda-roupas com um corpo cada um							2			2
Confissionario de páo amarelo							1			1
Genuflexório de páo amarelo							20			20
Cúpula para confissionário forrada a seda								1		1
Cadeira para confessionario								2		2
Mostradores com vidraça para pharmacia							2		4	6
Guarda-petiscos							1			1
Guarda-louças grande, com pedra marmore							4			4
Guarda-louças pequeno com pedra marmore							1			1
Trinchantes							2			2
Aparadores com pedra marmore							2			2
Armários envidraçados, de páo amarelo							20			20

Escadas toscas							4	4
Pranchetas para aulas							24	24
Armário para typogrphia							1	1
Estrados para typographia							2	2
A entregar								
Carteiras escolares duplas							300	300
Carteiras escolares simples							600	600
Bancas de professor							8	8
Cadeiras para professor							26	26
Bancos para filtros							11	11
Quadros pretos							29	29
Cabides para chapéus							280	280

Fonte: PARÁ. Mensagem de governo, 1908.

Para melhor sintetizar o fornecimento de móveis e utensílios que foram manufaturados no Instituto Lauro Sodré, o quadro demonstrativo apresentado pelo governo entre os anos de 1901 a 1907, revela a significância da oficina de marcenaria para equipar as instituições de ensino do Pará. A extensa lista de diversos tipos de móveis, destacam o avanço da indústria local na fabricação destes objetos indispensáveis para a organização dos espaços da materialidade física das escolas.

Diferente das solicitações evidenciadas na aquisição do mercado externo, o quadro a cima apresenta uma descrição específica da composição do mobiliário escolar aqui fabricado, tais como: carteiras escolares duplas; carteiras escolares individuais; quadros pretos; bancos para filtros; escarradeiras de pau; bancos para professores; cabides para chapéus; bancos para alunos; estante para livros; tribuna; mochos; bancos para lavatórios; bancos envernizados para 12 lugares (refeitório); banquinhos para costura; mesas para refeitório; mesas com pedra de mármore; cadeiras de rodízios para professores; cadeiras de pau amarelo e palhinha; poltronas; sofá; jardineira com pedra mármore; porta-escovas com gavetas; guarda-roupas; cômodas de cedro; cadeira para confessorário; guarda-louças; armários envidraçados; pranchetas para aulas; estrados.

Entre as produções constantes nas manufaturas das oficinas do Instituto Lauro Sodré, ressalta-se que a partir do ano de 1906, a demanda mais significativa volta-se para o mobiliamento do Instituto Gentil Bittencourt – (IGB)- como descrito no quadro. Ano de reinauguração do novo edifício do instituto, as aquisições feitas para equipar o suntuoso palacete, demandou uma grande fabricação de moveis que pudessem prover este novo espaço, com as prescrições modernas previstas para este estabelecimento de ensino. Enquanto as outras

instituições equipavam suas salas de aula com carteiras para 2 lugares, o que se viu nas salas no IGB, foram carteiras individuais para meninas, fato que até então somente as salas de aula da seção masculina era contemplada nas demais instituições de ensino. Mais uma confirmação de que os espaços projetados para se tornarem as vitrines do progresso assumiram essa posição de fato.

### *5.2.2 - A expansão do mercado local: oficinas parceiras do estado.*

O cenário de mudanças com o declínio comercial da borracha, trouxe para o estado um novo investimento pautado nas fábricas e indústrias locais. As movimentações comerciais passaram a ser impulsionadas por imigrantes europeus, que viam na capital paraense um local atrativo para o luxo e o requinte dos grandes centros, fato que se fortaleceu no período áureo da borracha.

De acordo com Sarges (2017), a década de 1910 foi marcada pelo investimento do comércio e crescimento de empresas portuguesas em Belém do Pará. Observando o cenário de decadência na dinâmica da economia, muitos viajantes, que por aqui passaram levaram impressões positivas de uma cidade com ares europeus, tratava-se uma capital com inúmeras casas com requinte e movimentação de um capital cultural vantajoso. E foi neste período que muitas fábricas começaram a se instalar nas proximidades do centro comercial de Belém.

Conforme Sarges (2017), o bairro do Reduto, chamado inicial de Reduto São José, transformou-se no bairro das fábricas, sua localização privilegiada próximo ao porto da capital, deu impulso para o desenvolvimento fabril com vigor nesse contexto. A partir de 1913, a presença dos imigrantes portugueses no ramo fabril e comercial se fortalece no Pará, aqui faz-se referência às duas casas construtoras que demonstravam força no ramo da engenharia com a construção de vários prédios na cidade. Além das casas construtoras, os portugueses também possuíam casas de ferragens e miudezas,

A firma “Manuel Pedro & Cia”, localizada na Rua Bragança e na Travessa São Francisco em torno do centro histórico, e que oferecia serviços de carpintaria, ferraria, serralheria e marcenaria. A outra casa construtora, trata-se da “Salvador Mesquita & Cia”. Localizada na Travessa São Francisco nº 8 a 14, possuía oficinas de carpintaria, marcenaria a vapor, funilaria, serralheria, encanações e fabricação de ferragens. Construiu muitos prédios na capital, entre eles o Banco do Pará, o Grande Hotel, a casa de tecidos e miudezas Paris N’ América, que foi considerado símbolo de luxuosidade da elite local, além do Cinema Olimpia” (SARGES, 2017, p. 107).

**Figura 46: Fachada da casa Salvador Mesquita & C<sup>a</sup>. e o Grupo de operário.**



Fonte: SARGES, 2017, p. 107

A participação das casas portuguesas no processo de fabricação e conserto do mobiliário escolar que circulava nas escolas do Pará, deu vigor para o aperfeiçoamento da mão de obra, tendo em vista que a matéria prima para a produção de novas mobílias, seguiam os padrões do mercado externo. Com o aumento da produção do mobiliário escolar pela indústria local, a criação de novos grupos escolares e outras instituições para atendimento da instrução primária no estado, tornou-se necessário expandir a fabricação e os serviços de consertos para outras oficinas da capital. Os ofícios e relatórios da instrução pública trazem a vista nos documentos, diversas solicitações de fabricação e reparos da oficina do Sr. Salvador Mesquita e C<sup>a</sup>. Conforme descrito nos ofícios:

Officio nº 2448, de 10 de agosto de 1918.  
 Directoria da Instrução Pública Pimária do Estado do Pará  
 Enviado ao Sr. Salvador Mesquita & C<sup>a</sup>.  
 Peço-vos que informeis a esta Directoria qual o numero de carteiras escolares até hoje feitas em vossas oficinas, quantas já foram entregues e quantas existem ahí em acabamento.

Saúdo-vos

Officio nº 2489, de 13 de agosto de 1918.  
 Enviado à Diretora do Grupo Escolar Barão do Rio Branco.  
 Sra Diretora.

Recommendo-vos que informeis novamente a esta Directoria sobre o material entregue aos srs. SALVADOR MESQUITA & COMP., especificando as peças e os numero dellas para armação de cada carteira.

Saúdo-vos

Officio nº 1221, de 19 de março de 1919.

Sr. Salvador Mesquita & Comp.

Reitero-vos o pedido que vos fiz no sentido de serem devolvidos os quadros negros e as carteiras que faltaram na remessa do mobiliário do grupo de Santa Izabel, cuja demora causa prejuízos a marcha dos trabalhos naquelle estabelecimento.

Saúdo-vos

Officio nº 764, de abril de 1919.

Srs. Salvador Mesquita & Cia.

Peço-vos que providencieis, com urgência, para serem devolvidas ao Grupo Escolar da, cidade de Soure, seis (06) cadeiras americanas e uma estante que estão em vossa officina para receber concertos,

Saúdo-vos

A crescente demanda das instituições, exigiu a composição material dos espaços e isso significou a ampliação para além das manufaturas de mobiliário das oficinas da Escola Profissional do Estado. As solicitações feitas descritas nos ofícios apontam as urgências das mobílias, entre grupos escolares da capital e do interior. Peças fundamentais para funcionamento das aulas, como quadros negros e carteiras, são elementos indispensáveis para compor a sala de aula primária. Observou-se nas descrições dos ofícios, que embora a produção tenha se fortalecido no mercado local, ainda se mantinham circulando modelos de cadeiras americanas nos grupos escolares do interior, encaminhadas para reparos nesta officina, fato que comprova a falta de investimento do governo, que mantinha um mobiliário antigo, adaptado e sem condições de uso em muitas escolas.

Importa destacar que, enquanto o fornecimento do mobiliário feito pelas oficinas do Instituto Lauro Sodré era rendável ao estado, pois obtinha-se lucro aos cofres públicos com tais fabricações, a parceria com estas empresas de cunho estritamente privado, reforçam as restrições do estado em investir com mobiliários novos e em quantidade suficiente para suprir as demandas das instituições. Manter o mobiliário usado com reparos era a forma de garantir o mínimo, e em muitos casos não cumprir nem este mínimo às escolas, situações que levaram os sujeitos que se apropriavam destes objetos, a denunciar as condições precárias e sem qualidade, como determinado nos dispositivos legais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao trazer como foco de investigação o mobiliário escolar na instrução primária do Pará, esta pesquisa intencionou contribuir e dar visibilidade à História da Educação Paraense em interface com a cultura material escolar, visando consolidar este campo de conhecimento que entrelaça espaços, tempos, objetos, sujeitos, práticas e discursos, numa minuciosa teia traçada entre as re/leituras de documentos, em diferentes fontes, ao longo de um percurso de construção que vai se constituindo, uma nova história reescrita no grandioso e árduo trabalho de pesquisa aos que se dedicam a fazer história na educação.

A pesquisa se inseriu num momento importante em que o país, e especificamente o estado do Pará, vislumbra-se com a implantação e consolidação do Regime Republicano. Dessa forma, demandava-se o investimento e/ou fortalecimento de instituições de ensino, que fossem capazes de assegurar a materialização do projeto de desenvolvimento, pautado na modernização dos espaços públicos, vinculados aos preceitos da moderna pedagogia.

A compreensão da materialidade da escola, especificamente o mobiliário escolar e sua representação no processo de idealização, circulação e fabricação como um componente pedagógico, que se constituiu item fundamental e obrigatório para a organização do espaço escolar, requereu um esforço no sentido de analisar as práticas culturais construídas no interior da escola primária paraense, bem como apreender os discursos que orientavam os preceitos pedagógicos e influenciavam a escola primária na Primeira República.

Nas incursões investigativas com o objetivo de analisar a materialidade e seus dispositivos legais, a circulação de modelos difusores por meio das exposições universais e dos catálogos, a proveniência e aquisição do mobiliário escolar, o processo de fabricação e comercialização da mobília para a instrução primária do Pará, permitiu-se reconstituir a história deste mobiliário, que se encontrava em constante diálogo com os discursos educacionais, políticos, econômicos e científicos, pois o momento de circulação do ideário de modernização e progresso, vislumbrava com os avanços da ciência moderna.

O cenário político educacional no Estado do Pará, formou-se e foi intimamente relacionado ao comércio com o advento dos lucros da exploração da borracha, que contribuiu para uma nova organização da instrução pública primária, a estrutura de base foi vista pela elite política, como estratégia para a implantação do novo regime. As intervenções na modernização urbanística, renovaram seus espaços num processo de embelezamento da cidade caracterizada como vitrines do progresso, expressando a realização dos anseios e desejos das elites de se mostrarem progressistas e afinadas com o modelo europeu.

A movimentação portuária da capital do Pará ao comércio universal, resultou na intensificação imediata do fluxo de vapores em conexões com vários países de diferentes continentes, possibilitando a incorporação da região Amazônica como parte do crescente mercado internacional. O dinamismo promovido pela expressiva economia gomífera, possibilitou a chegada de mais pessoas, capitais e mercadorias, o que construiu nas elites da Amazônia uma situação de riqueza e progresso.

Ao tecer análise sobre o mobiliário escolar e a organização da materialidade da escola no Pará republicano, identificou-se que esta teve como horizonte, a percepção das articulações dos materiais e objetos dispostos no ambiente escolar com os aspectos ligados ao contexto político, econômico, cultural e social. A reestruturação educacional perpassou pela adoção do novo método de ensino e exigências materiais para a efetivação das aulas. O método intuitivo se propagou nos regulamentos da instrução primária, as lições de coisas demandavam uma diversidade de objetos de ensino, fato que incentivou o governo a equipar as instituições educativas do estado, com materiais importados de diferentes países.

Ainda que nem todos os projetos tenham se concretizados, esse cenário de aquisição da materialidade da escola primária paraense, forneceu indícios para compreensão dos modelos adotados influenciados pelas concepções pedagógicas e impostos pelos dispositivos legais. No período investigado, a legislação que regia a instrução primária passou por várias reformas, novos decretos e regulamentos que organizaram o ensino com seus programas. Entre 1889 e 1930, a legislação da instrução primária foi reformulada várias vezes: 1890, 1891, 1899, 1903, 1910, 1918 e 1929. Entrou em cena os dispositivos legais da instrução pública para configurar as imposições e estabelecer a ordem política vigente.

As políticas educacionais foram incorporadas a essa nova estrutura de embelezamento, traduzida pelas edificações caracterizadas como palacetes de ensino. Os novos espaços projetados para os grupos escolares, deram à capital do estado e às cidades mais importantes do interior, novos ares para a educação paraense, a monumentalidade das construções escolares promovida pelas reformas republicanas deu destaque para a importância da economia e do poder local. Atendendo ao Regulamento do ensino primário de 1899, o primeiro grupo escolar criado no estado do Pará foi no interior, no governo de Paes de Carvalho, na cidade de Alenquer, na capital foi criado em 1901 o Grupo Escolar José Veríssimo, projetado com um prédio de 02 pavimentos distribuídos com salas de aulas, vestuário e banheiros para ambos os sexos.

Equipar os suntuosos edifícios escolares da capital e do interior tornou-se uma dinâmica de relações sociais e econômicas, afinal era o desejo das elites governamentais mostrarem o poder e implementar a escola republicana idealizada pela política de modernização. Nesta

lógica, a aquisição do mobiliário escolar para as escolas era idealizado seguindo os preceitos higiênicos da moderna pedagogia, que circulavam nos diferentes centros urbanos do país e do mundo. Pautado nesse projeto de modernidade os documentos oficiais da instrução pública primária, revelaram a aquisição dessa mobília seguindo os ensinamentos e as exigências da higiene escolar, sendo importadas de casas francesas e norte americanas.

As questões de higiene pública e escolar, impunham aos governos a melhoria do espaço urbano, o reordenamento da população com o disciplinamento dos corpos por meio dos projetos higienistas educacionais, educando e ensinando novos hábitos de higiene individual e social. A legitimidade da ciência produzida nos moldes europeus e norte-americanos, possibilitou que os preceitos higiênicos pudessem ser aceitos pelas autoridades do Pará. As influências da medicina higienista levaram muitos médicos, engenheiros, juristas e outros profissionais engajados na cruzada higiênica, a assumirem cargos importantes na administração pública. Esse poder do higienismo, infiltrado nas demandas sociais e de saúde para a regeneração das mazelas, permitiu a aprovação de leis que passaram a regulamentar a instrução pública do Pará a partir de 1890.

Assim foi com o mobiliário escolar idealizado para compor os diferentes espaços das escolas primárias, as prescrições seguiam os modelos que circulavam pelo mundo nas Exposições Universais e por meios dos catálogos que serviram de vitrines para circulação de saberes. A disposição das carteiras escolares deveria seguir o proposto nos regulamentos, a sala deveria receber a iluminação pelo lado direito, evitando assim a miopia e outras moléstias. Políticas higienistas que se fortaleceram com imposição e projeção de uma sociedade destinada ao progresso.

No contraponto a essa projeção de vitrine do progresso, viu-se nos relatos dos sujeitos que se apropriavam dessa mobília e demais materiais, o descontentamento pela ausência desses objetos nas escolas, em sua maioria aquelas com localização bem distante da capital. Entre os entraves apresentados nos relatórios da instrução pública, estava o tipo de mobília para os alunos, carteiras com pés de ferro que deviam ser fixadas ao chão com parafusos e portanto, necessitavam da estrutura de montagem em piso apropriado para tal, fato que não foi possível se concretizar em muitos espaços das casas/escolas nas quais o piso era de chão batido. Com este agravante, as improvisações tornaram-se práticas constantes no interior das escolas, táticas que se entrelaçaram nos fazeres dos sujeitos condicionados ao cumprimento de normas impostas e determinadas pelas estratégias de poder.

Contudo, denúncias eram feitas por meio de documentos oficiais e pela imprensa local, jornais, periódicos educacionais, destinavam matérias evidenciando o estado de ruínas de

muitos espaços, os quais eram adaptados para funcionar como grupos escolares e não correspondiam com as determinações dos regulamentos da instrução primária.

Os documentos ora analisados ajudaram a identificar e analisar como estava regulamentada a instrução primária no período da primeira República. A materialidade da escola primária se constituiu por meio de uma gama de objetos e artefatos que circulavam no interior da escola e articulavam as relações existentes num determinado espaço e tempo na história da educação no Pará.

Neste estudo foi possível identificar os materiais solicitados e quais eram ou não fornecidos aos professores para o bom funcionamento das escolas. Pode-se observar que a provisão dos materiais necessários para a efetivação das aulas era precária, tendo em vista que a maioria das escolas solicitantes nos documentos analisados, estavam localizadas nas vilas e cidades do interior do estado, fato que dificultava o transporte e a demora na entrega do material. Outro fator que também contribuía ao não atendimento das demandas solicitadas, era a falta de disponibilidade orçamentaria do tesouro do estado que se esquivava da obrigatoriedade prevista nos regulamentos da instrução pública. A estrutura burocrático-administrativa pode se tornar um entrave ou elemento facilitador para o suprimento das necessidades materiais das escolas.

Contudo, não se pode negar que a instrução primária experimentou do progresso e das novidades que se propagaram com a circulação dos objetos, especialmente os catálogos aqui mencionados e analisados com suas influências na composição da materialidade da educação no Pará. Ainda que os entraves estruturais da maioria das casas/escolas denunciasses as limitações para o uso dos modernos mobiliários, diversas escolas da capital do estado foram contempladas com o que mais de moderno era produzido pelas empresas de mobiliário e demais artefatos que compuseram a organização do cotidiano escolar.

Os grandes eventos internacionais colocaram o estado na pauta da dinâmica de internacionalização dos objetos, a participação do Pará no circuito das Exposições Universais em diversos países, expondo seus produtos por meio da cultura do consumo, possibilitou o intercâmbio das novidades que se propagavam nos espaços de modernização dos materiais pedagógicos. Observou-se a partir das imagens dos catálogos em consonância com as imagens do mobiliário utilizado na instrução primária paraense, que a circulação desses modelos em determinadas instituições, seguiam os padrões exigidos para o modelo ideal de escola, principalmente aquelas que foram projetadas e construídas com espaços adequados para receber essa mobília, prescrita para atender as determinações dos modelos universais e modernos. O material adquirido no estrangeiro era baseado nas escolhas feitas por meio dos

catálogos de casas francesas e norte-americanas, que forneciam não somente o mobiliário, mas os objetos de ensino previstos nos programas de ensino primário.

A proveniência do mobiliário para as escolas primárias do Pará, movimentou o comércio externo e interno, por meios de transações que envolviam as casas fornecedoras, os mediadores que representavam o governo nos países com os quais se faziam os contratos de fornecimento dessa mobília. Nos pedidos feitos para o estrangeiro, observou-se que os modelos de mobília para os alunos, em sua maioria eram carteiras/banco-mesa de 02 lugares, revelando a intencionalidade do governo em economizar com os gastos, que embora tentasse incluir a educação paraense no padrão de vitrine do progresso, desviava-se dos preceitos defendidos como o modelo ideal de mobiliário escolar, que de acordo com diretor geral da instrução pública, o mais adequado deveria ser o uso das carteiras individuais, pois a preocupação com o corpo dos infantes, a higiene e a disciplina eram fundamentais para o desenvolvimento da saúde intelectual dos alunos.

Além destes inconvenientes, a quantidade solicitada não atendia o quantitativo necessário para suprir a demanda de alunos matriculados na instrução primária, a distribuição das mobílias encomendadas, tinha como prioridade atender primeiramente as escolas da capital, principalmente os suntuosos edifícios dos institutos e grupos escolares, vistos como as vitrines do progresso. A ordem seguinte vinha com as escolas de 2ª entrância, que recebiam o mobiliário já utilizado nas escolas de 3ª entrância, e por fim, quando fosse possível equipar as de 1ª entrância, estas mais prejudicadas por conta das dificuldades de acesso e localização.

Neste período, enquanto a economia da região mostrava-se com total vigor, viu-se as prioridades desse fornecimento via mercado externo, a modernidade chegava e movimentava o comércio entre o governo e as indústrias de mobiliário, a produção local era ignorada por não apresentar mão de obra qualificada para as demandas vigentes, nem possuir casas fornecedoras dos demais objetos.

No entanto, a partir da primeira década do século XX, a decadência do principal produto econômico da região amazônica, induziu os investimentos na produção local desse mobiliário, fato que valorizou a qualidade da fabricação feita nas oficinas da Escola Profissional do Estado. Assim, o Instituto Lauro Sodré passou a ser o principal fornecedor de mobília para as instituições públicas, além dos reparos que eram feitos nas oficinas de marcenaria, passou a receber fortes elogios de visitantes estrangeiros, os quais eram comparados com as casas fabricantes da Europa e Estados Unidos, sem deixar a desejar na qualidade das mobílias.

Além das oficinas do Instituto Lauro Sodré, o estado buscou parecerias com empresas privadas com sede na capital, casas que ofereciam serviços de oficinas como marcenaria,

serralheria, ferragem e outros suportes importantes para a fabricação e reparos do mobiliário que era encomendado pelo governo. Percebeu-se que a produção nas oficinas do Lauro Sodré eram serviços rentáveis para o estado, pois a demanda para atendimento, principalmente na oficina de marcenaria, apresentava manufaturas consideráveis com lucros significativos para os cofres desta instituição.

Embora o Estado tentasse satisfazer os anseios da política modernizante, regulamentando o uso de materiais escolares adequados para o ensino primário, exigindo e ordenando de professores e diretores das escolas, o cumprimento das leis que regiam o ensino público primário no estado, as condições materiais de espaço e mobiliário não satisfaziam as necessidades para o real funcionamento das casas de ensino. Constatou-se o descontentamento dos sujeitos, via relatórios da instrução pública, jornais de grande circulação e documentos oficiais denunciando a falta de atendimento às solicitações de materiais ou até mesmo o reparo de objetos, mais especificamente da mobília escolar, para que o funcionamento das instituições pudesse atender as exigências previstas nos dispositivos legais.

Nesta pesquisa, foi possível empreender como as autoridades administrativas do Pará foram se organizando para atender a obrigatoriedade da instrução pública primária, fato que evidencia a distância entre os regulamentos legais e a sua efetivação pelo poder público. A distribuição do mobiliário escolar foi um fator fundamental para a concretização da escolaridade obrigatória, pois ele é essencial para o funcionamento da escola, principalmente da sala de aula.

Chamamos atenção para o fato de que este tema envolve pesquisas que discutem a materialidade do universo escolar em seu percurso histórico e contemporâneo, por isso podemos afirmar que ainda há muito a ser discutido. Procuraremos, então, contribuir para a ampliação dos debates acerca das questões envolvidas, tendo em vista a importância da função e uso do mobiliário escolar em um momento histórico específico no debate da escola primária republicana no Pará.

## REFERÊNCIAS

### Fontes documentais

#### Álbuns

PARÁ. **Álbum do Estado do Pará (1901-1909)**. Oito anos de governo. Mandado organizar pelo Dr. Augusto Montenegro, governador do estado. Paris: Choponet, 1908.

PARÁ. **Álbum do Pará em 1899 na administração da Excia o Snr. Dr. José Paes de carvalho**. Parte descritiva do Dr. Henrique Santa Rosa. Photographias e composição de F. A. Findanza. Berlin, 1899.

#### Legislação

PARÁ. Decreto n° 148, de 7 de maio de 1890. Regulamento Geral da Instrução Pública Belém. Tipografia de Tavares & Cia, 1890.

\_\_\_\_\_. Estado. Decreto n° 625 de 02 de janeiro de 1899- reorganiza o ensino primário do estado. Belém: [S.n.]. 1899. 40 p.

\_\_\_\_\_. Estado. Regulamento geral do ensino primário reorganizado pelo decreto n. 1.190 de 17 de fevereiro de 1903. Belém: Typ. Diário Oficial, 1903. 55p.

\_\_\_\_\_. Estado. Dá nova organização ao ensino primário do Estado pelo decreto n. 1689 de 28 de abril de 1910. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910, 48p.

\_\_\_\_\_. Estado. Aprova os programas do ensino primário pelo Decreto n. 1695 de 30 de maio de 1910. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1910. 32 p.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 3.356, de 7 de maio de 1918. Altera o Regulamento do Ensino Primário. Belém: Imprensa Oficial, 1918.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 3.503, de 11 de março de 1919. Regulamenta a Diretoria de Higiene Escolar. Belém: Imprensa Oficial, 1919.

\_\_\_\_\_. Programa de Ensino. Revisto e adaptado pelo Conselho Superior do Ensino Primário. Belém: Imprensa Oficial, 1929.

#### Livros

MATTOSO, Ernesto. **O Dr. Augusto Montenegro: sua vida e seu governo**. Paris: T Dissieux, 1907.

**PARÁ. Monographia Do Instituto Lauro Sodre.** Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1904.

VIANNA, Arthur. **O Instituto Gentil Bittencourt – Esboço histórico.** Typ. e encadernação do Instituto Lauro Sodré. Pará, 1906.

### **Mensagens de governo**

**PARÁ.** Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Dr. José Paes de Carvalho, no ano de 1900. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial.>> Acesso em: agosto de 2015.

**PARÁ.** Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Augusto Montenegro, no ano de 1904. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial.>> Acesso em: agosto de 2015.

**PARÁ.** Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Augusto Montenegro, no ano de 1905. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial.>> Acesso em: agosto de 2015.

**PARÁ.** Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Augusto Montenegro, no ano de 1906. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial.>> Acesso em: agosto de 2015

**PARÁ.** Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Augusto Montenegro, no ano de 1907. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial.>> Acesso em: agosto de 2015.

**PARÁ.** Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Dr. José Luiz Coelho, no ano de 1908. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial.>> Acesso em:

**PARÁ.** Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Dr. José Luiz Coelho, no ano de 1909. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial.>> Acesso em: agosto de 2015.

**PARÁ.** Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Dr. José Luiz Coelho, no ano de 1910. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial.>> Acesso em: agosto de 2015.

**PARÁ.** Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Dr. José Luiz Coelho, no ano de 1911. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial.>> Acesso em: agosto de 2015.

**PARÁ.** Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. Governador Dr. José Luiz Coelho, no ano de 1912. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial.>> Acesso em: agosto de 2015.

**PARÁ.** Governo do Estado. Mensagem Dirigida ao Congresso Legislativo do Pará, no ano de 1927. Disponível em: <<<http://www.crl.edu/ptbr/brazil/provincial.>> Acesso em: agosto de 2015.

### **Ofícios**

**PARÁ.** Livro de Correspondência da diretoria Geral da Instrução Pública do Estado do Pará, 1890.

\_\_\_\_\_. Livro de Correspondência da Diretoria Geral da Instrução Pública. Encaminhado à Escola Mista do Lugar Souza na Estrada de Bragança, 1891.

\_\_\_\_\_. Livro de Correspondência da Diretoria Geral da Instrução Pública. Encaminhado à Escola Elementar da Comarca de Baião, 1891.

\_\_\_\_\_. Livro de Correspondência da Secretaria do Estado de Interior, Justiça e Instrução Pública. Grupo Escolar da cidade de Vizeu, 1911.

\_\_\_\_\_. Livro de Correspondência da Secretaria do Estado de Interior, Justiça e Instrução Pública. Encaminhado ao Instituto Gentil Bittencourt, 05 de janeiro de 1911.

\_\_\_\_\_. Minuta de Ofícios diversos da Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará. Solicitação do diretor do Grupo Escolar Benjamim Constant, 1918.

\_\_\_\_\_. Minuta de Ofícios diversos da Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará. Enviado ao diretor do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, 1918.

\_\_\_\_\_. Minuta de Ofícios diversos da Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará. Enviado ao diretor da Hygiene Escolar do Estado, 1918.

\_\_\_\_\_. Minuta de Ofícios diversos da Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará. Enviado ao Diretor Geral da Fazenda Pública do Estado, 1918.

\_\_\_\_\_. Minuta de Ofícios diversos da Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará. Enviado ao Sr. Salvador Mesquista & C<sup>a</sup> sobre mobiliário escolar, 1919.

\_\_\_\_\_. Livro de correspondência do Diretor da Instrução Pública ao Presidente do Conselho Escolar de Soure. 1919.

\_\_\_\_\_. Livro de Correspondência do Diretor da Instrução Pública à Professora do Grupo Escolar de Santarém. 1920.

### **Relatórios**

**PARÁ.** Agência de compras do Estado do Pará, na Europa. Relatório do ano de 1909. Belém: Tipografia do Instituto Lauro Sodré: 1910.

**PARÁ.** Secretaria da Inspeção Sanitária. Relatório apresentado ao Secretário de Interior, Justiça e Instrução Pública, 30 de julho de 1910.

PARÁ. Relatório de 1900 apresentado ao governo do estado José Paes de Carvalho pelo diretor Geral Vírgilio Cardoso de Oliveira. Belém: J. Chiatti, 1945.

PARÁ. Secretaria de Estado da Justiça, Interior e Instrução Pública. Relatório apresentado ao Governador do Estado Augusto Montenegro pelo Secretário de Estado Genuíno Amazonas de Figueiredo em 1903.

PARÁ. A Instrução Pública no Estado do Pará em 1890. Pará: Tip. De Tavares Cardoso & Cia., 1891.

PARÁ. O município de Belém, 1897 a 1902: Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém pelo Intendente Senador Antônio Lemos. Belém: Arquivo da Intendência Municipal, 1902.

### **Jornais**

**A PROVÍNCIA DO PARÁ.** Instrução Pública. Belém, 12 de julho de 1890, p. 2

**A EXPOSIÇÃO.** O Estado do Pará. Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1908, p. 4.

### **Impressos educacionais**

A ESCOLA: Revista Oficial de Ensino. **DA HIGIENE ESCOLAR.** Belém: Imprensa Oficial, ano 1, vol. II, 1900.

PARÁ, **Boletim Oficial da Instrução Pública**, n. 1, março/maio, 1905.

PARÁ, **Boletim Oficial da Instrução Pública**, n. 3, outubro/novembro, 1905.

### **Documentação do site Archive.org**

BANCROFT, J.A. & Co. Descriptive and illustrated catalogue of school furniture, apparatus, globes, maps, charts, black boards, mathematical instruments, &c., &c. 1870. Disponível em: <https://archive.org/details/descriptiveillus00jaba> Acesso em: 29 de setembro de 2017.

BOBRICK, GABRIEL A. Hygienic requirements of school furniture. New York: Press of Exchange, 1892. Disponível em: <https://archive.org/details/hygienicrequirem00bohr> Acesso em: 29 de setembro de 2017.

Catálogo descritivo de móveis e suprimentos escolares. Union School Furniture Company (em Battle Creek, Michigan), 1889. <https://archive.org/details/descriptivecatal00unio/page/32> Acesso em: 10 de março de 2018.

EDWARD E. BABB & Co. Illustrated catalogue of school supplies. (Boston, Mass.), 1897. disponível em: <https://archive.org/details/illustratedcatal00edwa> Acesso em: 29 de setembro de 2017.

HAMMETT CO, J.L. Catálogo ilustrado de material de jardim de infância, ajudas primárias, mapas, globos e gráficos, móveis escolares e quadros-negros, 1895.

<https://archive.org/details/illustratedcatal00jlha/page/n153> Acesso em 10 de março de 2018.

HENDRY CO, Geo. M. Public school equipment : [catalogue] no. 6, September, 1915.

Diponível em: <https://archive.org/details/publicschoolqui00henduoft> Acesso em: 29 de setembro de 2017.

### **Biblioteca Nacional da França**

DELAGRAVE. Catalogue spécial de mobilier et materiel scolaire et accessoires de classes. Paris, Librairie Delagrave. Deuxieme partie, 1890.

[Mobilier scolaire. Matériel d'enseignement. Catalogues. Recueil. 1892]. disponível em: gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56986274.texteImage. Source gallica.bnf.fr / Bibliothèque nationale de France. acesso em: 24 de maio de 2018.

### **Referências bibliográficas**

ALCANTARA, Wiara Rosa Rios. **Por uma história econômica da escola: a carteira escolar como vetor de relações** (São Paulo, 1874-1914). Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2014.

\_\_\_\_\_. **A transnacionalização de objetos escolares no fim do século XIX**. In: Anais do Museu Paulista, São Paulo, 2016.

ALVES, Laura Maria Araújo. **A política higienista no Pará da Belle Époque e a proteção à infância pobre em 1912**. In: Anais do VII Congresso Brasileiro de História da Educação, Cuiabá,- MT, 2013.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. 3ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2014.

BARRA, Valdeniza Maria Lopes da. **DA PEDRA AO PÓ: o itinerário da lousa na escola paulista no século XIX**”, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Possíveis relações entre aspectos materiais (espaço, mobiliário e utensílios) modos de organização da escola e intervenções de ensino**. In: Revista Brasileira de História da Educação, nº 14, p. 15-36, maio/agosto 2007.

BARROS, Armando Martins de. Os Álbuns Fotográficos como Motivos Escolares: veredas ao olhar. In: GATTI JÚNIOR, D.; FILHO, G. I. (Orgs.). **História da Educação em perspectivas: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

BENCOSTA, Marcus Levy. A noção de cultura material escolar em debate no campo de investigação da história da educação. In: CASTRO, C. A; S.L.V.(orgs.). **A escola e seus artefatos culturais**. São Luís: EDUFMA, 2013, pp. 21-33.

BENITO, Augustin Escolano. **A escola como cultura**: experiência, memória e arqueologia; [tradução e revisão técnica Heloisa Helena pimenta Rocha, Vera Lúcia Gaspar da Silva]. Campinas, SP: Editora Alínea, 2017.

\_\_\_\_\_. Etnohistória e cultura material da escola: a educação nas exposições universais. In: In: GASPAR, V. L.; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (ORGS.). **CULTURA MATERIAL ESCOLAR EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: ESCRITAS E POSSIBILIDADES**. Vitória, EDUFES, 2018.

\_\_\_\_\_. Las materialidades de la escuela (a modo de prefacio). In: GARPAS, Vera Lucia; PETRY, Marilia Gabreila (orgs.). **Objetos da escola**: espaços e lugares de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX). Florianópolis: Insular, 2012.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: o uso de imagens como evidência histórica. Traduzido por Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

\_\_\_\_\_. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_. **Variedade de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

CARVALHO, Marta Maria Chagas. **A Escola e a República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CASTRO, César Augusto. Os usos e as tipologias dos materiais escolares no Maranhão Oitocentista. In: CASTRO, César Augusto; CURY, Cláudia Engler; LOPES, Antônio de P. C; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira; (orgs). **Objetos, práticas e sujeitos escolares no Norte e Nordeste**. São Luís: EDUFMA: UFPB: Café & Lápis, 2011.

\_\_\_\_\_. **Leitura, impressos e cultura escolar**. São Luís: EDUFMA, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cultura material escolar: a escola e seus artefatos (MA, SP, PR, SC e RJ)- 1870/ 1925**. São Luis: EDUFMA: Café & Lápis, 2 ed.2013.

CASTRO, C A; CASTELLANOS, S. L. V. A escola como vitrine: os objetos escolares nas exposições do trabalho no maranhão império. In: GASPAR, V. L; SOUZA, G.; CASTRO, C. A. (ORGS.). **CULTURA MATERIAL ESCOLAR EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: ESCRITAS E POSSIBILIDADES**. Vitória, EDUFES, 2018.

CASTRO, Raquel Xavier de Souza. **Da cadeira às carteiras escolares individuais**: entre mudanças e permanências na materialidade da escola primária catarinense (1836-1914) Dissertação ( Mestrado em Educação)- Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CERTEAU, M. **A Escrita da História**; tradução Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica de Arno Vogel. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2010.

\_\_\_\_\_. **A invenção do cotidiano**. 1. Artes de fazer. Tradução de Epharaim Ferreira Alves. 22. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1990.

COELHO, Geraldo Martires. **No coração do Povo: o Monumento à República em Belém 1891-1897**. Belém: Paka- Tatu, 2002.

COELHO, Anna Carolina de Abreu. **O Pará na Exposição Universal de Paris em 1889: um lugar na retrospectiva das habitações humanas**. Expedições: Teoria da História e Historiografia, vol. 3, p.98-112, 2012.

COELHO, Maricilde Oliveira. **A escola Primária no Estado do Pará (1920-1940)**. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

DAOU, Ana Maria. **A Belle Époque amazônica**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

DUARTE, Raimunda Dias. **A ordem de educar meninos na Amazônia paraense: uma análise discursiva da obra Compendio de Civilidade Cristã, de Dom Macedo Costa (1880-1915)**. Tese (Doutorado em Educação) Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará: Belém, 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução Elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 4ed. Belo Horizonte: Autentica, 2010.

\_\_\_\_\_. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UPF, 2000.

\_\_\_\_\_. Escolarização e cultura escolar no Brasil: reflexões em torno de alguns pressupostos e desafios. In: BENCOSTA, Marcus Levy (Org.). **Cultura escolar, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

FELGUEIRAS, M. L. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. In: **Pro-posições**, v. 16, p. 87-102, jan./abr. 2005.

FERNANDES, Rogério. Cultura da escola: entre as coisas e as memórias. In: **Pro-posições**, v. 16, n. I (46) – jan./abr. 2005. p.19-39.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo, Martins Fontes, 1985.

FRAGO, Antonio Viñao. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: **História da Educação, arquitetura e espaço cultural**. São Paulo: Cortez, 2005.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Gomes de Souza Avelino. **José Veríssimo (1857-1916) e a educação brasileira republicana: raízes da renovação escolar conservadora**. Tese (Doutorado em História e Filosofia da educação) Universidade Estadual de Campinas: Campinas: São Paulo, 2004.

FRANÇA, M. P. S. G. S; LIMA, M.S.P. Expansão dos Grupos Escolares no Pará: 1901-1907. In: **História dos Grupos Escolares no Pará (1899- 1930)**. Relatório final do Projeto de investigação submetido ao Edital nº 14/2011.

GONÇALVES JUNIOR, L; RAMOS, G. N. S. **A educação física escolar e a questão do gênero no Brasil e em Portugal**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

GONDRA, J. G. **Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, J. G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. T; FILHO, L. M. F; VEIGA, C. G.(Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 4ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GUIMARÃES, Jaqueline Tatiane da Silva. **Os discursos dos médicos do estado do Pará nas “teses de doutoramento ou inaugurais” (1929-1954): saúde, assistência e educação na infância pobre**. Tese (Doutorado em Educação)-Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2016.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza. In: **Revista Brasileira de História da Educação** nº1 jan./jun. 2001.

JÚNIOR, D. G.; FILHO, G. I. (Orgs.). **História da Educação em perspectivas: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2005.

KUHLMANN JÚNIOR, Moisés. **As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições universais (1862- 1922)**. Bragança Paulista. Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**; tradução Bernardo Leitão [et al.] – 4ª ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

LOPES, Mario Allan da Silva. **Vitrine da república: A educação de crianças no 5º Grupo Escolar “Barão do Rio Branco em Belém- PA (1900-1912)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências Sociais e Educação – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2018.

MELLO, Balthazar Vieira de. **A Higiene na Escola**. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1902.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU, 1974.

NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jurgen. **A difusão mundial da escola**. Alunos, Professores, Currículo, Pedagogia. Lisboa: Educa, 2000.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da Educação e Fontes. In: GONDRA, José Gonçalves (Org.) **Pesquisa em História da Educação no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 17-62.

PARÁ, Governo do Estado. O Pará na Exposição Universal de Paris em 1889. Relatório do Presidente da Comissão, 1890.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_. **História e História cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PESEZ, Jean Marie. A história da cultura material. In: **A nova história**. Coimbra: Almedina, 1990.

PINHEIRO, Marinaldo Pantoja. **Instruir e civilizar: Educação de crianças no Grupo Escolar de Igarapé- Miri, Pará (1904-1943)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências Sociais e Educação – Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017.

PINHEIRO, Welington da Costa. **O Instituto Orfanológico do Outeiro: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913)**. Tese (Doutorado em Educação) Instituto de Ciências da Educação. Universidade Federal do Pará: Belém, 2017.

RIZZINI, Irma. Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da educação brasileira. **Revista Contemporânea de Educação**. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 4, n. 7. - janeiro/julho 2009. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

RIZZINI, I; SCHUELLER, A. **O instituto do Prata: índios e missionários no Pará (1898-1921)**. In: Currículo sem Fronteiras, v.11, n.2, pp.86-107, Jul/Dez 2011.

SANJAD, Nelson e CASTRO, Ana Raquel de Marques. **Comércio, política e Ciência nas Exposições Internacionais. O Brasil em Turim, 1911**. Revista Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 31, n. 57, p. 819-861, set/dez 2015.

SANJAD, Nelson e CASTRO, Ana Raquel de Marques. **Comércio, política e ciência nas exposições internacionais. O Brasil em Turim, 1911. Parte 2**. Varia Historia, Belo Horizonte, vol. 32, n. 58, p. 141-173, jan/abr 2016.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1980.

SARGES, M. N. **Belém: riquezas produzindo a Belle Èpoque (1870)**. Belém: Paka – Tatu, 2010.

SARGES, M.N. A árvore das patacas secou: o comércio português em Belém no primeiro quartel do século XX. In: MENEZES, Lená Medeiros e SOUSA, Fernando. **Brasil – Portugal- Pntes sobre o atlântico: Múltiplos olhares sobre E/ Imigração**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2017.

SARGES, Maria de Nazaré, COELHO, Anna Carolina de Abreu. Divulgando a Amazônia em Paris: Santa Anna Nery e sua Missão. *Revista de Estudos Amazônicos*. V.II, n1. Julho/Dezembro. 2007.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas (SP): Autores Associados, 2004, p. 1-12.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar da. **Objetos em viagem: discursos pedagógicos acerca do provimento material da escola primária (Brasil e Portugal, 1870 – 1920)**. In: **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, vol. 13, n 3 (33), p. 207-233, set/ dez, 2013.

SILVA, Vera Lúcia Gaspar; PETRY, Marília Gabriela (Orgs.). **Objetos da escola: espaços e lugares de constituição de uma cultura material escolar (Santa Catarina – séculos XIX e XX)**. Florianópolis: Insular, 2012.

SOUSA, Gustavo Rugoni de. **Da indústria à escola: relações da fábrica Móveis CIMO com o mercado escolar (1912-1954)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Centro de Ciências Humanas e Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina: Florianópolis, 2015

SOUZA, Rosa Fátima. História da Cultura Material Escolar: um balanço inicial. In: Marcus Levy Bencosta. (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas de ensino: itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, R. F. **Alicerces da Pátria: história da escola primária no Estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização**. São Paulo, Editora da UNESP, 1998.

STEPHANOU, M. Discursos Médicos e a Educação Sanitária na Escola Brasileira. In: STEPHANOU, M; BASTOS, M. H. C (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005, p. 142-164.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIANA, Luana Costa. **A Colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. Tese (Doutorado em Educação da Universidade Federal do Pará), 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. **No interior da sala de aula: ensaio sobre cultura e práticas escolares**. In: *Currículo sem Fronteiras*, v.9, n. 1, pp-25-41, jan/jun 2009.

\_\_\_\_\_. **Cultura e práticas escolares: a escola pública brasileira como objeto de pesquisa**. *Revista Interuniversitária de História de la Educación*. Salamanca, nr. 25, 2006, p. 153-171.

\_\_\_\_\_. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documento e arquivos escolares. In: **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

\_\_\_\_\_. Culturas Escolares. **Estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)**. Campinas: Autores associados, 2005.

\_\_\_\_\_. A invenção da modernidade educativa: circulação internacional de modelos pedagógicos, sujeitos e objetos no oitocentos. In: CURY, Cláudia Engler; MARIANO, Serioja Cordeiro (Orgs). **Múltiplas visões: cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

VIDAL, Diana G. Entrevista com Diana Gonçalves Vidal. In: **SciELO em Perspectiva: Humanas**, 2013. Disponível em: <http://humanas.blog.scielo.org/blog/2013/10/18/entrevista-com-diana-goncalves-vidal>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

APÊNDICES

IMAGENS DE MOBILIA E DEMAIS OBJETOS QUE CONSTITUÍRAM OS ESPAÇOS  
DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA NO PARÁ

FONTE: ARQUIVO PESSOAL (2016)

DISPONÍVEL EM: Instituto Gentil Bitencourt e Instituto de Educação do Pará – Belém/PA























## QUADROS SOBRE O MOBILIÁRIO ESCOLAR NA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DO PARÁ (1889-1930)

<b>FONTE: OFÍCIOS</b>				
<b>ORIGEM</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>TIPO DE MOBÍLIA</b>	<b>DATA</b>
<b>Palácio do Governo do Estado do Pará</b>	Recomendação reparos na mobília escolar	Recomenda providências no sentido de serem reparados com brevidade, a mobília escolar recolhida a esse estabelecimento, a fim de que sejam utilizadas nas escolas que reclamam com urgência.	<b>Sem especificação</b>	<b>21.03.1891</b>
<b>Escola do Instituto Paraense de Educandos Artífices</b>	<b>Fornecimento de mobiliário</b>	O Instituto de educandos Artífices forneceu ao Colégio do Amparo, os artigos constantes na guia de nº 98 ao mestre da oficina de marcenaria: 20 bancas de cedro envernizadas com pés torneados; 01 banca para filtro com pedra de mármore.	<b>Bancas de cedro/ banca para filtro com pedra de mármore</b>	<b>31.12.1891</b>
<b>Instituto Gentil Bittencourt</b>	<b>Reparo na mobília</b>	Precisando de algumas reparações as carteiras das alunas e a máquina minerva de tipografia...	<b>carteiras</b>	<b>05.01.1911</b>
<b>Grupo Escolar de Muaná</b>	<b>Solicitação de mobiliário</b>	Solicitação feita ao Secretário da Instrução publica de 06 carteiras de assento e atlas para os alunos.	<b>Carteiras de assento</b>	<b>07.01.1911</b>

<b>(Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará)</b>	Informação do quantitativo de mobiliário escolar	Solicitação feita ao Sr. Salvador Mesquita do quantitativo de carteiras escolares, fornecidas em sua oficina a esta diretoria.	<b>carteiras</b>	<b>10.08.1918</b>
<b>(Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará)</b>	Cedência de mobiliário escolar	Solicitação ao Diretor do Grupo Escolar Benjamin Constant, que faça cessão à diretoria das Escolas Anexas ao Curso Normal, de uma das estantes envidraçadas, a fim de suprir a falta naquele estabelecimento.	<b>Estante envidraçada</b>	<b>10.08.1918</b>
<b>Minuta de Ofícios diversos (Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará)</b>	<b>Especificação de material de mobília escolar</b>	Ofício enviado à diretora do Grupo escolar Barão do Rio Branco, solicitando especificações de peças entregues aos Srs. SALVADOR MESQUITA & COMP para montagem de carteiras.	<b>carteiras</b>	<b>13.08.1918</b>
<b>Minuta de Ofícios ao Thesouro</b>	<b>Pagamento de mobiliário</b>	Ofício enviado ao Diretor Geral da Fazenda Publica do Estado, autorizando o pagamento de uma mesa de filtro para atender a necessidade da Escola Normal.	<b>Mesa de filtro</b>	<b>30.08.1918</b>
<b>Minuta de Ofícios diversos</b>	<b>Mobiliário Escolar</b>	Ofício enviado ao Sr. Salvador Mesquita & C <sup>a</sup> reiterando o	<b>carteiras</b>	<b>19.03.1919</b>

<b>(Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará)</b>		pedido feito de quadros negro e carteiras que faltaram na remessa do mobiliário do Grupo de Santa Izabel, cuja demora causa prejuízos ao andamento dos trabalhos na escola.		
<b>Minuta de Ofícios diversos (Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará)</b>	<b>Solicitação de mobiliário escolar</b>	Ofício enviado ao Sr. Salvador Mesquita & C <sup>a</sup> para providenciar com urgência, a devolução ao Grupo Escolar de Soure, 06 cadeiras americanas e 01 estante, que estão na oficina para concerto.	<b>Carteiras e Estante</b>	<b>15.04.1919</b>
<b>Minuta de Ofícios diversos (Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará)</b>	<b>Mobiliário Escolar</b>	Ofício enviado ao Presidente do Conselho Escolar de Soure para entrega do mobiliário escolar, à professora substituta deste estabelecimento de ensino.	<b>Sem especificação</b>	<b>22.04.1919</b>
<b>Minuta de Ofícios diversos (Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará)</b>	<b>Mobiliário Escolar</b>	Ofício enviado ao Presidente do Conselho Escolar de Mocajuba, autorizando entregar mediante recibo, a professora da escola elementar mista de Juaba, no município de Cametá, 10 carteiras existentes sem utilização nesta instituição.	<b>carteiras</b>	<b>25.04.1919</b>

<b>Minuta de Ofícios diversos (Diretoria da Instrução Pública Primária do Pará</b>	<b>Mobiliário escolar</b>	Ofício enviado ao Intendente Municipal de Irituia, solicitando a relação de mobiliário que pertenceu ao antigo Instituto de Ourém.	<b>Sem especificação</b>	<b>28.04.1919</b>
--	---------------------------	--	--------------------------	-------------------

<b>FONTE: RELATÓRIOS</b>				
<b>ORIGEM</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>TIPO DE MOBÍLIA</b>	<b>DATA</b>
<b>Relatório geral da instrução Pública (José Veríssimo)</b>	A instalação escolar, mobília e material para a Escola primária	Solicita mobília escolar bastante para o número de alunos, construída seguindo os ensinamentos e as exigências da Higiene escolar, adaptando-se pelo menos três tipos de bancos carteiras, correspondentes as idades de 6 a 8; 9 a 11 e 12 a 14... de um fabricante de mobília escolar americana...	Bancos carteiras; um estrado para mesa de professor; Uma mesa ou carteira para professor; Um armário envidraçado para coleções feitas pelo professor e alunos; Um bom quadro preto de madeira	<b>1890</b>
<b>Relatório da Secretaria de Estado do Interior, Justiça Instrução pública (Augusto Olympio)</b>	1º grupo escolar (mobília)	A mobília continua em bom estado depois de ser completamente limpa e serem substituídas muitas carteiras	carteiras	<b>1909</b>
<b>idem</b>	2º grupo escolar (fornecimento de móveis, compêndios e utensílios)	Nota-se no grupo a falta de 4 cadeiras e 3 bancas para as professoras, 4 quadros para operações, cabides para	Cadeiras e bancas para professor; cabides; carteiras para alunos	<b>1909</b>

		chapeos, já sendo também insuficiente para as aulas, o número de carteiras		
<b>idem</b>	Grupo Escolar do Mosqueiro (Móveis e utensílios)	Faz-se mester uma pequena limpeza e conserto de algumas carteiras. Esses móveis já estão em uso a 5 anos precisando de um envernizamento. Até esta data as professoras ainda não tem as cadeiras próprias e assim faltam 2 carteiras para as adjuntas.	Carteiras; cadeiras para professoras	<b>1909</b>
<b>idem</b>	Grupo Escolar de São Caetano de Odiveiras (Mobília escolar)	Com os móveis ultimamente mandados fornecer pelo Instituto Lauro Sodré, fica mais ou menos completo o mobiliário escolar, o que é de indiscutível vantagem para o regular funcionamento das aulas.	Sem especificação	<b>1909</b>
<b>idem</b>	Grupo Escolar de Bragança	O mobiliário escolar fornecido para a instalação do grupo, está em bom estado de conservação e asseio.	Sem especificação	<b>1909</b>
<b>idem</b>	Grupo Escolar de Alenquer (mobília)	A mobília escolar é insuficiente, e para que possa servir ainda, por mais algum	Sem especificação	<b>1909</b>

		tempo, precisa de um reparo geral.		
<b>idem</b>	Grupo Escolar de Óbidos	Já tive a ocasião de levar ao conhecimento de Vsa. Exc. Que a mobília e mais acessórios deste estabelecimento, pelo longo uso, ainda assim estão em sofrível estado de conservação, alguns objetos há porem, que precisam ser substituídos...	Sem especificação	<b>1909</b>
<b>idem</b>	Grupo Escolar de Curuçá (mobiário)	Em relatórios anteriores já temos tratado do mobiliamento deste grupo escolar. Adaptado como foi o prédio para o fim a que vantajosamente está servindo...é de se estranhar que o mobiliamento das escolas não esteja completo...as carteiras em número insuficiente, são ainda as que vieram das escolas isoladas, a maior parte bastante danificadas que somente estão servindo pelos constantes reparos que mandamos fazer.	carteiras	<b>1909</b>

	Grupo Escolar de Viseu (móveis e utensílios)	A mobília do grupo está perfeitamente conservada, assim como parte dos utensílios, há apenas necessidade meia dúzia de cadeiras, capacho, papel...	cadeiras	<b>1909</b>
<b>idem</b>	Grupo Escolar de Soure (material)	Acha-se no melhor estado de asseio e conservação o material deste grupo, ressentindo-se apenas nas escolas a falta de 2 bancas para as adjuntas de algumas carteiras para alunos.	Bancas; carteiras	<b>1909</b>
<b>idem</b>	Grupo Escolar de Baião (móveis e utensílios)	O mobiliário do grupo acha-se em estado lastimável. Da mobília destinada ao gabinete do diretor e corpo docente, não há uma peça em bom estado. Houve necessidade de tomar por empréstimo 12 cadeiras pertencentes à Intendencia. Das 5 mesas destinadas às professoras, 3 são imprestáveis. As carteiras dos alunos em	Cadeiras; mesas de professor, carteiras de alunos	<b>1909</b>

		números reduzidos, precisam de reparos.		
	Grupo Escolar de Macapá (móvel)	O grupo precisa de uma móvel escolar uniforme e moderna, pois a que foi fornecida já era usada e acha-se estragada.	Sem especificação	<b>1909</b>

<b>FONTE: ÁLBUNS DO PARÁ</b>				
<b>ORIGEM</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>TIPO DE MOBÍLIA</b>	<b>DATA</b>
<b>Álbum do Pará</b>	Móvel (Instituto Gentil Bittencourt)	Nos vastos dormitórios as educandas tem magnificas camas de ferro, com telas de arame, envernizadas e douradas...	Camas de ferro	<b>1908</b>
<b>Dr. Augusto Montenegro: sua vida e sua obra. (Ernesto Mattoso)</b>	Visita do Secretário de Estado do governo dos Estados Unidos (Instituto Gentil Bittencourt)	Numa das salas de estudo, Mr. Elihu Hoot, notando o bem acabado da móvel, perguntou se esta era de fabricação norte-americana ou europeia o D' Augusto Montenegro disse que tais peças eram fabricadas pelos meninos pobres da escola profissional do estado (pag.162)	<b>Sem especificação</b>	<b>1907</b>
<b>O instituto Gentil Bittencourt</b>	Móvel	Toda a móvel da casa foi fornecida pelo Instituto Lauro	Sem especificação	<b>1906</b>

<p><b>Esboço Histórico</b> <b>(Arthur Vianna)</b></p>		<p>Sodré que ainda uma vez deu prova das condições de progresso e aperfeiçoamento em que se acham aquellas oficinas, para executar toda e qualquer obra, rivalizando com as melhores casas da Europa e Rio de Janeiro. (pag. 78)</p>		
---	--	--	--	--

<b>FONTE: REGULAMENTOS</b>				
<b>ORIGEM</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>TIPO DE MOBÍLIA</b>	<b>DATA</b>
<p><b>Regulamento Escolar do Estado do Pará Ensino Primário</b></p>	<p>Mobilia</p>	<p>Art. 11º - A mobília escolar será instalada de acordo com as prescrições da hygiene escolar, devendo os alunos quando escreverem receber a luz pela esquerda.</p>	<p>Sem especificação</p>	<p><b>1890</b></p>
<p><b>Regulamento Escolar do Estado do Pará Ensino Primário</b></p>	<p>Mobília</p>	<p>Art. 12º - sempre que for possível e o exigir a qualidade da mobília, esta deve ser fixada por parafusos ao assoalho, quando não será aparafusada sobre taboas ou ripas, de modo a dar-lhe estabilidade e melhor conserva-la.</p>	<p>Sem especificação</p>	<p><b>1890</b></p>

<b>Regulamento Geral do Ensino Primário Reorganizado</b>	Mobília			<b>1903</b>
--	---------	--	--	-------------

<b>FONTE: MENSAGENS</b>				
<b>ORIGEM</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>ASSUNTO</b>	<b>TIPO DE MOBÍLIA</b>	<b>DATA</b>
<b>Mensagem de Governo</b>	<b>Mobiliário (pag.49)</b>	<b>O Instituto Lauro Sodré manufacturou 1.110 carteiras duplas, 658 ditas simples, 37 bancas de professores, 88 quadros pretos, 1719 cabides para chapeos, 43 bancas para filtros e 60 mochos.</b>	<b>Carteiras para alunos; ditas; bancas para professores; quadros pretos; cabides; banca para filtros; mochos.</b>	<b>1904</b>
<b>Mensagem de governo</b>	<b>Mobiliário (pag.28)</b>	<b>O instituto Lauro Sodré é o grande fornecedor de mobília escolar para as casas de ensino. Basta dizer que ele tem mobiliado todos os grupos escolares e mais institutos do governo... ainda o instituto tem em stok a mobília precisa para os novos grupos de Irituía, Anajás, Guamá e Macapá.</b>	<b>Sem especificação</b>	<b>1907</b>

ANEXOS

ANEXOS DO CAPÍTULO 3

Anexo n.1

—Antonio Ferreira da Nazareth.—Volte ao thesouro, para informar qual foi o empregado que deu lugar ao pagamento indigido.

—Avelino Coelho da Silva.—Prave a exigido pela inspectoría do thesouro.

—Agustina do Carmo Pacheco.—Não pôde ser atendida, á vista do art. 124 do regulamento da instrucção publica, sem ser ouvido o conselho do Estado.

—Joaquim Pereira & C.—Informe o thesouro do Estado.

—Diversos moradores estabelecidos na costa, districto de Obidos.—A' intendencia de Obidos, para ouvir o conselho escolar d'esse municipio, quando for constituído.

—Luiz de Franca Boges e Antonio Felipe de Souza.—Informe o director da estrada de ferro da Bragança.

—Cecilia Rodrigues Cavallero, Maria da Gloria Ferreira Dalmasio, Erelvina da Conceição Martins, Josephino Cyrano Ross Lobato e diversos moradores em Bragança, no Tagoa.—Informe o director da instrucção publica.

—José Damazo de Oliveira.—Não pôde ser atendida por estar prescrida a cadeia.

—Cecilia & C.—Ao thesouro, para pagar, em termos.

—Manoel Antonio Pinheiro.—Informe o desembargador chefe da policia.

—Manoel José Rodrigues Bicho.—Volte a thesouraria de fazenda, para informar.

—João Chaves Lobato (bacharel).—Informe a thesouraria de fazenda.

—Raymundo Nazario Correia de Miranda.—A' vista da informacão prestada pela thesouraria de fazenda, não tem lugar o que requer.

—Augusto Montenegro (bacharel) e Henrique de Moura Pella.—Como requer.

—Francisco Barroto C. da Fonseca.—Faça a publicacão d'essa repartimento, remette-se a intendencia municipal de Gurupá, para informar.

—J. L. da Silva e Souza & G.—Informe a thesouraria de fazenda.

—Francisco Peix.—Ao sr. inspector do arsenal de marinha, para o seu requerido.

—Cezar Santos & C.—Alibetidos, com officio d'esta data a thesouraria de fazenda.

—Sergio Luis Maira de Vasconcellos (bacharel).—Gereffice-se.

—Manoel Reynaldo Alves (padre).—Informe a thesouraria de fazenda.

—João Alípio Baptista Leite.—Informe a intendencia municipal de Franca.

—Condado de Assis da Conceição Lima.—Atendido, com a portaria d'esta data.

—Joaquim Goolbert do Espirito-Santo.—Como pede.

—Estanislau Cassiano de Loureiro.—Como requer.

—Joaquim N. da Silva Matta.—Deferido, com officio d'esta data ao ministerio da fazenda.

—Sardinha, capitão, analista geologica e musicista da cathedra.—Indiferido, á vista da informacão da thesouraria de fazenda.

Hygiene publica

Inspectoria de hygiene do Estado do Pará, 10 de julho de 1890.—Lovo ao vosso conhecimento que o facto denunciado pelos jornaes d'esta capital, de existirem n'uma só casa 2 varíolosas, á travessa Nova de Janeiro, foi verificado por esta inspectoría, que apresna-se a informar-vos de que esses doentes apresentam tto boa disposicão, que todos elles estão de pé, sem mesmo tuma creança de 4 annos, que tambem se accommetida, apresentar symptomas graves que caracterizam a verdadeira variola.

Casos semelhantes têm por vezes sido denunciados á esta inspectoría em publicacões pelos jornaes diarios, ganhando essas noticias naturalmente maior vulto pelo embocamento que tem já a nossa populacão de que essa moléstia rema epidemicamente em alguns Estados do Sul.

Sendo os doentes do que trata da familia do sr. Salustiano de Souza, que, por suas condições de fortuna, não pode ser considerado indigente, dá as providencias necessarias quanto á desinfecção e asseio da dita casa e determinei que fossem as visitas medicas feitas pelos membros d'esta inspectoría, visto todas as possadas que ali habitaem se vestem vestidas, e, n'outras, que commettam soffrimentos, razão por que a moléstia é de benigna qualidade.

Aproveito a occasião para lembrar-vos que determino sejam solicitadas do sr. desembargador chefe de policia do Estado as ordens para que os inspectores do quartelão, dêm sciencia á esta inspectoría de qualquer caso de variola que se manifeste em suas circumscrições.

Saude e fraternidade.—Ao sr. dr. Justo Leite Chermont, D. Governador d'este Estado.—Dr. Cyrilliano José dos Santos, inspector de hygiene do Estado.

INSTRUÇÃO PUBLICA

Eschola publica da freguesia de Porto Salvo, 4 de julho de 1890.—Exm. cidadão Governador do Estado.—Recedi no dia 23 do passado a circular que me dirigiu o illustre Vice-Governador, chamando a minha attenção o estado para o novo regulamento da instrucção publica, e recomendo-me não só a sua fiel execucão, como tambem que empregue toda a boa vontade, esforço e dedicacão que

exigem o meu caracter de professor, o bem e progresso d'este Estado.

Compro-me respeitosamente dizer-vos que, por maior que seja a minha dedicacão e boa vontade, não poderei fazer tudo o que desejo e é do meu dever, sem que me sejam fornecidos os meios, isto é, a mobilia, os livros e mais objectos necessarios para o regimen regular da eschola.

Como effeito, a mobilia pertencente a esta eschola, não serve n'ella, porque os pais de familia não consentem que os seus filhos se utilizem da mesma, dando como razão a perigosa enfermidade (morphé) da que se achava affectado o ex-professor.

Insistir em pôr aquella mobilia na eschola equivale a fazer retirar os alumnos.

Actualmente, sirvo-me de umas mesas e uns bancos emprestados, que não se acham de modo algum no caso de figurarem como mobilia da casa de educacão o ensino.

Tudo isto já eu expuz de viva voz ao illustre director geral da instrucção publica, no dia 22 de maio, tendo ido á capital unicamente para esse fim, e em officio datado de 29 de junho. A mesma exposicão vos fiz, sr. Governador, quando vos dignastes vir visitar a eschola no dia 4º do passado.

Além d'isso, não ha livro nenhum para a escripturacão escolar, pelo que até a matricula, ponto diario e termos de visita fazem-se em folhas de papel avulsas.

Não existem tambem outros objectos indispensaveis para as aulas, taes como: relógio, campainha, giz, quadro preto, indicador, compassos, regua, esquadros, etc.

Como pôde o professor impôr silencio aos alumnos, principalmente em uma eschola frequentadissima como se acha esta actualmente, sem uma campainha? Como pôde distribuir o trabalho e o tempo escolar, dando execucão ao horario sem um relógio? Como pôde ensinar o calculo, a geometria, etc., sem o quadro preto e mais instrumentos necessarios?

Finalmente, ha falta de livros didacticos, papel, pennas e tinta, para distribuir aos alumnos, que na quasi totalidade são pobres, e precisam portanto do auxilio do Governo.

Accresco ainda que os livros de leitura, existentes contrariam formalmente os principios sobre que assentam as novas instituições do país.

A vista d'isto, exm. sr. Governador, faltando tudo n'esta eschola, não é possível que o professor pouca em pratica o bello programma de ensino do novo regulamento, sem que se lhe forneça os meios necessarios. N'este sentido dirigi-me officalmente ao sr. director geral da instrucção publica, fazendo-lhe uma exposicão idéntica a esta do estado da eschola e pedindo-lhe providencias para que a mesma seja provida do necessario para a sua regular organisacão, conforme a nota que acompanha a dita exposicão.

Saude e fraternidade.—Ao illustre cidadão dr. Justo Leite Chermont, M. D. Governador do Estado do Pará.

O professor publico, FRANCISCO FERREIRA DE VILHELA ALVES.

CONSELHOS DIARIOS

O Brazil Medico dá a seguinte receita prescripta pelo barão de Torres Homem: Quando a congestão hepatica persiste após o emprego dos revulsivos e chloagogos, é util a seguinte formula:

Iodoformio, extracto de cicuta, extracto de fel de boi, sabão medicinal, 3 grammas de cada substancia; extracto de belladona, 90 centigrammas.

F. S. A. 39 dilua. Para tomar 3 por dia, devidamente espaçadas e b. sendo sobre cada uma meio copo de agua de Carlsbad.

Parece que o Governo vai autorisar o thesouro a entregar o dinheiro ao administrador do theatro da Paiz, para occorrer a diversas despesas.

BALISAMENTO DO PORTO

O sr. capitão de fragata inspector do arsenal de marinha tomou a resolução de mandar balisar com uma bola de ferro a restinga próxima da ilha Tatoca.

Outras bolas serão collocadas em outros pontos do novo porto, que carecem de ser assignalados, para maior facilidade da navegacão. A de Tatoca será collocada por toda a corrente mar.

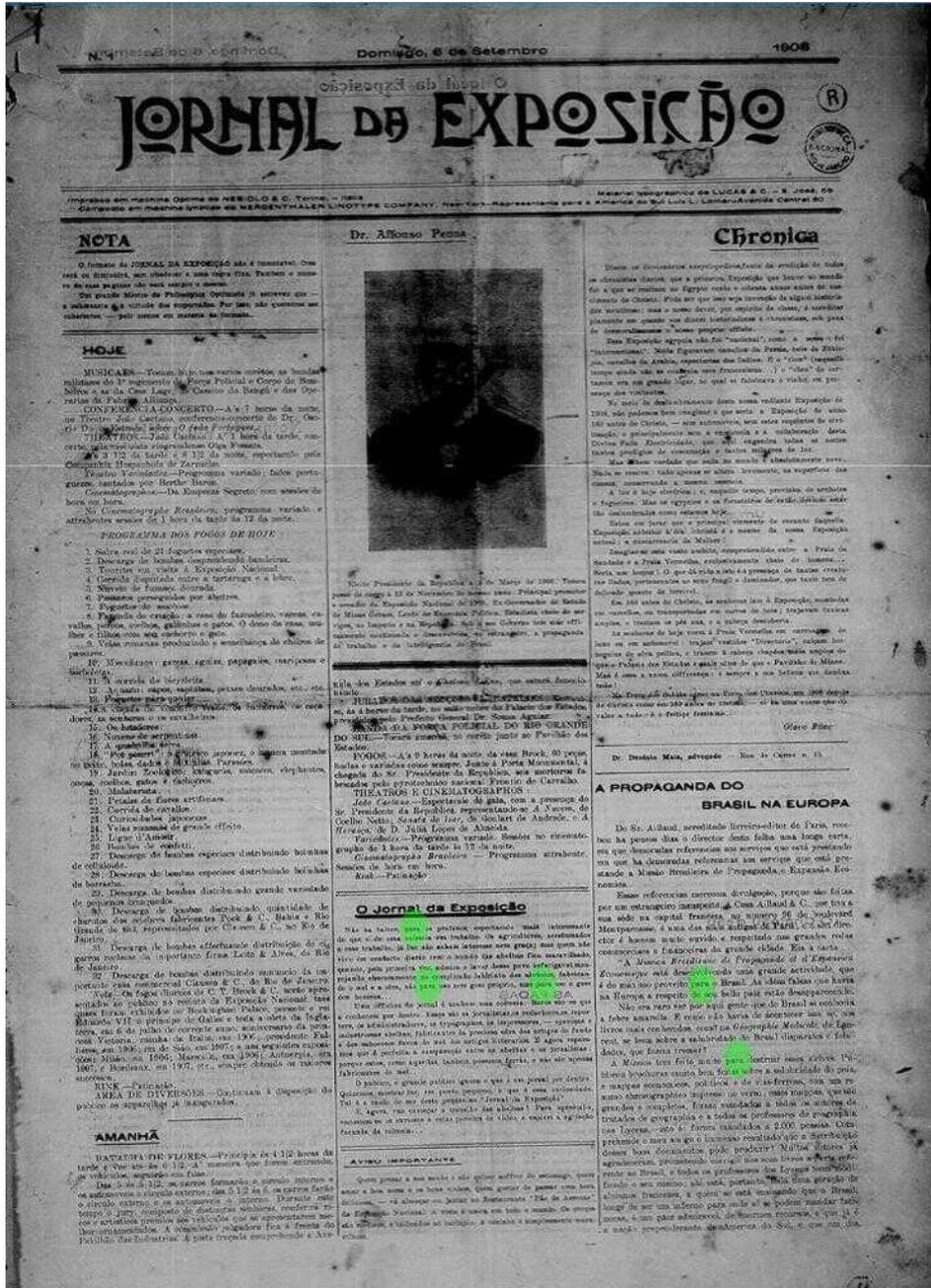
E' um bom servico que presta o sr. capitão de fragata Xavier de Castro.

Obteve approvação para pratica da linha do Maués o cidadão Octaviano Hollandes Corréa de Miranda.

A capitania do porto, onde realizou-se o exame, expedio-lhe o competente titulo.

ANEXOS DO CAPÍTULO 4

Anexo n. 2



Fonte: Jornal da Exposição, 6 de setembro de 1908.



ANEXOS DO CAPÍTULO 5

Anexo n. 5

Nome do vapor	EMBARQUE		Número de lotes	Quantidade de volumes	Cidades	MERCADORIAS	Custo nas fe- xas	Descontos em favor do fisco, etc.	Valor total de mercadorias, embutidos, frezes, segun- das, etc.
	Porto	Data							
<b>AGENCIA DE COMPRAS NA EUROPA</b>									
<b>MAPPA DOS ARTIGOS EMBARCADOS NO ANNO DE 1909, PARA AS REPARTIÇÕES PUBLICAS DO ESTADO DO PARÁ</b>									
Antony	Havre	18-Julho	758	1	8	SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR, JUSTIÇA E INSTRUÇÃO PUBLICA			
						Premios para a Exposição escolar de Desen- hos por	910,90		
						Machina de escrever, gravuras do cobre, pa- pel marcado "Gabinete do Governador", enveloppes, cartões officiaes, etc., por	1.437,00		2.641,25
Anselm	Havre	12-Set.	778	3	—	Impressos para Cartas patentes, Leis, Pala- cio do Governo, Gabinete do Governador, Secretario do Interior, cartões offi- ciaes, Decretos, nomeações, licenças, por- tarias, officios, por	2.808,70		
					6	duzias, tesouras nickeladas, diversas, por.	162,00	10	
					4	idem, pentes de alisar, duzia	8,25	10	
					12	canivetes, tartaruga, duas, a	5,25		3.504,00
					12	idem, idem, idem inferiores, a	3,25		
					4	Total fres.			6.145,25
<b>SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA</b>									
Anselm	Havre	12-Set.	779	1	5431	folhas do papel marcado para nomeações, li- cenças, portarias, Decretos, officios, mi- lheiro	28,00		
					1215	enveloppes para officios, marcados, milheiro,	88,00		
					400	cartões officiaes, pautados	35,00		
					400	enveloppes para os mesmos	42,00		
					400	cartões officiaes, sem pauta	34,00		
					400	enveloppes para os mesmos	42,00		676,10
					1	Total fres.			676,10
<b>SECRETARIA DE ESTADO DAS OBRAS, TERRELLAS E VIAS</b>									
Anselm	Havre	12-Set.	780	1	8182	folhas do papel marcado para nomeações, li- cenças, portarias, Decretos, officios, mi- lheiro	28,00		
					1225	enveloppes para officios, marcados, milheiro,	88,00		
					400	cartões officiaes, pautados	35,00		
					400	enveloppes para os mesmos	42,00		
					400	cartões officiaes, sem pauta	34,00		
					400	enveloppes para os mesmos	42,00		855,00
					1	Total fres.			855,00
<b>ESCOLAS, GRUPOS ESCOLARES, E REPARTIÇÕES PUBLICAS</b>									
Antony	Havre	18-Julho	754	11	100	litros de tinta «Stephens» B H W, a	2,55	10	
					1000	pacotes de papel hygienico.	0,27		
					48	vidros de gomma arabica.	0,60	5	
					11	Transporte.			

Fonte: PARÁ. Agência de compras do Estado do Pará, na Europa. 1910

Anexo n. 6

Nome do vapor	EMBARQUE		Número de caixas	Quantidade de volumes	Unidades	MERCADORIAS	Custo nas febrinas	Desconto em favor do Estado, etc.	Valor total da factura, incluindo frete, seguros, etc.
	Porto	Data							
Anselm	Havre	12-Set.	777	41	18	Transporte.	15,00	3	4.975,05
					4	duzias, escovas para roupa, duzia.			
					2	resmas de papel mata borrão (500 folhas cada) a	45,00	3	2.216,60
					1000	cesmas, papel pautado 31x20 cm. para escolas a.	3,20	2	
					450	resmas, papel pautado 293x213 mm. qualidade B. a.	7,10	2	
					25	resmas papel não pautado 293x213 mm. qualidade B. a.	6,85	2	
					55	resmas, papel pautado 293x213 mm. qualidade C. a.	11,40	2	8.944,60
802	1	100	cepos esmaltados, branco, com aza, 0,08 cm. a	1,00	30	157,90			
			60	Total fres.				16.274,15	
INSTITUTO LAURO SODRE									
Jerome	"	2-Maio	744	4	35 <sup>16</sup> / <sub>20</sub>	resmas de papel para impressão (500 folhas cada) resma	20,25	—	
					4	ditas de papel para escrever (3)	25,50	—	
					38 <sup>17</sup> / <sub>20</sub>	ditas de " para enveloppes, resma	16,80	—	
Hilary	"	2-Junho	748	4	1	ditas de " de cor para brochuras	34,00	5	8.078,70
					8	caldeirões grandes esmaltados para cosinha por machina, tirar provas typographicas e rolo	298,60	20	
					1	forma (em porte piteco) para fazer enveloppes par	122,50	—	
					1	frigidetas grandes para cosinha por	44,00	—	
					9	fitas de serra, officina marceneiro	24,20	25	
					18	discos para a machina de pautar	156,50	5	
Anselm	"	2-Julho	752	33	21	barris de vidro, 5 litros cada, para a enfermaria por.	8,50	—	
					383 <sup>10</sup> / <sub>20</sub>	pacotes de sementes de hortaliças	23,00	—	965,10
					2	resmas de papel para impressão (56x78 <sup>5</sup> / <sub>m</sub> ) resma.	10,50	—	
					24	ditas de papel de cor (57x78 <sup>5</sup> / <sub>m</sub> ) resma	20,25	—	
					196 1/2	kilos de typos diversos para typographia por espelhos "biseantes", officina marceneiro, a	17,25	5	
					1	brim de linho branco a.	713,75	5	8.463,00
					3	cobertores de la encarnada (1 <sup>m</sup> ,50x2 <sup>m</sup> ) a	24,50	3	
Antony	"	18-Julho	755	1	1564 <sup>30</sup> / <sub>20</sub>	peças de nastro branco a	0,78	3	
					4	duzias, toalhas de rosto marcadas L. L. S. duzia	6,00	2	
					80	duzias para banho, idem, duzia	5,50	3	
					80	peças de nastro branco a	9,25	3	
Hilary	"	18-Ag.	764	1	48	duzias, lenços brancos com franja de cor, duzia	0,38	2	5.104,75
					300	armações de bonets, cordão dourado, a.	1,80	3	
					250	cordões de la preta para os ditos a	2,60	5	
Lanfranc	"	2-Set.	768	1	50	cobertores azul e branco para a enfermaria a	0,22	5	1.489,45
					48	duzias de facas, cabo ebano, marcadas "Governo do Pará" duzia	3,50	3	
					48	duzias de garfos, aço estanhado, duzia	4,90	—	
					36	escovas de lavagem de casa (chiendent) duzia	1,40	—	
					36	cabos para as ditas, duzia	12,00	—	
					6	escovas de borracha de 0,75 com cabo (para lavagem de casa) a	1,80	—	
			70	Transporte.	17,00	—	19.101,00		

Fonte: PARÁ. Agência de compras do Estado do Pará, na Europa. 1910

Anexo n. 7

Nome do vapor	EMBARQUE		N.º da entrada	Quantidade de estocados	Unidades	MERCADORIAS	Custo em libras	Desconto em favor do Governo, em %	Valor total da compra em libras, incluindo frete, seguro, etc.
	Porto	Data							
Hilary	Havre	18-Ag.º	761	7	11	Transporte.			
					12	vidros com esponja	1,15	5	
					20	vidros litros, tinta vermelha	2,50	5	
					40	quartos, idem.	1,40	5	
					200	litros, tinta preta para escrever	1,75	5	
					100	caixas de giz, pães quadrados, per	30,00	—	
					34	ditas de metal para o papel hygienico	1,50	—	
					36	ditas de madeira envernizada.	2,50	—	
					20	tapetes de escova.	3,25	—	
					30	escovas com 12 esponjas, cada um	5,50	5	
					50	duzias, toalhas de rosto, marcadas E. P.	5,20	5	
					12	esponjadores de penas.	5,00	5	
					24	pás governandias para riscar.	1,35	20	
					48	vassouras de palha com cabo (1.º qual)	1,65	—	
					24	ditas piassava.	1,42	—	
					48	idem pequenas.	0,32	—	
					50	ambos para ensouras	0,15	—	
					2	duzias, sabonetes de ameiodas, duzia	2,80	10	
					2	kilos, lacre em pães grandes, kilo	3,40	—	
					2	caixas, dito achatadas, caixa	2,70	—	
					2	ditas, dito quadrados	6,00	—	
					39	trinteiros de metal, sendo 3 superiores, per	92,70	—	
					12	trinteiros de cristal e 21 copinhos sobressalen-	47,05	—	
					4	tes, por	11,55	—	
					18	limpa-pennas, cristal sortido, por	0,70	—	
					12	ditos do porcellana	21,00	—	
					4	pedras para papeis, marmore, por	18,00	—	
					60	ditos, cristal, sortidos	73,80	—	
					4	seguros diversos, sendo 12 de borracha, por	27,00	—	
					12	duzias, caixetas de borracha por	12,00	—	
					12	globos terrestre, com inclinações, cobre, dia-	18,00	—	
					12	metros 33 cm. a	606,50	20	
					12	ditos 1/2 meridiano a	7,00	3	
					303	caixas de penas diversas por	81,00	3	
					36	caixetas de borracha	7,50	3	
18	grossas de caixetas diversas	38,50	—						
72	porta mata-borrão, cobre nickelado	21,00	—						
312	duzias, raspadeira, cabo de ôliva por	17,25	—						
2	ditas, cantivetes madriperola a	3,00	—						
2	ditas, » buffalo	2,50	—						
12	timpanos de mesa com pés de marmore a	41,50	10						
24	ditos, pés de madeira a	85,50	10						
100	grossas de grampos de cobre para papel, per	479,00	2						
11400	grampos diversos, de cobre e de aço por	4,10	2						
20	grossas de lapis «Fabers» sortidos por	5,50	2						
2	duzias, lapis de borracha a	12,00	—						
1	duzia, pás de borracha	2,00	—						
2040	copos de vidro, marcados «Governo do Pa-	378,00	—						
30	ris», cento	8,00	20						
48	baldes de ferro, galvanizados, 0º,30, a	5,10	2						
32	filtros curvão «siphons» por	12,75	5						
11	bandeiras brasileiras 1.º 50x1,70								
11	kilos, barbante «Orange», extra								
5	duzias, toalhas felpudas, marcadas E. P.								
18	Transporte.								
							4.975,65		4.975,65

Fonte: PARÁ. Agência de compras do Estado do Pará, na Europa. 1910

Anexo n. 8

Nome do vapor	EMBARQUE		Número de factura	Quantidade de volumes	Unidades	MERCADORIAS	Custo nas fabricas	Desconto em fabrica	Valor total da factura, ex-clusivamente condução, frete, seguros, etc.	
	Porto	Data								
Anselm	Havre	12-Set.	777	41	18	Transporte.			4.975,05	
					4	duzias, escovas para roupa, duzia.	15,00	3		
					2	resmas, de papel mata borrão (500 folhas cada) a	45,00	3	2.216,60	
					1000	resmas, papel pautado 31x20 cm. para es-covas a	3,20	2		
					450	resmas, papel pautado 293x213 mm. quali-dade B. a	7,10	2		
					25	resmas papel não pautado 293x213 mm. qua-lidade B. a	6,85	2		
					55	resmas, papel pautado 293x213 mm. quali-dade C. a	11,40	2	8.944,60	
					802	100	copos esmaltados, branco, com aza, 0,08 cm. a	1,00	30	137,90
					60		Total fres.			16.274,15
					INSTITUTE LAURE SOMRÉ					
Jerome	»	2-Maio	744	4	85 16/20	resmas de papel para impressão (500 folhas cada) resma	20,25	—		
					4	ditas de papel para escrever	25,50	—		
					4	ditas de » para envelopes, resma	16,80	—		
					1	ditas de » de cor para brochuras	34,00	5	3.078,70	
Hilary	»	2-Junho	748	4	8	caldeirões grandes esmaltados para cozinha por machina, tirar provas typographicas e rolo	298,60	20		
					1	forma (em porto piéce) para fazer envelopes por	132,50	—		
					9	frigideiras grandes para cozinha por	44,00	—		
					18	fitas de serra, officina marceneiro	25,20	25		
					100	discos para a machina de pautar	156,50	5		
					2	barris de vidro, 5 litros cada, para a enfer-maria por.	8,50	—		
					21	pacotes de sementes de hortaliças	23,00	—		
Anselm	»	2-Julho	752	39	886 16/20	resmas de papel para impressão (56x78 cm) resma.	10,50	—	965,10	
					2	ditas de papel de cor (57x78 cm) resma	20,29	—		
					2	kilos de tipos diversos para typographia por espelhos "biseantiés", officina marceneiro, a	17,25	5		
					1	3	713,75	5		
					1	1564,90	3	24,50	8.463,00	
Antony	»	18-Julho	755	4	1	tecido de linho branco a	0,78	3		
					1	cobertores de lã encarnada (1,50x2 m) a	6,00	2		
					4	duzias, toalhas de rosto marcadas I. L. S. duzia	6,00	2		
					1	duzias, toalhas de rosto, idem, duzia	5,50	3		
Hilary	»	18-Ag. <sup>to</sup>	764	1	48	duzias, lenços brancos com franja de cor, duzia	9,25	3		
					48	peças de nastro branco a	0,28	2	5.104,75	
					250	duzias, lenços brancos com franja de cor, duzia	1,80	3		
					300	armações de bonets, cordão dourado, a	2,69	5		
					250	cordões de lã preta para os ditos a	0,32	5	1.489,45	
Lanfranc	»	2-Set.	768	1	50	cobertores azul e branco para a enfermaria a	3,50	3		
					48	duzias de facas, cabo ebano, marcadas "Go-verno do Pará" duzia	4,90	—		
					48	duzias de garfos, aço estanhado, duzia	1,40	—		
					36	escovas de lavagem de casa (chiendent) duzia	12,00	—		
					36	cabos para as ditas, duzia	1,80	—		
					6	escovas de borracha de 0,50 com cabo ( para lavagem de casa) a	17,00	—		
				70	Transporte.			19.101,00		

Fonte: PARÁ. Agência de compras do Estado do Pará, na Europa. 1910



Anexo n. 9

Nome do Vapor	EMBARQUE		Número do fô- corta	Quantidade de volumes	Cachangos	MERCADORIAS	Custo aux. b. verbas	Quantidade de volumes	Valor total de mercadorias em dólares, francos, etc.
	Porto	Data							
						Transporte.			1,605,65
				2	17	duzias, foras de mesa cabo de ebano, duzia	4,00	—	
					3	trinchantes a	2,80	—	
					12	duzias, colheres, aço atachado a	1,40	—	
					24	idem, garfos	1,40	—	
					12	idem, colheres pequenas, idem a	0,85	—	
				10	peças diversas, trem de cozinha por	42,63	20	432,05	
Lunfranc	Liverpool	9-Nov.	798	1	tecido, algodão branco, «Shirting», a	0,50	2	1.203,70	
Angustina	Havre	2-Dezem.	801	9	metros, brim algodão cru.	0,40	4		
					ditos, azul garinho.	0,71	4		
					2115*80	pratos, louça esmaltada (brancos), cada	0,70	30	
					300	ditos fundos	0,70	30	
					3	opetras esmaltadas.	3,00	30	
					3	conchas	0,70	30	
					100	chicaras	0,50	30	
					100	pires	0,85	30	
					200	espas	0,95	30	
					2	marmitas esmaltadas para 50 e 70 litros, brancas, por.	73,95	20	
					2	marmitas esmaltadas para 70 litros, verme- lhos, por.	80,40	20	
					2	marmitas esmaltadas para 50 e 70 litros, ver- melhas, por.	72,95	20	
					48	peças diversas, trem de cozinha, esmaltado, vermelho, por.	153,36	20	3.154,05
					6	bandejas brancas, friças decoradas, por.	34,80	15	6.295,45
				15		Total frets.			
						INSISTENTE DE S. <sup>o</sup> ANTONIO DO PRAYA			
Jerome	Havre	2-Maio	743	3	2	Machinas de esmer «Sugar» com meza e en- bertura, cada	225,00	20	
					1020*20	tecido «piqueto» branco a	1,60	2	
					100	cobertores, algodão azul e branco	3,50	3	
					12	duzias, toalhas de rosto, marcadas I P	5,20	3	
					207*	talho, para véos, a	1,40	3	
					24	duzias, carretilas, linhas n. <sup>o</sup> 70 e 80	1,85	2	
					288	caixas, algodão para bordar, caixa	0,76	2	
					84	peças, cadernos branco, peça	0,58	2	
					6	apparelhos de bordar por	15,00	—	
					3000	agulhas, longas, malheiro	4,00	—	
					232	kilos, alfinetes nickelados por	30,80	—	
					12	duzias, dentes nickel, duzia.	0,95	—	
					12	frigideiras diversas por.	33,00	20	3.648,60
Hilary	Havre	2-Junho	747	11	25	duzias, garfos, metal branco, marcados «Gover- no de Pará» duzia.	11,00	25	
					16	duzias, colheres, idem idem.	11,00	25	
					639	espas de vidro, idem	0,18	—	
					1566*20	tecido de algodão branco	0,53	3	
					9	peças, sendo 2 panelões para 50 e 70 litros e 7 jarros, por.	93,55	20	
					4	caixas contendo 36 peças, trem de cozinha.	374,20	20	
					1	ditas	87,95	20	
				14		Transporte.			3.648,60

Fonte: PARÁ. Agência de compras do Estado do Pará, na Europa. 1910





Anexo n. 12

32

## MENSAGEM

## CONTINUAÇÃO

MOVEIS	1901	1902	1903	1904	1905	1906	1906	1907	1907	TOTAL
						IGB		IGB		
Guarda-louças grande, com pedra marmore.....							4			4
Guarda-louças pequeno, com pedra marmore.....							1			1
Trinchantes.....							2			2
Aparadores com pedra marmore.....							2			2
Armarios envidraçados, de pão amarello.....							20			20
Escadas toscas.....							4			4
Pranchetas para as aulas.....							24			24
Armario para a typographia.....									1	1
Estrados.....									2	2
A entregar:										
Carteiras escolares duplas.....									300	300
"    "    simples.....									600	600
Bancas de professor.....									8	8
Cadeiras para o professor.....									26	26
Bancos para filtros.....									11	11
Quadros pretos.....									29	29
Cabides para chapéos.....									280	280

Fonte: PARÁ. Mensagem de Governo, 1910

**ANEXO DO RELATÓRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA: VIII - A ESCOLA PRIMÁRIA  
INSTALAÇÃO ESCOLAR- MOBÍLIA E MATERIAL- HYGIENE ESCOLAR**

Directoria Geral da Instrucção Publica

E. U. do Brazil — Estado do Pará

# A INSTRUÇÃO PUBLICA

NO

*ESTADO DO PARÁ*

EM

1890

RELATORIO APRESENTADO AO EX.<sup>mo</sup> SR.

Dr. JUSTO LEITE CHERMONT

GOVERNADOR DO ESTADO

POR

JOSÉ VERISSIMO

DIRECTOR GERAL

Pará

TYP. DE TAVARES CARDOSO & COMP.

29 — Travessa de S. Matheus — 29

1891

RELATORIO

## VIII

## A Escola primaria

A INSTALLAÇÃO ESCOLAR — MOBILIA E MATERIAL — A HYGIENE ESCOLAR  
— CASAS PARA ESCOLAS

«Não é a vós, dizia-vos em meu officio de 25 de Agosto ultimo, que acabaes de visitar a maioria talvez das escolas d'este Estado, que preciso eu dizer a situação menos que deploravel em que, quasi sem excepção nenhuma, si alguma existe, se acham ellas. Por vós pudestes verificar que não ha programma de ensino que possa ser em taes escolas executado.

«Pôr nos programmas geographia, calculo, geometria pratica, lições de coisas, noções de sciencia pratica, e não dar ás escolas nem um quadro preto, nem um mappa, nem um globo, nem um compasso, uma regua ou um esquadro, é uma irrisão.

«Recommendar a educação physica e sujeitar os meninos a sentarem-se em bancos sem encosto, sem apoio para os pés, ou, o que é tambem vulgar, no chão, no estrado do professor, na soleira da porta, ou amontoal-os, seis, oito, e nove, como é commum, n'um banco em que cabem apenas quatro, é uma zombaria. Falar em hygiene escolar e ter escolas em salas, varandas e até quartos acanhadissimos, sem ar, sem luz, humidos, quentes e abafados, não é serio.

«Entretanto é isso que se tem até hoje feito, é isto que se vê, isso foi que vistes nas vossas excursões pelo interior, foi isto que vi, com pasmo e magua, nas escolas d'esta capital.

«Junto encontrareis o estado triste de nudez completa, de carencia absoluta dos mais indispensaveis elementos para o ensino e para a propria frequencia das escolas, e as reclamações que do interior tenho sobre o mesmo assumpto recebido.

«É este, em resumo, o estado das escolas d'esta capital: uma ou outra, rarissima, tem um mappa do Brazil, nenhuma possui um mappa para o estudo da geographia geral, nenhuma tem um globo, nenhuma tem um apparelho qualquer de demonstração scientifica, nenhuma tem uma mobilia bastante e muitas não têm sequer um quadro preto.

«Urge remediar isto, é imperioso fornecer aos professores o indispensavel—já não digo o necessario—para que possam executar os programas».

Não havia, o sabeis muito bem, sombra de exagero no quadro que fiz da nossa escola primaria.

Aqui mesmo na capital, a todos os respeito, principal centro de civilização do Estado, séde do governo e da directoria geral da instrução publica, em grande numero de escolas a insufficiente, grosseira e condemnada mobilia pertencia ao professor e em algumas d'ellas, como na do sexo feminino do 1.º districto, regida pela Sr.ª D. Generosa de Oliveira, as meninas sentavam-se em cadeiras que traziam de suas casas, faziam os calculos arithmeticos (o que se dava na maioria d'ellas) uma por uma em pedaços de papel junto á professora e iam escrever ao interior da casa, sobre a mesa de jantar da mestra!

Em 33 escolas por mim visitadas logo ao assumir o exercicio d'este cargo, escolas com uma matricula de 1.853 alumnos havia apenas logar, segundo as notas que da mobilia tomei, para 976.

Em uma d'ellas, a regida pelo professor Paixão, no 1.º districto, sentavam-se nove alumnos em um banco americano para quatro, o que explica como aquelles 1.853 alumnos podiam caber n'aquelles 976 logares.

Isto vem provar o que já n'esta exposição disse: que a criação das escolas não correspondia a um verdadeiro interesse pela instrução, mas acaso a satisfação de empenhos que não tinham com ella a minima relação.

Criavam-se ou dividiam-se escolas, sem attender que não basta ter a casa (e que casa!) e o professor, sinão que é ainda indispensavel mobilar uma e dar ao outro os meios de ensinar.

Isso, porém, era a menor preocupação, a principal era a collocação de um individuo qualquer, para o qual adrede se criava ou dividia a escola.

Longe de fazermos como se pratica nos paizes em que se tem a peito

a que o ensino publico seja uma realidade, isto é, criar as escolas, ou pelo menos abri-las conforme os logares que se tem a dar aos alumnos, e isto segundo uma estatística rigorosa, aqui nunca nos importamos com isso, embora a hygiene, e portanto a saude e o vigor das futuras gerações fossem sacrificadas, embora o ensino, e portanto os sacrificios pecuniarios feitos pela provincia fossem frustrados.

A provincia teria lucrado incomparavelmente mais si, em vez de se multiplicarem as escolas, ou antes os professores, se tivesse applicado o que o seu augmento custava á fazenda publica, a installar aquella ao menos regularmente e fornecel-as siquer dos meios indispensaveis á distribuição do ensino e á execução dos programmas.

Foi com esta convicção que solicitando de vós providencias sobre tal e tão lastimavel situação das nossas escolas, pedia-vos fossem ellas fornecidas pelo menos de:

a) Mobilia escolar bastante para o numero de alumnos, construida segundo os ensinamentos e as exigencias da hygiene escolar, adoptando-se, pelo menos, tres typos de bancos-carteiras, correspondentes ás idades de 6 a 8, 9 a 11 e 12 a 14 annos.

A adopção dos tres typos é o minimo que se póde exigir, entre os cinco recommendados, para não continuarmos a merecer os justos reparos que, por mal nosso, correm impressos, de um fabricante de mobilia escolar americana, estranhando que para o Governo do Pará se encomendasse mobilia de um só typo, coimo se aqui tivessem os meninos em idade escolar todos o mesmo tamanho.

b) Um estrado para a mesa do professor.

c) Uma mesa ou carteira para o professor e uma cadeira para o mesmo.

d) Um armario envidraçado para colleções feitas pelo professor e alumnos, para as lições de coisas, guarda dos cadernos e do material de ensino.

e) Um bom quadro preto de madeira ardosiada ou coberta de lousa líquida.

f) Um mappa-mundi ou planisphera.

g) Um mappa do Brazil, de Lavasseur (segunda edição).

h) Um mappa do Estado (quando o houvermos).

- i) Um globo terrestre.
- j) Um relógio.
- k) Um compasso, um esquadro, um transferidor, uma régua métrica, para o estudo do desenho a mão levantada, e da geometria prática no quadro preto.
- l) Uma coleção de medidas do systema métrico.
- m) Os livros do expediente indispensáveis.

Expondo-vos a questão da mobília escolar, tão importante e entre nós tão descurada, tive a honra de dizer-vos :

O problema da mobília escolar está hoje resolvido. Os typos variam de fórma, de gosto, de preço, de perfeição artística ou de simples mão de obra, mas são, em geral, fundamentalmente os mesmos.

Estabelecidos pelos hygieno-pedagogistas os requisitos que devia satisfazer uma mobília escolar perfeita, esforçaram-se os fabricantes a compila para realisarem os typos mais de accordo com essas prescrições.

Incontestavelmente a mais perfeita mobília escolar é a americana, já conhecida em typos diversos neste Estado. Essa mobília, porém, tem para nós um inconveniente grave.

Sendo armada em pés de ferro fundido, é excessivamente frágil, exigindo, para remediar a esse inconveniente, ser fixa por parafusos nos assoalhos, o que, como direi, nem sempre é, para nós, possível.

Demais, quaesquer que sejam os cuidados da embalagem, chega aqui quasi sempre com muitas avarias. Tendo de ser enviada para o interior já armada, em más condições de transporte, não sei si exagero calculando em mais de 20 % o prejuizo que as quebras causariam si houvessemos de importar essa mobília.

Não possuindo nós casas de escolas especiaes, é raro que seja possível fixar ao chão os bancos-mesas americanos.

Tendo também, e ainda mal, de servirem as escolas, para eleições, qualificações electoraes, recenseamento militar, etc., obrigando a constante e prejudicialissima remoção da mobília, é quasi impossível poder fixal-a. As constantes mudanças das casas de escola, vêm completar esta instabilidade tão fatal á mobília americana, especialmente construída para estar permanentemente fixa ao assoalho, e excessivamente quebradiça quando deixa de ser fixada.

Os francezes têm duas sortes de mobília escolar, uma armada em ferro, outra toda de madeira. A primeira tem os mesmos inconvenientes da americana, sem lhe possuir o merecimento; a segunda, é-nos fácil fazer aqui, si não tão perfeita como mão d'obra, ao menos tão boa para o uso escolar e tão duradoura.

Sei que o ideal da organização escolar é o banco-mesa singular, ou de um só assento, que isolando o alumno garante mais a moralidade e a hygiene, a attenção que elle deve prestar, como o silencio em que deve conservar-se. Infelizmente isso augmentaria de tal modo a despeza, que hesito em vol-o propor.

Teremos acaso, por força das circumstancias, de contentar-nos com o bom, já que, por ora ao menos, não podemos ter o melhor.

Julgo pois, que, enquanto não possuirmos casas especiaes para escolas, a mobília

que mais convém, para o interior principalmente, é a mobília toda de madeira, bancos-mesas de dois logares, tres typos, construidos segundo as prescripções pedagogicas.

Sendó aqui mesmo feitos trariam a vantagem economica, bastante attendivel, de favorecer a nossa industria e não distrair capitaes para fóra do Estado.

Este desejo, entretanto, não poude ser realisado, pois, o exorbitante preço e a imperfeição dos productos da nossa mofina industria, não o consentiram. Com effeito chamados concurrentes não só nenhum se apresentou nas condições requeridas no respectivo edital, como os preços dados aos seus artefactos tornava impossivel, ainda com a melhor vontade, dar preferencia á industria local.

A mobília feita pelo Instituto paraense de educandos artifices para a Escola Normal, bancos-mesas de dois logares, imitando o typo allemão e copia de um modelo feito por uma officina do Estado da Bahia, sobre não corresponder aos preceitos e exigencias da hygiene escolar, ser grosseira e encommoda, saío excessivamente cara, pois que cada banco-mesa custou 35 mil réis.

Além de tudo a nossa industria rudimentar, incapaz, ignorante, acha-se completamente desaggregada. Ninguem querendo ser subalterno sinão patrão, os operarios trabalham todos isolados, cada um põe uma officina, e assim privados da grande força das associações industriaes, dos poderosos recursos dos machinismos mais perfeitos, de um pessoal habilitado e numeroso de trabalhadores, as suas obras, sobre imperfeitas, são, como vimos, caras e demoradissimas.

Com a necessidade urgente que havia de mobilar ao menos as escolas da capital, não era possivel esperar seis ou mais mezes quando dentro de tres teriamos, como tivemos, a mobília que encommendamos.

O reclamo que vos fiz no meu citado officio de 25 de Agosto, foi promptamente attendido e por Dec. n.º 189 de 4 de Setembro autorisastes o Thesouro do Estado a despende até cem contos de réis (100:000\$000) com a aquisição de mobília, material escolar e outros objectos necessarios á boa organização das escolas e mais estabelecimentos de instrucção publica, autorisando-me, em officio n.º 8.672, de 10 do mesmo mez, a providenciar sobre taes aquisições.

Estava, emfim, satisfeita, graças a vós, a reclamação que desde muitos annos vinham fazendo os meus antecessores aos presidentes da Pro-

vincia, e estes á Assembléa provincial, consoante se vê dos relatorios e falas d'esses funcionarios.

Procurei cumprir do melhor modo as vossas recomendações.

Pelas razões acima referidas não foi possível obter no Estado a mobilia escolar, e permiti-me dizel-o, que para conseguil-o o melhor meio não é o da concorrência.

Cumpre reflectir que, nos termos em que não podemos deixar de querer tal mobilia, a sua construcção é uma industria inteiramente nova entre nós. Não ha quem não conheça os grosseiros artefactos que a mercenaria local tem fornecido a quasi todas as escolas e collegios particulares e publicos.

Si houvermos de perseverar em querer esses bancos toscos, duros, sem encosto, de assento chato, esses grotescos bancos-mesas, sem proporção, em contrario a todas as regras de arte, de esthetica, de hygiene e de pedagogia, nocivos á saude, á educação e ao sentimento artistico do alumno, então, certo, não precisamos recorrer ao estrangeiro e arranjar-nosmos com a «prata de casa»; mas si é nosso proposito, como nem por um momento duvido, melhorar, progredir; si é nosso intento fazer, sob todos os aspectos, da nossa escola uma realidade, uma coisa que nos honre, que nos aproveite e que nos sirva, n'este caso o unico meio é, quanto ao assumpto especial que nos occupa, refugarmos de nós mesquinhas preocupações bairristas, inintelligentes e descabidas, e abandonar, no momento ao menos, certos prejuizos burocraticos, no caso, prejudiciaes.

As urgencias satisfazel-as recorrendo ao estrangeiro, como o fazem povos incomparavelmente mais adiantados que nós, e, para aquillo que póde esperar, tomando a iniciativa intelligente de procurar criar e desenvolver no Estado a capacidade de tal industria.

Não é licito a ninguem desconhecer que ella exige condições que absolutamente não temos: machinismos proprios, artesãos habéis e um conhecimento especial da adaptação de certos typos de bancos-mesas por exemplo ás idades dos alumnos, no que ha a considerar os angulos de leitura, a linha physiologica do dorso, a extensão e curva do assento, a inclinação da mesa, a posição das pernas, etc.

Taes condições não pódem apenas ser satisfeitas por um operario

mais ou menos habil, como mão d'obra; suppoem uma direcção intelligente e uma officina bem aparelhada.

Ignoro se possuímos aqui officina em taes condições, mas, parece-me, que podemos alcançal-a, sinão logo perfeita ao menos capaz de, com pouco esforço, satisfazer aquelle *desideratum*. Para isto, porém, não serve a concorrência.

Si para outras industrias fazem os poderes publicos favores e concessões, isentando de direitos, concedendo privilegios, ou dando preferencias, parece-me para esta não devia abrir excepção, antes incital-a e amparal-a.

E o meio, salvo melhor juizo vosso, é aquelle a que quiz recorrer e a que, para ser bem servido terá o Estado forçosamente de recorrer: encarregar um industrial que disponha de recursos e meios de, conforme os typos escolhidos, fazer um certo numero de objectos, bancos-mesas, mesas e cadeiras magistraes, quadros pretos, estrados, etc., assegurando-lhe que si corresponderem ás exigencias impostas nas instrucções que lhe forem dadas, e si o preço for aceitavel, será encarregado de fornecer ao Estado em numero que não póde deixar de ser consideravel, d'esses artefactos e garantindo-lhe, para o futuro, a preferencia em igualdade de condições.

Com esta certesa, poderia elle fazer os sacrificios que lhe imporiam a necessidade de satisfazer os compromissos tomados, munir-se do machinismo necessario, mandar vir operarios que hajam trabalhado em taes artefactos, fôrmas, modelos, e dar á sua officina o desenvolvimento indispensavel para poder fornecel-os por baixo preço e sem demora.

Uma officina assim montada em breve teria criado a industria, criando operarios que iriam servir em outras, ou associados trabalhar por si.

O contrario d'isso, o systema da concorrência para uma coisa que não existe, é, pelo menos, inutil, como os factos o provaram e o reconheceu o Conselho Superior da instrucção publica, perante quem ella se realisou.

Com aquella autorisação, fiz por intermedio dos Srs. J. Coimbra & C.<sup>a</sup>, d'esta praça, a encommenda para os Estados-Unidos, constante do annexo.

Essa encommenda, conforme vos dei conta em meus officios de 28 de Novembro, 18 e 29 de Dezembro, acha-se toda entregue.

A encomenda do material escolar, salvo um ou outro objecto mandado vir tambem dos Estados-Unidos, foi feita, como sabeis, para a França, ás casas Hachette & C.<sup>a</sup> e Ch. Delagrave, de Paris, sob a fiscalisação do ministro brazileiro n'aquella cidade, o qual tambem foi encarregado de satisfazer as respectivas facturas.

Os objectos encomendados constam do annexo.

Recebendo em fins de Novembro uma parte da mobilia encomendada para os Estados-Unidos, e noticia do material pedido para a França, tive a honra de dirigir-vos o seguinte officio que por prender-se estreitamente ao objecto d'este topico, peço venia para transcrever:

Directoria geral da instrução publica do Estado Confederado do Pará, 28 de Novembro de 1890.—N.º 213.—Sr. Governador. Tenho o prazer de annunciar-vos que parte da encomenda de mobilia e material escolar, feito para os Estados-Unidos da America do Norte, por intermedio do Sr. commendador José Cardoso da Cunha Coimbra, acaba de chegar no vapor *Paraense*, como vereis do conhecimento e factura que tenho a honra de passar ás vossas mãos.

Da comparação entre o calculo de despesas, feito á vista do catalogo e a presente factura, verifica-se uma differença a favor do Estado de 1:3588630, differença proveniente de descontos com que não haviamos contado e que foram todos consignados na factura dos Srs. G. Amsinck & C.<sup>a</sup>, de New-York, como vereis.

Importa a presente factura, segundo a conta junta do mesmo Sr. commendador Coimbra, em 13:3318150, que, nos termos do contracto passado, com autorisação e approvação vossa, entre aquelle Sr. e esta directoria, devem ser pagos dentro de quinze dias.

Peço-vos, pois, determineis esse pagamento por conta do credito que com esse fim abristes, por decreto n.º 189, de 4 de Setembro ultimo.

O restante da encomenda, segundo communicação dos mesmos Srs. G. Amsinck & C.<sup>a</sup>, será embarcado em 29 d'este mez, devendo aqui estar a 15 ou 16 de Dezembro proximo.

Aproveito a occasião para communicar-vos que, sobre a encomenda feita para Paris, recebi do Sr. Ch. Delagrave uma carta na qual me declarava poder contar com essa encomenda para a época designada.

Nessa carta diz-me o grande editor escolar: — «Sobre a carta do Brazil conferenciei com os Srs. E. Lavasseur e Barão do Rio Branco, que vigiará pessoalmente para que todas as vossas instruções sejam pontualmente executadas. Escusa dizer que, no titulo, as palavras «Estados-Unidos do Brazil» substituirão a antiga denominação. Aquelles cavalheiros julgaram que o cartão do curso do Amazonas a 1 por 1.500:000, substituiria com vantagem o do Estado do Pará, por faltar espaço para dar esse Estado, á parte, em uma escala maior do que já tem na carta.

«*A Terra*, a 1 por 25.000:000, pelo Sr. E. Lavasseur, que vos enviarei, será, especialmente para a vossa encomenda, editada em lingua portugueza, assim como o mappa do systema metrico de Linares».

Creio, á vista do exposto, que poderemos abrir o novo anno lectivo com parte, ao menos, das escolas em sufficientes condições de installação e material escolar.

Para systematisar, porém, esse serviço, de modo a serem bem aproveitadas as vossas intenções e medidas, tenho a honra de propor-vos as seguintes determinações:

1.<sup>a</sup> Que o mobilamento e aparelhamento das escolas se faça seguindo a ordem inversa das entranças, isto é, começando pelas de 3.<sup>a</sup> e d'ellas passando ás de 2.<sup>a</sup> e d'estas ás de 1.<sup>a</sup>.

2.<sup>a</sup> Que os conselhos escolares municipaes sejam autorisados a mandar proceder á limpeza e concertos necessarios da mobilia escolar do seu respectivo municipio, por conta da verba referida, sendo as contas, depois de visadas por esta directoria, pagas pelo thesouro;

Poder-se-á mesmo fixar um *maximum* por carteira de 2 ou 4 assentos, mesa e cadeiras de professor, etc.;

3.<sup>a</sup> Que o Instituto Paraense receba toda a mobilia das escolas publicas d'esta capital para limpá-la e repará-la com a maxima urgencia, afim de poder ser enviada para completar o mobilamento das escolas de 2.<sup>a</sup> entrança, tomando esta directoria todas as providencias para que essas escolas sejam fornecidas da mobilia sufficiente, calculada pela média da matricula no anno lectivo findo;

4.<sup>a</sup> Que determineis que, com a maior brevidade, seja despachada sem onus para o Estado, a mobilia vinda pelo *Paraense*, bem assim o local onde deve ser recolhida e armada e o modo porque se ha de effectuar esse serviço;

5.<sup>a</sup> Que concluidos não só os reparos da mobilia usada, como a armação e montagem da nova, providencieis para serem remettidas ao seu destino aquellas que tenham de ser enviadas para o interior.

Tomadas estas medidas, esta directoria se esforçará para, como disse, installar convenientemente, primeiro as escolas da capital, depois as das cidades e por fim as das villas mais importantes.

Devo, entretanto, declarar-vos que a mobilia encommendada para os Estados-Unidos é insufficientissima, pois apenas se encommendaram mil bancos-mesas de dois logares, quando vos disse no officio de 25 de Agosto, em que solicitei a abertura do alludido credito, que o minimo do que instantemente careciamos era de dois mil d'esses bancos.

Creio que d'essas mil encommendas, das quaes apenas chegaram quatrocentas, a maior parte, sinão a totalidade, ficará aqui na capital, pois, como sabeis, não ha entre as 42 escolas existentes uma só que tenha a mobilia sufficiente.

Era desejo meu, com o qual me fizestes a honra de concordar, que as mil restantes fossem feitas aqui, não só para não distrahir capitaes para fóra do Estado, como para iniciar systematicamente aqui uma industria que, attentas as necessidades cada dia mais crescentes da instrucção, poderia ter um prospero futuro. Infelizmente a concorrência para esse fim aberta não deu resultado, resolvendo o Conselho superior de instrucção publica que se fizesse a encommenda no estrangeiro.

N'estes termos, e attenta a urgente necessidade d'essa mobilia, é minha opinião que, á vista da mobilia a receber, propositalmente encommendada de tres typos differentes, e do modo por que foi satisfeita a encommenda, seja aos mesmos fornecedores e nas mesmas condições feita a encommenda do resto.

Dignando-vos concordar com as medidas propostas, as approvastes por officio n.º 302, de 29 de Novembro, autorisando-me em o mesmo a tomal-as todas.

Por vossa ordem foram recolhidos ás officinas do Instituto Paraense de Educandos Artifices, para serem reparadas e concertadas, as mobílias existentes nas escolas publicas d'esta capital, e no intuito de fazer reparar as do interior, em 9 de Dezembro dirigi aos Conselhos escolares ou, em sua falta, aos presidentes das Intendencias municipaes a seguinte circular:

Autorisado pelo Sr. Governador, recommendo a esse Conselho que faça proceder, sem demora, á limpeza, reparos e envernizamento da mobilia escolar das escolas publicas de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> entrancia d'esse municipio, enviando a esta directoria, para serem pagas pelo thesouro, as respectivas contas.

Esse serviço será feito de accordo com as seguintes instrucções:

1.<sup>o</sup> Será contractado com quem mais vantagens offerecer e por deliberação da maioria do Conselho.

2.<sup>o</sup> Na mobilia escolar comprehende-se mesa e cadeira do professor, bancos-mesas dos alumnos, armação e moldura do quadro preto.

3.<sup>o</sup> A limpeza e concertos comprehenderão: raspagem, envernizamento e polimento das obras de madeira, pintura a verniz preto das obras de ferro, mudança ou aperto dos parafuzos frouxos, pregaria e fechaduras.

4.<sup>o</sup> Os preços maximos serão: por mesa de professor, 5\$000 réis; por cadeira do mesmo, 3\$000 réis; por banco-mesa de 2 logares, 3\$000 réis; por banco-mesa de 4 logares, 5\$000 réis; por quadro preto, 2\$000 réis, convindo entretanto procurar seja esse serviço feito com a maxima economia.

Recommendo mais a esse Conselho sirva-se communicar a esta directoria qual o numero exacto da mobilia escolar aproveitavel existente nas escolas d'esse municipio, com especificação dos bancos de dois e de quatro logares.

Espero que esse Conselho se esforçará por dar o melhor e mais prompto desempenho a estes encargos.

Contractei com os industriaes Manoel Pedro & C.<sup>a</sup> a armação da mobilia chegada, e n'esta data acha-se em via de effectuar-se o fornecimento das escolas da capital.

Como vos disse no officio transcripto, essa mobilia é insufficiente mesmo para a capital.

Com effeito a média da matricula nas suas escolas foi no ultimo semestre, como mostra o quadro n.<sup>o</sup> 1, de 2.591 alumnos, entretanto que apenas vieram bancos-mesas para 1.800, pois 100 dos vindos são de um assento, para a Escola Normal.

Com a autorisação que me destes em o vosso citado officio n.<sup>o</sup> 302, de 29 de Novembro, vou encommendar para os Estados-Unidos mais mil bancos-mesas, aliás ainda insufficientes, pois apenas bastarão para com-

pletar o mobilamento das escolas da capital, cuja matricula deve, no proximo anno, crescer consideravelmente.

O resto d'essa mobilia, com a que se está a concertar no Instituto, será remettido para as escolas de 2.<sup>a</sup> entrancia, cuja mobilia passará ás de 1.<sup>a</sup>, conforme o alvitre proposto e por vós approvedo.

Assim conto que, com os objectos encommendados de França, e prestes a chegar, antes do meio do anno vindouro, estarão as escolas de 2.<sup>a</sup> e 3.<sup>a</sup> entrancia ao menos providas de mobilia e material de ensino.

As de 1.<sup>a</sup> entrancia que são em maior numero, continuarão ainda mal e insufficientemente providas de mobilia, e as elementares inteiramente faltas d'ella, como estão hoje.

Cumpre, pois, avisar e não só dar a todas as escolas os meios de realisarem plenamente o fim de sua instituição, como ter sempre em deposito uma determinada quantidade de mobilia, com que se forneçam as escolas novamente criadas e se substitua a que se for deteriorando nas escolas.

Para isso entendo :

1.<sup>o</sup> Que se deve aproveitar o resto do credito de cem contos por vós decretado para esse fim.

2.<sup>o</sup> Que o futuro Congresso do Estado e os que lhe seguirem votem annualmente uma verba para despezas com mobilamento, fornecimento de material e objectos de expediente das escolas publicas.

Sem isto continuaremos na lastimavel situação actual, em que nem onde sentar-se tem a maioria de alumnos das escolas publicas.

O que fica dito sobre a installação escolar e o que vou dizer sobre a casa da escola dispensa-me, de referir-me á hygiene propria a esses estabelecimentos.

Sabe-se que não existe, nem de tal se tem curado.

#### CASAS PARA ESCOLAS

Sem mobilia, sem material de ensino, sem apetrechos escolares, anti-hygienica, anti-esthetica, a escola primaria paraense alberga-se em casas em geral impróprias, cujo menor defeito é, de commum, a falta de espaço para conter os alumnos que a frequentam, e ali vegeta.

Tenho-as visto em salas, em saletas, em varandas, em alcovas e até em corredores e somenos compartimentos, esconsos, estreitos, desalumiados, abafados, infectos.

Uma das mais palpitantes necessidades da nossa escola é a casa.

Não é permittido a ninguem ignorar, e eu creio que ninguem ignora, que a escola moderna, a escola popular, na qual baseiam os povos as suas mais gratas esperanças, exige uma casa apropriada, própria devia eu dizer, construída de accordo com certas e determinadas regras estabelecidas por pedagogistas, mestres e architectos. Não é licito a ninguem desconhecer, e ninguem desconhece, que a construção de casas para escolas é objecto de um ramo novo e especial da architectura civil, a architectura escolar.

A ninguem é permittido não saber, e não ha quem não saiba, que todos os povos, mesmo no Brazil, esforçam-se á competencia, e ás vezes com sacrificio, por dar ás suas escolas primarias a casa, sem a qual ficam de regra inuteis e inapplicaveis os programmas.

«Ninguem mais contesta hoje, diz o competentissimo Sr. Buisson, que para ter uma boa escola é indispensavel que o edificio escolar reúna determinadas condições de salubridade, de bem estar, de commodidade e de decencia».

Sabem todos que a base das reformas que nos Estados-Unidos levaram a instrucção primaria ao invejavel gráo de prosperidade em que se acha, foi a da casa de escola, promovida pelo *American Institute of Instruction*, pela celebre memoria do benemerito Horacio Mann, de 1838, sobre casas de escolas, e pelos memoraveis trabalhos de Henry Barnard, sobre o mesmo assumpto.

Tudo isto se sabe, mas o que se tem feito?

Em seu Relatorio de 1881, o Director geral, Sr. Dr. Corrêa de Freitas pedia á assembléa votasse a verba de vinte contos de réis para a construcção de uma casa para escola na capital, e acrescentava :

«Acho conveniente que se construam annualmente duas casas de escolas, começando pela capital para chegar depois ás localidades do interior, segundo a sua importancia».

«O grande dispendio que faz a provincia com o ensino publico, dizia no seu já citado Relatorio de 1889, o Sr. Dr. Nina Ribeiro. «As melhores

reformas que emprender, o mais habil professorado que criar, tudo será desperdício, incompleto e improficuo si não for acompanhado da resolução de desde já, se dar principio ás construcções dos edificios escolares».

Entretanto, os poderes publicos que tudo aquillo sabiam, e para os quaes appellavam os directores da instrucção publica, foram indifferentes ás suas mesmas convicções, pois não podemos crer que não tivessem aquellas, e surdos permaneceram a estes appellos.

E, deve-se com franqueza dizer que, não eram as condições financeiras e a preocupação de economia que os punha assim surdos e indifferentes, pois ao mesmo tempo gastava-se sem contar em coisas não só adia-veis, como completamente inúteis e funestas á provincia.

Tudo o que se fez foi o edificio da chamada escola pratica, esse aliás, como a experiencia parece ter mostrado, em completa opposição ás regras da architectura escolar, pois uma sala de 216 metros quadrados não serve para escola: não ha voz de professor que chegue a todos os alumnos nem vigilancia bastante que os contenha em tão desmensurado espaço. De 48 a 70 metros quadrados no maximo, é a superficie regular estabelecida para uma sala de classe.

Precisamos entrar systematica e resolutamente na via da construcção de casas para escolas.

Digo systematicamente porque n'este assumpto toda a ausencia de systema poderia ser funesto e ir de encontro á justa satisfação d'este *desideratum*.

Recusando comprar uma casa que se vos offerencia para escola, consoante um vesos que estava se tornando uma especie de industria do nosso interior, a venda de casas para escolas, cadeias ou camaras municipaes — mostrastes que, com a moralidade, devia entrar a intelligencia na administração.

A casa escolar não póde ficar á mereê nem do compadresco politico, nem da competencia problematica de uma repartição de obras publicas na qual, pódem superabundar engenheiros habilissimos, mas tem até hoje escaceiado architectos como os nossos edificios publicos o estão inegavel, eloquente e tristemente provando.

Um povo eminentemente pratico, o americano, nos ensina como conviria procedessemos.

Uma lei de 1887 do Congresso do Estado de Nova-York, autorisou o Superintendente da instrucção publica do Estado a abrir concorrência para a apresentação de planos architectonicos e seus respectivos orçamentos para uma série de edificios escolares desde o custo de 600 até o de 10 mil dollars, acompanhados de todos os detalhes dos mesmos planos e de direcções para a construcção dos mesmos edificios. Igualmente o encarregou de acompanhá-los com formulas para os contractos com os constructores dos edificios e com instrucções sobre o preparo dos terrenos e a disposição do edificio respeito á distribuição da luz, aquecimento, ventilação, saúde e commodidade dos mestres e alumnos, e de publicar depois tudo em um formato conveniente para a distribuição entre as pessoas a quem isso pudesse interessar.

Assim autorizado aquelle funcionario convidou por uma circular os architectos do paiz a apresentarem-se á concorrência de planos e orçamentos para edificios escolares.

Podiam estes se referir a um ou a todos dos seguintes edificios:

Edificio de custo não excedente a 600 dollars, para 20 a 40 alumnos em uma sala de escola.

Edificio de custo não excedente a 1.000 dollars, para accomodar de 40 a 60 alumnos em uma sala de classe, ou duas si se pudesse estabelecer uma divisão movel.

Edificio de custo não excedente a 2.500 dollars, para 100 a 120 alumnos em duas salas de escola.

Edificio de madeira ou tijollo, de custo não superior a 5.000 dollars, para accomodar em tres salas, de 120 a 170 alumnos.

Edificio de tijollo, de custo não excedente a 10.000 dollars, para accomodar 175 a 250 alumnos em quatro salas, tendo ainda um salão (*hall*) de exposição.

Dois premios eram offerecidos para cada uma das classes acima.

Ao autor do melhor plano de edificios das classes 1, 2, 3, 4 e 5, respectivamente, a somma de 100 dollars; ao immediato, 50; ao de melhor plano da classe 6, 150, e ao immediato, 75. Não seriam tomados em consideração, para o julgamento, os planos que não fossem julgados satisfatorios para o fim indicado.

Para julgal-os foi pelo mesmo Superintendente da instrucção no-

meada uma commissão de sujeitos cuja profissão argúe uma competencia especial. Eram elles: William B. Ruggles, ex-Superintendente da instrucção publica; o professor J. W. Kimball, Presidente da Associação dos mestre-escolas do Estado; o Superintendente Charles E. Gorton, Presidente do Conselho dos Superintendentes do Estado; E. H. Cook, Director da Escola Normal de Potsdam; o Dr. George A. Bacon, representante dos Directores das Academias associadas; Willis R. Hall, commissario escolar, e Albert W. Fuller, architecto.

Realisada a concorrência, escolhidos os planos, redigido o parecer da commissão foi tudo publicado em um nitido folheto com o titulo *Designs for School houses accepted by the Departement of public instruction of the State of New-York*, ao qual tomo estas informações.

Além d'aquelles documentos, contém mais o utilissimo folheto, artigos assignados por autoridades competentes sobre a edificação, a mobilia, a ventilação, a distribuição da luz nas escolas.

Isto é pratico e é intelligente.

Resolvida que seja a criação de casas de escolas, abra-se a concorrência, primeiro para os planos e orçamentos, depois para a sua execução. O proprio Conselho Superior devia ser encarregado de julgar os projectos apresentados e escolher entre elles. Não lhe falta competencia para isso; além dos membros nos quaes se deve suppor a capacidade pedagogica especial, existem n'elle medicos e engenheiros que podiam dizer sobre as questões de hygiene e de construcção. Aliás nada o impediria de chamar para auxiliar-o outras pessoas, cuja competencia reconhecesse.

O estudo das condições a exigir dos concorrentes caberia tambem ao Director geral e ao Conselho. Entre nós tambem a construcção de casas para escolas apresenta-se em condições de maior facilidade; duas das principaes faces d'esse problema na Europa e nos Estados-Unidos, a ventilação e o aquecimento, não as temos de considerar, a segunda sobretudo. Quanto á ventilação podendo em toda estação conservar as casas abertas, e não tendo fogões nem caloriferos, essa questão, ali complicada e difficil, aqui resume em ter a casa bem orientada e as janellas abertas.

Penso que n'este caso a questão economica é secundaria. Tenho aliás fé no porvir do nosso Estado; creio que, para as coisas verdadeiramente necessarias e uteis, podemos sacar sobre o futuro. É um erro em terra

nova e rica como esta, estas mesquinhas economias que atrophiando-nos longe de enriquecer-nos, empobrecem-nos realmente.

Demais a economia bem entendida está a aconselhar apressemo-nos em construir casas de escolas.

Sómente com os alugueis das casas para as escolas d'esta capital gasta o Estado mais de 25 contos de réis por anno, ou sejam mais de 6 % de juro de um capital de 400 contos de réis, que lhe seria facilimo achar áquella taxa si a um emprestimo precisasse recorrer.

Ora, esta cidade, como já deixei dito (*V. Organização escolar*), não precisa de mais de 10 escolas, podendo conter cada uma 300 alumnos; que cada um d'esses edificios venha a custar de 40 a 50 contos, ainda haverá economia, pois ha muitos annos vêm-se gastando aquelles vinte e tantos contos, com más casas alugadas. Assim se pagariam apenas e durante alguns annos mais como juros de um capital aproveitado.

São 41 as escolas de 2.<sup>a</sup> entrancia (das cidades do interior) com as quaes gasta-se para aluguel de casas mais de dez contos de réis.

N'essas cidades como Obidos, Alemquer, Monte-Alegre, Soure e todas as mais, uma unica casa de escola seria sufficiente.

Cidades muito maiores no estrangeiro, não têm mais que uma. Teriamos, pois, para essas cidades 41 casas de escolas, para 150 alumnos cada uma, tomando-se no plano as precauções necessarias para poderem ser augmentadas quando houvesse mistér.

Dotar cada escola, quaes as temos hoje, com uma casa é o que não cabe nos recursos de nenhum povo; portanto á construcção de casas para escolas deve corresponder a reunião de duas, tres, quatro ou mais escolas, em um só edificio, conforme a sua capacidade.

O emprestimo como meio de obter a avultada verba necessaria para levar a effeito esta necessidade, já foi lembrado por um dos meus antecessores, o Sr. Niná Ribeiro, no relatorio citado. O que paga o Estado hoje de alugueis, si não desse totalmente para os juros, quasi bastaria para pagal-os, pois sem contar as escolas elementares, não é menos de 52 contos de réis annuaes.

Como quer que seja, é preciso agir e aproveitarmos os sacrificios feitos, completando-os com dotar a escola de casas que a tornem uma realidade.

## Relação dos moveis pertencentes ao Lyceu Paraense

CLASSIFICAÇÃO	Em bom estado	Para concertos	Observações
Armarios de madeira.....	—	3	
Banquinhas para as aulas.....	6	—	
Bilheira de cedro com 12 bilhas de barro.	1	—	Nova.
Baldes de zinco.....	2	—	Novos.
Bacias de zinco.....	2	—	Novas.
Bancos para aulas para quatro alumnos..	12	—	
Cadeira magistral.....	1	—	
Ditas de braço para a congregação.....	6	5	
Ditas de dito com parafusos.....	2	—	Uma inutilizada.
Ditas de dito para professores.....	3	4	
Ditas com encosto de palhinha do gabinete do Director.....	4	—	
Ditas americanas.....	30	27	
Cabides para chapéos.....	2	—	
Carteira.....	1	—	
Campa electrica.....	1	—	
Capachos.....	4	—	
Copos de vidro.....	9	—	Seis novos.
Carteiras para aulas para quatro alumnos.	28	—	
Carteiras para aulas para tres alumnos..	28	—	
Estantes de madeira para livros.....	2	1	
Escrevaninhas de dois usos.....	3	—	Sendo uma nova.
Escarradeiras de louça.....	12	—	Sendo seis novas.
Esfheras para aulas.....	1	1	
Globos de vidro para iluminação.....	34	—	
Lavatorio de pedra com bacia de porcelana.....	1	—	
Dito de ferro com a competente bacia....	1	—	
Dito austriaco com seus pertences.....	1	—	Novo.
Limpadores de pennas.....	2	—	Novos.
Mesa grande da congregação.....	1	—	
Dita pequena.....	—	1	
Mappas geographicos.....	11	—	
Pezos de vidro.....	6	—	Novos.
Pannos de cobrir mesa.....	2	—	
Quadro grande historico com moldura dourada.....	1	—	
Relogio grande de parede.....	—	1	
Reposteiro.....	1	—	
Sineta de bronze.....	1	—	
Tinteiros de vidro.....	6	—	
Tapetes.....	1	—	Um inutilizado.
Timpanos.....	2	—	
Toalhas de felpas para mãos.....	12	—	Novas.
Talhas de barro para agua.....	2	—	
Urna.....	—	1	
Vassouras para lavagem de casa.....	3	—	Novas.
Louzas para aulas.....	6	—	

Lyceu Paraense, em 12 de Dezembro de 1890.

Confere.

O secretario, *João Neves.*

O porteiro, *Egídio José Monteiro.*

## Relação dos objectos precisos para o Lyceu Paraense

Uma mobilia completa para o salão de honra.  
 Meia dita para o gabinete do director.  
 Meia dita para o gabinete do secretario.  
 Oito estrados para as bancas dos professores.  
 Um dito para a meza do director.  
 Tres mezas pequenas para aulas.  
 Uma dita maior para o secretario.  
 Duas estantes envidraçadas.  
 Um tapete para a meza da congregação.  
 Um dito para o estrado da meza do director.

Secretaria do Lyceu Paraense, em 12 de Dezembro de 1890.

O secretario, *João Baptista da Silva Neves.*



